

unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

JOÃO MARCOS MATEUS KOGAWA

Por uma arqueologia da Análise do Discurso no Brasil



ARARAQUARA – SÃO PAULO.
2012

JOÃO MARCOS MATEUS KOGAWA

**POR UMA ARQUEOLOGIA DA ANÁLISE DO
DISCURSO NO BRASIL**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de doutor em Linguística.

Linha de pesquisa: Estrutura, Organização e funcionamento discursivos e textuais.

Orientador: Profa. Dra. Maria do Rosário F. V. Gregolin.

Bolsa: CAPES/Doutorado.

**ARARAQUARA – SÃO PAULO
2012**

Kogawa, João Marcos Mateus

Por uma arqueologia da análise do discurso no Brasil / João
Marcos Mateus Kogawa . – 2012

209 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras,
Campus de Araraquara

Orientador: Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin

1. Linguística. 2. Análise do discurso. I. Título.

JOÃO MARCOS MATEUS KOGAWA

POR UMA ARQUEOLOGIA DA ANÁLISE DO DISCURSO NO BRASIL

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de doutor em Linguística.

Linha de pesquisa: Estrutura, Organização e funcionamento discursivos e textuais.

Orientador: Profa. Dra. Maria do Rosário F. V. Gregolin.

Bolsa: CAPES/Doutorado

Data da defesa: 10/02/2012

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Maria do Rosário. F. V. Gregolin
UNESP - FCLAr.

Membro Titular: Prof. Dr. Carlos Piovezani.
UFSCAr.

Membro Titular: Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes.
UFU

Membro Titular: Prof. Dra. Luciane de Paula
UNESP – Assis.

Membro Titular: Profa. Dra. Vanice Sargentini.
UFSCAr.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Aos meus familiares que, embora distantes, ficam na torcida.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Maria do Rosário Gregolin, pela orientação/atenção/paciência e por ter me possibilitado desenvolver este trabalho.

À CAPES pela bolsa de estudos no Brasil e na França.

Ao professor Carlos Henrique de Escobar e a Ana Escobar pela atenção.

Ao professor Jean-Jacques Courtine pela acolhida na França e pelas oportunidades de crescimento acadêmico.

À minha família pela minha formação (Ynty, Guto, Ana e Wilson).

Ao Pedro Manograsso pelos Jacks.

Aos meus tios Maurício e Valéria.

Às minhas primas Débora e Lívia.

À minha avó Geralda.

Ao Nilton Milanez pelas conversas e projetos realizados no Brasil e na França.

Ao Cleu, pelos bate-papos e pelos arraias da vida.

À Renata Mello pelo intercâmbio culinário, pelas listas de reprodução e as conversas.

Ao amigo Ramon pelo humor agudo e ácido, pelas caipirinhas e longas conversas na Casa do Brasil.

Ao amigo, Israel e à sua família.

À família Valencise (Cirão, Maria, etc...) pela acolhida calorosa e lúdica.

À amiga Denise Witzel pelos trabalhos conjuntos, pelas dicas preciosas e pela acolhida em Guarapuava.

À amiga Cecília Barros-Cairo pela ternura e “emocidade”.

Ao LABOR/UFSCAr.

Ao GEADA/Araraquara.

Ao companheiro Heraldo pelas longas conversas que tanto amenizaram a solidão da vida na França e deram um pouco mais de sentido ao termo amizade.

Aos amigos Cássio Albernaz, Marcelo Burgos, Carolina Natal, Fernanda Canavez, Fran Reynauld, Tiba, Ceres, Gladson, Helena, Thiago... com quem aprendi muito durante minha estadia na Casa do Brasil.

Àqueles que porventura eu tenha esquecido, o que será bem possível haja vista a enormidade de pessoas que contribuíram para que eu chegasse até aqui.

“Como! Tantas palavras acumuladas, tantas marcas depositadas em tantas folhas de papel e oferecidas a inúmeros olhares, um zelo tão grande para mantê-las além do gesto que as articula, uma piedade tão profunda destinada a conservá-las e inscrevê-las na memória dos homens – tudo isso para que não reste nada da pobre mão que as traçou, da inquietude que nelas procurava acalmar-se, e da vida acabada que só tem a elas, daqui por diante, para sobreviver?” (FOUCAULT, 2004, p.235-236).

RESUMO

Mais do que aceitar um campo de saber sedimentado e fechado em suas origens assinaláveis, a análise arqueológica foucaultiana nos incita a revolver as superfícies. A arqueologia do saber só pode ser, a esse respeito, histórica, pois, incita à reflexão dos obstáculos que inviabilizaram um percurso tanto do ponto de vista dos acontecimentos históricos quanto das mutações teóricas. Com efeito, ao lançarmos o olhar para o campo da Análise do Discurso no Brasil pela lente foucaultiana, faz-se necessário deixar em suspenso o que se esconde atrás do rótulo disciplinar para construir uma arqueologia da recepção da filosofia althussero-pecheutiana no Brasil dos anos 1960/70. Percurso silencioso, não disciplinarizado, mas que pode falar através da disciplina como um lugar de primeira re-leitura de Marx, Saussure e Freud; como espaço inicial da problemática que se impõe hoje à Análise do Discurso concernente à sua relação com a Semiologia; como momento de tensão marcado pelas perseguições políticas que se desenrolaram durante a ditadura militar, notadamente, aos pensadores que ousaram refletir com Pêcheux e Althusser. A esse respeito, a figura de Carlos Henrique de Escobar – nome de autor pouco conhecido pelos analistas do discurso – se impõe como representante de um momento em que era caro pensar valendo-se da teoria marxista do discurso construída no entroncamento da Linguística, com a Psicanálise e a História. Assim, quais as condições da recepção de Althusser e Pêcheux nos anos 1960/70 no Brasil? Qual a importância desse momento para o que se conhecemos hoje como Análise do Discurso de linha francesa? De que maneira a problemática discutida nesse momento distante não disciplinar pode interessar hoje para os analistas do discurso? Ao colocarmos essas questões, convidamos o leitor a “olhar debaixo do tapete” para ver “o visto do não visto” do que fala indiretamente através do que nos constitui teórica e academicamente na atualidade.

Palavras – chave: Arqueologia do saber; História das ideias em Análise do Discurso; Louis Althusser; Carlos Henrique de Escobar; Michel Pêcheux.

RÉSUMÉ

Plus qu'accepter un champ de savoir sédimenté et enfermé dans ses origines démarquées, l'analyse archéologique foucauldienne nous fait aller au-delà des surfaces. L'archéologie du savoir ne peut être, dans ce cas, qu'historique, car, elle incite à la réflexion autour des obstacles qu'ont empêchés un parcours autant du point de vue des événements historiques que des mutations théoriques. En effet, au moment où on lance le regard vers le champ de l'Analyse du Discours par le biais de la perspective foucauldienne, il faut laisser en suspension ce que se cache derrière l'étiquette disciplinaire pour constituer une archéologie de la réception de la philosophie d'Althusser/Pêcheux au Brésil dans les années 1960/70. Parcours silencieuse, non disciplinarisé, mais qui peut parler à travers la discipline comme une première relecture de Marx, Saussure et Freud ; comme espace inaugural de la problématique que s'impose aujourd'hui à l'Analyse du Discours concernant leur rapport avec la Sémiologie ; comme moment de tension marqué par les persécutions politiques qui se sont déroulées pendant la dictature militaire, notamment, aux penseurs qu'ont osé réfléchir à partir des idées de Pêcheux et d'Althusser. A cet égard, la figure de Carlos Henrique de Escobar – nom d'auteur peu connu par les annalistes du discours – s'impose comme représentant d'un moment où il était cher de penser à partir d'une théorie marxiste du discours construite dans la jonction de la Linguistique avec la Psychanalyse et l'Histoire. Ainsi, quelles sont-elles les conditions de réception d'Althusser et Pêcheux dans les années 1960/70 au Brésil ? Quelle est l'importance de ce moment pour ce qu'on connait aujourd'hui comme Analyse Française du Discours ? De quelle manière la problématique discutée à ce moment distant non disciplinarisé peut-elle intéresser aujourd'hui aux annalistes du discours ? En posant ces questions, on invite le lecteur à « regarder en-dessus du tapis » pour voir « le vu du non vu » de ce qui parle indirectement à travers de ce que nous constitue théorique et académiquement dans l'actualité.

Mots-clés : Archéologie du savoir ; Histoire des idées en Analyse du Discours ; Louis Althusser ; Carlos Henrique de Escobar ; Michel Pêcheux.

SUMÁRIO

História das ideias em AD no Brasil	4
1 História e saberes	19
1.1 O método arqueológico foucaultiano e a história das ideias	22
1.1.1 Entre o enunciado e os conceitos	38
1.2 História das ideias linguísticas: a recusa do <i>CLG</i>	56
2 Pela via aberta por Althusser: diálogos entre Escobar, Pêcheux e Foucault	77
2.1 Escobar, leitor de Althusser	78
2.2 Escobar, leitor de Pêcheux	97
2.3.1 Escobar, leitor de Foucault	109
2.3.2 Escobar, re-leitor de Foucault	119
3. Diálogos com Saussure	123
3.1 A leitura de Saussure e a constituição da Semiologia Materialista	124
3.2 Por uma Ciência dos Discursos Ideológicos	146
4. Análise do Discurso e Semiologia	159
4.1 Foucault, Pêcheux e a questão da materialidade	162
4.2 Por uma semiologia histórica: perspectivas e possibilidades atuais da AD no Brasil	172
4.3 Semiologia Histórica e Semiologia Materialista	181
Entre a multiplicidade teórica e a recorrência de uma problemática	195
Referências	204

HISTÓRIA DAS IDEIAS EM AD NO BRASIL

Esta tese nasceu de um texto de Gregolin (2007b): “Tempos brasileiros: percursos da análise do discurso nos desvãos da História do Brasil”. A partir desse lugar, abre-se a perspectiva para pensar o campo da Análise do Discurso além da perspectiva disciplinar, ou seja, torna-se possível considerar a teoria sob a ótica de uma história do trabalho filosófico mais amplo do qual a AD é apenas uma parte. A opção pelo termo história das ideias encontra eco no caminho adotado por Colombat; Fournier; Puech (2010, p. 11, grifo do autor), em um livro sobre história das ideias sobre a linguagem e as línguas, em que os autores afirmam:

[...] nós preferimos o termo *ideias* sobre a linguagem e as línguas, que apresenta a vantagem de ser menos engajado epistemologicamente; ou mais exatamente que deriva de um engajamento diferente, menos normativo e mais respeitoso à diversidade das formas que pode tomar o saber em sua história [...]¹. (Trad. nossa)

Temos acompanhado trabalhos importantes sobre a história da Análise do Discurso no Brasil enquanto disciplina. Nesse sentido, é relevante destacar que não nos orientamos essencialmente nessa direção, pois, outros pesquisadores já escreveram e estão escrevendo a esse respeito. É o caso, por exemplo, de Piovezani e Pachi Filho (2010, p. 55) que, além de oferecerem uma visão crítica do percurso disciplinar da AD no Brasil em relação à história francesa, também apresentam alguns autores envolvidos na escrita da história desse campo teórico tanto na França quanto no Brasil:

Neste artigo, trataremos apenas dos desenvolvimentos da AD de “descendência” francesa no Brasil, e particularmente a tradição que segue a linha de Michel Pêcheux e que se difundiu e se institucionalizou no Brasil nos anos 80. Basearemos-nos também em alguns em alguns pontos tomados direta ou indiretamente de Courtine (1986, 2005), Malidier (1990), Gregolin (2004), Ferreira (2005) e Orlandi (2005). (Trad. Nossa)

¹ [...] nous préférons le terme d'idées sur le langage et les langues, qui présente l'avantage d'être moins engagé épistémologiquement; ou plus exactement qui relève d'un engagement différent, moins normatif et plus respectueux de la diversité des formes que peut prendre le savoir dans l'histoire [...].

O trabalho de reconstituição do percurso disciplinar da Análise do Discurso que se instituiu nos anos 1980 seria matéria de outra tese e, como já mencionamos, tem sido estudado há algum tempo por pesquisadores já consagrados. Nesse sentido, o percurso que adotamos trabalhará apenas indiretamente as questões que se desenrolaram nesse período. Isso significa que consideramos esse momento como referência intersticial entre os dois percursos que nos interessam aqui: o anterior (1960/70) e o posterior (após 1990). Essa delimitação se justifica a partir da problemática que norteia esse estudo, qual seja, a da relação – deixada em suspenso no momento de disciplinarização – que se estabeleceu nos anos 1960/70 – e que volta a se estabelecer após os anos 1990 – entre as questões pecheutianas em torno do discurso e a semiologia assim como a forma como essas discussões assentam-se na re-leitura de Saussure.

Os estudos em torno da instauração da disciplina servir-nos-ão apenas como pistas para a construção de nosso percurso. A partir daí, acreditamos poder ampliar o projeto de Gregolin (2007b, p. 32):

Entre 1966 e 1974 – e, portanto, durante o período da ditadura militar brasileira – Carlos Henrique de Escobar, junto com um grupo de intelectuais da esquerda militante brasileira, escreveu insistentemente pela instauração do debate das ideias althusserianas. Essa defesa tinha como objetivo esboçar um programa teórico que, assentado na leitura de Althusser-Herbert-Pêcheux, delineava uma proposta de “análise do discurso” no Brasil.

A afirmação da autora coloca uma questão importante no que concerne à escrita da história da AD atualmente no Brasil, qual seja, a de um diálogo menos discrepante entre a disciplina e o pano de fundo histórico-epistemológico no qual a obra de Pêcheux foi recebida. Sob a ótica dos prismas de recepção, tal como o propõem Colombat; Fournier; Puech (2010), deparamo-nos com um conjunto de trabalhos desenvolvidos no Rio de Janeiro nos anos de Ditadura Militar brasileira. Dentre os nomes que participavam das discussões pertinentes à AD podemos citar: Aluísio Ramos Trinta, Eduardo Portella, Emmanuel Carneiro Leão, José Paulo da Fonseca, Sérgio Paulo Rouanet e Carlos Henrique de Escobar.

A lista de nomes não pára por aí, mas a breve enumeração acima nos dá alguma ideia de que havia um grupo, naquele momento, envolvido com as discussões francesas em torno do sujeito, do discurso e da história, ou seja, em torno dos debates e re-leituras de Marx, Saussure e Freud. Nesse aspecto, tomamos como objeto a produção de Carlos

Henrique de Escobar como a primeira recepção da filosofia althussero-pecheutiana no Brasil, bem como da literatura filológica que se desenvolve a partir de 1957, com Godel, e que visa à reinterpretação do *Curso de linguística geral* à luz de outros textos de Saussure.

Naquele momento, esse autor desenvolvia uma Ciência dos Discursos Ideológicos em torno da re-leitura de Marx, Saussure e Freud. Esse trabalho tinha como pano de fundo epistemológico os postulados da história da ciência e da epistemologia francesas derivadas de Bachelard e Canguilhem; o olhar althusseriano sobre a obra de Marx, Saussure e Freud; a proposição, a partir da fundamentação mencionada, de uma Ciência dos Discursos Ideológicos. Como afirma Gregolin (2007b, p. 32-33):

a) A discussão sobre a história da ciência e sua epistemologia; b) essa discussão fundamenta-se na leitura althusseriana de Marx e, portanto, tem em sua base a epistemologia bachelardiana-marxista; c) a partir das leituras de Althusser e de seu grupo (principalmente Poulantzas, Balibar e Thomas Herbert-Pêcheux), propõe a constituição de uma “ciência dos discursos ideológicos”, com base no materialismo histórico, na linguística e na psicanálise. Portanto, a partir da re-leitura de Marx-Saussure-Freud.

Com o intuito de refletir sobre as décadas de 1960/70 como a primeira época de recepção² do trabalho teórico de Pêcheux no Brasil, enfocamos algumas obras, as quais citamos, por hora, o título e o ano de publicação. Posteriormente, analisaremos aspectos desses textos que confirmam nossa tese de que esse é um momento singular de recepção de Pêcheux no Brasil na medida em que nos oferece uma leitura mais ampla do autor como filósofo. Além disso, esse momento é relevante para reflexões que se desenvolvem em torno da inserção de um modelo semiológico no dispositivo analítico. A esse respeito, vale lembrar que as fontes manuscritas³ de Pêcheux arquivadas no

² O conceito de **recepção** aqui compreendido não se identifica com a ideia de assimilação tal qual de um pensamento vindo de alhures. Trata-se, na esteira do que afirmam Colombat; Fournier; Puech (2010) da incorporação de um pensamento de forma transformada e re-trabalhada teoricamente segundo perspectivas não coincidentes com o ponto de origem. Nesse sentido, tomamos os trabalhos de Escobar como uma recepção do pensamento althussero-pecheutiano no sentido de que o autor, nos anos 1960/70, estabelece uma relação com esses autores no intuito de construir uma posição e uma perspectiva próprias. Nesse processo receptivo, não são coincidentes, por exemplo, a forma como Escobar lê Saussure, que vai tornar sua relação com a linguística totalmente distinta da de Pêcheux. Outro ponto não coincidente é a relação com a informática que atesta novamente o fato de que, embora receptor da teoria do discurso althussero-pecheutiana, Escobar não adota uma atitude passiva e/ou reprodutora dos autores franceses, mas faz funcionar sua perspectiva através deles.

³ Esse dado deriva de minha pesquisa pessoal no fundo Michel Pêcheux, no *Institut mémoire des éditions contemporaines* na *Abbaye d'Ardenne*, em Caen, cidade situada na região da Normandia, no norte da

IMEC – mais precisamente as que estão no *dossier Sémiologie* – provam que o autor não se fechava nas questões da Análise do Discurso.

A pesquisa em torno dos textos de Escobar permite-nos elaborar questões como: quais as condições que possibilitam o retorno do nome de Escobar, no campo da AD, mais de 30 anos depois do momento em que seus textos foram produzidos e publicados? Quais regras de funcionamento exigiram sua saída? Mais que isso, que condições fizeram com que houvesse uma ruptura em um percurso teórico que se desenvolvia em outra direção e que não chegou a se disciplinarizar? Que leituras eram feitas das obras de Marx, Saussure e Freud antes da abertura política brasileira? De que forma essas relações constituem-se como uma primeira época de recepção das ideias de Pêcheux no Brasil? Que relação havia entre o marxismo e a Linguística saussuriana?

A discussão do modelo semiológico proposto por Escobar será feita na seção três. Por enquanto, adiantamos que se trata de um modelo para pensar a língua e os outros sistemas de signo como meios de trabalho dos discursos ideológicos⁴. Esse campo é constituído a partir da leitura do conceito de Semiologia (ciência que estudaria a circulação dos signos no seio da vida social e da qual a Linguística seria apenas uma parte), presente no *Curso de linguística geral*, à luz do marxismo althusseriano. O ganho dessa formulação no interior de uma Ciência dos Discursos Ideológicos é justamente permitir a essa ciência apreender não apenas objetos de materialidade linguística, mas também de materialidade não-linguística, como as imagens. As formulações da Semiologia Materialista – que prevê as diferentes materialidades (imagética, visual, etc.) como objeto de uma análise discursiva – possibilitam uma aproximação com alguns trabalhos de Courtine (2006, 2007, 2008) no que concerne a uma Semiologia Histórica⁵. Esse diálogo arriscado, justifica-se por um anseio presente

França. Explorarei esses dados mais adiante, quando discutir a amplitude do pensamento filosófico de Pêcheux e da relação dessa versatilidade com a leitura feita por Escobar.

⁴ Essa nomenclatura é própria aos trabalhos de Escobar e à sua Ciência dos Discursos Ideológicos. Ela se inscreve no quadro de uma teoria de diferenciação entre o ideológico e o científico, dentro do qual ela ganha realidade conceitual. Isto é, caracteriza-se um discurso como ideológico – e ressalta-se sempre essa condição – na medida em que o fundamental é separá-lo do discurso científico. Temos assim, a justificativa para o emprego sempre marcado desse termo no fato de que se acreditava na ciência pura que passou pelas três generalidades e que, portanto, não se liga mais à matéria-prima ideológica que lhe serviu de ponto de partida. Importante ressaltar que a base para essa questão encontra-se em Pêcheux/Thomas Herbert e em Althusser.

⁵ Esse diálogo visa pensar, a partir do trabalho histórico-epistemológico das questões levantadas por Escobar nos anos 1960/70, uma prática da Análise do Discurso – em vias de desenvolvimento no Brasil – que procura estabelecer uma relação com a obra histórico-antropológica de Jean-Jacques Courtine. Nesse sentido, retomamos a relação teoria marxista do discurso x semiologia saussuriana em Escobar para traçar

que, por meio da retomada dos postulados de Foucault e Barthes, procura pensar uma perspectiva semiológica no interior da AD.

As obras que compõem nosso arquivo constituem-se de artigos publicados na revista *Tempo Brasileiro* e de livros/capítulos de livros publicados por outras editoras. Dentre os artigos publicados por Escobar, destacamos: “Do estatuto dos discursos no inconsciente e na história (1974); “Leitura de Saussure: proposições semiológicas (1972a)”; “Uma filosofia dos discursos: uma ciência dos discursos ideológicos” (1972b); “Categorias gerais para um enfoque dos discursos ideológicos” (1973a). Dentre os capítulos de livros, destacamos: a “Introdução” de um livro organizado por Escobar intitulado *Semiologia e linguística hoje* (1975d); “As leituras e a leitura prático-teórica”. *Epistemologia e teoria da ciência* (1971). Dentre os livros, citamos: *Epistemologia das ciências hoje* (1975a); *Discursos, instituições e história* (1975b); *As ciências e a filosofia* (1975c); *Proposições para uma semiologia e uma linguística: uma nova leitura de F. de Saussure* (1973b).

Para investigar essas obras no sentido de compreendê-las como momento de recepção dos postulados de Pêcheux – e da filologia em torno dos textos de Saussure – e tomá-las a partir da possibilidade de inserção de um modelo semiológico no interior da AD para abordagem da materialidade não-verbal, é necessário tomá-las como produto histórico de um campo de saber. Mais precisamente, um campo de saber que, para nós, está ligado, no Brasil, à Análise do Discurso de linha francesa⁶. Devido ao estatuto não disciplinarizado da Ciência dos Discursos Ideológicos proposta por Escobar, tomamos a proposta arqueológica de Michel Foucault como ponto teórico para a descrição histórica desse movimento.

Ao nos apropriarmos do método arqueológico para realizarmos este trabalho, isso significa que é na relação descontínua entre saber – filosofia marxista de Pêcheux e Althusser, Ciência dos Discursos Ideológicos (CDI) e Semiologia Materialista – e disciplina – AD de linha francesa – que nos colocamos: um saber que está em continuidade com a proposta filosófica de Michel Pêcheux e Althusser na França e em

uma descontinuidade vinculada à preocupação atual em torno da relação teoria foucaultiana do discurso x semiologia histórica. Ao assinalarmos essa descontinuidade, assumimos que existem relações – descontinuidade pressupõe relação – entre essas duas perspectivas que permitem traçar ecos epistemológicos. O leitor encontrará, em “Entre a multiplicidade teórica e a recorrência de uma problemática”, a referência aos principais grupos de Análise do Discurso que trabalham nessa perspectiva de diálogo com a semiologia histórica de Courtine.

⁶ No entanto, não podemos nos esquecer de que Pêcheux, assim como Escobar, era um filósofo militante e seu trabalho não se reduz à Análise do Discurso. Voltaremos a isso mais adiante.

descontinuidade com a disciplinarização da **Análise do Discurso de linha francesa** no Brasil nos anos 1980.

No entanto, podem-se assinalar descontinuidades entre Escobar e Pêcheux no que concerne à estratégia de leitura que eles adotam em relação a Saussure. A leitura escobariana a partir da perspectiva filológica – principalmente de *Fontes manuscritas* – que se desenvolvia na Europa faz com que o autor não tome apenas o *CLG* como fonte do pensamento saussuriano. Ao adentrar nessa problemática, Escobar dá profunda atenção ao primado da Semiologia sobre a Linguística Geral, ou seja, seus questionamentos problematizam a forma como foi fundada uma Linguística estrutural a partir do *CLG* em detrimento da possibilidade de uma teoria da produção/circulação dos signos fundada em uma leitura marxista da Linguística saussuriana. Em contrapartida, Pêcheux não questiona a verdade do pensamento saussuriano na medida em que ele toma como central o fato de que o *CLG* funda, no século XX, a Linguística como ciência a partir da ideia de que a língua pode ser pensada como jogo de valores dentro de um sistema e como fato social. Isso se deve, dentre outros fatores, à necessidade de implementação da teoria linguística ao instrumental informatizado de tratamento de textos e sequências discursivas.

Além disso, não defendemos que o trabalho de Escobar é o passado especular da Análise do Discurso que se desenvolve posteriormente no Brasil. Não é nosso objetivo aqui identificar um momento ao outro, mas é importante dizer que, se investigamos esse outro momento, não é para dizer que tudo já estava lá, da mesma forma, esperando apenas pelo momento da disciplinarização.

Ainda que não adotemos uma comparação rigorosa com ciências constituídas – uma vez que nosso objetivo é pensar a recepção da filosofia pecheutiana nos anos 1960/70 – é inevitável alguns cotejamentos entre o saber representado pela CDI/Semiologia Materialista e as ciências da História, da Psicanálise e da Linguística, mais precisamente, em relação a esta última. Essa inter-relação é importante, pois confirma um momento de recepção singular da filosofia pecheutiana em que vemos uma diferença em torno do lugar da Linguística Estrutural no interior do pensamento marxista.

A revista *Tempo Brasileiro*, na qual os textos de Escobar eram publicados, era um veículo das discussões que se davam na França em torno das problemáticas do marxismo, do estruturalismo e da Psicanálise. Os artigos de Escobar enfocados aqui

eram publicados principalmente pela editora Tempo Brasileiro, juntamente com traduções de diversos textos de pensadores franceses que participavam ativamente de discussões em torno das teorias da História, da ciência, do discurso e do sujeito, dentre eles: Canguilhem, Bachelard, Foucault, Althusser e Michel Pêcheux:

Este número da TB (28) se completa com um outro, em impressão, cujo conteúdo teórico mostra a continuidade e o aprofundamento dos temas aqui contidos. No número conexo, TB reúne ensaios inéditos de L. Althusser, E. Balibar, Pêcheux⁷, Carlos Henrique de Escobar, Cabral Filho e outros, num entrelaçamento do pensamento epistemológico internacional e brasileiro. (TB, 1972, p. 1)

Além de artigos, o autor publica livros em outras editoras como a Vozes e a Editora Rio. Naquele momento, os espaços editoriais funcionavam como canais para as falas de Escobar e do grupo que organizava a Tempo Brasileiro cujos nomes – alguns deles para sermos mais exatos – mencionamos acima. Os textos “A leitura e a leitura prático teórica” (1971) – em que Escobar faz uma crítica a Foucault – e *Proposições para uma semiologia e uma linguística* (1973b) – em que Escobar retoma as *Fontes manuscritas* para re-ler Saussure na ótica de uma teoria do discurso –, por exemplo, foram publicados, respectivamente, pela Vozes e pela editora Rio.

O percurso traçado por Escobar coloca-nos a problemática da recepção da filosofia pecheutiana no Brasil e do recalçamento, produzido pela AD, desse outro Pêcheux, menos preocupado com a construção de uma disciplina universitária. Essa primeira época da recepção em um momento em que as ideias fervilhavam na conjuntura epistemológica francesa, apresenta uma dupla característica: a re-leitura filosófico-exegética da obra de Saussure sem a preocupação de fundar uma disciplina universitária e a militância política no fazer científico derivada das leituras marxistas.

Escobar busca nas discussões exegéticas – estudo dos originais e da edição crítica de Godel – um conceito de Semiologia que fundamenta sua teoria do discurso. A proposta é problematizar epistemologicamente o *CLG* no sentido de mostrar em que o jovem Saussure – marcado por pontos de vista não científicos sobre a linguagem –

⁷ O número conexo a que se faz referência aqui é justamente aquele em que consta a primeira tradução, no Brasil, do texto de Thomas Herbert intitulado “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social”. Trata-se do número da *Tempo Brasileiro* 30/31 referente a julho/dezembro de 1972 e que foi lançada em 1973. Além desse texto de Pêcheux/Thomas Herbert, encontramos o texto de Althusser que se intitula “As teses. Sobre Monod. Sobre Desant e os pseudo problemas de terceira espécie” e um texto de Canguilhem intitulado “O que é a psicologia?”.

difere do Saussure Maduro – fundador de uma ciência. Pêcheux – homem apaixonado pelas máquinas⁸ – vai pela via da construção de um método de análise – ainda que não necessariamente com a finalidade de fundar uma disciplina universitária – e, para isso, toma como base os procedimentos da linguística estrutural harrisiana.

A leitura sintomal é um conceito proposto por Althusser para ler a obra de Marx. Segundo a proposta althusseriana, para se ler Marx, é preciso interpretar as lacunas deixadas por ele e que, se preenchidas por uma leitura crítica da estrutura mesma dos textos, permitem que se visualize, em Marx, a produção de um campo científico denominado continente História. Escobar faz o mesmo em relação a Saussure: ao re-ler o *Curso de linguística geral* à luz de *As fontes manuscritas* e de *As palavras sob as palavras*, de Starobinski, ele percebe lacunas no *CLG* que podem ser preenchidas por uma Ciência dos Discursos Ideológicos.

Os textos de Escobar buscam, assim como os de Pêcheux, a problematização do campo das ciências humanas a partir de uma teoria marxista do discurso. No entanto, como já dissemos anteriormente e voltaremos posteriormente, as proposições divergem em alguns pontos, daí a justificativa para o método foucaultiano enquanto lugar teórico para a compreensão do funcionamento da descontinuidade no campo dos saberes: enquanto Escobar propunha uma CDI – da qual a Linguística seria uma parte importante – sem um método formalizado de abordagem da materialidade linguística, Pêcheux fundamentava sua teoria no modelo automático derivado da sintaxe distribucional, conforme mostraremos na subseção 2.2 deste trabalho.

A problemática da relação entre CDI, Semiologia, História e Linguística remete à re-leitura da recepção da teoria althussero-marxista do discurso no Brasil. É necessário refletir sobre como se dava a relação Semiologia x CDI no momento em que era caro visualizar a ciência de Saussure no interior da ciência de Marx. No *CLG*, a Semiologia não é suficientemente desenvolvida e sua presença é lacunar. O que se retém é que deveria haver uma ciência dos signos e das leis que os regem:

⁸ É possível observar os cálculos algorítmicos feitos por ele em suas fontes manuscritas. Ao consultarmos essas fontes no IMEC damos-nos conta de que os resultados impressos ao final de *AAD 69* – resultantes do procedimento informatizado – são parecidos com os cálculos manuais feitos por Pêcheux. O autor construía matrizes, somas, cálculos probabilísticos, etc. É preciso considerar que Escobar, vivendo no Brasil, não tinha acesso às máquinas informáticas. A computação, nesse momento, estava muito no início e, no Brasil, era praticamente inexistente.

Pode-se então conceber uma **ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social**; ela constituiria uma parte da Psicologia Social e, por conseguinte, da Psicologia geral; chamá-la-emos de **Semiologia** (do grego *seméion*, “signo”). Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem. Como tal ciência não existe ainda, não se pode dizer o que será; ela tem direito, porém, à existência; seu lugar está determinado de antemão (SAUSSURE, [19??], p.24, grifos do autor).

A partir da ideia de uma Semiologia, Escobar propõe tomar, em Saussure, a questão da circulação dos signos – a arbitrariedade como princípio que permite o vínculo entre o sócio-histórico e a língua – como ponto em que é possível pensar a língua – mas não apenas ela – como produto histórico-ideológico. Nesse sentido, *langue*, como constructo teórico e objeto da Linguística, vai além de um objeto já-dado que serve à descrição do linguista.

As questões intrínsecas aos trabalhos de Escobar recolocam a ciência linguística como uma ramificação no interior de um continente maior. Nesse momento, a ciência da linguagem nascente no Brasil era fortemente marcada pelas ideias estruturalistas norte-americanas. No movimento iniciado durante a Ditadura Militar, que consideramos as bases constitutivas da recepção de Pêcheux no Brasil, o lugar da Linguística na reflexão sobre o discurso era o de uma ciência no interior do continente da História.

A relação de pertencimento da Linguística à História é reforçada indiretamente pela recusa de um método formal baseado na linguística estrutural. Tal negação coloca em xeque a concepção de que para ser científico tem-se, necessariamente, que ser objetivo-descritivo e, por vezes, lógico-matemático-quantitativo.

A partir dos anos 1980 no Brasil os trabalhos de Pêcheux foram incorporados à Linguística e isso leva ao estabelecimento de procedimentos analítico-descritivo-linguísticos do texto para se chegar ao discurso. A luta de classes na teoria – no sentido de respostas a nível teórico-filosófico direcionadas à *praxis* política –, a partir da abertura política, é ofuscada pelos embates contra a Linguística Estrutural e Gerativa, ou seja, as lutas migram do campo político para o teórico. Nos anos 1980, a oposição à linguística formal tem como pano de fundo o debate em torno das noções de ideologia e luta de classes no sentido de instituir uma disciplina. O maior enfoque nas questões da ideologia/luta de classes, necessário à inserção disciplinar da Análise do Discurso face à Linguística Estrutural e Gerativa leva, indiretamente, à minorização da problemática científica althusseriana. Isto é, a partir dos anos 1980, a Análise do Discurso será mais

um dispositivo de interpretação/descrição das formas de manifestação da ideologia do que de higienização da ideologia em prol da manutenção dos aspectos científicos das ciências humanas⁹.

Se, no que consideramos uma primeira recepção do autor, não é propriamente a reivindicação de uma constituição disciplinar que acontece, a partir de 1980 as condições histórico-epistemológicas levam a isso. Essa reconfiguração institui, por exemplo, a operacionalização constante de conceitos como **formação discursiva** e **sequência discursiva** enquanto instrumental técnico-linguístico para a apreensão do discurso. Esses conceitos, que poderiam ser aplicados aos materiais da história de forma mais ampla e não apenas a *corpora* linguísticos, levam a um procedimento fundamental de constituição de *corpus*¹⁰ de textos escritos. Evidentemente, esses procedimentos são previstos pelo próprio Pêcheux, mas a questão é que esse ponto de sua obra, vinculado à da AD e à sua localização como disciplina no interior da Linguística, ofusca um outro Pêcheux e, conseqüentemente, um outro lugar de recepção de sua obra no Brasil.

A recepção da teoria do discurso althussero-pecheutiana nos anos 1960/70 toma como fundamental a prática conceitual da leitura sintomal. Os conceitos marxistas são convocados, via leitura althussero-pecheutiana, para compreender o discurso ideológico como algo a ser diagnosticado e eliminado de textos teórico-científicos como o *CLG*. Isto é, o instrumental marxista faz funcionar uma prática teórica de “higienização” dos textos científicos e, a partir daí, permite um posicionamento teórico-político militante. Em entrevista concedida a nós, Escobar (2011) nos conta como a leitura de Althusser foi fator não negligenciável, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, para sua expulsão do Partido Comunista:

⁹ Não desconsideramos que na França dos anos 1980 a maioria das propostas de Althusser eram questionadas pelo próprio Pêcheux. A discussão sobre o científico e o ideológico, por exemplo, já havia sido superada no contexto francês a partir da ideia dos aparelhos ideológicos, das práticas, etc. A questão que toca à recepção dos trabalhos de Pêcheux pós-1980 no Brasil é que não houve uma periodização rigorosa e explicitada dos textos pecheutianos em relação à data de publicação na França. Essa forma de recepção/tradução dos textos de Pêcheux cria o efeito de que tudo se desenrolou em uma continuidade linear e que alguns conceitos operados pelo autor – tais como interpelação ideológica e assujeitamento do sujeito – não sofreram modificações. Como mostraremos adiante, o próprio Pêcheux – ao se aproximar das teses de Foucault e acompanhar as auto-críticas althusserianas – vai pensar as resistências e negar a tese de que a história é um processo sem sujeitos.

¹⁰ Ressaltamos que essa constituição de *corpus* não era simplesmente baseada no pertencimento a uma formação discursiva, mas também um conjunto de enunciados que apresentavam certa regularidade sintática. Courtine (2009), por exemplo, ao analisar o discurso comunista endereçado aos cristãos, faz a seleção das determinativas do tipo É X... que Y.

Os rapazes (que se preparavam para entrar na USP) do grupo da Biblioteca Municipal de SP se tornaram os intelectuais do Brasil – FHC, Gianotti, Bento Prado, Roberto Shwartz, e mais uns dez ou vinte. E no Rio, aqueles outros que tentaram impedir a “histórica passeata dos cem mil” (contra a Ditadura Militar) como foi o caso do Ferreira Gullar, Carlos Nelson Coutinho, Konder e a elite do PCB no Rio, tinham em comum com o pessoal de SP impedir que lêssemos e editássemos Althusser (ESCOBAR, apud KOGAWA, 2011).

Era essa a função do pensamento althussero-pecheutiano tanto no Brasil quanto na França: permitir uma tomada de posição teórico-política frente à esquerda comunista e à direita. Não desconsideramos a importância da construção de modelos linguísticos para apreender o discurso. Pelo contrário, esse procedimento representa algo já consolidado em relação à leitura que se faz de Pêcheux no Brasil e essa prática analítica reatualiza os postulados teóricos pecheutianos. No entanto, esse lugar de exercício operacional pode significar uma acomodação à prática técnica e nos levar ao esquecimento da História. Não podemos, se quisermos compreender questões importantes do trabalho teórico de Pêcheux e de sua recepção no Brasil, nos ater apenas à operacionalização – uma espécie de mecanização teórica – de determinados conceitos. Isso nos ajuda a compreender a questão levantada por Foucault (2008c, p. 351):

É preciso considerar a ontologia crítica de nós mesmos não certamente como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula; é preciso concebê-la como uma atitude, um *êthos*, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível.

Ao pensarmos a história da recepção de Althusser e Pêcheux no Brasil – e da teoria do discurso de base marxista – pelo viés da arqueologia foucaultiana visamos, em um primeiro momento, compreender certas discontinuidades entre a epistemologia althussero-pecheutiana e a disciplina devidamente rotulada como Análise do Discurso. Essa abertura leva à retomada da problemática em torno da teoria da ciência bachelardiana no sentido de que, uma intervenção política só poderia ser feita pela via do trabalho teórico e da ciência. Esse trabalho de dissipação da ideologia é feito por meio da re-leitura de Marx, Saussure e Freud no intuito de assinalar, via leitura sintomal, o discurso diferencial que os torna fundadores de campos científicos.

Essa leitura sintomal do discurso diferencial produz, no que concerne à leitura feita por Escobar da obra de Saussure, um outro espaço de discontinuidade a partir do

qual podemos pensar questões atualmente levantadas em torno de diálogos possíveis entre a semiologia de base saussuriana e uma semiologia histórica de base foucaultiana via antropologia histórica de Courtine. Tratam-se, portanto, de dois percursos: um que visa mostrar descontinuidades entre epistemologia althussero-pecheutiana e Análise do Discurso – trabalho teórico que nos permite diagnosticar o fato de que a obra de Pêcheux é recebida no Brasil antes da abertura política – e outro que visa pensar diálogos entre teoria do discurso x semiologia.

Na primeira parte deste trabalho, discutimos conceitos da arqueologia foucaultiana, da epistemologia de Canguilhem e Bachelard e da história das ideias linguísticas. Isso nos ajuda a pensar a primeira recepção de Pêcheux, nas décadas de 1960/70, como movimento não institucionalizado devido aos obstáculos epistemológicos e políticos. Nesse sentido, retomamos a ideia proposta por Bachelard, Canguilhem e por Foucault – embora Foucault não seja propriamente um historiador das ciências – de que os percursos de um campo do conhecimento estão em constante modificação e por isso a descontinuidade deve ser uma ferramenta operacional para o historiador/arqueólogo do saber.

Na segunda seção, traçamos um paralelo entre as obras de Escobar (1975a, 1975b, 1975c, 1975d, 1974, 1973a, 1973b, 1972a, 1972b, 1971) Althusser (2006, 1985, 1979, 1975), Pêcheux (2009, 1997¹¹, 1990) e Foucault (2008a, 2008b, 2004). Esse é um ponto importante que sustenta o argumento de que a obra de Escobar representa a primeira recepção da teoria pecheutiana no Brasil e dos diálogos dessa filosofia com as teses foucaultianas. Tal recepção pode ser vista por pelo menos dois eixos distintos e complementares: um deles, de cunho externo a uma análise das relações conceituais e, sob esse prisma, não teórico, é o envolvimento direto de Escobar na tradução dos primeiros textos de Pêcheux – ainda sob pseudônimo de Thomas Herbert – no Brasil, dentre eles, “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social”, traduzido no início da década de 1970 em *Tempo Brasileiro 30/31*; o outro eixo pelo qual percebemos uma recepção da obra de Pêcheux é interno à prática teórica adotada por Escobar e, sob essa ótica, consideramos recorrente, em ambos, a preocupação em criticar, pela via de uma teoria marxista do discurso, a presença da ideologia burguesa nas ciências humanas. A partir dessa recorrência, é possível mostrar

¹¹ Essa referência está associada à obra *Por uma análise automática do discurso*, organizada por Gadet e Hak.

a coexistência, em ambas as propostas de teoria discursiva, do funcionamento das teses althusserianas a respeito da diferença entre o científico e o ideológico e da leitura sintomal.

No entanto, o conceito de recepção que retomamos de Colombat; Fournier; Puech (2010) leva-nos a compreender a prática teórica de Escobar como algo singular e transformado em relação às proposições de Pêcheux na França. Isso será percebido, principalmente, nas estratégias de leitura adotadas para a obra de Saussure. Sob a égide dessa consideração, afirmar que o trabalho de Pêcheux teve uma primeira recepção nos anos 1960/70 não significa que sua obra tenha sido importada sem reavaliações, transformações e inovações adaptadas ao contexto histórico-epistemológico brasileiro da época.

Na terceira seção, mostramos como Escobar, a partir da constituição de uma Ciência dos Discursos Ideológicos, recebeu e incorporou a Semiologia saussuriana no interior de sua proposta epistemológica. Nesse sentido, essa primeira recepção das formulações pecheutianas no Brasil adota outro viés para a interpretação do *CLG*. Se Pêcheux, como afirmam Puech (2005) e Cruz (2006), procede a uma leitura – derivada do *CLG* – que atribui a Saussure o esquecimento da fala, do sujeito e, portanto, da história, Escobar pensa, a partir de outras fontes, que os trechos do *Curso* em que Saussure denega o sujeito e a história nada mais são do que um desvio de interpretação dos editores em relação ao pensamento de Saussure ele mesmo. Para isso, o autor brasileiro recorre a *As fontes manuscritas* e *As palavras sob as palavras* (a pesquisa sobre os anagramas). Isso o leva a conceber a língua, bem como outras materialidades, como meios de trabalho para produção do discurso no interior de uma Ciência dos Discursos Ideológicos responsável por higienizar as ciências humanas da ideologia burguesa.

Na quarta seção, intentamos um diálogo entre a Análise do Discurso – como recorte do pensamento pecheutiano – e a Semiologia. Isso se faz a partir da análise das obras de Pêcheux – notadamente a leitura dos inéditos –, de Courtine e de Foucault. A nosso ver ocorre atualmente no Brasil, via trabalhos de J.-J. Courtine (2009, 2008, 2007, 2006), uma reconfiguração das propostas pecheutianas a partir das leituras de Gregolin – que faz funcionar, como Courtine, a perspectiva foucautiana no interior da AD a partir da problematização filosófica entre Foucault e Pêcheux – feitas desde o final dos anos

1980. A leitura da autora abre a possibilidade de vermos em Pêcheux um filósofo ao mesmo tempo que um analista do discurso.

O próprio Courtine não se inscreve mais no campo da Análise do Discurso, mas, no Brasil, as questões levantadas pelo autor francês são pensadas no interior da AD no sentido de possibilidade de reflexão para as materialidades não-verbais, principalmente, as visuais. Uma das justificativas para uma ponte entre o trabalho sobre antropologia das imagens e a AD é a intermediação da arqueologia foucaultiana a partir da qual se pode conceber uma teoria do discurso. Em que pese certo ceticismo em relação ao lugar de Courtine frente à AD, em sua resposta à minha questão¹² Courtine (2011, p. 25-26) afirma:

Para a AD brasileira eu diria que eu sou provavelmente um mal exemplo, pois, meu percurso consistiu em deixar de fazer AD. Então, se a AD ou alguns analistas do discurso brasileiros querem se inspirar em meu exemplo, eu acredito fortemente que eles correm o risco, como eu, de deixar de serem analistas do discurso. A menos que dermos, o que me parece ser ao mesmo tempo o caso no Brasil, uma acepção muito larga ao termo análise do discurso. Eu compreendo que queiramos dar à AD um sentido mais largo do que aquele que ela teve e continua tendo, que queiramos fazer entrar em nosso campo materiais que não são puramente textuais. Nesse caso, se estas preocupações estiverem fortemente inscritas no campo da História, se os materiais sobre os quais se trabalha são documentos não estrita e unicamente linguísticos, então, sim, por que não? Talvez a perspectiva que eu desenvolvo possa se inscrever no campo da AD.

Assim, primeiramente, empreendemos aqui um trabalho histórico-epistemológico de reconstrução do trajeto de recepção das obras de Althusser e Pêcheux por Carlos Henrique de Escobar nos anos 1960/70 para, a partir daí assinalar uma dupla descontinuidade: primeiramente uma que se dá entre esse primeiro momento e a disciplinarização do trabalho de Pêcheux em Análise do Discurso nos anos 1980; em segundo lugar, uma descontinuidade que se produz a partir dos anos 1990 por meio da

¹² Em 2010/2011, realizei, sob supervisão do Prof. Jean-Jacques Courtine, um estágio doutoral na Université Sorbonne Nouvelle (Paris III). Nessa ocasião, propus ao professor Courtine que respondesse algumas questões a respeito da sua relação com a Análise do Discurso e de como ele via a disciplina na atualidade, tanto na França quanto no Brasil. A resposta, da qual retiro essa citação, foi dada a uma questão bastante pontual em que expus a ele os trabalhos desenvolvidos no GEADA (Grupo de Estudos de Análise do Discurso de Araraquara) e em alguns grupos dele « derivados » como o LABOR (Laboratório de Estudos do Discurso) e o LABEDISCO (Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo). Esses grupos, coordenados, respectivamente, pela Profa. Maria do Rosário Gregolin (UNESP – CAr), pela Profa. Vanice Sargentine (UFSCAR) e pelo Prof. Nilton Milanez (UESB), são responsáveis por um trabalho de re-leitura da AD em diálogo com as proposições histórico-antropológicas de Courtine.

relação que os trabalhos em Análise do Discurso no Brasil vão estabelecer com a obra de Courtine e Foucault – e o projeto de semiologia que deriva dessa perspectiva histórica. Trata-se, portanto, embora focados no primeiro momento de recepção da teoria pecheutiana, de buscar estabelecer vínculos de descontinuidade com o panorama atual da Análise do Discurso no Brasil.

Nesse percurso em três momentos, temos a retomada de uma problemática – intermediada pela fase de disciplinarização universitária dos anos 1980 – que se dará a partir dos anos 1990 em direção aos anos 1960/70. Isto é, a problemática da relação teoria do discurso x semiologia é o passado longínquo do que se produz a partir dos anos 1990 no interior de grupos como o GEADA, o LABOR, o LABEDISCO, o LEDIF e o GEF e que delineia atualmente uma via disciplinar de desenvolvimento dos trabalhos em Análise do Discurso Francesa no Brasil em direção aos diálogos com a semiologia¹³.

O trabalho de Escobar representa um passado possível para a Análise do Discurso em geral que nos permite lançar olhos para a relação Análise do Discurso x Semiologia em particular, notadamente, se consideramos a importância de pensarmos hoje os desafios que representam, para a teoria do discurso, as novas formas de materialização do discurso político televisivo, a globalização e as formas de dominação que se impõem no campo de circulação das imagens, entre outros fenômenos peculiares à cultura de massa que é a nossa. Olhar, de maneira crítica, para esses percursos nos ajuda a responder à questão foucaultiana: quem somos nós hoje?

¹³ A esse título, destacamos o livro *Análise do discurso e Semiologia: problematizações contemporâneas*, organizado por Maria do Rosário Gregolin e João Kogawa.

1 HISTÓRIA E SABERES

Revolver a superfície de um determinado campo de saber. Essa afirmação define a primeira fase da obra de Michel Foucault. Tal como os territórios investigados pelo filósofo francês, nosso campo de interesse mantém uma relação ambígua com o que se denomina **ciência** ou, mais precisamente, **disciplina**. Situamo-nos no lugar da história e é apenas desse lugar que compreendemos as transformações do saber. Não uma história das guerras, dos movimentos políticos, da troca de governantes, das grandes descobertas da Física, mas de uma grade de leitura que influenciou consideravelmente as ciências humanas nos anos 1960/70.

Inicialmente, poderíamos dizer que se trata de uma história das ideias, mais especificamente, de uma história das regras de formação de enunciados e conceitos. No entanto, não se trata de re-construir um percurso teórico para buscar a unidade do que foi dito, a coerência entre os dizeres do presente e os do passado. Tampouco interessam os acúmulos que fizeram com que hoje tivéssemos um campo teórico disciplinarizado nas universidades.

O passado não deve ser o lugar confortável para a consciência nem tampouco a continuidade dos saberes o leito para o sono tranquilo da subjetividade. Pensar os percursos do pensamento althussero-pecheutiano e a Análise do Discurso Francesa no Brasil é pensar a história de caminhos de leitura apagados, das lutas políticas na teoria, das re-interpretações da Linguística Estrutural e de seu pai fundador *avant la lettre*. As reflexões foucautianas abrem a possibilidade para uma investigação que parte de um campo disciplinarizado – a AD – e nos levam a um momento singular de recepção das ideias do filósofo Michel Pêcheux. Estranho paradoxo: em que medida esse espaço disciplinar faz presente a figura de Pêcheux ao mesmo tempo em que apaga outras marcas de suas reflexões?

Para acompanhar o percurso da recepção da obra pecheutiana no Brasil é preciso proceder à problematização da disciplina pela qual ele se tornou conhecido no sentido de compreendermos suas regras de formação. Dentre as indagações que relevam do procedimento arqueológico, são recorrentes e importantes algumas como: de que lugares determinados enunciados são produzidos? Por que esse enunciado e não outro? Quais posições subjetivas estão autorizadas a produzi-lo? Quais condições históricas

permitem a inter-relação de certos saberes? Em qual *episteme* insere-se esta ou aquela teoria? A arqueologia

[...] é antes um estudo que se esforça por encontrar a partir de que foram possíveis conhecimentos e teorias; segundo qual espaço de ordem se constituiu o saber; na base de qual *a priori* histórico e no elemento de qual positividade puderam aparecer ideias, constituir-se ciências, refletir-se experiências em filosofias, formar-se racionalidades, para talvez se desarticulem e logo desvanecerem. (FOUCAULT, 1999, p. 18).

No lugar do “progresso da razão”, aparecem as condições de possibilidade do fazer teórico e de sua recepção. Mais do que o acúmulo e o aperfeiçoamento, interessam as condições de emergência e os acontecimentos que impuseram mudanças; os obstáculos histórico-epistemológicos que permitiram a constituição de certos percursos e não de outros. A ausência do nome de Escobar na escrita da história da AD brasileira até o ano de 2007 – ano da publicação do texto de Gregolin –, bem como do seu trabalho em torno da constituição de uma Ciência dos Discursos Ideológicos (CDI) e uma Semiologia Materialista, desnuda uma contradição entre, de um lado, uma espécie de apagamento fundado na ideia de que só é relevante o que se disciplinarizou e, de outro, uma necessidade de se retomar esse momento não disciplinarizado para, a partir de um Pêcheux menos comprometido com a disciplinarização da AD, refletirmos sobre a relação entre sua teoria do discurso e a Semiologia¹⁴.

Isso nos coloca diante da ideia de cumulatividade discutida por Colombat; Fournier; Puech (2010). Para a história das ciências, essa é uma questão fundamental. Se tomarmos o exemplo da Física ou da Química, teremos ciências pouco cumulativas, na medida em que as teorias anteriores a Galileu ou Lavoisier se situam em um tipo de pré-história dessas ciências. No entanto, quando se trata de ciências da linguagem, negligenciar os momentos anteriores à institucionalização é uma atitude imprudente face à história. Sob o pano de fundo da história das ciências, Colombat; Fournier; Puech (2010, p. 15, Trad. nossa), afirmam:

A tarefa do historiador das ciências é, na realidade, totalmente outra. Trata-se não de fazer a história da verdade que, com efeito, não se tem, mas aquela do conhecimento da verdade, ou seja, dos

¹⁴ A esse respeito, merecem destaque as notas manuscritas de Pêcheux que encontramos no IMEC – Abbaye d’Ardenne, Caen. Voltaremos a isso mais adiante.

procedimentos, das estratégias que conduziram ao conhecimento da verdade, o que corresponde à realização de dois projetos: 1) a descrição das formas sob as quais os diferentes estados de conhecimento foram representados: as teorias são expostas sob a forma de textos, de discurso, que podem ser descritos enquanto tais, do ponto de vista de sua materialidade; mas podemos (e devemos) igualmente nos dotarmos de uma concepção semântica dos núcleos dos conhecimentos; dito de outra forma, descrever (do interior) o sistema conceitual ao qual eles correspondem; 2) a descrição da mudança teórica, ou seja, do fato de que passamos historicamente de um estado do conhecimento do objeto a um outro, de uma representação do conhecimento a uma outra. É, então, igualmente legítimo esperar do historiador que ele ultrapasse a simples descrição da mudança e que ele proponha uma análise das causalidades da mudança¹⁵.

O pano de fundo epistemológico da citação acima vai ao encontro dos pressupostos da arqueologia foucaultiana e, enquanto historiadores preocupados com teorias voltadas para o estudo da linguagem, o trabalho desses autores também nos servem de norte. A construção de uma **concepção semântica dos núcleos de conhecimento** implica que não se pode ignorar as relações conceituais e a mudança de significado de conceitos fundamentais de um campo de saber. O diálogo com Foucault é fundamental para a construção do campo da história das ideias linguísticas tal como a propõem, na esteira dos trabalhos de Sylvain Auroux, Colombat; Fournier; Puech (2010).

Os conceitos de enunciado, formação discursiva e regularidades enunciativas, pensados sob a ótica do estudo do saber, permitem compreender a forma com que a recepção da obra de Pêcheux se dá nos textos de Escobar, ou seja, seus escritos são tomados em sua materialidade de enunciado que, como tal, só existe em função da formação discursiva da qual faz parte e das regras que a constituem.

¹⁵ *La tâche de l'historien des sciences est en réalité tout autre. Il s'agit non de faire l'histoire du vrai qui en effet n'en a pas, mais celle de la connaissance du vrai, c'est-à-dire des procédures, des stratégies qui ont conduit à la connaissance du vrai, ce qui correspond à la mise en oeuvre de deux projets: 1) la description des formes sous lesquelles les différents états de connaissance ont été représentés: les théories sont exposées sous la forme de textes, de discours, qui peuvent être décrits en tant que tels, du point de vue de leur matérialité; mais on peut (et on doit) également se doter d'une conception sémantique des noyaux des connaissances; autrement dit décrire (de l'intérieur) le système conceptuel auquel elles correspondent; 2) la description du changement théorique, c'est-à-dire du fait que l'on passe historiquement d'un état de connaissance de l'objet à un autre, d'une représentation de la connaissance à une autre. Il est alors également légitime d'attendre de l'historien qu'il dépasse la simple description du changement et qu'il propose une analyse des causalités du changement.*

1.1 O método arqueológico foucaultiano e a história das ideias

Foucault (2004, p. 5) nos diz, em *A arqueologia do saber*, que “[...] as descrições históricas se ordenam necessariamente pela atualidade do saber.” O projeto do autor nesse livro é explicitar o percurso desenvolvido desde *A história da loucura*, sua tese de doutoramento. Até então, Foucault tinha empreendido descrições sobre como se formam e se transformam os saberes na sociedade ocidental. A esse título, destacam-se seus primeiros trabalhos: *História da loucura na idade clássica*, *O nascimento da clínica* e *As palavras e as coisas*.

A arqueologia do saber tem uma função sintética e sistemática no sentido de explicitação da metodologia foucaultiana: após anos de trabalho, chegava a hora de mostrar aos seus leitores o que ele havia feito. A obra está estruturada de forma a clarificar os percursos adotados para descrição dos saberes em conformidade com a ideia de que eles se configuram por meio de regras de formação discursivas. Esse momento meta-reflexivo é o que traz as maiores contribuições do filósofo para a Análise do Discurso. É aí que nasce o conceito formação discursiva¹⁶ – central para os postulados de Pêcheux –, elaborado no capítulo II (“As regularidades discursivas”), e a concepção de enunciado a partir da qual Courtine (2009) vai pensar, posteriormente, as questões do enunciado dividido.

Para pensar, então, a emergência e a transformação dos saberes, Foucault dialoga com os historiadores da ciência e com os teóricos da nova história. A aproximação com estes últimos resulta em pesquisas de longo fôlego, na medida em que o pano de fundo é a longa duração. Esse procedimento pode ser visto nas obras anteriores, em que o filósofo toma alguns séculos para empreender sua análise. Em *As palavras e as coisas*, por exemplo, quando se volta para a questão da linguagem, “[...] trata-se de mostrar o que ela veio a se tornar, desde o século XVI, no meio de uma cultura como a nossa [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 18), ou seja, a análise da linguagem

¹⁶ Importante ressaltar que Pêcheux faz uma interpretação própria do conceito foucaultiano de formação discursiva tendo em vista a apreensão dos processos de interpelação pela ideologia. Nesse sentido, ao retomar o conceito de FD, a preocupação de Pêcheux é desnudar as formas de assujeitamento pelo discurso e pela ideologia. Isso resulta em um procedimento descritivo-intepretativo de formas linguísticas – a interpelação ideológica se dá através do discurso materializado na língua – agrupadas em uma FD que não coincide com a utilização filosófico-epistemológica feita por Foucault. O próprio Pêcheux esclarece isso, como mostraremos adiante – em um texto intitulado *El pericoloso sporgersi*, dedicado à discussão em torno da greve e dos movimentos sindicais –, explicando que a utilização da FD está em consonância com a ideia de assujeitamento vinda de um dos momentos do trabalho de Althusser.

toma como delimitação temporal um período que compreende quatro séculos. Da mesma forma, o diálogo com Bachelard (1996) e Canguilhem (2006) leva à reflexão sobre as rupturas, ou seja, à ideia de que os saberes não são produzidos por acúmulo nem se prestam a uma linearidade progressiva. Antes, é em meio a saltos e cesuras que os campos de saber se.

Sob essa ótica, é preciso romper com certa concepção de história e com certa maneira de conceber os saberes e as ciências, especificamente, as humanas. Foucault inicia *A arqueologia* retomando duas formas de abordagem: a da Nova História (Braudel, entre outros) e a do estruturalismo (Lévi-Strauss, Barthes e outros autores) que, na época, procurava pôr em suspenso as categorias individuais do autor e da consciência para empreenderem análises das relações lógicas entre os elementos de um sistema. A perspectiva estruturalista – em consonância com as revoluções pelas quais passava a História – desdobra-se na crítica aos problemas levantados pela ideia de origem: “[...] problemas que se encontram em alguma outra parte – nos domínios, por exemplo, da linguística, da etnologia, da economia, da análise literária, da mitologia. A estes problemas pode-se atribuir a sigla do estruturalismo.” (FOUCAULT, 2004, p. 12-13)

O conceito de *episteme*¹⁷ foi agenciado, em *As palavras e as coisas*, para definir configurações de saberes em épocas como a Idade Clássica e a Moderna. Mais precisamente, os saberes que, embora retirem algumas de suas questões de ciências configuradas socialmente, não chegam a receber estatuto científico. Nesse sentido, é preciso assinalar discontinuidades dos saberes em relação a eles mesmos – e às ciências correlativas – e compreender de que forma determinados conceitos funcionam dispersamente e não em refinamento progressivo:

[...] a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações da continuidade, enquanto a história propriamente dita, a história pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos. (FOUCAULT, 2004, p. 6)

¹⁷ Importante ressaltar que o autor reformula o conceito de *episteme* em *A arqueologia do saber*, substituindo-o pelo de prática discursiva. Segundo o próprio Foucault, a ideia de *episteme* não contempla o fato de que os saberes possuem também particularidades regionais, ou seja, o conceito de *episteme* leva a um conceito de história global ou história geral.

Percebemos que Foucault (2004) procede à problematização da investigação histórica fundamentada na linearidade progressiva, pois, ressalta a importância da irrupção dos acontecimentos na constituição dos saberes. O saber psiquiátrico, a medicina e a Biologia são campos marcados por descontinuidades constitutivas a partir das quais conceitos e métodos são reformulados de acordo com as transformações das problemáticas teóricas e do panorama histórico em que se inscrevem. A esse respeito, embora os campos acima mencionados tenham sido privilegiados, em *A arqueologia do saber*, Foucault (2004) propõe outras arqueologias referentes a saberes sobre a sexualidade, a política e a pintura.

No capítulo intitulado “Foucault, o discurso e a arqueologia dos saberes”, Gregolin (2007a, p. 73) afirma:

Nos três trabalhos que compõem a fase arqueológica – *História da Loucura da Idade Clássica* (1961), *O Nascimento da Clínica* (1963) e *As Palavras e as Coisas* (1966a) – Foucault tenta construir uma história dos saberes que tomam o homem como objeto (ciências humanas), a partir da reconstrução do sistema geral de pensamento de certas épocas, cuja rede, em sua positividade, torna possível um jogo de opiniões simultâneas e aparentemente contraditórias.

Na esteira da afirmação de Gregolin (2007a), tomamos Foucault, dentre outras possibilidades de caracterizar sua obra, como um historiador dos sistemas de interpretação. É importante compreender sua relação com Marx, Saussure e Freud, afinal, ainda segundo Gregolin (2007a, p. 31, grifo da autora): “O final dos anos 60 é, portanto, uma época de **releituras** de Saussure, Freud e Marx. Pêcheux refere-se a eles como a ‘Tríplice Aliança’ que estará na base do desenvolvimento da análise do discurso.”

Em *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (2008a, 2008b, 2008c), encontra-se uma coletânea de textos nos quais Foucault empreende uma arqueologia das ciências e uma história dos sistemas de pensamento. No texto que relaciona a Linguística e as Ciências Sociais, ele discute o lugar da Linguística como ciência piloto para o campo das ciências humanas. Com efeito, a ciência da linguagem passou por modificações e atingiu uma fase em que ganhou características das ciências exatas para, dessa forma, aspirar ao estatuto de ciência. A Linguística Estrutural possibilita que as unidades teóricas sejam pensadas em uma perspectiva não empírica na medida em que suas proposições de base ressaltam o

fato de que a língua não é uma categoria descritível apenas no nível de suas manifestações, mas também a partir de um sistema de relações lógicas.

A língua deixa de ser vista pela perspectiva de uma teoria da representação (a língua representa o mundo) ou da consciência subjetiva (a língua é o meio pelo qual o sujeito expressa suas ideias). Ao postular a noção de sincronia, a apreensão da língua é feita por meio da descrição das relações entre as unidades linguísticas (a teoria saussuriana do valor). Tal descrição permite dar conta dos sujeitos falantes (emissores e receptores), dos mecanismos de codificação e decodificação, enfim, de um sistema em que a língua **funcionaria** e não apenas **representaria**.

Os diversos recortes operados para compreensão do funcionamento do sistema linguístico permitem refletir sobre o papel da história na língua. Para Foucault, o desafio das ciências humanas é inserir a noção de descontinuidade – defendida por ele em *A arqueologia do saber* como categoria analítica – em toda e qualquer análise que se pretenda realizar:

O problema que se coloca então para os especialistas das ciências humanas é o de utilizar o exemplo da linguística, da história e da economia para introduzir, no interior das ciências humanas e sociais, a análise enfim rigorosa da mudança e da transformação. (FOUCAULT, 2008a, p. 166)

Desse ponto de vista, a sincronia não é a-histórica. Pelo contrário, ela faz parte da concepção de que a descrição histórica deve operar com recortes que mostrem justamente as descontinuidades. Essa ideia deriva, dentre outras fontes, da genealogia de Nietzsche. Em “Nietzsche, a genealogia, a história”, Foucault afirma:

A genealogia exige, portanto, a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados, paciência. Ela não deve construir seus ‘monumentos ciclópicos’ através de ‘grandes erros benfazejos’, mas de ‘pequenas verdades inaparentes, estabelecidas por um método severo’. Em suma, uma certa obstinação na erudição. A genealogia não se opõe à história como a visão altiva e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, pelo contrário ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Opõe-se à pesquisa da origem. (FOUCAULT, 2008e, p. 261)

A partir de Nietzsche, Foucault critica a concepção de que, na origem – por vezes nunca enunciada – das coisas repousaria uma essência, uma identidade guardada

em si mesma que recusaria tudo o que lhe é externo. Sob essa perspectiva, o que se encontra nos começos históricos não é a identidade preservada, mas a discórdia e as lutas. A genealogia não é a busca pela paz da origem, mas a atenção aos detalhes dos começos históricos relativos que assinalam as desigualdades e constituem, no jogo de máscaras das verdades aparentes, o signo das lutas, das discórdias e da violência. Saímos, enfim, da proteção da verdade e mergulhamos no que tem de mais duvidoso, naquilo que a linguagem parece não esclarecer.

Surgem assim duas grandes suspeitas sobre a linguagem: por um lado, não diz exatamente o que ela diz; por outro lado, existe algo no mundo das coisas, algo que fala e não é linguagem. É dessa forma que várias sociedades concebem seus sistemas de interpretação, ou seja, elaboram técnicas e métodos para provar que a linguagem diz outra coisa do que ela quer dizer. Sob essa perspectiva é possível situar os lugares de Marx, Freud e Nietzsche como fundadores de novas possibilidades de hermenêutica. A interpretação implica, em maior ou menor grau, técnicas interpretativas.

Uma das questões que Foucault enuncia em “Nietzsche, Freud, Marx”, é se a obra desses autores modificou o espaço de surgimento dos signos. Há em Nietzsche uma crítica à noção de profundidade, tanto das coisas quanto da consciência. Para Foucault, isso é uma invenção dos filósofos. Desse posicionamento, deriva a concepção de que a noção de profundidade é um jogo de superfície em que funciona uma espécie de retórica do esclarecimento, ou seja, nada é evidente, alguém autorizado deve se colocar para interpretar e esclarecer os outros¹⁸. É esse o teor da crítica – sob a forma de uma pergunta retórica – que Pêcheux faz em relação à prótese teórico-técnica para a leitura:

Fazer análise do discurso não seria, de fato, pressupor uma falta (uma deficiência, carência ou paralisia) que afeta a prática “natural” da leitura e da escrita políticas, a qual uma **prótese** teórico-técnica, mais ou menos sofisticada, pretenderia preencher? (PÊCHEUX, 2009, p. 22, grifo do autor).

Marx, Freud e Nietzsche tornaram a interpretação uma tarefa infinita: “O inacabado da interpretação, o fato de que ela seja sempre retalhada, e permaneça em

¹⁸ Importante observar que essa retórica do esclarecimento estava na base do projeto da Análise do Discurso. De acordo com Courtine (2006, p. 14), a Análise do Discurso faz parte de uma política da leitura em que um dispositivo de análise linguística preenche as incapacidades dos leitores dos discursos políticos.

suspenso no limite dela mesma, é encontrado, acredito, de uma maneira bastante análoga em Marx, Nietzsche e Freud, sob a forma da recusa do começo” (FOUCAULT, 2008b, p. 45).

Isso significa que não existe algo primeiro a ser interpretado. Nem um texto sagrado, nem uma verdade escondida. A interpretação é infinita porque todo discurso colocado é já uma interpretação. Não existe o original nem a obra primeira a partir da qual deveríamos construir leituras que seriam uma espécie de “cópia” ou volta às origens: “[...] as palavras sempre foram inventadas pelas classes superiores: elas não indicam um significado, impõem uma interpretação” (FOUCAULT, 2008b, p. 48).

Dessa forma, a questão é compreender quem impôs determinadas interpretações e criou para elas efeitos de verdade. O signo, a referencialidade, a linguagem denotativa e a verdade são invenções para a estabilização de determinadas interpretações e a exclusão de outras “Uma hermenêutica que se restringe de fato a uma semiologia¹⁹, acredita na existência absoluta dos signos: ela abandona a violência, o inacabado, a infinitude das interpretações, para fazer reinar o terror do índice e suspeitar da linguagem.” (FOUCAULT, 2008b, p. 50)

Foucault mantém uma estranha relação com a história das ideias. Ele nega fazer uma análise nos moldes desse campo, mas seu método interpretativo retoma alguns pontos da história das ideias. Esse modelo interessa-se pelos nascimentos silenciosos e pelas correspondências distantes. Foucault nega fazer esse tipo de história, mas, de alguma forma é um pouco o que ele faz.

Há uma diferença entre a história das ciências e a história das ideias. A primeira procura estudar campos consolidados como a Química ou a Física. A segunda, busca construir os percursos de saberes marginalizados e imperfeitos, ou seja, formas que não atingiram o *status* de ciência: “Trata-se da disciplina das linguagens flutuantes, das obras informes, dos temas não ligados. Análise das opiniões mais que do saber, dos erros mais que da verdade; não das formas do pensamento, mas dos tipos de mentalidade” (FOUCAULT, 2004, p. 155).

Ele faz a história de campos não científicos; busca estabelecer relações de contradição entre as fases de diferentes áreas do saber. Se ele faz uma história da

¹⁹ Essa crítica à Semiologia representa um paradoxo na medida em que a arqueologia é um dispositivo sintomatológico em relação à análise histórica. Dessa forma, não se trata da negação da Semiologia em si, mas da negação de certa semiologia, que teria como objetivo a busca pela identidade fixa do signo.

instituição psiquiátrica ou do nascimento das prisões, o faz por meio da recorrência a discursos que se transformaram, mas que mantêm correspondências, fazendo funcionar o conceito de descontinuidade. Embora Foucault (2004) postule que, em diferentes momentos, a prática discursiva relacionada, por exemplo, à loucura, seja outra devido a diferenças nas modalidades enunciativas, ele faz paralelos entre Saussure, Arnauld, Lancelot e Peirce. Isto é, ao tomar Saussure – defensor de uma concepção diádica e social do signo – em relação à Arnauld e Lancelot – escritores da Gramática de Port-Royal e defensores de uma concepção cognitiva do signo linguístico – e Peirce – defensor de uma concepção triádica de signo – é preciso assinalar a descontinuidade assegurada pela forma com que cada um desses autores concebe o conceito de signo e como essa diferença constituirá três maneiras diferentes de compreender a linguagem.

Foucault (2004) nega não a totalidade dos fazeres da história das ideias, mas algumas categorias empregadas por ela, mesmo que ele diga que “[...] a descrição arqueológica é precisamente abandono da história das ideias, recusa sistemática de seus postulados e de seus procedimentos, tentativa de fazer uma história inteiramente diferente daquilo que os homens disseram.” (FOUCAULT, 2004, p. 156)

O primeiro postulado negado pelo autor é o da novidade (“O original e o regular”). As noções de antigo e novo, inédito ou repetido, tradicional ou original, colocam os problemas da novidade e da sequência, que a arqueologia deve elucidar: “Será na mesma série e segundo o mesmo modo de anterioridade que Saussure é “precedido” por Peirce e sua semiótica, por Arnauld e Lancelot com a análise clássica do signo, pelos estóicos e a teoria do significante?” (FOUCAULT, 2004, p. 160-161)

Não se deve tomar a precedência como categoria primeira. A arqueologia não toma um enunciado primeiro como média para distinguir o original do repetitivo. Essa primeira negação deve-se ao fato de que a busca pela identidade das formas de se pensar os objetos em épocas diferentes não é válida na medida em que as modalidades enunciativas nunca se repetem. O uso das palavras se transforma, seu sentido muda e, da mesma forma, sentidos diferentes podem recobrir a mesma palavra.

No entanto, não se trata de buscar uma identidade entre o presente e o passado. Isso fica em segundo plano, e aparece como efeito de superfície. A tentação inicial é identificar, mas “[...] até que ponto se pode afirmar que é o mesmo tema organicista que se revela através dos discursos e dos vocabulários tão diferentes de Buffon, de Jussieu e de Cuvier?” (FOUCAULT, 2004, p. 161-162).

É preciso suspender a busca pela identidade para fazer emergirem as contradições, para nos voltarmos às semelhanças/diferenças entre as modalidades enunciativas: “Temos, portanto, campos homogêneos de regularidades enunciativas (eles caracterizam uma formação discursiva), mas tais campos são diferentes entre si.” (FOUCAULT, 2004, p. 164)

Como reconhecer a possibilidade de contrastar determinadas formações discursivas se se deve negar a identidade? Insistimos que a negação de algumas noções da história das ideias não significa a negação total de seus procedimentos. Se o objetivo não é propriamente a busca pela identidade, ela existe em alguma medida e, nesse sentido, “É preciso, pois, distinguir entre **analogia linguística** (ou tradutibilidade), **identidade lógica** (ou equivalência) e **homogeneidade enunciativa**. São dessas homogeneidades – e exclusivamente – que a arqueologia se encarrega” (FOUCAULT, 2004, p. 164, grifos do autor), ou seja, a tarefa do arqueólogo é mostrar como é possível que, num determinado momento histórico, a partir de correspondências lógico-conceituais, configura-se um campo de saber.

Para compreender essas homologias de que fala Foucault, podemos retomar, por exemplo, o fato de que as noções de **formação discursiva** e **interpelação ideológica** são constitutivas das primeiras proposições da teoria do discurso que se configurou no Brasil nas décadas de 1960/70. A discussão em torno dos conceitos de **sujeito**, **língua** e **história** derivados da teoria freudiana, saussuriana e marxista representam pontos unificadores. A partir desses pontos e do jogo conceitual que se configura a partir daí é que se pode identificar: isso são marcas da teoria pecheutiana.

O estabelecimento de uma teoria não significa que o homem pensará sempre a mesma coisa. A marcha dos saberes não se dá em uma relação de causa e consequência. Nesse sentido, a recepção de Pêcheux nas décadas de 1960/70 não é a mesma que se disciplinariza. O que mudou? O que nos permite, ao mesmo tempo, o reconhecimento e o estabelecimento da diferença? O paradoxo reside no fato de que alguns conceitos como os de formação discursiva, *langue*, ideologia, sujeito, história e interpelação permanecem. Porém, a modalidade enunciativa é outra. A realidade político-teórica modifica a forma com que lemos atualmente as obras de Marx, Saussure, Freud, Pêcheux e Althusser.

No método arqueológico, os enunciados são tratados além da figura do gênio e aquém da repetibilidade de um enunciado inicial que faria com que tudo fosse sempre o

mesmo: “A arqueologia pode assim – e eis um de seus temas principais – constituir a árvore de derivação de um discurso, por exemplo, o da história natural.” (FOUCAULT, 2004, p. 166) Afinal,

Temos de tratar de acontecimentos de tipos e níveis diferentes, tomados em tramas históricas distintas; uma homogeneidade enunciativa que se instaura não implica de modo algum que, de agora em diante e por décadas ou séculos, os homens vão dizer e pensar a mesma coisa; não implica, tampouco, a definição, explícita ou não, de um certo número de princípios de que todo o resto resultaria como consequência. (FOUCAULT, 2004, p. 165)

Enquanto a história das ideias busca a coerência, a arqueologia faz aparecer as contradições. As contradições não são apenas efeitos de superfície. São, pelo contrário, objetos a serem descritos em espaços de dissensão. Existem contradições intrínsecas à mesma formação discursiva. Foucault fala, por exemplo, que a concepção do caráter animal dos fósseis em detrimento de sua natureza mineral nasce na mesma formação discursiva e segundo as mesmas condições de exercício da função enunciativa.

Entretanto, existem contradições que ultrapassam os limites de uma formação discursiva e constituem formas diferentes de enunciação. O autor cita o exemplo da oposição entre o fixismo de Lineu e o Evolucionismo de Darwin. Essa oposição deve levar em consideração que o primeiro pertence à história natural e o segundo à biologia, ou seja, trata-se de uma contradição extrínseca a uma formação discursiva dada.

Ao pensarmos na Análise do Discurso, qual seria a natureza das proposições que encontramos nos trabalhos de Escobar? O lugar institucional da Ciência dos Discursos Ideológicos é outro se o compararmos com o que se configura sob a etiqueta Análise do Discurso de linha francesa a partir dos anos 1980. Embora a AD dos anos 1980 compartilhe com a CDI o fato de se confrontar diretamente com a Linguística de seu tempo, essa disciplinarização no interior da Linguística opera uma descontinuidade na medida em que o projeto de Escobar prevê mais a relação de sua ciência dos discursos com um modelo semiológico de base marxista do que a construção de um dispositivo técnico-sintático de abordagem dos textos. No entanto, não se trata de uma ruptura que inviabiliza a tese de que os anos 1960/70 foram responsáveis pela recepção da teoria do discurso pecheutiana no Brasil. Escobar faz parte do movimento estruturalista²⁰, teoriza

²⁰ Mais adiante, explicamos em que sentido podemos considerar Escobar um estruturalista. Por hora, basta esclarecer que se trata de um estruturalismo especulativo.

a ideologia, as formações discursivas e está fortemente vinculado às obras de Althusser e Pêcheux – como tradutor, como leitor e comentador. Sua obra é marcada duplamente pelo anti-empirismo e pela militância política nos anos de ditadura militar.

Evidencia-se então uma contradição fundamental que deve ser precisada: a teoria althussero-pecheutiana nesse momento é uma prática teórico-política determinada pelas urgências do momento histórico. A leitura que se faz de Saussure serve ao propósito de pensá-lo como representante de uma ciência capaz de fornecer os meios para a compreensão da produção discursiva no interior da história. A CDI é, então, um dispositivo de interpretação da história no sentido de intervir na luta de classes. O que nos permite pensar esse campo em relação ao que se disciplinarizou a partir de 1980, são as analogias linguísticas, a definição de alguns conceitos e certa regularidade enunciativa. Temos teorias semelhantes situadas em lugares diferentes. Isso implica uma descontinuidade: antes, o anti-empirismo militante; hoje, o pragmatismo linguístico-analítico.

Tal como Pêcheux, Escobar é um althusseriano convicto. O autor afirma, na apresentação da revista *Tempo Brasileiro* 28, intitulada *A verdade da ciência*:

Este número da TB (28) se completa com um outro, em impressão, cujo conteúdo teórico mostra a continuidade e o aprofundamento dos temas aqui contidos. No número conexo, TB reúne ensaios inéditos de L. Althusser, E. Balibar, Pêcheux²¹, Carlos Henrique de Escobar, Cabral Filho e outros, num entrelaçamento do pensamento epistemológico internacional e brasileiro. Ler e analisar os trabalhos filosófico-epistemológicos de TB constitui tarefa das mais proveitosas para os intelectuais e leitores especializados. (TB, 1972, p. 1)

Como pensar a relação entre um campo que não se disciplinarizou, mas que trabalhava muitas questões de um saber hoje disciplinarizado? Continuidade ou descontinuidade? Com efeito, coexistem as duas coisas. Pelo lado do aparato conceitual, há uma continuidade. Tanto na CDI quanto na AD, o arcabouço conceitual e a base de leitura são os mesmos: a leitura de Marx, Saussure e Freud, da qual derivam as discussões em torno do sujeito, da história e da língua; e também as noções de formação discursiva, interpelação ideológica e assujeitamento do sujeito.

²¹ Já nos referimos, na Introdução, à relação entre o número 28 de *Tempo Brasileiro* e esse número conexo (TB 30/31) bem como à importância dessa relação no que concerne ao lugar de tradução do primeiro texto de Thomas Herbert/Pêcheux no Brasil.

Pelo lado da modalidade enunciativa temos, no primeiro momento, uma utilização desse aparato conceitual no sentido anti-empírico/militante. Além disso, a estratégia de leitura da obra de Saussure é diferente. Em 1960/70, a crítica ao estruturalismo linguístico levou a uma leitura semiológica que visava apreender outras materialidades. A partir da década de 1980, a influência do estruturalismo linguístico – presente também nos trabalhos de Pêcheux – leva à incorporação da linguística estrutural e ao privilégio da materialidade verbal.

O modelo foucaultiano postula também a importância dos fatos comparativos para o método arqueológico. Esses fatos podem ser tomados a partir de campos de saberes diferentes – como ele o mostra em *As palavras e as coisas* (Biologia, Linguística e Ciências Econômicas – ou no interior do mesmo campo – como acontece em *História da loucura* (Psiquiatria). De qualquer forma,

[...] o estudo arqueológico está sempre no plural: ele se exerce em uma multiplicidade de registros; percorre interstícios e desvios; tem seu domínio no espaço em que as unidades se justapõem, se separam, fixam suas arestas, se enfrentam, desenham entre si espaços em branco. (2004, p. 177)

Existem dois momentos a serem comparados: um diacrônico, em que o analista deve retroceder para estabelecer a relação histórica entre o dado e seu percurso, e um sincrônico, em que se empreende a descrição em um momento determinado. Em nosso caso, esse movimento pode ser compreendido da seguinte forma: um deslocamento diacrônico no sentido de compreender um saber não disciplinarizado (Ciência dos Discursos Ideológicos) na medida em que se relaciona a um campo atualmente disciplinarizado (Análise do Discurso de linha francesa).

Importante destacar ainda que o deslocamento diacrônico não implica um estudo comparativo. Não pretendemos uma comparação entre a AD no Brasil após 1980 e a CDI dos anos 1960/70. O deslocamento significa o reconhecimento de um problema suscitado no presente – a insuficiência dos modelos de abordagem textuais frente às novas materialidades (em especial a materialidade visual), o que nos incita a retomar a empreitada semiológica em correlação com a AD no sentido de alargar as possibilidades de abordagem do discurso tal como ele se apresenta na contemporaneidade.

O método arqueológico empreende a comparação com o objetivo de desenhar configurações singulares – contrastar a gramática geral, a análise das riquezas e a

história natural na época clássica –, mas isso não significa interpretar a mentalidade uma dos séculos XVII e XVIII. Trata-se de compreender a especificidade desses campos em uma *episteme* particular e estabelecer relações descritíveis a partir deles. Da mesma forma, retornar à recepção de Althusser e Pêcheux nos anos 1960/70 não é compreender os modos de pensar da intelectualidade durante o regime militar, mas “[...] fazer aparecer um conjunto bem determinado de formações discursivas, que têm entre si um certo número de relações descritíveis.” (FOUCAULT, 2004, p. 178)

A arqueologia possibilita-nos mostrar as analogias e as diferenças presentes nas regras de formação, ou seja, que regras de formação constituíram a CDI de Escobar? Que analogia existe entre esse campo e a ADF? Afinal, o que a arqueologia quer “[...] é, inicialmente – mantidas a especificidade e a distância das diversas formações discursivas –, o jogo das analogias e das diferenças, tais como aparecem no nível das regras de formação”. (FOUCAULT, 2004, p. 181) Dentre as regras de formação que observamos nos textos de Escobar estão as discussões a respeito do estruturalismo que se davam na França em torno da Psicanálise freudo-lacanianiana, da Linguística saussuriana e do marxismo althusseriano.

Uma dessas regras de formação é o que justifica a interpretação althusseriana feita por Escobar (1975c, 1974, 1973a, 1973b, 1972a, 1972b) da tríplice aliança. Esse althusserianismo determina, por exemplo, a recorrência de uma busca pela divisão entre jovem x maduro: jovem Saussure x Saussure maduro, “jovem Freud x Freud maduro”, jovem Marx x Marx maduro. Outra regra de formação relevante é a crença na Linguística Estrutural como ciência piloto derivada da aventura semiológica constituída a partir de um saussuriano francês dos anos 1950/60. Ressaltamos que, falar em uma aventura semiológica, de maneira geral, como se tal proposta resultasse de uma concordância entre trabalhos bastante distintos, tanto pela diferença entre as ciências humanas envolvidas quanto pela particularidade de cada autor, é uma abstração no sentido de buscar uma regra geral. No entanto, é fato que há, na França dos anos 1950/60, a reivindicação de Saussure ou, mais precisamente, da Semiologia saussuriana para justificar uma empreitada globalizante envolvendo todas as ciências humanas. O sintoma desse movimento é o texto de Greimas, citado por Puech (2011), denominado “Atualidade do saussurismo”, publicado em 1956. Segundo Puech (2011, p.30, grifo do autor):

É precisamente este objetivo que busca “*L’actualité du saussurisme*”, estabelecendo assim uma equivalência estrita entre estruturalismo e “saussurismo” e propondo sob este termo um verdadeiro manifesto programático não somente para uma linguística ao mesmo tempo histórica (tradição dominante na França desde A. Meillet) e estrutural, mas também para uma reorganização global das ciências humanas.

É importante definir o modelo arqueológico de cada formação. A CDI, embora tenha ponto de contato com a empreitada semiológica francesa, não elabora, por exemplo, a partir do arcabouço saussuriano, um método aplicável, como o temos em Lèvi-Strauss, Greimas e Barthes. Escobar propunha uma discussão epistemológica de viés discursivo na direção da possibilidade de constituição de uma metodologia. Para isso ele parte da grade de leitura do marxismo para propor a *langue* como categoria que funciona em consonância com a história. Assim, na teoria do discurso de Escobar, a Linguística está situada no interior da Semiologia (CDI em estado prático²²) e da História, com dominância desta última.

É preciso mostrar ainda uma isotopia arqueológica que constrói uma rede significativa contínua em um dado sistema de positividade. Se tomamos as noções de assujeitamento do sujeito, condicionamento ideológico, formação ideológica e aparelhos ideológicos, percebemos que se trata de noções diferentes que funcionam em conjunto na constituição dos processos de assujeitamento do sujeito.

Em contrapartida, uma mesma noção pode abranger diferentes elementos arqueológicos, ou seja, constituírem defasagens arqueológicas. A noção de *langue*, para retomarmos um exemplo já citado, não tem o mesmo papel nem a mesma função na ciência proposta por Escobar e na Análise do Discurso proposta por Pêcheux em *Análise automática do discurso*²³. Enquanto Escobar centra-se na forma com que os signos circulam no seio da vida social (Semiologia), Pêcheux centra-se no modelo sintático (Linguística Estrutural) e na metodologia automática.

Por fim, é preciso estabelecer as correlações arqueológicas, ou seja, mostrar como, “[...] de uma positividade a outra, podem ser estabelecidas relações de subordinação ou de complementaridade (assim, em relação à análise da riqueza e à das espécies, a descrição da linguagem desempenha, durante a época clássica, um papel

²² Discutimos essa questão da Semiologia como AD em estado prático na parte 3.

²³ Nesse sentido, demarca-se uma descontinuidade entre a CDI e a AD pós-1980, pois, nesta última, funciona a leitura do primeiro Pêcheux.

dominante, na medida em que ela é a teoria dos signos de instituição que desdobram, marcam e representam a própria representação) [...]” (FOUCAULT, 2004, p. 182).

Nesse sentido, dentre outras questões, podemos nos perguntar: como, na primeira recepção da AD, a Linguística – relida a partir da leitura sintomal²⁴ – pode emprestar suas ferramentas à História? Como a *langue* pôde ser pensada como uma instituição e, em que medida, as instituições sociais podem ser compreendidas a partir da *langue*?

A arqueologia não se interessa apenas pela descrição de disciplinas. Se tomamos um rótulo disciplinar constituído – Análise do Discurso –, é para visualizar pontos de partida relativos. As formações discursivas não coincidem com as disciplinas constituídas, mas as ultrapassa. Com efeito, há, nas décadas de 1960/70, no Brasil, uma formação discursiva acessível à descrição denominada Ciência dos Discursos Ideológicos que não representa o único lugar de reflexão sobre o discurso naquele momento, nem funciona como a AD posterior:

Da mesma forma, a formação discursiva descrita como gramática geral não dá conta de tudo que pôde ser dito na época clássica, sobre a linguagem, e cuja herança ou repúdio, desenvolvimento ou crítica deveriam ser encontrados, mais tarde, na filologia: ela deixa de lado os métodos da exegese bíblica e a filosofia da linguagem formulada por Vico ou Herder. (FOUCAULT, 2004, p. 202)

Uma formação discursiva não se identifica com uma ciência ou uma disciplina. A CDI não é uma disciplina nem uma ciência, embora se pretenda como tal. No entanto, ela não exclui o que foi disciplinarizado, nem os saberes científicos que circulavam naquele momento, como a História, a Psicanálise e a Linguística. Pode-se retomar aqui uma pergunta fundamental proposta por Foucault: “O que foi feito, então, da relação entre as positivities e as ciências?” (FOUCAULT, 2004, p. 203)

Mais uma vez, é a questão da descontinuidade que se coloca. Quando pensamos no primeiro momento da recepção da teoria althussero-pecheutiana no Brasil dos anos 1960/70, coloca-se o problema da análise de um campo de saber formado por uma prática discursiva regular e indispensável à constituição de uma disciplina futura sem, necessariamente, ser aquilo que lhe dá lugar.

²⁴ Voltaremos a essa questão quando discutirmos alguns conceitos propostos por Althusser.

Embora Foucault recuse operacionalizar o conceito de ideologia, a análise do saber permite que se coloque a questão da ideologia à ciência. Ainda que o ideológico não exclua ou apague o saber, nem coincida com ele, pode sistematizar algumas de suas enunciações e formalizar alguns de seus conceitos ou estratégias.

A ideologia é condição da existência do saber como prática discursiva e a garantia de seu funcionamento entre outras práticas. A Ciência dos Discursos Ideológicos é possível na medida em que materializa a ideologia de que a teoria deve funcionar como forma de intervenção política e estabelece vizinhanças com outras práticas teóricas, como o estruturalismo norte-americano (polêmica com o gerativismo, entre outros) e o marxismo (concordância com as teses althusserianas).

Desde logo insisto em que, do “sistema da língua” dos estruturalistas ao aparente dinamismo (combinatório) das estruturas gramaticais inatas de Chomsky, o imobilismo se acentuou. Nosso trabalho, que tem consistido em reunir à temática dos discursos ideológicos todas as questões concernentes à linguística, só pode ver nestes dois enfoques obstáculos a serem transpostos. (ESCOBAR, 1975a, p. 2)

Ao seguirmos as reflexões de Foucault, compreendemos que, em primeiro lugar, a ideologia não exclui a cientificidade. Para retomarmos Althusser – que baseia seu modelo de leitura sintomal na “[...] fusão entre as propostas de Lacan e Foucault. (GREGOLIN, 2007, p. 43)” – é na superação do ideológico – visto como matéria-prima – que se constitui o saber científico. Poucos discursos deram tanto lugar à ideologia quanto o clínico e o da economia política. Em segundo lugar, as incongruências podem assinalar o funcionamento ideológico de uma ciência, mas a análise desse funcionamento deve ser feita a partir da positividade e das regras de formação. Em terceiro lugar, mesmo que retifique seus erros e aprimore seu grau de formalidade, um discurso não anula forçosamente sua relação com a ideologia, ou seja, aumentar o rigor não significa dissipar o papel do ideológico. Por último, estudar o funcionamento ideológico de uma ciência é colocá-la em questão como formação discursiva. É abrir espaço para o estudo da maneira como aí se formam os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas teóricas: “É retomá-la como prática entre outras práticas.” (FOUCAULT, 2004, p. 208)

A história arqueológica mostra como se instaura uma ciência a partir de modificações ocorridas em uma formação discursiva e nas transformações de sua

positividade. Essa análise a partir das formações discursivas em relação com as ciências e disciplinas institucionalizadas é o que Foucault denomina análise da *episteme*:

Por *episteme* entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repartição desses limiões que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estar defasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas mas distintas. (FOUCAULT, 2004, p. 215)

Para exemplificar o conjunto de relações que unem diferentes práticas epistemológicas e mostram um regime de subordinação entre campos distintos do saber científico na proposta de uma ciência dos discursos ideológicos, citamos Escobar (1975a, p. 5):

A ciência da história não é uma ciência econômica, ela não sugere nem está de acordo com que se violentem as questões dos discursos com conceitos econômicos, muito menos espera o seu desdobramento teórico da soma de teorias dispersas. A psicanálise “relida” pelo marxismo não tem mais nada com a Psicanálise, e de Freud ficam conceitos como o de inconsciente, mas até mesmo este conceito já não é nem intemporal (e transcendente frente à história) nem biologizante. A linguística (e a de Saussure) não passa a ser parte integrante do marxismo porque certos mecanismos (“método”) da análise econômica de Marx (*O capital*) “lembra” as análises do signo de Saussure.

A citação mostra o jogo de relações e subordinações constituintes da recepção althussero-pecheutiana naquela época. Nesse quadro, a leitura de Marx, Saussure e Freud funciona como forma de recolocar esses autores, ou seja, instaurar uma descontinuidade entre o que comumente se compreendia a respeito desses fundadores. Assim, Freud não é Freud, mas um Freud re-lido; a Linguística não é a Linguística, mas uma Linguística integrante do marxismo. A leitura é feita para subordinar a Linguística e a Psicanálise ao marxismo. Os meios de produção determinantes no desenrolar da história não são os econômico-materiais, mas o discurso. As máquinas, as relações de produção, as fábricas, a exploração dos operários e a luta de classes não existiriam se os discursos não circulassem. Compreender a história e intervir nela requer uma análise científica dos discursos ideológicos.

A arqueologia permite a análise das performances verbais a partir das noções de enunciado e arquivo. Possibilita ainda determinar e esclarecer um domínio por meio das noções de regularidade enunciativa e positividade. Por último, permite empregar conceitos como o de regra de formação, derivação arqueológica e *a priori* histórico.

1.1.1 Entre o enunciado e os conceitos

Após fazer inúmeras ressalvas a respeito de sua metodologia e de postular as noções de ruptura e de descontinuidade como conceitos operacionais em sua descrição histórica, Foucault empreende, em *A arqueologia do saber*, uma descrição didática do percurso de seu método. Estruturado em cinco capítulos, a obra aborda, no segundo capítulo, a questão das regularidades discursivas. O autor parte das unidades do discurso, passando pela formação discursiva, formação dos objetos, formação das modalidades enunciativas, formação dos conceitos e pela formação das estratégias.

Foucault começa por dizer que os problemas representados pela série de formações a serem compreendidas inserem-se no quadro da história das ideias, do pensamento, da ciência ou dos conhecimentos. Sua obra retoma os trabalhos dos filósofos e historiadores das ciências tais como Bachelard e Canguilhem na medida em que eles também colocam a questão da relação entre ciência e história.

Já no início do subcapítulo “As unidades do discurso”, o autor aponta uma série de noções que funcionam para reafirmar o tema da continuidade das quais é preciso se libertar para empreender a descrição histórica. Macherey (2006) fala dessas recusas no posfácio de *O normal e o patológico* ao se referir aos procedimentos adotados por Foucault, Bachelard, Canguilhem e alguns outros historiadores das ciências. Para esses filósofos/historiadores, tratava-se de negar uma história analítica:

A investigação de um passado coincide, então, com um trabalho de decomposição; trata-se de descobrir retrospectivamente parcelas, germes de verdade, e livrá-las das margens de erro. A invenção da descoberta científica não é nunca então o que suas condições de aparecimento a **determinavam**, mas o aparecimento puro daquilo que **devia ser**. No limite, denunciam-se as invenções **falhas**, reconstituindo-se a verdadeira solução de um problema a partir de seus elementos [...] (MACHEREY, 2006 p. 269, grifo do autor).

A primeira noção a que Foucault faz referência é a de tradição. Na esteira dessa ideia, a pesquisa caminhará para uma busca da origem, uma tentativa de unificar a partir de um começo a dispersão histórica. O tradicional é aquilo por meio do qual o novo é sempre permanência do que já estava dito e seu surgimento é resultado da obra do gênio. Essa noção associa-se com a de influência por meio da qual se constrói um efeito de causalidade lógica entre as descobertas do passado e a atualidade de um campo de saber, ou seja, o saber seria sempre transmissão ou comunicação de algo que já havia sido formulado.

A contrapartida desse movimento é a busca de verdades passadas para a validação da teoria presente. Os dois movimentos estão inseridos no que Macherey (2006, p. 270) considera como história regressiva “[...] visto que reconstitui verdades a partir do verdadeiro”. Essa história regressiva relaciona-se com uma história estática em que nenhuma duração é mais possível. Toda validade é considerada no presente da teoria, que serve como ponto de referência. Nesse quadro, as teorias anteriores são repetições da que vem por último, ou seja, são recapitulações. Isso significa que entre os dois momentos não se passa nada.

Ao empreendermos uma história que toma a recepção de Pêcheux como ponto de partida, é preciso retomar essas negações, ou seja, nem olhar para a teoria a partir de 1980 com o intuito de buscar a origem, nem considerar o percurso de 1960/70 como repetição antecipada do que se fez a partir da década de 1980. Refletir sobre as condições de emergência e recepção de Pêcheux durante a Ditadura é, por um lado, operacionalizar a descontinuidade a partir da análise de um saber que se transformou e se disciplinarizou. Por outro lado, essas transformações mantêm uma estranha semelhança com outras anteriores: uma teoria do discurso em consonância com uma teoria das ideologias; a importância da Linguística – re-leitura de Saussure – nessa empreitada; a leitura marxista.

Fazer a história dessas questões é recolocar as questões de Foucault, Bachelard e Canguilhem. Segundo Macherey (2006, p. 273, grifos do autor):

G. Canguilhem substitui o **encadeamento** das **teorias** pela **filiação dos conceitos**. Da mesma forma será recusado todo critério interno que não possa ser dado senão por uma teoria científica. O objetivo de G. Canguilhem é, pois, conferir todo seu valor à idéia de uma história das ciências, buscando identificar, por trás da ciência que encobre sua história, a história real que governa e constitui a ciência. Trata-se, portanto, de perseguir a história **de fora** da própria ciência, o que é

uma maneira de expressar que essa história é, de fato, a passagem de um “não se sabe que” a um “sabe-se”.

As recusas continuam: é preciso negar também as ideias de evolução e progresso, pois elas pressupõem a existência de um único princípio organizador, o começo como resultado de um princípio de coerência e o modelo para encaminhamentos futuros. É preciso ainda deixar em suspenso a concepção de mentalidade ou espírito de época, que estabelecem entre os fenômenos uma comunidade de sentido que culmina com a ideia de consciência coletiva.

Essas recusas desembocam em algo maior, menos simples e menos evidente e que se apresenta de forma ambígua: a negação da noção de obra e autor. A ambiguidade dessa negação reside no fato de que, mesmo negando-as, Foucault as utiliza. Isso significa que se trata de uma problematização e não propriamente negação absoluta dessas unidades. Mais precisamente, trata-se da negação de certa utilização dessas noções que as consideraria como obra de um gênio, etc. e que dariam uma falsa ideia de unidade. Trata-se de deixar em suspenso para postular o quanto a unidade pressuposta a partir dessas noções é frágil:

É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede. (FOUCAULT, 2004, p. 26)

Assim, o livro – ou a obra – não pode constituir-se como universo fechado, acabado, sólido, pois está povoado por outros livros e outras obras. A unidade desse paralelepípedo que se tem nas mãos é ilusória e deve ser pensada no interior de um campo complexo de discursos, um todo complexo de regras de formação que estão além das fronteiras visíveis e convencionais do que se considera como livro.

Nesse mesmo sentido, a noção de autor também é frágil:

[...] o nome de um autor denota da mesma maneira um texto que ele próprio publicou com seu nome, um texto que apresentou sob pseudônimo, um outro que será descoberto após sua morte, em rascunho, um outro ainda que não passa de anotações, uma caderneta de notas, um “papel”? (FOUCAULT, 2004, p. 26)

Essa fragilidade da obra e do autor, bem como a relação de um com o outro, funcionam como lugar de repouso da consciência do sujeito falante e do sujeito da consciência. A obra seria o fruto da reflexão, do gênio e da criatividade do autor.

Foucault recusa ainda a origem impossível de ser alcançada e o já dito, que se tornam um jamais dito. Sob essa ótica, sempre que falássemos em “novidade”, em acontecimento verdadeiro, voltaríamos a algo anterior, a uma origem secreta e nunca chegaríamos a uma demarcação histórica dos acontecimentos.

Essas questões remetem-nos mais uma vez ao posfácio²⁵ de Macherey em *O normal e o patológico*, de Georges Canguilhem, em que os autores fazem considerações importantes a respeito da relação entre história e epistemologia. Para eles a visada epistemológica não se desvincula do olhar histórico. Althusser (2006), na apresentação do posfácio de Macherey, critica dois modos de fazer história das ciências: uma história que seria contingente e outra que seria lógica.

Essa história contingente corresponde à explicitação das sucessões casuais e geniais – as descobertas – por meio das quais um campo científico se constituiria. A história lógica é calcada na ideia de que o progresso científico caminha sempre no sentido de responder às questões que ficaram suspensas ou sem resposta no estado precedente. Essa postura lógica apaga o fato de que, muitas vezes, uma teoria segue sua marcha refutando questões que ficaram em suspenso e propondo novas questões, diferentes das anteriores.

Após as críticas, Althusser aponta a importância dos trabalhos de Bachelard, Foucault e Canguilhem para a epistemologia e para a história das ciências. Uma das novidades apresentadas por esses pensadores é “[...] o respeito escrupuloso pela realidade da ciência real” (ALTHUSSER, 2006, p. 259). Isso significa que os historiadores da ciência trabalham como etnólogos que fazem pesquisa de campo, recusando-se a falar do que ignoram: “[...] **as coisas não se passam na ciência** como se acreditava e, em particular, como muitos filósofos acreditavam” (ALTHUSSER, 2006, p. 260, grifo do autor).

Outra novidade destacada pelo autor é que historiadores como Foucault, Bachelard e Canguilhem consideram “[...] a realidade mesma da história real” (ALTHUSSER, 2006, p. 260). Não se pode tomar uma crônica ou uma filosofia da

²⁵ A apresentação desse posfácio de Macherey é de Louis Althusser.

história como a História. É preciso reconstituir o máximo possível a massa de documentos, os enunciados efetivamente ditos, enfim, os monumentos: “E eles também descobriram que, na história, *as coisas não se passavam tampouco como se acreditava*” (ALTHUSSER, 2006, p. 260, grifo do autor).

O procedimento desses autores, para Althusser, teve resultados. O primeiro deles é a “[...] distinção entre a realidade do trabalho científico real e sua interpretação espontaneamente ‘positivista’” (ALTHUSSER, 2006, p. 261). A ciência não é a constatação de uma verdade dada a ser encontrada e revelada, mas produção histórica de conhecimentos composta por teorias, conceitos, métodos e relações internas que constituem organicamente elementos de natureza diferente.

Além disso, “[...] a história (...) aparece como inseparável de toda epistemologia, como sua condição essencial” (ALTHUSSER, 2006, p.261). Um resultado importante do trabalho de Foucault e dos historiadores das ciências como Bachelard e Canguilhem é que não se pode realizar a análise de um campo de saber como a Química, a Biologia ou a clínica sem que se considere o jogo das instituições historicamente constituídas que possibilitaram certos posicionamentos científicos: “[...] toda a complexa realidade da história, em todas as suas determinações econômicas, sociais, ideológicas, entra em jogo na inteligência da própria história científica. As obras de Bachelard, de Canguilhem e de Foucault são a prova disso” (ALTHUSSER, 2006, p.262).

Sob essa perspectiva, fazer história de um campo de saber tal como o faziam esses autores é tomar uma posição na história: “[...] vai-se descrever o fenômeno científico como uma **atitude**, como uma **tomada de posição** dentro de um debate” (MACHEREY, 2006, p. 265, grifo do autor). Quem fala o faz de algum lugar e isso coloca a história das ciências em termos de interpretação: “É também porque a ciência é uma **tomada de posição**, que se torna possível, **reciprocamente, tomar-se posição em relação a ela**” (MACHEREY, 2006, p. 265, grifo do autor).

Os campos científicos são constituídos por saltos, rupturas e discontinuidades. Althusser (2006) retoma o que Foucault (2004) deixa claro já na introdução de *A arqueologia do saber*: a discontinuidade é uma categoria com a qual o historiador deve operar e não apagar em nome da constituição de um progresso sem falhas.

Uma filosofia das ciências consiste na colocação de uma questão sobre outra questão, ou seja, far-se-á uma conceitualização dos conceitos para a apreensão de um movimento. Isso nada mais é do que pensar o conceito postulado a partir de questões

levantadas pela ciência no interior da história na qual foi produzido. O que importa, então, é a forma de apresentação/emergência do problema no presente, ou seja, a origem reflexiva. Como afirma Canguilhem (2006, p. 31): “É no presente que os problemas solicitam uma reflexão. Se a reflexão leva a uma regressão, a regressão é necessariamente relativa à reflexão. Assim, a origem histórica importa menos, na verdade, que a origem reflexiva.”

Canguilhem (2006) propõe – um pouco como faz Foucault (2004) –, uma história dos conceitos. Cada conceito possui uma história em que se pode assinalar seu nascimento e o momento em que ele ganha consistência própria. Tal como em Foucault, para Canguilhem o conceito é formado, possui uma “data”: “O conceito, conforme já se disse, começa por ser tão-somente uma palavra e sua definição. A definição é aquilo que permite **identificar** o conceito: ela o especifica entre os conceitos como conceito” (MACHEREY, 2006, p. 275, grifo do autor).

O conceito não é eterno e pode ultrapassar os limites de uma teoria. A noção de sujeito para a Análise do Discurso, por exemplo, embora tenha fortes matizes psicanalíticas, não possui a mesma conotação que aquela da Psicanálise. O discurso não é o mesmo quando se pensa no interior da AD, dos estudos da enunciação ou da Semiótica greimasiana. De igual forma, um conceito não surge necessariamente sobre o pano de fundo de uma teoria específica. A concepção de discurso não surge com a Análise do Discurso. Assim,

Desvelar o aparecimento de uma noção equivale a levar a ciência à sua matéria-prima imediata: a **linguagem**, sem perder de vista as condições práticas da sua produção, que permitem saber se se trata ou não de simples **palavras**. Assim, será possível descrever a invenção do conceito, evidenciando seus **instrumentos** reais: e trata-se de algo diferente de uma psicologia intelectual. Esses instrumentos são de duas espécies: a linguagem e o campo prático. (MACHEREY, 2006, p. 276, grifo do autor).

Não pretendemos levar a cabo toda rigorosidade do trabalho de Canguilhem. Nosso trabalho não é uma história dos conceitos pura, mas a elucidação das regras de emergência de uma formação discursiva. Refletimos sobre Semiologia Materialista, sobre marxismo, sobre Linguística, mas de alguma forma, refletir sobre isso é rediscutir o conceito de signo, de *langue*, o conceito de luta de classes, de ideologia e de sujeito.

A linguagem não é um meio, mas a condição mesma da existência do pensamento científico. O conceito é também a palavra semantizada no interior das

regras determinadas pelo campo teórico no qual se insere. Isso significa que a permanência da mesma palavra permite a passagem do mesmo conceito para outros campos e, por consequência, nos permite compreender que a mesma palavra não significa a mesma coisa devido à modalidade enunciativa e às regras de formação a que está sujeita. Ideologia, *langue*, formação discursiva, sujeito, luta de classes, análise do discurso, significam a mesma coisa no Brasil antes e após a abertura política? Sob essa ótica, retomamos Colombat; Fournier; Puech (2010) no sentido de que é preciso ter uma abordagem semântica, ou seja, uma compreensão do sistema conceitual no qual os conceitos se relacionam. Aqui, mais uma vez, é importante retomarmos uma regra de formação importante no que concerne ao projeto de Escobar, qual seja, a ideia de uma Semiologia Materialista que, como tal, pressupõe a subordinação da Linguística à ciência global dos signos. Sob esse prisma,

O objeto próprio da linguística é então igualmente definido pelo **princípio semiológico** do arbitrário do signo, considerado por Saussure, não como um princípio a estabelecer, mas como uma evidência da qual todas as consequências devem ser tiradas²⁶. (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2010, p. 225, grifo do autor, Trad. nossa)

Assim, se a língua é um sistema semiológico, ela deve ser pensada no interior dos outros sistemas semiológicos produzidos historicamente. Os conceitos acima mencionados (*langue*, Ideologia, formação discursiva, sujeito, etc.), no que concerne a Escobar, não podem ser desvinculados desse projeto semiológico derivado de um certo saussurismo, a partir do qual: “[...] a esperança de uma unidade das ciências humanas agrupadas em torno de alguns princípios muito gerais, em uma nova configuração advinda por projeção da semiologia saussuriana²⁷”. (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2010, p. 227, Trad. nossa)

Destacamos que esse projeto de totalização nos trabalhos de Escobar, que resulta na formulação de uma teoria do discurso consonante com essa preeminência do semiológico não é, como na França, resultado apenas da recepção do *CLG*, mas também de uma leitura crítica de outras fontes do pensamento saussuriano, notadamente, as

²⁶ *L'objet propre de la linguistique est donc également défini par le principe sémiologique de l'arbitraire du signe, considérée para Saussure, non comme un principe à établir, mais comme une évidence dont toutes les conséquences doivent être tirées.*

²⁷ *[...] l'espoir d'une unité des sciences humaines rassemblées autour de quelques principes très généraux, dans une nouvelle configuration issue para projection de la sémiologie saussurienne.*

Fontes manuscritas e As palavras sob as palavras. Nesse sentido, o projeto de Análise do Discurso de Pêcheux, assenta-se no *CLG* e na recepção estruturalista – via Jakobson, Benveniste e Culioli²⁸ – do *Curso*. Segundo Cruz (2006, p. 175)

[...] Pêcheux vê nele um modelo acabado que instaura uma ruptura, representando assim um avanço científico irreversível. Não se trata, portanto, para ele, de aperfeiçoar, corrigir ou rever o *CLG*. A ordem da língua parece bem definida. A Análise do Discurso começa assim lá onde o *CLG* acaba seu programa de edificação de uma linguística da língua.

A inscrição de Escobar nessa ordem epistemológica particular dos anos 1960/70 – particular em relação ao que se produz no Brasil após 1980 e também ao que Pêcheux propõe nos primórdios da AD na França – nos permite retomar a tese dos historiadores da ciência segundo a qual pesquisa da origem ganha consistência na medida em que se volta para a delimitação histórico-epistemológica dos conceitos. Isso se dá, ao mesmo tempo, pelo reconhecimento de que o surgimento de uma categoria ultrapassa os limites de uma teoria ao mesmo tempo em que se insere nela. Nesse aspecto, não compartilhamos da ideia de Macherey atribuir a Canguilhem uma pura filosofia do conceito fora do pertencimento à teoria. Há certa radicalidade na leitura de Macherey no sentido de que Canguilhem não faz a história dos conceitos fora da perspectiva de seu pertencimento a uma teoria. Essa radicalidade da leitura do autor pode ser apreendida a partir da citação que se segue:

É impossível reduzir o conceito à teoria que ele apóia circunstancialmente, esclarecê-lo através dela. O que não quer dizer que seja impossível definir o conceito ou que a questão que nele reside esteja privada de sentido; pelo contrário, *é uma questão em busca de seu sentido*, e é por isso que implica fundamentalmente uma *história*. (MACHEREY, 2006, p. 281, grifos do autor).

Nessa citação, percebemos algumas correlações que carecem de uma fundamentação rigorosa. Analisar um conceito à luz de seu pertencimento a uma teoria determinada não significa reduzir esse conceito. Pelo contrário, é justamente a partir do pertencimento a determinada teoria que o conceito existe. Da mesma forma, pensar a

²⁸ Pêcheux problematiza as concepções enunciativas desses autores, no entanto, a recepção de Saussure por Pêcheux é via *CLG*, tanto pela letra do *Curso*, quanto pelo diálogo polêmico com os linguistas de seu tempo. Não encontramos, no momento inicial das formulações pecheutianas, referência aos estudos exegéticos de Saussure.

relação que o conceito mantém com a teoria não é uma questão de privação ou ampliação do conceito. A leitura que Macherey faz de Canguilhem é um pouco extremada. Acreditamos na força de se empreender uma história dos conceitos, mas a reflexão a respeito deles não pode ser feita fora de um campo de saber. Por menos delimitáveis que esses campos possam ser, é deles que se trata quando da emergência conceitual. Nesse sentido, retomamos Foucault quando ele diz que um conceito emerge em uma **superfície de inscrição**: instituições, teorias científicas, entre outras instâncias.

A citação acima nos induz a pensar em uma espécie de idealismo de Macherey ao considerar o pensamento de Canguilhem. Mesmo para este último, a história dos conceitos não nega o pertencimento deles a teorias como o princípio de Broussais²⁹, a patologia experimental e a fisiologia. O título do quinto capítulo da primeira parte de *O normal e o patológico* é justamente “As implicações de uma teoria”. Mesmo que, para Canguilhem, os conceitos ultrapassem uma teoria, é no interior delas que se pode assinalar esse fenômeno.

Embora Foucault considere a história dos conceitos no interior de uma unidade maior denominada formação discursiva sua unidade de análise é outra. Essa é a grande diferença entre ele e Canguilhem. Para Foucault, a unidade do discurso devem ser os enunciados efetivamente ditos e a descrição histórica nada mais é do que a descrição das condições de emergência – e das regras de formação – desses enunciados³⁰ no momento mesmo em que foram produzidos:

[...] trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. (FOUCAULT, 2004, p. 31)

²⁹ Ponto de vista segundo o qual deve-se proceder do patológico para o normal para, a partir daí, se constituírem as leis do normal. Essa posição se opõe à de Claude Bernard, para quem, o percurso deve se dar de forma inversa, ou seja, do normal para o patológico, para que se empreenda uma abordagem sobre as doenças. Não nos interessa aqui discutir essas duas formas de se conceber o normal e o patológico. O interessante é pensar que os conceitos ganham existência no interior de uma teoria ou de uma ordem epistemológica.

³⁰ Voltaremos à questão da definição de enunciado mais à frente.

Em torno da postulação da categoria de enunciado, Foucault pode pensar a análise dos discursos fora de uma perspectiva antropologizante, ou seja, compreender uma formação discursiva a partir de categorias materiais, históricas e funcionais. Não o sujeito fenomenológico, consciente, mas o sujeito como lugar produzido no/pelo discurso. Posição delimitável a partir das práticas discursivas que o compõem e permitem sua emergência em um campo enunciativo. Afinal, após todas essas ressalvas, o autor ainda se pergunta:

Finalmente, como estarmos certos de que não nos prenderemos a todas essas unidades ou sínteses pouco refletidas que se referem ao sujeito falante, ao sujeito do discurso, ao autor do texto, enfim a todas essas categorias antropológicas? (FOUCAULT, 2004, p. 33)

A sequência do pensamento foucaultiano caminha para a definição das formações discursivas. Esse é o tema do segundo subcapítulo. Longe de ser uma tipologia, a noção de formação discursiva é bastante ampla em Foucault. Se pensarmos em *História da loucura*, por exemplo, temos a psiquiatria como uma formação discursiva no interior da qual existem regras para formulação de certos enunciados sobre a loucura. No entanto, em um determinado momento da história esse objeto loucura era visto por um viés escatológico e, em outro momento, passa a ser visto do ponto de vista médico, o que implica uma mudança de formação discursiva. O rastreamento do objeto é marcado pela sua inserção em determinados campos de saber que falam dele.

Na Idade Média, por exemplo, a loucura estava muito mais próxima de um dizer místico-religioso do que do dizer psiquiátrico. Sob essa perspectiva, as transformações históricas provocaram mudanças na organização dos saberes: “A loucura deixou de ser, nos confins do mundo, do homem e da morte, uma figura escatológica; a noite na qual ela tinha os olhos fixos e da qual nasciam as formas do impossível se dissipou.” (FOUCAULT, 2007, p. 42)

Há um sistema complexo que funciona em torno do objeto:

O gesto que, ao traçar o espaço de internamento, conferiu-lhe um poder de segregação e atribuiu à loucura uma nova pátria, por mais coerente e ordenado que seja esse gesto, não é simples. Ele organiza numa unidade complexa uma nova sensibilidade à miséria e aos deveres da assistência, novas formas de reação diante dos problemas econômicos do desemprego e da ociosidade, uma nova ética do trabalho e também o sonho de uma cidade onde a obrigação moral se

uniria à lei civil, sob as formas autoritárias da coação. Obscuramente, esse temas estão presentes na construção das cidades de internamento e em sua organização. (FOUCAULT, 2007, p. 56)

Metodologicamente, a noção de formação discursiva permite tomar, no caso de *História da loucura*, a Psiquiatria como unidade e, ao mesmo tempo, revolver seu terreno e explicitar a dispersão de suas regras de formação. Importante ressaltar que o retrospecto de Foucault para constituir essa história do saber psiquiátrico não visa a uma negação ou justificação do presente em relação ao passado e vice-versa. Trata-se de refletir sobre a forma como os saberes constituem seus objetos de acordo com o momento histórico em que atuam.

Sob esse prisma, Foucault afirma:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. (2004, p. 43)

Assim como Foucault pensa a Psiquiatria como uma formação discursiva, nós também pensamos a Análise do Discurso. No entanto, o autor considera uma prática discursiva em relação a uma prática não discursiva, ou seja, há uma prática de segregação social, uma prática do internamento, etc. que podem ser vistas de forma empírica e, essas práticas também são vistas como uma dobra do campo de saber. No nosso caso, não visualizamos com o rigor que o pensamento foucaultiano exige, a prática empírica. Antes, centramo-nos prioritariamente no aspecto teórico, ou seja, no exercício de re-leitura e interpretação dos textos fundamentais de Saussure para a constituição de uma teoria marxista do discurso. Não afirmamos, com isso, que aspectos históricos não interferem na produção teórica. Pelo contrário, as questões institucionais vivenciadas pelo autor vinculam-se diretamente ao seu pensamento. Como afirma Escobar na entrevista que nos concedeu em Paris,

Estes trabalhos (e as relações com o “*Cahiers pour l’analyse*”, ou “*Langages*”, ou “*Communication*”, se dão através das funcionárias da Biblioteca da Embaixada de França que depois, após a mudança da

Embaixada para Brasília, passou a ser a biblioteca da Maison de France. Lá, onde eu e a Isabel Ribeiro – que numa época namorei – íamos todas as tardes e se tornou o lugar de encontro daqueles que mais tarde (e tal como o Grupo da Biblioteca de SP) seriam os intelectuais do Rio. Chaim Katz, Joel Birman, os irmãos “Velho”, o Eginardo, que seria o primeiro a escrever sobre Lacan no Brasil, e que mais tarde se suicidou. A luta por Althusser e Pêcheux no Rio revelou o quanto de mentiras e perseguições poderiam o Gullar, o Kinder e a corja inteira dos estalinistas. (ESCOBAR, apud KOGAWA, 2011)

O momento de produção dos trabalhos de Escobar em torno de uma teoria do discurso em constante diálogo com os trabalhos de Pêcheux, é marcado pela presença militante do marxismo na teoria não apenas como grade de leitura, mas como forma de intervenção teórica e política. Tudo isso se passa institucionalmente no Rio de Janeiro, onde ocupava as cadeiras de Semiologia e Epistemologia da Comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro e de Fundamentos Científicos da Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense.

Ele publicava ainda ensaios, poemas, peças de teatro e produzia seus textos em consonância com as ideias althusserianas e, nesse sentido, preocupava-se em fazer uma distinção entre ciência e ideologia. Sua problemática era marcada pela re-leitura de Saussure a partir da leitura sintomal althusseriana e seus trabalhos convergiam para a reflexão em torno de uma Semiologia Materialista derivada do *CLG*. Além disso, ele era responsável também pela organização de traduções de autores franceses como Althusser, M. Pêcheux, Bachelard, Canguilhem, etc.

Diante dessas regularidades, consideramos que é possível pensar, em um primeiro momento, esse nome de autor no interior de uma regularidade enunciativa que permite considerar seus trabalhos como eco do campo de saber conhecido atualmente como Análise do Discurso de linha francesa. Assim, a Ciência dos Discursos Ideológicos é uma formação discursiva que se apresenta como uma primeira unidade de análise.

Utilizamos anteriormente o termo objeto quando nos referimos à loucura. Retomamos essa noção para explicitar o que Foucault descreve como sendo a formação dos objetos em um campo de saber. No início dessa discussão o autor considera que existem superfícies de formação sobre as quais os objetos emergem. Essas superfícies são moventes e, juntamente com as transformações históricas, elas se reconstituem e constroem novos objetos e novos dizeres sobre eles. Do ponto de vista prático, tratam-se das instituições autorizadas a falar de determinados objetos, tais como a família, as

indústrias, a clínica, a igreja, entre outros: “Permanecendo na psicopatologia do século XIX, é provável que elas fossem constituídas pela família, pelo grupo social próximo, o meio de trabalho, a comunidade religiosa [...]” (FOUCAULT, 2004, p. 46). Uma mudança na *episteme* de uma época reconfigura essas superfícies e tem-se um novo relacionamento entre os saberes.

Na sequência da descrição, Foucault afirma que existem ainda instâncias de delimitação, ou seja, em uma sociedade dada, no conjunto de superfícies nas quais podem surgir os objetos, existem instituições responsáveis em maior grau (dominantes) por certos dizeres. Seria mais ou menos a retomada da ideia de “todo complexo com dominante” existente nos trabalhos de Althusser, a partir da qual, em uma sociedade, temos um todo institucional complexo (igreja, família, escola, partidos políticos), mas um deles é dominante: nos *Aparelhos ideológicos de Estado*, por exemplo, Althusser considera a escola como instância de delimitação (ou dominante).

Ainda que haja profundas discrepâncias entre a obra de Foucault e de seu professor, essa semelhança pode ser observada quando ele diz que “Seria necessário descrever, além disso, **instâncias de delimitação**: a medicina³¹ (...) tornou-se, no século XIX, a instância superior que, na sociedade, distingue, designa, nomeia e instaura a loucura como objeto;” (FOUCAULT, 2004, p. 47).

Por último, o filósofo propõe que existem ainda as grades de especificação, que seriam mais ou menos as unidades materiais por meio das quais era possível falar do objeto loucura. Nesse sentido, ele toma a alma, o corpo e a vida ou história dos indivíduos como “documentos” por meio dos quais era possível chegar a um veredicto sobre a condição do sujeito. E o autor concluirá, a partir dessas três categorias, que

[...] o discurso psiquiátrico, no século XIX, caracteriza-se não por objetos privilegiados, mas pela maneira pela qual forma seus objetos, de resto muito dispersos. Essa formação é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação. (FOUCAULT, 2004, p. 49)

A seguir, Foucault (2004) materializa a ideia de que as relações, por não serem inerentes ao próprio objeto, também não são um tipo de “relação primária”. Essa ressalva evita que certas “afinidades” sejam pensadas em um nível puramente “pré-

³¹ Foucault considera também a importância da “justiça” – particularmente da justiça penal – da autoridade religiosa e da crítica literária.

discursivo”, ou seja, em um nível de descrição a partir das instituições, técnicas, formas sociais etc. Com efeito, fazer uma exaustiva descrição dos acontecimentos institucionais, sociais, etc. que se desenrolavam no período ditatorial, não dá conta das relações que possibilitaram a constituição do campo de objetos estudados/produzidos por Escobar.

Em contrapartida, afirmar que a descrição de certos elos institucionais não é necessariamente descrever as relações entre objetos não significa que os objetos estejam ausentes de um tipo de vínculo interinstitucional. Sob esse aspecto, não são os objetos, por eles mesmos, que determinam sua própria permanência ou apagamento. Antes, é a inter-relação entre as superfícies (as instituições) que possibilita a instauração e/ou a retomada dos objetos. O processo de constituição une: a) um momento de relações reais em que o sujeito observa empiricamente o objeto (a loucura, por exemplo) no seio da vida social; b) um momento posterior em que se estabelece uma relação reflexiva com esse objeto; e c) um último momento em que se discursivizam as duas primeiras relações. Para Foucault, trata-se de descrever o último momento em sua instância e estabelecer relação com os demais.

Após a descrição da formação dos objetos – entendida como uma complexa relação entre instituições, hierarquia institucional e os discursos aí produzidos – o autor propõe a formação das modalidades enunciativas. Quem fala em um determinado momento histórico a respeito da loucura? De que posição subjetiva ele fala? De onde vem a autoridade para que se fale? O momento da formação da modalidade enunciativa é aquele em que o sujeito, inserido em um lugar institucional, está autorizado a falar a respeito de determinados objetos:

A) Primeira questão: quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, de quem, em troca, recebe, senão sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? (FOUCAULT, 2004, p. 56).

E ele continua: “B) É preciso descrever também os lugares institucionais de onde o médico obtém o seu discurso, e onde este encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação (seus objetos específicos e seus instrumentos de verificação)” (FOUCAULT, 2004, p. 57) para concluir que

C) As posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos: ele é sujeito que questiona, segundo uma certa grade de interrogações explícitas ou não, e que ouve, segundo um certo programa de informação; é sujeito que observa, segundo um quadro de traços característicos, e que anota, segundo um tipo descritivo; (FOUCAULT, 2004, p. 58).

Os enunciados organizam-se e dispõem-se em conjuntos e seriações determinados. Há diversas disposições possíveis das séries enunciativas, vários tipos de inter-relação entre os enunciados e uma multiplicidade de esquemas retóricos que possibilitam variadas combinações de grupos de enunciados. Além disso, há formas de coexistência que delineiam um campo de presença, um campo de concomitância e um campo de memória. Há regras que apagam e atualizam certos conceitos.

A partir disso, estabelecem-se, para os regimes de enunciados, procedimentos de análise, reescrita, enfim, de interpretação. Em suma, é esse jogo que permite a formação dos conceitos, que não resultam da atitude do indivíduo ou da mentalidade de uma época:

De qualquer forma, as regras de formação dos conceitos, qualquer que seja sua generalidade, não são o resultado, depositado na história e sedimentado na espessura dos hábitos coletivos, de operações efetuadas pelos indivíduos; não constituem o esquema descarnado de todo um trabalho obscuro, ao longo do qual os conceitos se teriam mostrado através de ilusões, preconceitos, erros, tradições. (FOUCAULT, 2004, p.70)

É preciso ter em mente, no entanto, que, nem sempre o fato de pertencer a uma mesma formação discursiva significa que se possa falar de identidade entre conceitos, objetos, etc. Foucault fala que existem pontos de difração em que dois objetos, dois conceitos ou duas modalidades enunciativas podem funcionar no interior de uma mesma formação discursiva sem, contudo, pertencer a uma mesma série de enunciados. Em contrapartida, o funcionamento no interior de uma mesma FD possibilita a existência de pontos de equivalência e de pontos de ligação de uma sistematização, ou seja, dois elementos incompatíveis, formados pelas mesmas regras, culminam em uma série coerente de objetos, formas enunciativas e conceitos derivados.

A Análise do Discurso, por exemplo, pode ser pensada como um sistema formal – ainda que distante da formalização matemática – no interior do qual algumas categorias funcionam para elucidar questões relacionadas ao sentido que pertencem a campos como o político, o publicitário, o religioso e o jornalístico. No entanto, um

trabalho sobre AD pode ser uma discussão epistemológica sem a obrigatoriedade de uma operacionalização conceitual.

Se pensarmos o conceito de formação discursiva em um trabalho de análise do discurso político ou o tomarmos em um trabalho de epistemologia sobre a AD, ainda que sejam os mesmos conceitos, eles não podem ser inseridos na mesma série de enunciados, pois, a estratégia discursiva é diferente: no exercício de aplicação, a estratégia é operacional, ou seja, quer-se abstrair questões de um campo empírico para o teórico; na discussão abstrata, a estratégia é epistemológica, ou seja, tenta-se materializar discursivamente teorias e reflexões filosóficas.

A forma com que o conceito de *langue* aparece no *CLG*, nos trabalhos da linguística estrutural, na ciência dos discursos ideológicos de Escobar e nos trabalhos de AD após a década de 1980, no Brasil, mostra que, embora se trate do mesmo conceito, a estratégia é diferente.

É preciso, pois, estudar a **economia da constelação discursiva** à qual ele pertence. Esse discurso pode desempenhar, na verdade, o papel de um sistema formal de que outros discursos seriam as aplicações em campos semânticos diversos; pode ser, ao contrário, o de um modelo concreto que é preciso levar a outros discursos de um nível de abstração mais elevado (assim, a gramática geral, nos séculos XVII e XVIII, aparece como um modelo particular da teoria geral dos signos e da representação) (FOUCAULT, 2004, p. 74, grifo do autor).

Essas diferentes tomadas estratégicas, segundo Foucault, são caracterizadas pelas posições possíveis do desejo em relação ao discurso, que pode ser “[...] o local de uma encenação fantasmática, elemento de simbolização, forma do proibido, instrumento de satisfação derivada [...]” (FOUCAULT, 2004, p. 75)

É necessário ressaltar que as estratégias discursivas postuladas pelo autor não coincidem com a intenção ou tomada de posição consciente do sujeito. Trata-se de uma emergência possível a partir das divergências e convergências no jogo dos conceitos, formados pelas formas de coexistência entre os enunciados. Mas, o que seriam esses enunciados? Qual a importância dessa categoria para o método arqueológico?

Para o método arqueológico, o enunciado é a menor unidade tomada para a análise. Ele pode ser isolado, participar de jogos de relações com outros elementos, pode ser atualizado ou apagado. Ele funciona como átomo do discurso. Ele não se esgota em uma frase, ato de fala ou proposição.

Pode haver enunciado onde não existam tais categorias gramaticais. Podemos tomar um mapa, uma curva estatística, uma sequência de letras como ASDFG – que remetem a exercícios de datilografia – que ocupa uma folha de papel inteira. Nesse sentido, o enunciado não é apenas uma estrutura, mas uma função que se exerce e que está vinculada a uma prática – teórica, analítica – histórica.

Um enunciado, enquanto parte de uma função enunciativa, é sempre único. Podem-se repetir os mesmos nomes, os mesmos conceitos, as mesmas palavras, mas nunca o mesmo enunciado. Ele não tem um correlato imediato. O seu referencial não é constituído por coisas, fatos ou realidades empíricas, mas por leis e regras de existência para os objetos:

[...] a descrição do nível enunciativo não pode ser feita nem por uma análise formal, nem por uma investigação semântica, nem por uma verificação, mas pela análise das relações entre o enunciado e os espaços de diferenciação, em que ele mesmo faz aparecer as diferenças. (FOUCAULT, 2004, p. 103).

Além disso, o enunciado é sempre produzido por um sujeito, que não está inserido apenas em um sistema linguístico, mas em um jogo de posições possíveis de serem ocupadas, em um domínio associado, ou seja, para que se trate de enunciado, é indispensável a existência de todo um campo adjacente.

Outra característica importante é que um enunciado está sempre povoado por outros enunciados que o modificam, completam, deslocam e invertem. A AD como formação discursiva materializa suas concepções em enunciados. Um livro, uma obra, ou um tratado pode ser tomado como enunciado. O livro *Proposições para uma semiologia e uma linguística*, de Escobar, pode ser compreendido como um enunciado. Tal enunciado é atravessado por outros, de outros campos como *A interpretação dos sonhos*, de Freud, ou *O capital*, de Marx, ou ainda, *Em favor de Marx*, de Althusser.

Em torno desse livro de Escobar podemos demarcar um campo enunciativo que o torna um elemento singular. A partir dessas considerações, percebe-se que existe uma instância material em todo enunciado: “o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data” (FOUCAULT, 2004, p. 114).

Não identificaríamos o lugar de Escobar se não houvesse uma materialidade no que ele propôs. Mais que isso, se não houvesse um *status* de coisa ou de objeto que se modificou historicamente. Segundo Foucault, “[...] a materialidade do enunciado não é

definida pelo espaço ocupado ou pela data da formulação, mas por um *status* de coisa ou de objeto, jamais definitivo, mas modificável, relativo e sempre suscetível de ser novamente posto em questão [...]” (2004:115).

A existência singular dessa categoria assinala também sua repetibilidade. A novidade, nesse sentido, é marcada por algo que retorna, ainda que em condições estritas. A enunciação não pode se repetir, mas a materialidade sim. De que forma um livro escrito em 1973 faz seu retorno? Sabemos que ler Escobar hoje não é a mesma coisa que tê-lo lido em 1973. O que é repetível? Evidentemente, a materialidade do que foi dito. As linhas deixadas impressas. O que é novo? A interpretação que fazemos, a reatualização desse lugar como entendimento da recepção de uma teoria.

Diante disso, embora não seja nosso objetivo comparar o trabalho de Escobar com a Análise do Discurso que se disciplinarizou no Brasil a partir dos anos 1980, do ponto de vista da recepção de um campo teórico formulado por Pêcheux, surge a questão: trata-se da mesma formação discursiva ou trata-se de uma descontinuidade? Ou ainda, o que muda e o que permanece? O que é novo e o que é repetibilidade? “[...] o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, [...] se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga.” (FOUCAULT, 2004, p. 119)

Ao retomarmos a definição foucaultiana de formação discursiva como possibilidade de descrição, a partir de certo número de enunciados, de um sistema de dispersão e como possibilidade de definição de uma regularidade entre os objetos, conceitos, tipos de enunciação e escolhas temáticas, é possível pensar que o movimento preconizado por Escobar é um dos momentos de recepção tanto da obra de Michel Pêcheux no Brasil quanto da interpretação filológica³² da obra de Saussure, ainda que haja descontinuidades entre esses momentos.

Nesse aspecto, se tomarmos a recepção dos trabalhos de Michel Pêcheux – para retomar uma ideia que Colombat; Fournier; Puech (2010) mobilizam em relação ao *CLG* na França³³ – é possível pensar alguns aspectos importantes para o que nos interessa aqui: existe um primeiro momento (1960/70), não disciplinarizado, em que

³² Quanto à leitura de Saussure, voltaremos a isso na terceira seção deste trabalho.

³³ Voltaremos a isso na subseção seguinte. Por hora, adiantamos que, para os autores em questão, tratam-se de quatro recepções do *CLG* no contexto francês.

não se fala propriamente em AD, mas em uma CDI responsável pela análise das formações discursivas e, a partir daí, pela diferenciação entre discurso científico e discurso ideológico; um segundo momento (1970/1980), em que a proposta de Pêcheux é institucionalizada e, a partir daí, passa a ser difundida nas universidades brasileiras não apenas como uma discussão teórica em torno dos temas da cientificidade dos discursos, mas também como uma técnica de interpretação; e uma terceira recepção (1980/1990) em que a obra de Michel Pêcheux é lida em consonância com a obra de Michel Foucault e com as proposições semio-antropológicas de Barthes e Courtine. Os diálogos e duelos entre esses dois autores, para retomarmos Gregolin (2007a), trazem implicaturas tanto epistemológicas quanto na prática de análise.

1.2 História das ideias linguísticas: a recusa do CLG

A recepção do *CLG* é cercada por inúmeras controvérsias. Desde os anos 60, quando a obra foi amplamente difundida na França e serviu de apoio à constituição de várias teorias e disciplinas – dentre elas, a Semiologia barthesiana e a Análise do Discurso derivada de Pêcheux e seu grupo –, o livro editado por Bally e Sechehaye foi alvo de várias re-leituras das quais nos interessam, nesta subseção, as críticas atuais feitas por Simon Bouquet.

Sob essa perspectiva traçamos um percurso da constituição da Semiologia saussuriana a partir dos *Escritos de linguística geral*, do *Curso de linguística geral* e das críticas de Simon Bouquet. Fazemos isso por meio de uma triagem dos conceitos de **valor** e **arbitrário do signo**, tal como Bouquet os problematiza no pensamento saussuriano, na medida em que tais noções fundamentam toda a Semiologia pensada por Saussure.

A leitura de Bouquet apresenta-se como a que mais se aproxima, nos dias atuais, da posição de Escobar para quem, já havia em Saussure as bases para a constituição de uma teoria do discurso. No Brasil dos anos 1960/70, essa recepção negativa do *CLG* – no sentido de que Escobar, assim como Bouquet, pensa essa obra, em muitos aspectos, como uma deformidade do pensamento saussuriano – pode ser considerada a primeira leitura com o propósito de teorização marxista do discurso. Essa teorização era triplamente fundamentada em Marx (materialismo histórico), Saussure (Semiologia), e Freud (Inconsciente histórico)

Embora as leituras de Bouquet e Escobar sejam marcadas por certa radicalidade e, diríamos, por pouca benevolência com Bally e Sechehaye, elas conferem um lugar preeminente à Semiologia na obra “global” de Saussure em relação à Linguística. No caso de Bouquet, a abordagem exegética nos põe a par de vários textos inéditos, dos quais se tem notícia há pouco tempo e isso nos proporciona maior completude em relação ao pensamento saussuriano além do fato de que sua leitura, como já dissemos, vai ao encontro de nosso objeto. Com relação a Escobar, a leitura marxista da Semiologia saussuriana e a constituição de uma teoria do discurso muito próxima da de M. Pêcheux, nos leva a pensar nos anos 1960/70, como o momento em que se manifestam os primeiros passos em direção ao que, nos anos 1980, será disciplinarizado com o rótulo de Análise do Discurso de linha francesa. Isso pode ser pensado tanto a partir da teoria marxista do discurso pensada por Escobar quanto pelas constantes menções³⁴ feitas por ele a Michel Pêcheux e ao grupo dos althusserianos.

A crítica à má formulação da Semiologia por Bally e Sechehaye procura reconstruir o projeto semiológico de Saussure. Esse projeto parte da formulação dos conceitos de **valor** e **arbitrário** na medida em que são constituintes da significação. Mais que isso, a partir dessa leitura pode-se pensar em Saussure como teórico do discurso, afinal, “A língua só é criada com vistas ao discurso, mas o que separará o discurso da língua ou o que, num dado momento, permitirá dizer que a língua **entra em ação como discurso?**” (SAUSSURE, apud STAROBINSKI, 1974, p. 12, grifo do autor)

Enquanto a Semiologia americana baseou-se na lógica, na psicologia e na filosofia analítica, a europeia – principalmente na França – fundamentou-se no *Cours* resultante do trabalho de edição de Bally e Sechehaye. Nos termos de Foucault – “[...] o ato de fundação de uma cientificidade pode sempre ser reintroduzido no interior da maquinaria das transformações que dele derivam.” (FOUCAULT, 2006, p. 61) –, pensamos em Saussure como um fundador de cientificidade, ou seja, o ato de fundação operado por ele estará sempre presente nos campos que operam com a ciência por ele produzida. De acordo com Puesch (1992, p. 5),

³⁴ Essas menções podem ser percebidas tanto pelas citações feitas por Escobar em seu textos quanto por algumas traduções feitas/organizadas por ele.

Que aceitemos esta “evidência” (mas existem evidências na ordem histórica?), ou que a recusemos, a figura do linguista genebrino permanece um ponto de referência inevitável: ponto de referência de segundo grau se nos interessamos pela maneira como se opera a recorrência a Saussure entre os linguistas/semiólogos que, reclamando sua presença, procuram completá-lo ou ultrapassá-lo; de primeiro grau se interrogamos a partir das *Fontes Manuscritas* as formulações responsáveis pelo sucesso do *Curso*³⁵. (Trad. Nossa)

A caracterização feita por Puesch no sentido de atribuir graus de leitura da obra de Saussure importa-nos na medida em que a leitura que Simon Bouquet faz do *CLG* pode ser vista como de primeiro grau. A partir, principalmente, das *Fontes Manuscritas*, o autor radicaliza na medida em que toma o *Curso* como um texto apócrifo. Cruz (2009, p. 108) afirma que “O projeto filológico-crítico de Bouquet parece partir das seguintes premissas: (1) O *Curso* é um texto inteiramente apócrifo [...]”.

Não acreditamos que Bouquet considere o *CLG* um texto totalmente apócrifo. Embora ele seja, como já dissemos, pouco benevolente com Bally e Sechehaye, sua questão não é dizer que o *CLG* é totalmente infiel ao pensamento de Saussure – o autor reconhece, inclusive, o valor do trabalho dos editores –, mas mostrar que o pensamento saussuriano não se encerra na fundação da Linguística.

O trabalho de Bouquet é imprescindível à nossa pesquisa na medida em que a radicalidade quase sempre atribuída a ele representa uma necessidade de se repensar a edição do *CLG* em relação aos demais escritos de Saussure. No Brasil, tanto a leitura de Bouquet quanto a de Escobar, feita nos anos 1960/70, são importantes para se pensar o campo da Análise do Discurso de linha francesa.

Ao retomarmos a ADF presente nos trabalhos de Courtine (2006) e de Pêcheux (2007), podemos colocar a problemática de uma Semiologia no interior do dispositivo analítico. Por esse viés, ao tomarmos, como avatar da AD no Brasil, um movimento que se deu durante a ditadura, é necessário voltar a Saussure e à Semiologia saussuriana. A esse título, reforçamos, a leitura de Bouquet é aquela que mais se adéqua ao nosso propósito na medida em que ele postula, no pensamento de Saussure, a preeminência da Semiologia em relação à fundação da Linguística.

³⁵ *Qu'on accepte cette “évidence” (mais y a-t-il des évidences dans l'ordre historique?), ou qu'on la refuse, la figure du linguiste genevois demeure un point de référence inévitable: point de référence de second degré si l'on se intéresse à la manière dont opère le recours à Saussure chez les linguistes/sémiologues qui, se réclamant de lui, cherchent à le compléter ou le dépasser; de premier degré si l'on interroge dans les Sources Manuscrites les formulations qui ont fait le succès du Cours.*

A tese de que, no pensamento saussuriano, a Semiologia precede a Linguística é explicada, dentre outros pontos, pela reflexão filosófica que o genebrino faz sobre a linguagem. Dessa reflexão, deriva que a arbitrariedade do signo, bem como o valor a ela relacionada, só pode ter consistência a partir da comparação entre sistemas semiológicos diferentes e não apenas do estudo da língua por ela mesma.

Sob essa perspectiva, a leitura de primeiro grau empreendida por Bouquet toma as *Fontes Manuscritas* – e outros textos referentes aos estudos desenvolvidos por Saussure, dos quais restam algumas anotações – para mostrar que, em inúmeros aspectos, o *CLG* negligencia questões teóricas caras a Saussure. Segundo Bouquet, Saussure não era apenas um lógico/gramático, mas também um filósofo da ciência e da linguagem.

Apesar da severidade com que Bouquet critica o trabalho dos redatores do *CLG* – ainda que reconheça os seus méritos –, essa posição é a mais próxima – e nesse sentido bastante esclarecedora – da leitura que Escobar faz do *CLG* a partir de *Fontes Manuscritas*, principalmente, no que tange à Semiologia. Não que Bouquet e Escobar tenham tomado conhecimento da obra um do outro – pelo menos os textos de ambos não denotam tal conhecimento –, mas, como leitores do percurso da Semiologia Materialista escobariana dos anos 1960/70, esse paralelo importa na medida em que, os dois autores, cada um em sua época, miram duplamente a questão do projeto Semiológico saussuriano pouco explorado no *CLG* e a questão da cientificidade da Linguística.

A crítica que Bouquet dirige ao *CLG* é no sentido de que o texto cria um efeito de acabamento em torno da Linguística e deixa de mostrar o projeto futuro saussuriano de uma gramática geral que envolveria desde a fonologia até a semântica. Tal projeto deriva da epistemologia que Saussure elabora da gramática comparada, outro ponto pouco explorado no *CLG*.

Bouquet (2000) assevera que as reflexões saussurianas relativas à Linguística Geral desdobram-se em três configurações discursivas distintas. A primeira é a epistemologia (condições de pertinência) da gramática comparada e da fonética histórica – ciências galileanas³⁶. A segunda é a reflexão filosófica sobre a linguagem, no

³⁶ Voltaremos a isso mais adiante.

sentido de uma metafísica³⁷ de saber não-positivo, ou seja, um saber que não atende aos critérios de positividade imprescindíveis a uma ciência galileana. Por último, Saussure propõe uma epistemologia programática da Linguística.

Na visão de Bouquet e Engler, esse último Saussure é o que Bally e Sechehaye apresentaram: “[...] é ele que, depois do *Cours*, passou a ser, muitas vezes, associado exclusivamente ao nome de Saussure.” (BOUQUET e ENGLER, 2004, p. 12)

Ainda segundo Bouquet e Engler (2004, p. 13, grifo dos autores):

[...] a linguística futura deveria recuperar, segundo Saussure, os objetos tradicionais da morfologia, da lexicologia e da sintaxe mas também, descobre-se hoje, os da retórica e da estilística. Essa linguística unificaria essas abordagens numa semiologia, isto é, numa **gramática geral** de um novo tipo, que estuda seus objetos com base no princípio de opositividade intra-sistêmica (chamado também de **negatividade, diferença, kénôme**) e que os concebe como constituintes de uma *mathesis linguistica*.

O termo *mathesis* remete à lógica, ao cálculo e à álgebra. A *mathesis* linguística caracteriza-se duplamente como o jogo lógico entre os elementos fonológicos (representações dos sons) e as significações. Além disso, ela é vista na relação entre os significantes e a representação que eles fazem da matéria a significar. Nesse aspecto, a língua é o jogo entre os significantes que constituem fórmulas para representar a substância semântica. Sob essa ótica, o jogo de diferenças entre as unidades da língua é o que permite literalizar a matéria psíquica.

Assim, Saussure expõe-nos uma espécie de cálculo da linguagem na medida em que postula a teoria do valor (opositividade/negatividade entre fonemas e sua posterior representação em um sistema fonológico). Ele faz uso de letras para indicar termos e determina as condições de substituíbilidade entre os termos. Isso pode ser demonstrado, por exemplo, pela equação do fonema /g/ na expressão algébrica: “sk . j = gr. g = lat. g”. Pensamos nessa representação nos termos de uma metalinguagem inerente à epistemologia da Fonologia.

No que concerne a uma semântica futura, a própria realidade opositiva da língua outra coisa não é que a literalização do fato semântico, ou seja, um conjunto de

³⁷ O termo metafísica no trabalho de Bouquet tem um sentido bem preciso, qual seja, o de um saber não formalizável que serve de base para a constituição de um saber futuro. Na obra do pensador francês, metafísica opõe-se a epistemologia.

fórmulas convencionais que os falantes empregam para representar a impressão semântica que se manifesta no espírito.

A álgebra representada pela língua em relação ao fato semântico constitui-se, então, em uma teoria do espírito correlativa à teoria linguística. Os fonemas são variáveis arbitrárias – derivadas de convenções próprias a cada língua – que as línguas utilizam para recortar a impressão psíquica dos falantes dessas línguas.

A questão da arbitrariedade está intrinsecamente vinculada à noção de valor. Se os elementos da língua são definidos por sua diferença (negatividade, opositividade), eles são entendidos por uma dupla constituição valorativa complementar constitutiva do que Bouquet (2000) denomina o todo do valor semântico: por um lado o valor *in absentia* e, por outro, o valor *in praesentia*. A primeira ordem do valor apresenta-se na consciência do falante como fato indivisível; a segunda denota as subdivisões das unidades da língua e as relações que essas unidades contraem com outras.

Essa subdivisão, formalizada por Bouquet (2000) a partir das *Fontes manuscritas* e dos *Escritos de linguística geral*, esclarece as facetas do conceito de valor e mostra como se constitui o todo do valor semântico. O valor *in absentia* representa o signo em relação a outro signo, sem a inserção no sintagma e pode ser dividido em valor interno e valor sistêmico. O valor interno ressalta três sub-níveis de arbitrariedade: o arbitrário do significante, o arbitrário do significado e o arbitrário da relação entre significante e significado. É importante ressaltar que essas três instâncias só são subdivididas pela construção teórica.

No primeiro caso, em que o significante responde pelo significado e vale por ele, valor é sinônimo de significação e pode ser associado, segundo Bouquet (2000), à ideia lexicológica clássica da palavra valor. No final do século XVII expande-se na França a produção de dicionários monolíngues. O *Dictionnaire de l'Académie* (1694) é o protótipo de uma nova concepção de dicionário fundamentada no fato de que as entradas lexicais são correlativas. A ideia de que a língua pode definir a si mesma remete a um sistema de valores – tal como Saussure postula mais tarde – e as definições são vistas a partir dos usos das palavras:

Esses dicionários, organizados em conformidade com o axioma de que não há sinônimos absolutos (as palavras quase sinônimas de uma língua se opõem sempre por algum traço semântico secundário), contribuíram de maneira crucial para revelar o caráter opositivo dos sentidos linguísticos. É nesse grande movimento da lexicologia das

luzes que se estabeleceu, a partir do século XVIII, o sentido ‘lexicológico’ do termo **valor**, utilizado e redeterminado por Saussure. (BOUQUET, 2000, p. 185-186, grifo do autor)

No segundo caso, em que o significado responde pelo seu significante, valor é sinônimo não mais de significação, mas sim de significante. Nesse sentido, a noção se inverte e nos mostra que valor não é apenas significação. Isso tem sua razão de ser na prática comparatista da qual Saussure era um admirador e um praticante. No terceiro e último caso, em que a relação é recíproca, é possível visualizar a díade constitutiva do signo, ou seja, o valor como possibilidade de suspensão do referente no fato linguístico.

A outra face do valor *in absentia* é o valor sistêmico. Nesse aspecto, depreendem-se mais dois arbitrários: o arbitrário fonológico (o número de unidades sonoras distintivas é singular em cada língua) e o arbitrário semântico (os sons e as marcas que os distinguem também são arbitrários em cada língua). É importante frisar que Saussure postula o arbitrário semântico a partir da homologia com o arbitrário fonológico. Sob esse prisma, a significação não é apenas a contrapartida da imagem auditiva, mas também dos termos que coexistem na língua: “[...] o significado é apenas o resumo do valor linguístico, supondo o jogo de termos entre eles, em cada sistema de língua.” (SAUSSURE, apud BOUQUET, 2000, p. 261).

Como dissemos anteriormente, o todo do valor semântico é o conjunto do valor *in absentia* mais o valor *in praesentia*. Resta agora mostrar o funcionamento deste último. Importante destacar, a esse respeito, que o pensamento saussuriano é marcado por uma ambiguidade. Bouquet (2000, p. 269) ataca as divisões do *Cours*:

Essa decupagem por capítulos [...] tende a revelar uma só das duas ordens de valor concebidas por Saussure (a associativa) como o fato de “o valor”, em detrimento da outra ordem (a sintagmática). Essa impressão é reforçada, além disso, pelo fato de Bally e Sechehaye criarem do nada, nos dois capítulos em questão, enunciados que assimilam sem nuança a sintagmação à fala, o que contribui para excluir subrepticamente da língua o valor *in praesentia* – e pelo fato de suprirem conjuntamente outros enunciados que discutem, em relação ao valor, a distinção entre língua e fala.

Nesta crítica, é preciso assimilar alguns pontos e relativizar outros. De fato, Bally e Sechehaye não assimilam sem nuança a sintagmatização à fala:

Poder-se-ia fazer aqui uma objeção. A frase é o tipo por excelência de sintagma. Mas ela pertence à fala e não à língua (ver, p. 21); não se segue que o sintagma pertence à fala? Não pensamos assim. É próprio

da fala a liberdade das combinações; cumpre, pois, perguntar se todos os sintagmas são igualmente livres. (BALLY e SECHEHAYE, 19[??], p. 144)

A citação acima mostra que, em certo sentido, alguns sintagmas pertencem à ordem da língua. O argumento que justifica esse pertencimento é fundamentado nos sintagmas fixos, como o atestam os exemplos dados pelos editores: *forcer la main*, *rompre une lance*³⁸. No entanto, essa explicação dos editores, embora pertinente, não se expande para uma teorização mais aprofundada da sintagmatização de estruturas não fixas. Isto é, não se leva às últimas consequências o conceito de valor *in praesentia* que levaria à compreensão de que Saussure esboçou o conceito de fala em sua linguística e, conseqüentemente, um projeto de linguística da fala.

Para Bouquet, o valor *in praesentia* não deveria ser exemplificado apenas a partir de sintagmas fixos – o que corresponde não ao desenvolvimento do conceito de fala, mas à manutenção da preocupação com a língua –, mas por meio da apreensão da relação espacial e extensa entre unidades linguísticas nas suas mais variadas formas de atualização na prática languageira. Isso teria sido possível se os editores tivessem podido considerar o conceito de fala – e do projeto de linguística da fala – presente no Saussure re-lido à luz dos *Escritos* e das *Fontes manuscritas*. Sob essa ótica, todo objeto que interessa à sintaxe – como teoria do caráter linear sintagmático – faz parte do valor *in praesentia*, objeto da linguística da fala já esboçada por Saussure. Para Bouquet (2000, p. 280):

Podemos dizer, face à sua teoria sintagmática do valor, que, devido à não elaboração da noção de “fala” (ou de “discurso”), Saussure deixou, em seu programa, de colocar conceitos epistemológicos que permitiriam teorias da competência sintática, da pragmática linguística ou da análise do discurso? Ao contrário: seu conceito de “valor *in praesentia*” delinea o programa dessas linguísticas.

³⁸ São dois exemplos retirados do *Curso*, a partir dos quais os editores explicam exceções no nível sintático que não atenderiam ao critério da liberdade sintagmática. Nesse sentido, em alguma medida, existem estruturas sintáticas legadas pela tradição que poderiam ser concebidas como da ordem da língua e não da fala. Assim, embora cada palavra da expressão *forcer la main* permita uma interpretação individual, é na totalidade fixa que a expressão ganha o sentido de **fazer alguém agir contra sua própria vontade**; da mesma forma, *rompre une lance* = **debater ou lutar contra alguém**. O sentido dessa última expressão vem da antiga prática medieval em que dois adversários, cada um com uma lança e um escudo em punho, montados em cavalos, se enfrentavam. Aquele que conseguisse quebrar a lança do outro com seu escudo e ficasse com a sua própria lança intacta teria a maior probabilidade de vitória.

A citação nos leva a pensar³⁹, por exemplo, na crítica que Pêcheux faz a Saussure como um pseudo rompimento⁴⁰ na medida em que, no próprio projeto epistemológico de Saussure já se encontram as bases para a reflexão sobre o discurso no sentido de que, se a fala também pode ser pensada na língua, então ela tem algo de social e não é puramente individual.

A posição de Escobar na proposição de uma Semiologia Materialista vai ao encontro do que Bouquet defende no sentido de “completar” a leitura dos editores e constituir algo presente no pensamento saussuriano, mas que não se compreendeu posteriormente. Nesse sentido, o autor brasileiro, a partir dos originais, procura pensar uma “linguística” fora da leitura estruturalista e, fundamentado no marxismo, percorre a obra do genebrino para constituir o conceito de discurso:

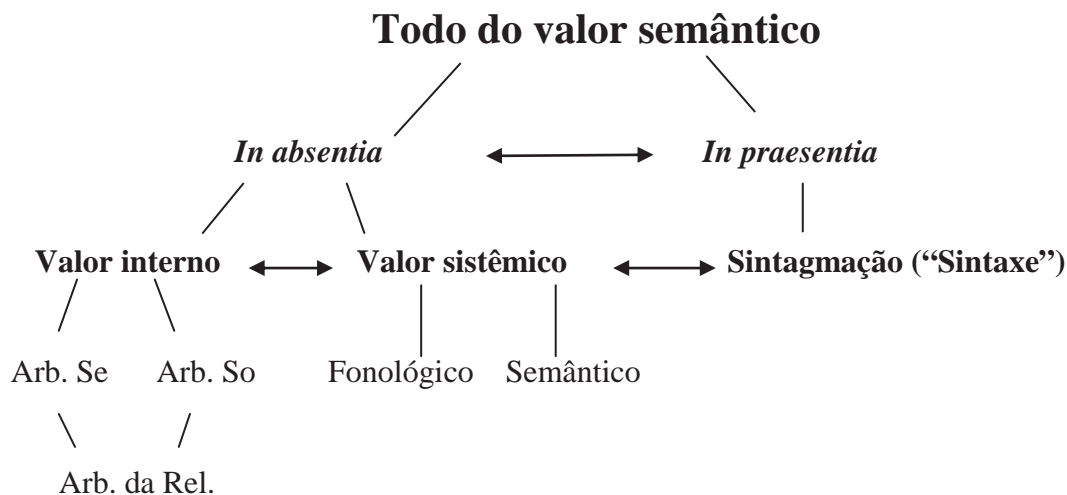
A *parole* tem estatuto de ordem discursiva, de **língua** como **discurso** em *paroles* – línguas com função ideológica precisa. Essa liquidação das **unidades discretas** da linguística reacionária, da sua noção mesma de “língua”, pelo conceito de discurso, em todas as suas formas e subformas, é uma dádiva do marxismo militante e da psicanálise militante na forma de um projeto teórico novo e insubstituível. (ESCOBAR, 1973a, p. 178, grifo do autor)

Substituir as unidades discretas da língua pela noção de discurso. É nesse sentido que Escobar re-lê Saussure. A retomada do conceito de *parole* no interior da visada marxista que permite pensar a língua como instrumento da luta de classes e não apenas conjunto de fonemas ou morfemas. Mais que isso, a partir da citação acima, apreendemos uma leitura que prevê a relação da *parole* com a *langue*. Importante ressaltar que não se trata de negligenciar os avanços da linguística estrutural, mas de pensar suas questões no interior do marxismo. Escobar menciona, inclusive, que as descobertas da linguística são importantes, mas precisam de um novo enfoque.

Retornando à questão do valor, podemos esquematizar as subdivisões propostas por Bouquet da seguinte forma:

³⁹ É evidente que, ao pensarmos dessa forma, cometemos anacronismo, pois interpretamos Pêcheux à luz de um texto com o qual ele não teve contato. No entanto, ousar tal reflexão pode trazer alguma contribuição para a Análise do Discurso na medida em que nos força a re-ler Saussure com outro olhar, qual seja, aquele que pode enxergar um diálogo entre a bipartição saussuriana entre língua e fala.

⁴⁰ E nesse sentido, podemos pensar também um pseudo rompimento de Bouquet em relação ao *Cours*, na medida em que os editores também reconhecem que é difícil classificar o sintagma como da ordem da língua ou da fala, pois ele é constituído por ambas as ordens.



É importante destacar que as especificidades da teoria do valor não aparecem totalmente discriminadas no *CLG*. No texto fundador da linguística, o valor é compreendido duplamente na perspectiva das relações entre som/sentido e som/som. Em outras palavras, o valor é a relação entre uma palavra e seu significado, mas também o vínculo de uma palavra a outra palavra no sintagma. No *Cours*, é utilizada a comparação com a moeda de cinco francos que pode, duplamente, ser vista como intercambiável a algo dessemelhante – uma quantidade de pão, por exemplo – e como intercambiável a algo semelhante – uma moeda de um franco.

Até esse ponto, a comparação – bem como os postulados teóricos por ela fundamentados são válidos. No entanto, a questão parece se obscurecer quando o *Cours* exemplifica a teoria com exemplos em que os elementos são pertencentes a sistemas diferentes. Isso se dá devido a um ponto bastante controverso que diz respeito a uma concepção global do sentido que não parece ser proposta por Saussure nos originais. Em outros termos, Saussure nega a possibilidade da universalidade do sentido enquanto os editores parecem aceitá-la.

Trata-se da comparação entre línguas diferentes. A esse título, é relevante extrair do *Cours* a passagem que mostra esse fato:

Alguns exemplos mostrarão que é de fato assim. O português **carneiro** ou o francês *mouton* podem ter a mesma significação que o inglês *sheep*, mas não o mesmo valor, isso por várias razões, em particular porque, ao falar de uma porção de carne preparada e servida à mesa, o inglês diz *mutton* e não *sheep*. A diferença de valor entre *sheep* e *mouton* ou *carneiro* se deve a que o primeiro tem a seu lado um segundo termo, o que não ocorre com a palavra francesa ou

portuguesa. (BALLY e SECHEHAYE, 19[??], p. 134, grifo dos autores)

Essa comparação, presente no *CLG* contraria o princípio da generalidade do específico proposto por Saussure e que nega a possibilidade de uma semântica universal. Não que os editores do *Cours* pensem uma semântica universal, mas a comparação entre línguas, no exemplo supracitado, parece sugerir uma espécie de “ato falho” teórico que indica essa direção. O princípio da arbitrariedade – extensivo a todas as línguas – é, ao mesmo tempo, específico em cada língua particular, ou seja, o arbitrário é comum, mas também específico. A esse respeito, basta lembrar a célebre ideia presente no *CLG* segundo a qual cada elemento retira seu valor do sistema ao qual pertence.

Ao voltar aos originais, ou, aos *Escritos de linguística geral*, é possível pensar um Saussure cheio de incertezas. Há uma batalha epistemológica em que ele problematiza a falta de reflexão existente na Linguística de seu tempo. Para Bouquet, existem vários Saussures dos quais o *CLG* representa apenas uma parte. Anos se passaram para que se descobrissem os documentos que permitiram aos pesquisadores saberem da existência dos vários Saussures, das fontes manuscritas de Godel até os *Escritos de linguística geral*.

Essa problemática das incertezas saussurianas é abordada também por Escobar em 1973. A leitura do brasileiro postula, althusserianamente, a solidão teórica de Saussure. Isso se dá na medida em que, em sua época, o genebrino não tinha interlocutores para discutir suas ideias. Althusser (1975, p. 16, grifo do autor) visualiza essa solidão em Freud:

Não falo da solidão humana [...] falo da solidão **teórica**. Porque, quando quis pensar, isto é, exprimir sob a forma de um sistema rigoroso de conceitos abstratos a descoberta extraordinária que encontrava todos os dias na sua **prática**, procurou precedentes históricos, pais na teoria – não os encontrou.

Escobar – assim como Bouquet – problematiza o fato de a interpretação posterior do *Cours* ter desembocado quase sempre em movimentos lógico-formais. A ideia de uma álgebra pura foi tomada à risca a partir do *CLG* pelo estruturalismo linguístico. Bouquet toma alguns enunciados correntes a respeito da interpretação do

CLG e enumera alguns mal-entendidos que devem ser atacados a partir da consideração dos originais de Saussure.

O primeiro desses mal-entendidos é aquele que diz: “[...] o estruturalismo em linguística é o estrito desenvolvimento da epistemologia programática saussuriana.” (BOUQUET, 2000, p. 16). Para se contrapor a esse primeiro argumento falacioso, é preciso ter em mente que a Linguística estrutural é tributária do modelo aristotélico/cartesiano de ciência. Essa analogia entre estruturalismo e modelo aristotélico de ciência – passando pelas ambições cartesianas – deve-se à unilateralização do aspecto lógico/algébrico evocado na prática estrutural.

É possível assinalar uma mudança importante em relação à concepção de signo em Aristóteles e Descartes. De acordo com a teoria aristotélica da percepção, as coisas são duplamente compostas por matéria e pela forma que o espírito dá a ela. Sob essa ótica, conhecer é ter algo das coisas no espírito e a representação intelectual é da mesma ordem que a imagem mental. A linguagem é associada ao pensamento que simula o mundo natural e é enquanto ferramenta de simulação do mundo e constituição do pensamento que ela se torna objeto da filosofia.

No pensamento cartesiano, alma e corpo não aparecem como indissociáveis. Espírito e matéria são de natureza ontológica distinta. Isso representa uma ruptura com o pensamento aristotélico na medida em que a relação de similitude se transforma em relação de representação, ou seja, a coisa representada não é mais da mesma natureza que aquilo que a representa.

A ideia é um conceito do espírito e não se situa na extensão material. “A ideia de círculo não é redonda” (SPINOZA, apud, AUROUX, 1998, p. 101). Nesse sentido, a concepção cartesiana de espírito permite pensar a linguagem e o pensamento como um cálculo aritmético ou algébrico. O espírito deixa de funcionar de forma analógica para operar de forma digital. Auroux (1998, p. 102, grifo do autor) chama essa mutação de digitalização do espírito: “[...] a representação torna-se puramente digital, diríamos que ela só pode corresponder a uma **codificação**.”

Apesar da ruptura apontada por Auroux (1998), em termos de concepção de linguagem e pensamento, o pensamento cartesiano tem algo de comum com o aristotélico, qual seja, a ideia de constituição de um saber primeiro e totalizante. É relevante retomar, a esse título, um dos princípios do cartesianismo: “[...] 3^o caráter

universal e absoluto da razão que, partindo do *cogito* e valendo-se das ideias, pode descobrir todas as verdades possíveis [...]”. (ABBAGNANO, 2007, p. 136)

O objeto da metafísica continua sendo a existência de todas as coisas: “O que é o todo? (o todo de Deus, o todo da natureza, o todo dos objetos da ciência?)” (BOUQUET, 2000, p. 32) Sob essa ótica, a filosofia cartesiana negligencia o caráter dominial das ciências bem como a diferenciação entre saber positivo (que atende aos critérios de uma ciência galileana) e saber não-positivo.

No entanto, no século XVII, houve grande expansão dos saberes positivos e, a partir disso, a hegemonia da metafísica totalizante começa a ser questionada. Como comparar as ciências humanas (a Filosofia) à Física ou demais saberes fundamentados nos saberes matemáticos experimentais? Essa pluralização dos saberes representava, no século XVII, a adoção de diversos objetos por parte dos mais variados campos do saber humano e isso punha em xeque qualquer tipo de filosofia unificadora.

Sob esse prisma, a metafísica cartesiana – que se dizia antiaristotélica, mas também continha o fundamento unificador da metafísica de Aristóteles – declina ante o desenvolvimento da multiplicidade dos saberes:

É dessa perspectiva totalizante que a filosofia do *Cogito* considera a própria existência da razão e ignora que os critérios galileanos da positividade delimitam um saber complementar ao saber dessa positividade, e que atestam, ao mesmo tempo, a autonomia dominial das ciências (no sentido contemporâneo). (BOUQUET, 2000, p 32)

Nos originais, Saussure faz algumas analogias com a Física galileana. Nesse sentido, podemos compreender a Linguística estática (ponto de vista sincrônico) e a Linguística dinâmica (ponto de vista diacrônico) como desdobramentos, na instância da língua, dos dois ramos da Física galileana, quais sejam, a Mecânica Estática e a Mecânica Dinâmica. A Gramática Comparada e a Fonologia são ciências galileanas – atendem aos critérios de literalização, formalização formalizada e falsificabilidade – do tempo de Saussure e é a partir de postulações derivadas desses campos que o genebrino trabalha um projeto futuro de Linguística Geral.

Sob esse prisma, podemos pensar o trabalho de Saussure como um movimento lógico que remonta – com diferenças – ao projeto leibniziano. Abbagnano (2007, p. 724) afirma: “Infelizmente, porém, os projetos e os resultados de leitura no âmbito da lógica só se tornarão conhecidos no início do século XX, graças sobretudo a Peano e à

sua escola, que chamarão a atenção para eles.” A característica da ciência dita moderna é ser matematicamente fundamentada, experimental, empírica e objetiva. Segundo os critérios dessa ciência, é preciso:

1. Uma manipulação de objetos regida por uma relação entre teoria e técnica em que a técnica é entendida como aplicação prática de uma teoria e a teoria como teoria dessa técnica; 2. A utilização de uma notação matematizada para dar conta dessa manipulação de objetos e para formular as leis que essa manipulação permite descobrir. (BOUQUET, 2000, p. 27)

A matematização permite a literalização do empírico e a formalização formalizada. Esses dois procedimentos significam, respectivamente, identificar o objeto a pequenas letras (“sk. j = gr. g = lat. g⁴¹”) e tomá-los por essas letras, ou seja, literalizar é representar por símbolos e a formalização formalizada é o que permite abandonar o empírico em detrimento da lógica simbólica. Dessas características, resulta que os saberes das ciências positivas – aquelas que se fundam em todos esses critérios de verificabilidade – podem ser integralmente transmitidos e, igualmente, falsificáveis.

A falsificabilidade é o terceiro critério constitutivo da ciência galileana. Isso significa que, após elaboradas as proposições lógico-matemáticas de uma ciência dada, é possível verificar, por um retorno ao empírico, a verdade das proposições (a equação “sk. j = gr. g = lat. g” pode ser verificada empiricamente por meio da comparação desses sons nas três línguas colocadas em paralelo). Em caso de não adequação do empírico ao formalizado, é preciso reformular as proposições.

O segundo mal-entendido assume a seguinte tese: “[...] o desenvolvimento da ciência da linguagem, tendo sucedido ao estruturalismo, implica uma ruptura com a epistemologia saussuriana, ou pelo menos, com certos aspectos dessa epistemologia. (BOUQUET, 2000, p. 17)

Esse mal-entendido pode ser percebido tanto nas escolas pragmaticistas quanto no gerativismo. A ruptura com o pensamento de Saussure postulada por essas correntes – seja pelo lado da sintaxe, da lógica e demais instâncias que o genebrino teria remetido à fala e, portanto, tidas como exteriores à ciência da linguagem – não consiste uma ruptura com o pensamento de Saussure, mas com o estruturalismo derivado de uma interpretação reducionista do *CLG* – na medida em que, mesmo no *CLG*, existem

⁴¹ O exemplo é dado por Bouquet a partir de Jacob Grimm (*Deutsche Grammatik*, 1819). A equação mostra a equivalência do fonema /j/ ao fonema /g/ em línguas diferentes.

marcas de que o genebrino não descarta epistemologicamente a fala – e da não observância das *Fontes Manuscritas*.

Nesse caso específico, não seria nem preciso recorrer às *Fontes Manuscritas*. O próprio *CLG* dá mostras de que uma Linguística da fala é pertinente. A questão é que os editores acharam menos complicado não abordar essas questões que, o próprio Saussure, embora as postulasse, não tinha muita certeza de como formalizar tal Linguística da fala.

O terceiro mal-entendido materializa-se no enunciado:

[...] os desenvolvimentos da ciência da linguagem posteriores ao estruturalismo (os da gramática generativa em particular), ao romper com a epistemologia saussuriana, reconciliam-se com a tradição das concepções clássicas da linguagem dos séculos XVII e XVIII. (BOUQUET, 2000, p. 17)

A ideia de que Chomsky remete aos racionalistas da Idade Clássica pode ser vista, por exemplo, em Lyons (1974, p. 17):

[...] a universalidade de certas propriedades características da linguagem é evidência de que pelo menos essa parte da natureza humana é comum a todos os elementos da espécie, independentemente de raça ou classe e a despeito das claras diferenças de intelecto, personalidade e atributos físicos. Essa crença tem por si larga tradição (e o próprio Chomsky, como iremos ver, relaciona explicitamente suas concepções com as dos filósofos racionalistas dos séculos XVII e XVIII).

No entanto, nos originais, Saussure faz referência explícita aos filósofos dos séculos XVII e XVIII. O genebrino explicita a relação com a gramática geral, com as ideias de Humboldt e a noção de valor já era utilizada no período clássico. Nesse sentido, não apenas Chomsky, mas o próprio Saussure toma a Idade Clássica como um dos pontos fundamentais de suas reflexões.

O quarto mal-entendido é o que assume a seguinte proposição: “[...] a epistemologia saussuriana da linguística é uma epistemologia que pode servir de modelo a uma epistemologia geral das ciências humanas.” (BOUQUET, 2000, p. 18) Esse ponto de vista é adotado, principalmente, por R. Barthes nos anos de 1960/70 e se faz à custa de uma inversão de dependência entre Linguística e Semiologia: “[...] quanto aos conjuntos de objetos (vestuário, alimentos), estes só alcançam o estatuto de sistemas, quando passam pela mediação da língua [...]” (BARTHES, 19[??], p. 12)

Sob esse prisma, Bouquet mostra que não é a Semiologia – ciência geral dos signos que pressupõe o conceito formalizado de signo – que depende da Linguística como modelo unificador, mas a Linguística depende da teoria do signo constitutiva da Semiologia. O conceito de signo – postulado por Saussure a partir da ciência fonológica de seu tempo e constitutivo da Semiologia – é o ponto nodal para o projeto futuro de uma Linguística Geral.

A questão da preeminência da Semiologia sobre a Linguística é pouco trabalhada nas páginas do *CLG*. Esse tema é desenvolvido mais aprofundadamente na primeira parte do curso de 1908-1909. Isso se deve ao plano adotado pelos editores do *Cours* que, nesse aspecto, negligencia o lugar primitivo da Semiologia em relação aos princípios da Linguística saussuriana. O resultado desse trabalho dos editores é que a obra de Saussure fica reduzida à pura epistemologia da Linguística.

Bouquet (2000, p. 159) cita Godel na medida em que este reconhece ter cometido um erro ao não atribuir o lugar devido da Semiologia no pensamento saussuriano:

Errei ao não colocar a *semiologia* no lugar que lhe era devido, mencionando-a apenas de passagem. [...] A esse respeito, é a introdução do segundo curso que permite enxergar melhor como deveria se ordenar uma apresentação da linguística saussuriana: a semiologia deveria estar em primeiro plano. [...] Os editores do *Cours*, em contrapartida, trataram da semiologia apenas no último parágrafo do capítulo “objeto da linguística”, seguindo nesse ponto a disposição do terceiro curso, onde Saussure não se estendeu sobre o assunto. (GODEL, apud, BOUQUET, 2000, p. 159)

O *CLG*, no que tange à Semiologia, segue a disposição do terceiro curso organizado por Saussure. O primado da Semiologia é postulado no segundo curso (1908-1909) e, nesse sentido, o retorno aos escritos é bastante esclarecedor. Nas aulas de 1908-1909, Saussure afirma que tudo o que afasta a língua de outros sistemas de signos deve ser considerado como menos essencial: “Se podemos classificar a língua, se pela primeira vez ela não parece caída do céu, é porque a ligamos à Semiologia.” (SAUSSURE, apud BOUQUET, 2000, p. 160)

Desse posicionamento teórico, derivam os princípios da natureza da língua: o arbitrário, o caráter discreto dos signos e o conceito de valor. Esses princípios permitem colocar a língua em paralelo com outros sistemas de signos e à abertura de portas para questão da significação (uma semântica futura).

Sob essa perspectiva, a visada semiológica coloca, então, alguns pontos para a reflexão do linguista: 1) a semelhança de algumas propriedades da língua com outros sistemas; 2) o caráter modelar da língua para a compreensão de outros sistemas; 3) a singularidade da língua enquanto objeto semiológico.

A importância de se considerar a língua sob o ângulo das propriedades comuns que ela possui com outros sistemas reside no fato de que, a partir dessa comparação, pode-se concluir que o signo linguístico é arbitrário. Esse procedimento comparativo mostra que uma palavra e uma bandeira branca estendida durante a guerra necessitam de uma convenção entre os membros envolvidos na interpretação, o que significa que a arbitrariedade é fato constitutivo desses dois signos ou não haveria signo algum. Essa comparação do linguístico com o não linguístico permite que se perceba a arbitrariedade da linguagem: “[...] não percebemos muitas vezes uma coisa que está muito próxima de nós.” (BOUQUET, 2000, p. 161)

O paralelo entre a palavra e a bandeira branca esclarece a tripla arbitrariedade (arbitrariedade interna, fonológica e semântica) de que falamos acima a respeito da noção de valor. Em uma guerra, se a bandeira branca simboliza **rendição** – e ela quase sempre significa – a relação dela com seu significado é arbitrária (arbitrário da relação). O significante **bandeira branca** é, em si mesmo, arbitrário enquanto significante, pois, opõe-se, por exemplo, a uma bandeira azul e até mesmo à ausência de bandeira (arbitrário do significante). Por último, o significado **rendição** é arbitrário em relação a outros significados como **o inimigo ataca** ou **o inimigo pede reforços**.

De acordo com as notas de Riedlinger (apud BOUQUET, 2000, p. 163):

Considerando o signo sob esse aspecto, veremos aparecer lados de que não suspeitávamos – ao considerar os ritos, etc. – e veremos que eles ingressam num estudo comum, o da vida específica dos signos, a semiologia. Podemos então afirmar que a língua não é a única de sua espécie, mas está circundada [...].

Ao pensarmos nos argumentos, outra questão nos surpreende à medida que parece contra-senso em relação à primeira: por que a língua deve ser tida como o modelo para a reflexão semiológica?

A essa questão o argumento é que, se uma Semiologia Geral lança luz ao arbitrário linguístico, é a língua, descrita pela Gramática Comparada, que permite pensar que os signos mudam. É prioritário articular a ideia de arbitrariedade, derivada

da comparação dos outros sistemas com a língua, com a ideia da mutabilidade, derivada da comparação da língua com outros sistemas.

Outra questão, complementar à anterior, também se coloca: por que, mesmo relacionada a outros objetos, a língua é única?

A isso, coloca-se a problemática da complexidade do linguístico. Essa complexidade se deve ao fato de a língua ser gramatical no sentido de se discretizar a ponto de constituir os domínios da lexicologia, da morfologia e da sintaxe. Além disso, os signos linguísticos são signos da fala: “[...] a língua é **língua da fala** [...]” (BOUQUET, 2000, p. 167, grifo do autor).

Os três requisitos descritos acima – os dois primeiros (arbitrário e mutabilidade) ligados à Semiologia Geral e o último (gramaticalidade) ligado à Linguística em particular – servem de apoio para que Saussure critique a Psicologia de seu tempo e defenda a separação entre Linguística e Psicologia.

Não pretendemos adentrar profundamente nesse ponto. No entanto, mencionar essa questão permite-nos compreender a amplitude dos conceitos saussurianos fundadores da ciência linguística. Contudo, a situação da Linguística em relação à Psicologia é bastante controversa se compararmos o *CLG* em relação aos originais. Saussure não pretende a separação da Linguística de toda a Psicologia, mas da Psicologia do seu tempo, que tratava a língua como nomeclatura. Com relação a isso, Bouquet (2000, p. 170-171) assevera que

A psicologia, apesar de tratar da linguagem, ignora precisamente os três requisitos paradoxais que devem, segundo Saussure, fundamentar a ciência da linguagem: (1) apreender a língua sob o ângulo das propriedades comuns que ela mantém com outros sistemas de signos; (2) considerar a mudança diacrônica como um fato semiológico; (3) considerar a língua como objeto único.

A ruptura com a Psicologia de seu tempo e o reconhecimento de que a Semiologia é o elo entre Psicologia e Linguística, posição aparentemente paradoxal, mostra-nos que o genebrino buscava uma nova ciência do espírito humano: “[...] fundada sobre uma teoria dos signos aplicada à linguagem, que podemos denominar **psicologia da linguagem**: uma ciência cujas premissas operam uma ruptura com as da psicologia existente.” (BOUQUET, 2000, p. 176, grifo do autor)

Embora a união do fato linguístico ao psicológico (Semiologia) represente uma faceta da arbitrariedade, os outros domínios são previstos como independentes dessa

relação. Em outro subcapítulo dedicado à Semiologia, Saussure afirma que não existem nem signos nem significações, mas diferenças de signos e diferenças de significação. E, mais uma vez, se evidencia o caráter diadico do signo, ao mesmo tempo em que a autonomia das faces constitutivas é afirmada: “[...] só existem, absolutamente, umas através das outras (nos dois sentidos) sendo, portanto, inseparáveis e solidárias; mas não chegam jamais a se corresponder diretamente.” (SAUSSURE, 2004, p. 65)

Essas considerações levam-nos a retomar mais uma vez a questão do triplo arbitrário e da relação da Linguística frente às outras ciências. Se o som e a ideia são as duas faces de uma mesma unidade, como pensar a ideia fora do som e vice-versa? Como já sugerimos anteriormente, apesar de Saussure criticar a Psicologia de seu tempo, esses questionamento tem lugar no pensamento do genebrino. Importante ressaltar que naquele momento, havia uma discussão em torno do pertencimento da Linguística às ciências naturais (linguagem como fato fisiológico) ou às ciências históricas (língua como fato social).

A esse dilema, Saussure responde que a nenhuma das duas, mas a um compartimento que estava ainda por constituir e se denominar Semiologia. Pelo lado do som, as figuras vocais existem para o físico e o fisiologista. Pelo lado social, ela pertence à Sociologia e, nesse aspecto, é importante lembrar que alguns estudiosos afirmam que Saussure teve uma influência considerável de Durkheim. Pelo lado psíquico, encontramos várias menções referentes à relação entre Psicologia e Linguística, não apenas nos *Escritos*, mas também no *CLG*. Isto é, ao nos voltarmos para a questão da linguagem, em que pese certa manutenção das singularidades entre os diversos campos, é possível – e este foi o pano de fundo para a empreitada semiológica, bem como para a Análise do Discurso – e produtivo estabelecer inter-relações disciplinares.

É a partir dessa problemática comum – inter-relacionamento de disciplinas – que compreendemos a aproximação entre a Análise do Discurso e a Semiologia. Isso reflete, por um lado, uma crítica à ideia de que a língua pode ser definida apenas a partir de si mesma, o que, de fato, corresponde a várias afirmações vindas do próprio Saussure. Nesse sentido – e é importante retomar também os trabalhos de Courtine (2006, 2008) – pensar o discurso a partir de outras materialidades – principalmente se considerarmos a explosão das imagens no mundo contemporâneo – é uma forma viável tanto para a

expansão do conceito de discurso quanto para a compreensão do conceito de língua em Saussure. A esse título, retomamos Saussure (2004, p. 248):

A) Tudo o que afasta a língua de um outro sistema semiológico deve ser considerado menos essencial, para [?defini-la]; assim, quando se começa por se ater ao funcionamento do aparelho vocal porque dissemos que [], isso não deve ser tão essencial quanto parece pois não é semiológico, já que há sistemas que não se servem do aparelho vocal.

Sob esse prisma, o trabalho de re-leitura que encontramos em Escobar, vai ao encontro do trabalho feito atualmente por Bouquet e representa, dentre outras possibilidades, uma relativização da leitura estruturalo-formalista feita do *CLG* na França dos anos 1960/70. Em que pese certa radicalidade na interpretação dos autores, é preciso compreender que se trata de uma estratégia teórica adotada face ao radicalismo oposto que insistiria em ver em Saussure apenas o teorizador da *langue*. A esse respeito, tanto Escobar quanto Bouquet, tentam mostrar que havia – principalmente se considerarmos os *Escritos de linguística geral*⁴², as *Fontes manuscritas* e o texto de Starobinski *As palavras sob as palavras* – em Saussure, não apenas um teórico da *langue*, mas também um estudioso preocupado com a *parole*.

A esse respeito, pode-se apreender, a partir da leitura exegética e da crítica das fontes saussurianas, um projeto de linguística da fala que poderia ser estendido aos domínios de interesse de campos teóricos que se consolidaram posteriormente com e contra Saussure, tais como as teorias sintáticas, a pragmática e, especialmente, a Análise do Discurso. Nesse aspecto, Escobar deixa clara essa posição ao mostrar que faltava a Saussure uma espécie de “sensibilidade marxista” para que ele pudesse compreender a novidade de suas posições, ou seja, Saussure poderia ter formalizado essa preocupação discursiva latente se tivesse se dado conta de que a Linguística só ganha fundamento teórico no interior do continente histórico (ciência da história).

Assim, resguardadas as peculiaridades de cada um, Escobar e Bouquet têm em comum um procedimento de “leitura sintomal” que os fazem discursivizar a ideia de que Saussure tem que ser lido contra ele mesmo. Isso se dá na medida em que tanto as ambiguidades que lhe são próprias – devido à natureza inovadora de suas posições e da ausência de um conceito de história apropriado à compreensão da *parole* – quanto

⁴² Quanto a essa fonte, apenas Bouquet trabalha sobre ela devido ao fato de terem sido descobertas muito recentemente, como mostramos anteriormente.

aquelas derivadas do trabalho de seus intérpretes, encontraram suas soluções, notadamente, na visada estruturalista francesa dos anos 1960/70. Essa leitura se mostrou promissora para uma empreitada de unificação geral das ciências humanas a partir das noções de sistema e valor ao mesmo tempo em que construiu, para o genebrino, um espaço para a morte da história.

Dessa forma, re-pensar o percurso de Escobar em paralelo com o de Bouquet, nos leva a refletir sobre a maneira como uma teoria do discurso de base marxista poderia se vincular a Saussure ou a um certo Saussure. Trata-se de uma espécie de reivindicação de paternidade pela afirmativa, contrariamente ao que se processa em Pêcheux, que reivindica a paternidade pela negativa. Isto é, se em Pêcheux, temos algo que se processa a partir da negação justificada na ideia de que Saussure excluiu o sujeito e a história, em Escobar – ainda que fundamentado em Althusser e Pêcheux – as ausências saussurianas são fruto da má interpretação dos seus discípulos, da recepção feita no interior da Linguística Estrutural e das ambiguidades do próprio Saussure na medida em que se tratavam de posições inovadoras em Linguística. Se, em Pêcheux, assistimos um “ataque” às ausências, em Escobar assistimos à defesa contra as más interpretações que atestam essas mesmas ausências.

2 PELA VIA ABERTA POR ALTHUSSER: DIÁLOGOS ENTRE ESCOBAR, PÊCHEUX E FOUCAULT

Pensar a emergência de um movimento de recepção de Pêcheux no Brasil dos anos 1960/70, exige que coloquemos à prova essa primeira época no sentido de delinear as recorrências conceituais, as regularidades de formação de certos enunciados teóricos, enfim, as regras de formação desse prisma de recepção que tinha, como uma de suas formulações teóricas, a Ciência dos Discursos Ideológicos.

Essa atitude de colocar à prova consiste justamente em investigar os textos de Escobar à luz da epistemologia althusseriana que determina a forma de leitura de Marx/Saussure/Freud. A leitura sintomal aplicada à interpretação dos fundadores está em consonância com uma teoria do discurso voltada para a compreensão do papel da ideologia na reprodução/manutenção da estrutura social. Isso se faz por meio de um conjunto de posições teórico-filosóficas em torno da crítica ao empirismo, ao humanismo teórico e do corte epistemológico a partir do qual se opera uma descontinuidade em relação a um campo de saber.

As ideias althusserianas são o pano de fundo sobre qual Escobar vai re-ler Saussure – não apenas ele, mas também Marx e Freud – como aquele que fundou um campo científico a partir de uma nova problemática. Ao tomar a concepção de corte epistemológico, bem como a divisão proposta por Althusser entre o jovem Marx e o Marx maduro, Escobar propõe que se pense o jovem Saussure – de *Mémoire* – e o Saussure maduro – do *Cours*. Com relação a este último, ao se aplicar o procedimento de leitura sintomal, chega-se à Semiologia Materialista e à Linguística Científica como campos a partir dos quais se pode construir uma Ciência dos Discursos Ideológicos que

toma a língua e as diferentes materialidades sígnicas como meios de trabalho discursivos: “Já os meios de trabalho linguísticos – da prática da língua articulada – ou das diferentes linguagens – objeto da semiologia – são eles mesmos ideológicos [...]” (ESCOBAR, 1975b, p. 151)

Da mesma forma que a obra de Althusser é fundamental para compreender os trabalhos de Escobar como uma primeira época de recepção de Pêcheux no Brasil, é fundamental também fazer dialogar sua obra com a de M. Pêcheux – e de Thomas Herbert⁴³. O comprometimento de ambos os autores com a filosofia althusseriana e a forma com que, aos poucos, eles vão refazendo essa ligação no sentido de um distanciamento da radicalidade inicial até chegarem a um grau de aceitabilidade das teses de Foucault é um ponto teórico comum não negligenciável:

Ora, no sentido ainda de problematizar os discursos ideológicos, Herbert, calcado em Althusser, inicia seu trabalho (em *Cahiers pour l'analyse n° 1 e 2*⁴⁴), definindo o conceito de prática teórica (“transformação de um produto ideológico em conhecimento teórico, por meio de um trabalho conceitual determinado...”) e o de **prática ideológica** (“transformação de uma consciência dada numa nova ‘consciência’ produzida por meio de uma reflexão da consciência sobre si mesma”). (ESCOBAR, 1975b, p. 34, grifo do autor)

Nesse sentido, traçamos aqui não apenas as posições iniciais de Escobar e Pêcheux ligadas às teses althusserianas, mas também a sua posterior aproximação com a arqueologia foucaultiana.

2.1 Escobar, leitor de Althusser

Uma das ideias abordadas por Althusser (1979) e que norteia sua leitura de Marx é a de que o autor promoveu uma mudança de terreno em relação ao idealismo precedente. Essa mudança serviu para substituir a leitura de que Marx teria invertido a dialética hegeliana. A retomada dessa discussão é importante porque Escobar (1973a) utiliza-a na re-interpretação de Saussure no sentido de mostrar que não é a partir da

⁴³ Nas primeiras publicações, Pêcheux escreve sob o pseudônimo de Thomas Herbert.

⁴⁴ A não existência de textos de Pêcheux no *Cahiers pour l'analyse no 1* nos leva a concluir que se trata do texto publicado no *Cahiers no 2*, de 1966, cujo título é “*Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales et, spécialement, de la Psychologie Sociale*”.

concepção de que Saussure teria invertido a prática empírica da Linguística de seu tempo que se compreenderia a inovação promovida pelo genebrino.

Em seu *Dicionário de filosofia*, Abbagnano (2007), afirma que a filosofia moderna e contemporânea adotou e difundiu consideravelmente o conceito de dialética hegeliano. Apesar de existirem concepções de dialética que remontam a Platão e Aristóteles, quase sempre são as raízes do Idealismo Romântico alemão que se conservam. Ainda segundo Abbagnano (2007), não é diferente o emprego que Marx e Engels fazem do termo, ou seja, no sentido de síntese dos opostos. No entanto, apesar da raiz epistemológica permanecer, existem nuances que devem ser demarcadas. Nesse sentido, a dialética marxista não pode ser equiparada à hegeliana na medida em que esta última quebra o fundo idealista daquela. Para Marx, a filosofia não pode viver na abstração, mas descrever a realidade e a história:

Marx afirmava, portanto, a exigência de fazer a D⁴⁵. passar da abstração à realidade, do mundo fechado da “consciência” ao mundo aberto da natureza e da história. A “mistificação”, escreveu ele, “que a D. sofre nas mãos de Hegel não impede, de modo algum, o fato de ter sido ele o primeiro a descrever suas formas gerais de movimento de modo abrangente e claro. Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, para descobrir o cerne racional no envoltório místico. (*O capital*, I, 1, *Post scriptum* à 2^a ed.)” (ABAGNANO, 2007, p. 319)

Ao lermos essas considerações iniciais de Abagnano apreendemos certa leitura de Marx no sentido de que ele teria invertido a dialética hegeliana. Não se trata de verificar a verdade dessa tese, mas de compreender a oposição entre essa posição e a de Althusser para chegarmos à forma com que Escobar se coloca frente à tríplice aliança Marx, Saussure e Freud. A definição do dicionário é interessante na medida em que retoma uma leitura muito difundida de Marx, ou seja, a de que ele inverte a dialética hegeliana e, por meio desse procedimento, propõe o materialismo dialético. Tal inversão representa tão somente uma mudança filosófica “elementar”, ou seja, basta “fazer descer” do mundo das ideias o procedimento dialético para que se comece a pensar nos moldes do materialismo histórico.

No dicionário – cuja proposta é descrever uma noção geral do marxismo para apontar algumas correntes e situar o leitor em relação à noção de dialética – não está

⁴⁵ O **D.** é uma abreviação adotada pelo dicionário para representar o verbete dialética.

contemplada a crítica althusseriana à noção de inversão substituída pela de mudança de terreno. Contudo, para compreender o trabalho de Escobar – recepção de Pêcheux e a construção de uma CDI – no Brasil dos anos 1960/70, é necessário retomar a crítica althusseriana à inversão que Marx teria feito da dialética.

Muitos conceitos da primeira fase dos trabalhos de Pêcheux derivam de Althusser: assujeitamento do sujeito, não transparência da linguagem, ideologia e condicionamento ideológico são exemplos disso. M. Pêcheux fazia parte do **Círculo de epistemologia** e era aluno de Althusser. Ele participou, com o pseudônimo de T. Herbert, da entrevista que o **Círculo** fez a Foucault antes da publicação de *A arqueologia do saber*⁴⁶. Na apresentação do livro *Estruturalismo e teoria da linguagem*, feita por Luiz Felipe Baeta Neves e Antônio Sérgio Mendonça (1971⁴⁷, p. 6), os tradutores enumeram os membros que participaram da entrevista com Foucault intitulada “Sobre a arqueologia das ciências (resposta ao Círculo Epistemológico)”: “Os integrantes do Círculo de Epistemologia eram: Alain Badiou, Jacques Bouveresse, Yves Duroux, Alain Grosrichard, Thomas Herbert [...]”.

É conhecido o fato de que Althusser reformula sua obra à medida que ocorrem mudanças no quadro político francês. No entanto, muitas permanecem, dentre as quais, destacamos a crítica ao humanismo teórico e ao empirismo. A partir daí, ele procede à operacionalização do conceito de corte epistemológico bachelardiano para formular o conceito de leitura sintomal que permite mostrar os pontos de não-retorno operados por Marx. Do máximo teorismo à aceitação da realidade institucional da ideologia e da luta de classes, que se faz em *Aparelhos ideológicos de Estado*, nos anos 1970, existe o atravessamento da epistemologia bachelardiana.

Nossa preocupação aqui é mostrar de que maneira o procedimento althusseriano e, mais precisamente, a concepção de ciência que lhe é própria, influenciaram a leitura escobariana de Saussure no sentido de constituir uma Ciência dos Discursos Ideológicos e uma Semiologia Materialista. Para o autor brasileiro, a discussão empreendida por

⁴⁶ Retomaremos essa relação de Pêcheux com os trabalhos de Foucault na quarta seção deste trabalho, onde discutiremos essa relação teórica a partir dos inéditos.

⁴⁷ A tradução foi feita em 1971, no Brasil, mas o texto original foi publicado em 1968 nos *Cahiers pour l'analyse n° 9*. Atentamos para esse fato devido às inúmeras conversas com a Profa. Dra. Maria do Rosário Gregolin, pois, se Pêcheux participou dessa entrevista já em 1968, antes da publicação de *Analyse automatique du discours*, ele já tinha entrado em contato com a noção de formação discursiva foucaultiana. Isso reforça o fato de que Pêcheux incorpora um conceito produzido por Foucault.

Althusser a propósito do corte epistemológico entre o jovem Marx e o Marx maduro permite que se considere o marxismo sob a ótica discursiva:

O marxismo se retoma em seus fundamentos científicos na questão dos discursos e se completa como **ciência da história**, o que significa dizer também que ele outorga, ou não outorga, o estatuto de ciência às análises, tais como a da psicanálise e a da linguística. (ESCOBAR, 1971, p. 88, grifo do autor)

A teoria marxista permite a problematização da cientificidade das ciências humanas na medida em que as liberta dos discursos ideológicos que lhe são subjacentes. Por meio da leitura sintomal, é possível fazer aparecer a problemática da Psicanálise, da Linguística e da História: “A leitura científica produz nos vazios da teoria nova os conceitos capazes de situar as ausências e as presenças e dá-se conta enfim das diferentes problemáticas [...]” (ESCOBAR, 1971, p.91)

A coletânea *Em favor de Marx (Pour Marx)*, publicada na França em 1965 e traduzida no Brasil em 1967⁴⁸ mostra Althusser em sua fase mais radical contra o empirismo e, nos textos ali presentes, apresenta-se a leitura de Marx para libertá-lo da ganga mística hegeliana e das teses de Feuerbach. A leitura sintomal é o conceito althusseriano fundamental na interpretação que Escobar faz de Saussure. Essa leitura tem a particularidade de ser discursiva – “[...] leitura da estrutura problemática dos discursos [...]” (ESCOBAR, 1971, p. 90) –, ou seja, ela vai buscar na estrutura textual, os espaços por onde adentraram discursos ideológicos que não correspondem à revolução científica operada por Saussure: “Se em Saussure esta clarividência do discurso científico, como um discurso nada empírico, constitui a abertura mesma do seu *Cours*, em Marx e Freud [...] algo de semelhante ocorreu.” (ESCOBAR, 1971, p. 92-93)

Esse ato de ler tem como característica elucidar o que os autores denominam – retomando Bachelard – problemática, ou seja, o fato de que os textos de Marx e Saussure deixam algo em aberto que ainda não tinha sido explorado devidamente pelos ditos especialistas por falta de um método que permitisse visualizar o que estava escondido, subjacente às estruturas teórico-textuais: “[...] nossa **leitura** mesma de Saussure aprofundou-se até aquilo que chamamos de uma **problemática saussuriana**,

⁴⁸ A edição que utilizamos é a de 1979.

escondida para a sensibilidade dos linguistas.” (ESCOBAR, 1973b, p. 14, grifo do autor)

É imprescindível compreender que o pano de fundo desse procedimento é a noção bachelardiana de “cesura epistemológica” (ou corte epistemológico), a partir do qual Althusser divide a obra de Marx em quatro partes: de 1840-1844 (Obras da juventude); 1845 (Obras da cesura); 1845-1857 (Obras da maturação); de 1857-1883 (Obras da maturidade).

Para Bachelard (1996), a experiência concreta é um obstáculo que o conhecimento científico deve ultrapassar por meio da abstração, ou seja, pela construção e um dispositivo lógico-conceitual que funciona independentemente da realidade empírica. Para ele, o espírito científico passa por três estados: 1) o estado concreto; 2) o estado concreto-abstrato; 3) o estado abstrato.

Nesse aspecto, há uma passagem, a partir da prática teórico-científica, de um estado bruto – empírico-ideológico – para um estado elaborado – teórico-científico. Isso nos remete à fase de produção do conhecimento que Althusser retomará sobre a égide das três generalidades: em primeira instância, há a matéria-prima ideológica; em segunda instância, o funcionamento de ferramentas teóricas – nesse caso a ação da leitura sintomal – para modificar a ideologia prévia; por último, surge o produto da prática teórica, ou seja, uma ciência conceitualmente articulada.

É esse procedimento científico-abstrato de superação do que Bachelard denomina obstáculo epistemológico que leva Althusser a postular que a ciência não precisa de comprovação empírica:

Tal teoria da **racionalização discursiva e complexa** tem, contra si, as convicções primeiras, a necessidade de certeza imediata, a necessidade de **partir** do certo e a doce crença na recíproca, que pretende que o conhecimento do qual se partiu era certo. Por isso, é grande nosso mau humor quando vêm contradizer nossos conhecimentos primários, quando querem mexer no **tesouro pueril** obtido por nosso esforço escolar. (BACHELARD, 1996, p. 51, grifo do autor)

Cada texto que compõe a compilação *Em favor de Marx* faz parte do momento histórico em que se pesquisava o pensamento filosófico de Marx “[...] para sair-se do impasse teórico a que a história nos tinha jogado. (ALTHUSSER, 1979, p. 11) A memória política estava marcada pelas grandes greves, pelas manifestações de massa,

pelo apelo de Estocolmo e pelo Movimento de Paz: “É das perturbações que surgem na atualidade os problemas mais interessantes.” (BACHELARD, 1996, p. 73)

Esses acontecimentos conspiravam para a formação de intelectuais armados e de filósofos que faziam política ao produzir conceitos: “[...] Althusser era visto como aquele que, de dentro de um partido julgado detestável, dera à elite intelectual da *rue d’Ulm*, entre 1960 e 1975, o gosto por um engajamento revolucionário fundado em uma filosofia do conceito.” (ROUDINESCO, 2007, p. 162)

Nesse tempo, vivia-se a divisão entre a “ciência burguesa” e a “ciência proletária”. Althusser (1979, p. 13) vai dizer: “Escrevi estas linhas em meu nome, e como comunista, que não busca no passado senão o que pode esclarecer o nosso presente e, portanto, clarificar o nosso futuro”. Declaração sintomática derivada da filosofia da ciência de Bachelard e Canguilhem, para quem, a ciência, bem como o resgate histórico de seu passado, só fazem sentido à luz da compreensão do presente.

Já no prefácio, Althusser critica a intelectualidade francesa por não ter uma tradição de formação de filósofos marxistas. Em países como a Rússia e a Alemanha, a condição precária dos intelectuais – muitas vezes submetidos a trabalhos servis e irrisórios – propiciava a reflexão marxista no sentido de uma crítica à ideologia feudal e burguesa. Sem o apoio da burguesia, a saída para a intelectualidade nesses países era colocar-se ao lado da classe operária. Na França, pelo contrário, a ascensão da classe burguesa pós-revolução francesa incorporou os intelectuais.

Sob essa ótica, os intelectuais franceses eram, quase sempre, pequeno-burgueses. A crítica de Althusser prossegue e culmina com a ideia de que a pequena burguesia francesa é imersa em um ativismo em detrimento do trabalho científico, ou seja, os jovens franceses entregavam-se a um puro ativismo político por acreditarem que deviam saldar a dívida de não terem nascido proletários.

Essa situação singular do contexto francês leva Althusser a adotar um posicionamento oposto: contra o pragmatismo francês, ele propõe outra problemática. Para ele, era necessário uma teoria das formações teóricas para demonstrar que elas rompem com a realidade imediata: Como entender que o marxismo é diferente do hegelianismo se não houver a demarcação de uma ruptura?

Esse questionamento remete novamente às noções de problemática e de corte epistemológico. Em *A ideologia alemã*, Marx estabelece um corte com sua obra anterior. Esse corte funda a teoria da história (o materialismo histórico) e, a partir daí,

uma nova filosofia (o materialismo dialético). As obras anteriores a 1845 constituem, dessa forma, o período ainda ideológico de Marx, enquanto as posteriores a 1845 constituem sua fase científica.

No entanto, o rompimento não é tão simples de ser descrito. O processo de maturação é lento e deixa muitos equívocos não esclarecidos. Althusser (1979) afirma que não se pode romper com um passado teórico em um piscar de olhos: [...] precisa-se de palavras e conceitos para se romper com palavras e conceitos, e amiúde são as antigas palavras que estão encarregadas do protocolo da ruptura, enquanto dura a pesquisa das novas. (1979, p. 27) Essa afirmação encontra eco em Bachelard (1972, p. 36): “A linguagem da ciência está em estado de revolução semântica permanente.”

O procedimento althusseriano, naquele momento, é fazer funcionar o marxismo na compreensão do próprio marxismo:

Que o marxismo possa e deva ser, ele próprio, o objeto da questão epistemológica, e que essa questão epistemológica só possa ser colocada em função da problemática teórica marxista, isso é, de fato, necessário para uma teoria que se define dialeticamente não apenas como ciência da história (materialismo histórico) como também, e ao mesmo tempo, como filosofia, capaz de dar conta da natureza, das formações teóricas e de sua história, portanto **capaz de dar conta de si**, tomando-se a si mesma como objeto. O marxismo é a única filosofia que enfrenta teoricamente essa prova. (ALTHUSSER, 1979, p. 29, grifo do autor)

Sob essa perspectiva, o marxismo enquanto filosofia – materialismo dialético – deve ser o filtro para a construção do marxismo enquanto ciência da história – materialismo histórico. Importante ressaltar que, para Althusser, a filosofia funciona como filtro – lugar de crítica – por meio do qual se pode distinguir o ideológico do científico. De acordo com Gregolin (2007a, p. 36, grifo da autora),

Na base do projeto teórico proposto por Althusser está uma forma de pensar o papel da filosofia: ele a insere, no interior das ciências sociais modernas, como **teoria das práticas teóricas**, capaz de testar e avaliar a verdade científica, desembaraçando-a dos resíduos da ideologia.

A filosofia marxista é a única que permite distinguir a ciência da ideologia, bem como pensar a sua diferença na sua relação histórica, a descontinuidade do corte epistemológico na continuidade de um processo histórico. Ela possibilita a distinção entre uma palavra e um conceito a partir das funções que ocupa em uma problemática.

Althusser contrapõe-se a algumas leituras da obra de Marx – dentre as quais podemos citar a feita por John Lewis, a visada da história política representada pelo estalinismo e a questão de uma leitura linear fundada em uma concepção ingênua da história das ciências – por não compreenderem que ela não pode ser vista de forma unívoca e, nesse sentido, há que se aplicar a noção de corte epistemológico – que implica a inserção do conceito de ruptura que implica uma forma totalmente diferente de conceber a ciência – para tal compreensão. A questão é refletir se o jovem Marx é, por completo, Marx. Althusser deixa em suspenso a ideia de totalidade em Marx para considerar que o próprio autor abandona as concepções da juventude. Ele recusa dois pressupostos: o de que todo o sistema teórico está presente em suas partes e o de que a decomposição do todo em partes permite julgar o valor de verdade delas – o que produziria uma abstração do todo em função das partes.

As leituras feitas até então julgavam sempre que a obra de Marx era uma totalidade, ou seja, Marx sempre foi materialista. Isso se sustenta, dentre outras formas, pela ideia de que a forma – a recorrência de palavras que remetiam à visão idealista – dos textos anteriores era diferente, mas o conteúdo – materialista – era o mesmo, ou seja, embora não usasse as mesmas palavras – e, nesse caso, os mesmos conceitos – Marx é tão materialista em *A crítica da filosofia do direito* quanto em *O capital*, o que, segundo Althusser, não se sustenta na medida em que negligencia o corte epistemológico.

Além da leitura da diferença da forma em relação à recorrência do conteúdo, Althusser critica a leitura segundo a qual tudo se reduz à consciência e à tendência. Nesse sentido, a diferença conceitual e vocabular existente nas obras da juventude e da maturidade é eliminada por uma consciência de si: em determinado momento de sua obra, a consciência de si de Marx era feuerbachiana, em outro momento não, ou seja, em um momento dado, Marx se valia da linguagem feuerbachiana porque se considerava um feuerbachiano.

Nem simples diferença entre forma e conteúdo nem consciência de si. Para Althusser (1979), trata-se de uma mudança de problemática, da operação de um corte epistemológico a partir do qual a obra posterior de Marx nada tem em comum com sua obra pré-corte. Ele procede então a uma abordagem que ultrapassa a natureza dos conceitos particulares a cada fase da obra de Marx para não cair nos impasses da crítica analítico-teleológica: “Se se permanece nos *elementos*, cai-se nos impasses da crítica

analítico-teleológica, de que já falamos, e nas pseudo-soluções: terminologia e sentido, tendência e consciência etc...” (ALTHUSSER, 1979, p. 56, grifo do autor)

A primeira fase dos escritos marxistas pode ser vista, então, como seu “momento ideológico”, em que ele teve sua inserção na vida intelectual. Althusser postula que cada ideologia deve ser considerada como um todo real unificado por sua própria problemática e, a cada destaque que se faz de seus elementos, altera-se o seu sentido. Uma ideologia singular (como pensamento de um indivíduo) não depende de uma verdade diferente da dela, mas da relação com um campo ideológico de coexistência e com a estrutura social que a engendra e está refletida nela. Assim, a ideologia desenvolve-se na medida em que seu autor é um indivíduo concreto e participa de uma história efetiva. Essa realidade vivenciada influencia de diferentes formas na medida em que a história se desenrola.

A síntese dessas considerações é que

A inteligência de um desenvolvimento ideológico implica, ao nível da própria ideologia, o conhecimento conjunto e simultâneo do **campo ideológico** em que surge e se desenvolve um pensamento, e em tornar evidente a unidade interna desse pensamento: sua **problemática**. (ALTHUSSER, 1979, p. 58, grifo do autor)

Em certa medida, a explicação de Althusser a respeito da diferença ideológica em Marx contradiz o fio principal de sua argumentação. A coletânea *Em favor de Marx* é uma abordagem anti-empírica da ciência marxista e, nesse momento da explicação, ele recorre à “experiência de vida” de Marx, ou seja, se Marx não é materialista num primeiro momento é porque

[...] é preciso que se nasça um dia em alguma parte, e se comece a pensar e a escrever em um mundo **dado**. Esse mundo, para um pensador, é imediatamente o mundo dos pensamentos vivos do seu tempo, o mundo ideológico onde ele nasce para o pensamento. Ora, quando se trata de Marx, esse mundo é o mundo da ideologia alemã dos anos 30 e 40, dominado pelos problemas do idealismo alemão, ao qual se chamou, usando-se o termo abstrato, a “decomposição de Hegel”. (ALTHUSSER, 1979, p. 62, grifo do autor)

Pelo que se percebe, Althusser não é tão radical quanto pensamos que fosse em relação à realidade histórica. Seu teoricismo não desconsidera a história totalmente. É preciso compreender sua crítica ao empirismo no sentido de uma recusa a pensar Marx

apenas como uma bandeira para justificação da luta armada. É preciso desvincular a imagem de Marx do estalinismo:

O projeto althusseriano é, ao mesmo tempo, um investimento teórico e político: teoricamente, propõe a releitura de Marx por meio da metodologia estrutural; politicamente, trata-se de constituir uma frente de batalha para derrotar o **marxismo humanista** de Roger Garaudy no interior do Partido Comunista Francês, substituindo-o pelo anti-humanismo teórico. (GREGOLIN, 2007, p. 41, grifo da autora)

Trata-se de um posicionamento de luta política a partir da teoria. Nesse sentido, é necessário relativizar o anti-empirismo, mesmo no primeiro momento da obra do autor. Althusser argumenta, para continuar a justificativa a respeito do posicionamento ideológico inicial de Marx, sob a égide de explicações históricas. Sob essa perspectiva, a mudança teórica empreendida por Marx está relacionada, dentre outros fatores, com a sua mudança para a França.

Na Alemanha, havia um super-desenvolvimento ideológico-idealista como contrapartida de um subdesenvolvimento histórico. Descobrir a realidade francesa e inglesa fez com que Marx e Engels desvendassem o mito em que se encontrava a filosofia alemã. Nesses dois países, os dois autores descobriram a luta de classes, as mentiras da política pura, o capitalismo em carne e osso e um proletariado organizado:

O que Marx **descobriu**, desse modo, na França foi a **classe operária organizada**, e Engels, na Inglaterra, **o capitalismo desenvolvido e uma luta de classe que seguia as suas próprias leis, passando por cima da filosofia e dos filósofos**. (ALTHUSSER, 1979, p. 69, grifo do autor)

Para Althusser, é preciso compreender que essas descobertas fizeram parte da experiência de vida pessoal de Marx inseparavelmente da história que ele vivia na Alemanha. Isso criou nele uma vontade selvagem de se libertar dos mitos que se mostravam sob as formas do idealismo romântico alemão. O jovem Marx está ligado a esse momento no momento da formalização das descobertas, de sua sistematização em uma teoria científica – o materialismo histórico.

Qual é, então, a grande contribuição de Marx no campo da ciência da História? Um dos pontos abordados é a ruptura com a dialética de Hegel. Segundo a tese althusseriana, a dialética marxista não converge em nada com a hegeliana, ou seja, a estrutura da teoria marxista não coincide com as estruturas fundamentais de Hegel.

Althusser empreende uma discussão sobre o conceito marxista de contradição pelo viés da teoria de Lênin a respeito do elo mais débil. Toda estrutura possui um ponto fraco e, é nesse ponto que se deve atacar um sistema. A teoria de Lênin sobre o elo mais débil previa que, no quadro geral das nações européias, a Rússia era o ponto mais fraco – o mais suscetível de operar a revolução – na resistência à revolução:

A desigualdade de desenvolvimento do capitalismo leva, através da guerra de 1914, à Revolução Russa, porque a Rússia era, no período revolucionário aberto diante da humanidade, **o elo mais débil da cadeia dos estados imperialistas**: visto que acumulava a maior soma de contradições históricas então possível; porque era, ao mesmo tempo, a nação **mais atrasada e a mais avançada**, contradição gigantesca que as suas classes dominantes, divididas entre si, não podiam eludir e muito menos resolver. (ALTHUSSER, 1979, p. 83, grifo do autor)

A contradição não se desvincula da estrutura social na qual ela se exerce. Ao mesmo tempo em que afeta um sistema, ela é afetada por ele, ou seja, é determinante, mas também determinada. Sob esse prisma, a contradição é sobredeterminada em seu princípio pelas diversas instâncias de uma formação social.

As sociedades são formadas por diversas determinações concretas: leis, religião, costumes, usos, sistemas econômicos, arte, educação, entre outras realidades. No entanto, em última instância, o econômico determina os outros setores. A pobreza pela qual passava a Rússia fazia com que a maior parte da população estivesse insatisfeita.

O povo – constituído grandemente por camponeses “incultos” – vivia um clima de exploração feudal. As grandes cidades estavam tomadas por operários – nas usinas, nas regiões mineiras e petrolíferas – explorados pelo regime capitalista de produção. Havia grande contradição entre o nível de desenvolvimento industrial (a maior usina do mundo, com cerca de 40.000 trabalhadores, estava em Putilov) e o estado medieval do campo. Além disso, as próprias classes dominantes (aristocracia e burguesia) disputavam a hegemonia.

O exemplo da situação da Rússia descrito e teorizado por Lênin faz com que Althusser retorne a Marx para rever a noção de contradição fora da ótica hegeliana. Isso permite que o conceito de contradição seja complexificado. A crítica fundamental a Hegel é que ele via a sociedade dividida em duas partes: a sociedade civil e o Estado, ou seja, uma contradição simples. Todas as instituições – religião, filosofia, enfim, a consciência de uma época – eram concebidas como encarnadas no Estado.

Sob essa perspectiva, a dialética marxista é muito mais que a simples inversão⁴⁹ da dialética hegeliana:

É, pois, decididamente impossível manter, no seu aparente rigor, a ficção da “**inversão**”. Pois, na verdade, **Marx não conservou, mesmo “invertendo-os”, os termos do modelo hegeliano da sociedade.** Substitui-os por outros, que com eles apenas mantêm longínquas relações. Ou antes, subverteu **a relação** que dominava, antes dele, entre esses termos. Em Marx são **ao mesmo tempo os termos e as suas relações que** mudam de natureza e de sentido. (ALTHUSSER, 1979, p. 95, grifo do autor)

Marx propõe novas categorias para a descrição da contradição. Dentre elas destacam-se a noção de forças produtivas e a de relações de produção. Com relação ao Estado, Marx também rompe com a concepção hegeliana na medida em que ele vê, nessa categoria, a possibilidade de propor a de classe social – em continuidade com a noção de relações de produção. O Estado nada mais é do que o espaço da luta de classes. É constituído por essa luta para que haja um lugar social de exercício das próprias lutas.

Essa modificação no conceito de Estado transforma a essência dele, ou seja, ele não está mais em um nível ideal, acima dos grupos humanos, mas a serviço da classe dominante. O Estado é o meio de ação e dominação a partir do qual uma classe faz valer seus valores éticos, culturais, religiosos, etc. A noção de dialética passa de um sistema idealista para um materialista.

É preciso desvencilhar-se de Hegel para descobrir que a dialética materialista nada tem a ver com uma simples inversão, afinal, virar uma árvore de cabeça para baixo não faz com que ela deixe de ser uma árvore. Nesse sentido, Althusser propõe que se abandone o fantasma de Hegel e se lance luz sobre Marx. Mais que isso, que se lance a luz marxista sobre Hegel.

Trata-se, para Althusser, de explicitar teoricamente algo que já está em estado prático no marxismo. É preciso questionar teoricamente o exercício do marxismo em vigor para que se chegue a um real conhecimento do problema e das possíveis soluções. A questão teórica está presente na prática, mas ainda não foi transformada em

⁴⁹ Escobar fará a mesma observação no que concerne ao trabalho de F. de Saussure considerando que o genebrino não apenas inverte o ponto de vista empirista (do empírico ao teórico), mas opera uma mudança de terreno.

conhecimento. Coloca-se então a questão: como entender a teoria como algo essencial à prática?

A prática é um processo de transformação a partir de uma matéria-prima através dos meios de produção. Em todo processo, o momento determinante é aquele da transformação, ou seja, o momento da passagem de um estado “bruto” para um estágio elaborado. Há vários tipos de prática – produção industrial, prática política, prática teórica – e todas elas estão agrupadas no todo complexo.

É importante destacar o fato de que nem sempre se reconhece a existência da ideologia e da prática teórica. Althusser (1979, p. 144, grifo do autor) assevera que

Nem sempre se toma a sério a existência da ideologia como prática: esse reconhecimento preliminar é, no entanto, a condição indispensável a toda teoria da ideologia. Toma-se a sério ainda mais raramente a existência de uma **prática teórica**: essa condição prévia é, no entanto, indispensável à compreensão do que é, para o marxismo, a própria teoria e a sua relação com a prática social.

A teoria caracteriza-se como prática inerente às práticas sociais, ou seja, para cada exercício social, existe a possibilidade de elaboração de uma explicação teórica. Nesse sentido, o teórico é um meio de transformar a matéria-prima – representações, conceitos, fatos – em produto, ou seja, em conhecimento.

A prática teórica não se aplica apenas às ciências constituídas, mas também às fases pré-científicas ou ideológicas. Contudo, há uma descontinuidade a ser assinalada, qual seja, a delimitação do corte epistemológico a partir do qual uma ciência rompe histórico e epistemologicamente com seu passado pré-científico. Isso instaura a Teoria – com T maiúsculo.

A dialética materialista caminha junto com o materialismo histórico. Ela permite compreender cientificamente o desenvolvimento das formações sociais e encarrega-se de “purificar” a ciência dos entraves ideológicos. Não existe ciência totalmente desprovida de ideologia, mas um constante processo de purificação por meio da dialética materialista.

Em meio à complexidade das práticas sociais, a prática política é tida como pertencente à história. Ao retomar Lênin, Althusser destaca uma particularidade do procedimento teórico marxista: é preciso analisar uma conjuntura atual e realmente posta. Nesse sentido, as questões a serem respondidas encontram-se sempre no presente.

No caso de Lênin, o concreto da situação era a Rússia que definia a prática política em um momento dado:

O insubstituível dos textos de Lênin está aí: na análise da estrutura de uma **conjuntura**, nos desdobramentos e nas condensações das suas contradições, em sua unidade paradoxal, que são a existência desse “**momento atual**”, que a ação política vai transformar, em sentido estrito, de fevereiro a outubro de 1917. (ALTHUSSER, 1979, p. 155, grifo do autor)

A passagem da matéria-prima ao conhecimento final é marcada por três generalidades. A Generalidade I constitui a matéria-prima – ideológica, conceitual, ética – sobre a qual se pretende operar. A Generalidade II é o momento exato da transformação, ou seja, o instante em que a dialética materialista – como meio de produção – atua sobre a matéria-prima no sentido de transformá-la. Por fim, a Generalidade III é o produto final, a matéria-prima transformada em conhecimento: “[...] a prática teórica produz **Generalidades III** pelo trabalho da **Generalidade II** sobre a **Generalidade I.**” (ALTHUSSER, 1979, p. 161, grifo do autor)

Por meio desse esquema, notamos uma recusa ao empirismo que vai ser retomada por Escobar ao reler Saussure. O procedimento descritivo da língua em termos sintáticos, por exemplo, é uma forma de reduzir o estatuto teórico da linguística na medida em que esse trabalho torna-se meramente distintivo em relação à língua como conceito: “Este esforço de formalizar rigidamente a língua se compõe ao lado de outros tantos critérios idealistas do empirismo, tais como os de que a linguística é uma abordagem só sintática [...]” (ESCOBAR, 1973b, p. 33)

O problema althusseriano reside justamente sobre a Generalidade III. Nesse sentido, a problemática reside no nível de um conhecimento estruturado. De início, é preciso recusar a concepção de que a dialética é identidade dos contrários. Mas, o que se entende então por contradição?

Sob essa ótica, é preciso propor três conceitos. Os dois primeiros são de ordem distintiva: 1) é preciso distinguir entre contradição principal e contradições secundárias; 2) distinguir o aspecto principal e o secundário da contradição; e, por último, 3) a contradição desenvolve-se de forma desigual.

De início, Althusser observa que não existe uma, mas várias contradições. Se existe uma principal, é porque existem outras. Nesse sentido, o processo não é simples, mas complexo. O segundo ponto é que se há um aspecto principal e um secundário na

contradição, cada contradição, enquanto parte de um todo complexo, reflete, de alguma forma essa totalidade. Existe uma pluralidade de contradições dentre as quais uma é dominante.

A questão do todo complexo com dominante em que se evidenciam as contradições discursivas é retomada por Escobar. Para ele, os discursos que circulam na vida social derivam da contradição e das relações de força entre as classes inseridas nas diferentes formações discursivas:

Ademais, para nós que trabalhamos na ciência da história e que repudiamos as oposições, natureza/cultura, espírito/matéria, pensamento/expressão, língua/fala, etc., o lugar de onde partimos é sempre a **estrutura complexa já-dada com dominante**. (ESCOBAR, 1975b, p. 24, grifo do autor)

Várias críticas são dirigidas a Althusser, das quais ele destaca duas: uma direcionada ao fato de ele estabelecer uma descontinuidade que separa Marx de Hegel: “Nós, aqui no Brasil, sabemos como esse esforço de confundir as problemáticas marxistas com a filosofia de Hegel vai além de um propósito apenas intelectual [...] ele foi e continua sendo o sustentáculo ideológico de uma política reformista.” (ESCOBAR, 1975, p. 31); a outra crítica se volta para a abordagem pluralista que Althusser teria feito de Marx. A primeira crítica volta-se para o apagamento de Hegel e a segunda para a substituição da concepção monista de História em Marx – que via a História como bloco único de instituições, etc – pela concepção de contradição sobredeterminada, em que se tem um todo complexo determinado pela instância econômica.

Para Althusser, a ideia de pluralismo é na verdade resultado de uma incompreensão de sua proposta. O que ele pretende não é um pluralismo simples que nega a organicidade do todo social. A questão é pensar que o fato de haver “simplicidade” não significa que ela seja originária, mas determinada pelo todo estruturado:

[...] o simples não existe a não ser em uma estrutura complexa; a existência universal de uma categoria simples jamais é originária, e somente aparece ao termo de um longo processo histórico como o produto de uma estrutura social extremamente diferenciada; não lidamos nunca, na realidade, com a existência pura da simplicidade, quer seja essência ou categoria, mas com a existência de “concretos”, de seres e de processos complexos e estruturados. (ALTHUSSER, 1979, p. 172)

Esse é o ponto cego da dialética hegeliana e, nesse sentido, Hegel não converge com Marx. A dialética de Hegel está fundamentada no princípio da simplicidade originária. O marxismo reconhece a estrutura complexa de todo objeto concreto e tal estrutura determina o seu desenvolvimento e a prática teórica que produz o seu conhecimento. Nesse sentido, não existe essência originária, mas um sempre já-dado, por mais que o conhecimento faça referência ao passado.

A prática hegeliana difere, ainda, da marxista, por três motivos principais: não é articulada em esferas, não tem a complexidade como unidade e não compreende uma estrutura com dominante: “Não é por acaso que a teoria hegeliana da totalidade social jamais tenha fundado uma **política**, que não exista nem possa existir política hegeliana.” (ALTHUSSER, 1979, p. 180, grifo do autor)

A dialética marxista é a reflexão sobre a existência da contradição dentro dela mesma. Esse posicionamento leva ao reconhecimento de que existe uma estrutura articulada com dominante e é nessa medida que se pode compreender o todo complexo em cada contradição: “[...] eis o traço mais profundo da dialética marxista, o que tentei expressar há pouco com o conceito de “**sobredeterminação**”. (ALTHUSSER, 1979, p. 182, grifo do autor)

Contudo, o reconhecimento das condições históricas não desemboca em um empirismo na medida em que essas condições – reais, concretas e atuais – são tidas como contradições constitutivas de um processo histórico: “É por isso que Lênin, invocando as “condições existentes” na Rússia, não caía no empirismo: analisava a existência do todo complexo do processo do imperialismo na Rússia, no seu “momento atual”. (ALTHUSSER, 1979, p. 183)

A leitura althusseriana volta-se ainda sobre outro aspecto a ser recusado no que concerne a Marx, qual seja, o humanismo. Segundo ele, há dois humanismos a serem recusados: um que deriva de Kant e Fichte, denominado racionalista-liberal; e outro ligado a Feuerbach, denominado humanismo comunitário.

O primeiro mostra-se quando Marx combate a censura, as leis feudais renanas e o despotismo na Prússia. Nesse sentido, o humanismo manifesta-se na ideia de que a história deve ser interpretada a partir da essência do homem, que é liberdade e razão. O segundo retoma a ideia feuerbachiana do Estado como materialização da razão humana.

Como o líder da Prússia, ao assumir o trono, tornou-se um déspota, o Estado foi interpretado como materialização da desrazão humana na medida em que se tornou contrário à liberdade. O humanismo leva Marx a concluir que o Estado não pode ter uma definição teórica em consonância com suas hipóteses reais, pois, como manifestação da razão, caiu em contradição.

Esses dois humanismos são evocados por Althusser para assinalar em que medida Marx deixa de ser o jovem Marx. A partir de 1845, como foi dito anteriormente, o autor de *O capital* muda as categorias. Isso fica marcado pelo surgimento de conceitos como formação social, forças produtivas, relações de produção, superestrutura, ideologias, determinação em última instância pela economia, determinação específica dos outros níveis, etc.

A partir desse momento, Marx passa a criticar severamente as pretensões teóricas de todo humanismo filosófico e a tratar essa doutrina como ideologia. Nesse sentido, ele se torna um crítico severo das teses feuerbachianas de que existe uma essência universal do homem e que essa essência é um atributo dos indivíduos isolados, sujeitos reais que manifestam a essência.

Toda essa crítica fundamenta-se, para Althusser, no materialismo histórico descoberto por Marx em sua maturidade. Essa nova ciência substitui o empirismo e o idealismo da essência e do sujeito pelo materialismo dialético-histórico. A nova teoria prevê que existem níveis diferentes e específicos da prática humana (econômica, política, ideológica, científica) e que cada uma delas fundamenta-se de forma específica, ou seja, não há uma essência. O conhecimento só se dá na contradição e isso exige que se destrua o mito do homem, reduzindo-o à existência ideológica

A ideologia é compreendida como um sistema de representações com uma existência e papel histórico em uma sociedade. Sua função é prática e preeminente em relação à teoria. Ela participa de uma totalidade social. Nenhuma sociedade existe sem ideologia. Ela não é algo contingente à História. Pelo contrário, é a condição mesma de sua possibilidade. Sua existência permite, inclusive, a possibilidade de transformar a história na medida em que se agir reflexivamente sobre ela.

Essa possibilidade de crítica à ideologia no sentido de transformar a história é retomada por Althusser em *Aparelhos ideológicos de Estado*. A reflexão leva o autor a propor a noção de condicionamento ideológico e a demonstrar de que maneira o processo de reprodução das forças produtivas se constrói. Nesse sentido, a reprodução

das condições históricas se dá, cada vez mais, fora da produção, ou seja, no sistema escolar e em outras instituições responsáveis pela manutenção da estrutura social.

Esse momento da obra de Althusser reflete sua preocupação em responder às críticas de teorismo a ele dirigidas. Nota-se uma profunda mudança entre os textos publicados em *Em favor de Marx e Aparelhos ideológicos de Estado*. Sob essa perspectiva, a ideologia, vista anteriormente como estrutura independente, passa a ser encarada como produto das práticas no interior de instituições.

A reprodução da força de trabalho exige, antes mesmo da reprodução de sua qualificação, que se reproduza a submissão às normas estabelecidas pela sociedade capitalista. Nesse sentido, é necessário reproduzir, antes de tudo, a submissão dos operários à ideologia da classe dominante. Essa dominação é garantida pelo Estado sob a forma de aparelhos de duas naturezas.

Por um lado, existem os aparelhos ideológicos de Estado, representados pela igreja, a família, a escola, entre outros. Dentre eles, o dominante – para retomar a tese althusseriana do todo complexo com dominante – é a escola. Esses AIE são responsáveis pelo condicionamento ideológico, ou seja, pela dominação sem a utilização da força física. Por outro lado, há um aparelho repressivo de Estado, unificado por seu funcionamento: o uso da violência: “Se existe **um** Aparelho (repressivo) de Estado, existe uma pluralidade de Aparelhos Ideológicos do Estado.” (ALTHUSSER, 1985, p. 69)

Para Escobar, os discursos ideológicos são produzidos no interior desses aparelhos que, além de re-produzir tais discursos, constituem e vigiam a identidade ideológica impostas aos sujeitos. Nesse sentido, o autor brasileiro retoma Althusser mais uma vez e suas proposições subentendem as ideias de que só há prática através de uma ideologia e de que só há ideologias pelo e para os sujeitos:

Os discursos ideológicos “razoáveis” são então produzidos aqui na forma de uma **identidade ideológica** que “se produz” e é “produzida”. Mas eles são vigiados e subentendem os **discursos ideológicos “razoáveis” já constituídos**, já elaborados e quase sempre institucionalizados em formas de “aparatos ideológicos do Estado” e em “aparatos repressivos do Estado”. (ESCOBAR, 1972b, p. 46, grifo do autor)

Para Althusser, os aparelhos de Estado funcionam para reproduzir as relações de produção, ou seja, para manter a posição da classe dominante. Nesse sentido, cada um

dos dois tipos de aparelhos – os AIE e o ARE – submete os sujeitos à política do Estado, à ideologia democrática ou fascista, por meio de produções discursivas veiculadas, por exemplo, pelos meios informativos como a imprensa, o rádio ou a televisão.

Essa complexa rede de manutenção é regida pela ideologia da classe dominante. A ideologia é uma construção imaginária da mesma natureza que o sonho para os autores anteriores a Freud:

Para tais autores, o sonho era o resultado puramente imaginário, quer dizer nulo, de resíduos diurnos, apresentados numa ordem e composição arbitrárias, por vezes mesmo “invertidas”, em suma “desordenadamente”. Para eles, o sonho era o imaginário vazio e nulo, arbitrariamente *bricolé*, de olhos fechados, dos resíduos da única realidade plena e positiva, a do dia. É este exatamente o estatuto da filosofia e da ideologia (uma vez que a filosofia é a ideologia por excelência) na *Ideologia Alemã*. (ALTHUSSER, 1985, p. 83)

Nesse sentido, o sujeito é uma posição dentro de um sistema em que a ideologia, materializada em um aparelho ideológico regulado pelas práticas sociais, faz com que haja uma livre submissão. Sob essa ótica, o sujeito acredita agir segundo sua vontade e crença quando, na verdade, está reproduzindo uma identidade que lhe é imposta de fora, historicamente: “1 – só há prática através de e sob uma ideologia. 2 – só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito.” (ALTHUSSER, 1985, p. 93)

Sob essa ótica,

Sugerimos então que a ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que ela “recruta” sujeitos dentre os indivíduos (ela recruta a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (ela transforma a todos) através desta operação muito precisa que chamamos **interpelação**, que pode ser entendida como o tipo mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana: “ei, você aí!”. (ALTHUSSER, 1985, p. 96, grifo do autor)

Escobar enfatiza, com relação a essas teses althusserianas, que esse processo de interpelação subjetiva é feito pelos discursos que circulam em sua materialidade:

O “sujeito” (força de trabalho discursiva) ou o efeito ideológico de sujeito – como dizemos –, os meios de trabalho semiológico, as instâncias da história – a economia, a política e a ideologia – na dependência das programações do inconsciente histórico e da presença dominante dos discursos (aparelhos de Estado) da EE constituem um espaço complexo onde os discursos são analisados. (ESCOBAR, 1975b, p. 154)

2.2 Escobar, leitor de Pêcheux

Após proceder à análise de alguns aspectos da obra de Althusser e sua influência nos postulados de Escobar, é imprescindível estabelecer as formas de intersecção entre as obras de Pêcheux e Escobar. Grosso modo, partimos do fato de que o pano de fundo sobre o qual se desenvolvem os embates teóricos é o “estruturalismo generalizado” dos anos 1960/70. Isso pode ser percebido pela forma como se desenvolvia, nos anos 1960/70, na França, a Psicanálise, a Linguística e a História. Pelo lado da Psicanálise, o estruturalismo linguístico interferia na leitura lacaniana do inconsciente freudiano. No plano da Linguística, o estruturalismo derivado da re-leitura de Saussure se colocava como possibilidade de cientificização das ciências humanas. No terreno da História, Althusser realizava a leitura estrutural da obra de Marx.

A respeito das preocupações de Pêcheux, o elemento político é de extrema importância e essa será uma das marcas da sua Análise do Discurso. J. J. Courtine (2006, p.13) afirma que, inicialmente, ela é um campo predominantemente linguístico (teorias sintáticas da frase, etc.), ou seja, a relação com a História, muitas vezes, era ambígua: “A AD é, assim, um dos lugares onde a linguística encontra manifestamente a política, ainda que as modalidades desse encontro sejam, às vezes, objeto de um silêncio um pouco embaraçado ou de numerosos desvios”. Partia-se da análise de textos doutrinários, mais especificamente textos políticos, para se pensar as questões sobre o discurso. Ainda que, no início, Pêcheux estivesse mais preocupado com questões relativas ao discurso científico, esse momento de “predominância da análise linguística do político” é, sem dúvida, constitutivo da AD na França.

Nesse sentido, o trabalho de Escobar está bem próximo de Pêcheux. Os dois têm uma forte filiação com o pensamento althusseriano. Pode-se destacar, por exemplo, o texto *As ciências e a filosofia* – já mencionado – de Escobar e o texto que M. Pêcheux escreve com Michel Fichant: *Sobre a história das ciências* (1977). Além desse último, destacamos o texto traduzido em *Tempo Brasileiro 30/31* sob o pseudônimo de Thomas Herbert: “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social”, em 1972.

Courtine (2009) afirma ainda que o exercício da AD francesa, em seu início, toma como objeto *corpora* pré-determinados. Há, de antemão, tipologias discursivas privilegiadas (discurso socialista, discurso comunista, discurso polêmico) a partir das

quais se opera a leitura no sentido de elaborar uma pedagogia da verdade. Parte-se do pressuposto de que o leitor desinformado deve ser ensinado a ler – e aqui se retomam os ideais da Revolução Francesa sobre a “democratização do ensino” – os textos políticos para ser esclarecido:

Retrospectivamente, a Análise do Discurso (político) mostra-se assim como veiculadora de uma política (da Análise do Discurso), mantendo uma relação fundamentalmente ambígua com o que tomo a liberdade de chamar aqui de **imbecilidade**. (PÊCHEUX, 2009, p. 22, grifo do autor)

Essa autocrítica de Pêcheux denota uma recusa aos procedimentos iniciais da AD, que se pretendia, como afirmamos acima, uma “prótese teórico-técnica”, para retomarmos uma expressão do próprio Pêcheux. Sob essa perspectiva, a AD situava-se ora do lado de uma objetividade radical, ora de um partidarismo científico que via nos “nativos”, os imbecis a serem ensinados:

Que falta é preciso exorcizar por meio dessa laboriosa série de dispositivos artificiais de leitura, que vai da contagem léxico-estatística dos vocábulos à análise sintática das sequências, à desconstrução dos mecanismos enunciativos e das “estratégias argumentativas”? (PÊCHEUX, 2009, p. 23)

A retomada de um ponto específico do trabalho de Pêcheux, qual seja, da AD, dá uma ideia de como havia a concepção de que era urgente definir o estatuto científico das ciências humanas, derivada do ponto de vista epistemológico estrutural que fundamentava grande parte das pesquisas voltadas para a análise da estrutura do texto, do inconsciente e da história.

A visada estruturalista foi uma forma de se pensar, também no terreno da História, um método rigoroso para as investigações. O marxismo althusseriano foi acoplado ao estruturalismo e é esse entrelaçamento que caracteriza os postulados de Pêcheux. A tese pecheutiana da não transparência da linguagem, por exemplo, assenta-se na tese althusseriana de que o sujeito é interpelado, ou seja, que a consciência não é algo transparente.

As teses pecheutianas tiram sua força desses três campos científicos: a Psicanálise, a Linguística e a História e, nesse sentido, têm como preocupação central, operar uma crítica teórica no plano das ciências humanas que remeteria também ao

plano político. É esse o eixo que permite compreender Escobar como primeiro receptor de Pêcheux no Brasil. A esse respeito, é preciso reconhecer uma lacuna teórica existente no Brasil que institui o lugar de Pêcheux mais como um analista do discurso, no sentido disciplinar do termo, do que como um filósofo. Courtine (apud KOGAWA, 2011) afirma que, na época em que ele desenvolvia os trabalhos iniciais com o grupo coordenado por Pêcheux na França, paralelamente:

[...] havia também aqueles cuja preocupação tinha sido sempre a disciplinarização da AD e que não faziam parte do grupo do qual acabo de falar. Eles estavam, aliás, totalmente ocupados em escrever manuais de introdução, a sonhar com dicionários... Havia, então, um projeto pedagógico e disciplinar que se desenvolveu paralelamente a esta fundação inicial. Esse não era meu propósito, nem o propósito original de Pêcheux mesmo se, a meu ver, Pêcheux, pouco a pouco, sobretudo no fim, cedeu, em certa medida, a isso.

Passemos, então, a algumas comparações entre as propostas de Pêcheux e o trabalho feito por Escobar no Brasil. Inicialmente, destacamos a relação que ambos mantêm com a Linguística estrutural. Enquanto Pêcheux se aproxima das teses harrisianas, do modelo sintático e da análise automatizada para produzir uma análise não subjetiva, Escobar atem-se à re-leitura exegética⁵⁰ de Saussure e da sua Semiologia.

Sob a ótica da teoria linguística, Pêcheux apreende Saussure por meio da prática de compreensão da linguagem estruturalista. O método inicial proposto em *AAD-69* tem como base a sintaxe distribucional. O trabalho do autor brasileiro consiste em retomar os trabalhos de estudiosos envolvidos com o estudo dos escritos de Saussure não contemplados no *CLG*⁵¹. O trabalho de re-leitura de Saussure feito por Escobar pode ser inserido nesse paradigma na medida em que ele retoma os trabalhos de Godel [*Les sources manuscrites*, publicado em 1957 e que, segundo Bouquet (2004, p. 14) “[...] inaugura a era das pesquisas exegéticas saussurianas [...]”] e de Starobinsky (*As palavras sobre as palavras*, publicado no Brasil em 1974).

⁵⁰ Compreendemos por exegética a forma de leitura voltada não apenas pela retomada de um pensamento, mas também pela história da recepção dessa obra em diferentes lugares. Além disso, insere-se aí uma espécie de preocupação por estabelecer uma verdade a respeito de um autor, ou seja, o que seria o verdadeiro pensamento de Saussure e o que seria o pensamento de Saussure deformado pelo *CLG*.

⁵¹ A esse respeito, atualmente, destacamos os trabalhos de Christian Puech e Simon Bouquet que buscam, apesar da diferença de estatuto conferida por ambos ao trabalho dos editores, atribuir certa coerência aos escritos saussurianos a partir de diferentes fontes e não apenas do *CLG*. Embora os dois autores voltem-se para a crítica da recepção do *CLG*, Puech não descredibiliza o trabalho dos editores, enquanto Bouquet mostra-se, como aliás Escobar também o faz, extremamente pessimista em relação a Bally e Sechehaye. A esse respeito, gostaria de mencionar o item 1.2 deste trabalho.

A revolução saussuriana permite a Pêcheux pensar a ciência da linguagem como campo destinado a tomar a língua em seu funcionamento e não em sua função expressiva ou comunicativa. Isso significa que a língua não é uma ferramenta para o sujeito fazer-se compreender, nem tampouco uma entidade em que se deve buscar o sentido, mas o veículo mesmo dessa ilusão (a língua produz efeitos de sentido e não o sentido):

O que funciona é a **língua**, isto é, um conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições reguladas por elementos definidos, cujos mecanismos colocados em causa são de dimensão inferior ao texto: a língua. Como objeto de ciência, se opõe à fala, como resíduo não-científico da análise. (PÊCHEUX, 1997, p. 62, grifo do autor)

Escobar, embora reconheça, como Pêcheux, a importância da bipartição saussuriana e a recusa da Linguística como ciência dos meios de expressão, instaura um novo rótulo, derivado da leitura althusseriana de Saussure. Devido a isso, ele dedica mais tempo de seu trabalho a explicitar o corte epistemológico operado por Saussure – como Althusser procedeu em *Em favor de Marx*:

Se não nos bastou o “deslocamento conceitual” de Saussure, isto é, sua recusa de uma linguística dos “meios de expressão” para uma linguística como teoria, e teoria do *sistema* de língua, é porque nossa *leitura* mesma de Saussure aprofundou-se até aquilo que chamamos de uma *problemática saussuriana*, escondida para a sensibilidade dos linguistas. (ESCOBAR, 1973b, p.14, grifo do autor)

Essa preocupação de criticar o *CLG* a partir das fontes não é uma questão para Pêcheux. Evidentemente, não tratamos isso como deficiência ou falta, mas como um sintoma de que, de fato, as duas propostas tem suas particularidades. No entanto, mesmo com essa diferença, o pano de fundo para a leitura de Saussure é bastante próximo: a ideia do corte epistemológico operado pelo genebrino perpassa tanto a obra de Pêcheux quanto de Escobar.

Courtine (2006) define a AD pecheutiana como uma forma de ler os textos políticos a partir da constituição de dispositivos de análise linguística com o objetivo de

ensinar os leitores de discursos políticos a interpretarem⁵². O resultado desse procedimento analítico é a homogeneização do *corpus*, ou seja, elimina-se toda forma de heterogeneidade ou de possibilidade de atravessamento de um discurso sobre o outro. Após uma crítica à noção de discurso que, às vezes parece gramaticalizado, às vezes sociologizado, Courtine (2006, p. 26, grifo do autor) critica o projeto inicial da AD fundada no distribucionalismo:

Mas não se saberia indefinidamente analisá-lo a partir do único projeto de Harris. É hora de fazer as contas do que se perdeu com a redução distribucional e com o privilégio que ela dá às representações em domínio vertical que constituem **listas e tabelas**.

A abordagem harrisiana não permaneceu até o final das formulações pecheutianas e, tampouco, esse modelo foi fixado com vigor no Brasil, mesmo posteriormente ao período que nos interessa mais de perto (décadas de 1960/70). Osakabe (1979) problematiza, já no final dos anos 1970, dois textos de Maldidier e Robin (*Polémique idéologique et affrontement discursif em 1776: les grands édits de Turgot et les remonstrances du Parlement de Paris*) e do próprio Pêcheux, em texto publicado em co-autoria com Wesselius (*A propos du Mouvement Étudiant et des luttes de la classe ouvrière: 3 organisations étudiantes en 1968*) justamente porque se valem do método harrisiano: “[...] o método de Harris parece não dar conta também daquilo que, com Benveniste, se considera a característica fundamental do discurso: a relação de pessoa que nele se estabelece.” (OSAKABE, 1979, p. 31)

O método de Harris, utilizado como uma técnica auxiliar, atende a uma demanda epistemológica da época no sentido de matematização/informatização da ciência. Pêcheux era apaixonado pelas máquinas e o método harrisiano, por não fazer apelo a explicitações contextuais ou semânticas, era uma via apropriada para o tratamento informatizado. Isso colocava outro problema na medida em que a fase analítica dialogava pouco com a teoria do discurso. “Nós nos esforçaremos em mostrar que a **prática de análise** de Pêcheux contradiz, na constituição de *corpora* submetidos ao tratamento AAD, **a concepção teórica que ele elaborou**.” (COURTINE, 2009, p. 76-77, grifo do autor)

⁵² A questão do saber-ler é apontada também em um dos inéditos de Pêcheux. Mostraremos isso mais adiante.

Em nossas pesquisas no IMEC, deparamo-nos com um texto escrito em conjunto com Fuchs, Haroche, Henry e Léon (1973⁵³), em que Pêcheux debruça-se sobre a construção de um analisador morfossintático do francês. Na introdução ao projeto, os autores afirmam que se trata de um reconhecedor de processos morfossintáticos que funcionaria em duas etapas:

1) procura decompor suas unidades em uma ou, eventualmente, várias formas de base, seguidas de terminações ajuntas; é a parte morfológica desse dispositivo; 2) associa às unidades analisadas morfológicamente uma descrição que constitui o início de um reconhecimento sintático⁵⁴.
(Tradução nossa)

Ora, para se construir um modelo de reconhecimento como esse, era necessário construir um *corpus* coerente e que apresentasse, ao menos inicialmente, uma regularidade e uma homogeneidade de estruturas morfossintáticas. Face à questão da ideologia e dos acontecimentos históricos, bem como face ao pertencimento do discurso às classes sociais, como fechar um *corpus* a partir da regularidade das estruturas sintáticas? Ainda que seja possível, não seria reduzir os materiais da história à estrutura linguística?

É preciso não perder de vista, de um lado, que essa pode ser considerada uma das preocupações de Pêcheux não diretamente ligadas à sua teoria marxista do discurso e que traz ganhos para o campo da informatização de banco de dados, por exemplo, como a aplicação em catálogos de biblioteca, etc; por outro lado, é importante não esquecer que o próprio Pêcheux (1997), reconhece que seu trabalho passou por retificações. Retomando o conceito de enunciado em Foucault, Courtine (2009) critica o tratamento informatizado mostrando que ele representa uma discrepância entre teoria do discurso e a análise propriamente dita. Pêcheux e Fuchs (1997, p. 163) reconhecem a deficiência entre a abordagem linguística e a teoria do discurso:

⁵³ Trata-se de um documento de trabalho que circulou apenas entre os membros do grupo e que não foi publicado. A esse respeito, remeto ao trabalho de Léon (2010), que faz menção a esse texto. Importante mencionar que este texto não está citado nem mesmo na bibliografia oficial de Pêcheux fornecida por Angélique Pêcheux. O artigo de Léon está disponível em: <http://semen.revues.org/8823>

⁵⁴ 1) *cherche à décomposer de ses unités en une ou éventuellement plusieurs formes de base, suivies de terminaisons adjointes ; c'est la partie morphologique de ce dispositif ; 2) associe aux unités analysées morphologiquement une description qui constitue l'amorce d'une reconnaissance syntaxique.* (PÊCHEUX et. al., 1973, p.3)

Parece-nos que as observações, interpretações, críticas ou mesmo deformações que suscitaram nestes dois níveis precisam de uma reformulação de conjunto, visando a eliminar certas ambiguidades, retificar certos erros, constatar certas dificuldades não-resolvidas e, ao mesmo tempo, indicar as bases para uma nova formulação da questão, à luz dos desenvolvimentos mais recentes, frequentemente não-publicados, da reflexão sobre a relação entre a linguística e a teoria do discurso.

Courtine (2009, p. 84) avança nessa direção e tenta responder a esse descompasso. Para isso, ele retoma a definição de enunciado em Foucault, que se situa em um campo diferente da lógica (proposição), da gramática (frase) e da Escola Analítica (*speech acts*):

[...] o que define o enunciado na *Arqueologia* é o que o distingue das unidades que articulam os respectivos objetos da lógica, da gramática, ou da Escola Analítica: o enunciado não é a proposição, nem a frase, nem o ato de linguagem [...].

O tratamento automatizado e o procedimento de constituição de *corpus* a partir das condições de produção dos textos políticos não vieram para o Brasil nos anos 1960/70⁵⁵. Fundamentado em Bachelard (1996), Escobar defende que o racionalismo científico não deve ser fundamentado em argumentos puramente matemáticos ou informatizados: “Uma ciência é ciência no seu **objeto de conhecimento** e não no papel que a matemática e a lógica nela cumprem, complementarmente.” (ESCOBAR, 1971, p. 98, grifo do autor). Isso leva Escobar (1973a, p. 14-15) a afirmar que “[...] nossa recusa da linguística como ‘meios de expressão’ não nos situa na meia-verdade do sistema de língua da linguística estruturalista.”

Sob esse prisma, é importante retomar e resumir o primeiro ponto divergente entre os múltiplos projetos de Pêcheux nos anos 1960/70 e as múltiplas preocupações de Escobar no Brasil dos anos 1960/70: embora os dois estivessem empenhados em discutir a diferença entre ciência e ideologia, as vias para chegar a essa diferenciação são distintas: em Pêcheux, a tentativa de construção, dentre outros instrumentos de análise textual, de um dispositivo lógico/matemático/informatizado; em Escobar, a discussão teórica a respeito do científico e a operacionalização constante da noção de corte epistemológico. Em suma, Pêcheux tinha um dispositivo analítico de textos

⁵⁵ No que concerne à constituição de *corpus* e ao trabalho de aplicação de um instrumental teórico voltado para o discurso, destacamos que se trata de uma prática instituída no Brasil a partir dos anos 1980.

políticos; Escobar tinha uma atitude política diante dos textos teóricos. O trabalho de Escobar, a esse título, pode ser resumido – dentre outras passagens a serem citadas e já citadas – pelo seguinte:

As ciências regionais da ciência da história se organizam no sentido de produzirem os conceitos destes objetos diferenciados, que no entanto se reúnem ao nível das questões (do espaço das questões) que uma ciência dos discursos ideológicos já produz (pelo menos entre nós brasileiros). Se, como tudo parece indicar, os nomes de Marx, Freud, Nietzsche e Saussure parecem encontrar-se nos “começos” desta ciência regional e portanto da preocupação pelas “manifestações mais simples” dos agentes sociais, por outro lado cabe explicitar (na forma de uma **releitura**) o estatuto teórico preciso das “ciências” que estes autores produziram. (ESCOBAR, 1971, p. 92, grifo do autor)

A não-coincidência do método deriva, como já mencionamos acima, da forma como se estabelece o diálogo de Escobar (1972a, 1972b, 1973a) com a linguística saussuriana. A esse título, retomamos uma discussão empreendida por Gregolin (2007) a respeito dos diferentes tipos de estruturalismo. Embora a autora reconheça as limitações impostas pelos rótulos, ela aponta para três tipos: o moderado, o cientificista e o especulativo. O primeiro deles realiza apenas uma aproximação com a linguística estrutural. O segundo tipo é o que mais se utiliza do estruturalismo na crença de que a linguística fornece a metodologia para as ciências humanas. O último da tríade representa o estruturalismo que se situa no âmbito dos trabalhos filosóficos e ideológicos.

Sob essa perspectiva, e também reconhecendo, como Gregolin (2007a), que as rotulações podem reduzir a amplitude de um pensamento, consideramos que Pêcheux oscila entre um estruturalismo cientificista – na medida em que o método AAD-69 é uma tentativa de realização do máximo de objetividade na leitura de textos – e um estruturalismo especulativo – na medida em que seus trabalhos propõem-se a ser intervenções na luta política e discussões em torno da diferença entre o científico e o ideológico. Escobar, por sua vez, pode ser pensado no interior do estruturalismo especulativo, haja vista que ele não se utiliza de uma metodologia linguística formalizada. Nesse aspecto, enquanto Pêcheux tomava os avanços da Linguística estrutural, Escobar re-colocava a questão do projeto semiológico saussuriano que, para alguns estudiosos, é a via de acesso à questão da produção do sentido por meio dos princípios do arbitrário e do valor:

[...] é a partir da óptica semiológica que, na ampla e brilhante introdução que se estendeu até o fim do mês de janeiro, ele expõe os grandes princípios, trazendo à luz aquilo que denomina “natureza essencial” da língua: o arbitrário, o caráter diferencial e sintético dos signos, o princípio do valor. (BOUQUET, 2000, p. 160)

Em outro subcapítulo, Bouquet (2000, p. 280) continua:

Podemos dizer, face à sua teoria sintagmática do valor, que, devido à não-elaboração da noção de “fala” (ou de “discurso”), Saussure deixou, em seu programa, de colocar conceitos epistemológicos que permitiriam teorias da competência sintática, da pragmática linguística ou da análise do discurso? Ao contrário: seu conceito de “valor *in praesentia*” delinea o programa dessas linguísticas.

Pêcheux (1997) discute a dupla definição que Saussure dá à língua. Por um lado, ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo. Por outro, ela é uma instituição social que se distingue de outras instituições políticas e jurídicas sendo o mais importante sistema semiológico. Para o autor de *AAD-69*, a linguística funda-se sobre duas exclusões teóricas: “[...] a exclusão da **fala** no inacessível da ciência linguística; a exclusão das **instituições ‘não semiológicas’** para fora da zona de pertinência da ciência linguística.” (PÊCHEUX, 1997, p. 71, grifo do autor)

Do lado da fala, a Linguística deixa um “resíduo” representado pelo sujeito livre. A oposição entre língua e fala sugere que, do lado oposto ao sistema, encontra-se o sujeito dotado de intenções: “[...] a fala, enquanto uso da língua, aparece como um **caminho da liberdade humana;**” (PÊCHEUX, 1997, p. 71, grifo do autor) Essa crítica à primeira exclusão saussuriana corrobora a constituição de uma abordagem linguística ao nível da frase. Retomamos, nesse sentido, o que dissemos anteriormente: a leitura pecheutiana de Saussure culmina em um método definido de abordagem linguística.

Sob esse prisma, o autor pretende justificar a recolocação do conceito de fala como algo que é social e sistemático e não puramente individual. O estudo sistemático pode atingir o nível da frase, constantemente associada, pela maior possibilidade combinatória que ela possui em relação aos morfemas e fonemas, à fala, ou seja, se a fala não é individual, mas sistemática e social e a frase é a representante da fala, então é possível uma linguística científica a partir da frase:

Ora, os desenvolvimentos recentes de certas pesquisas linguísticas (e, antes de tudo, o aparecimento das gramáticas gerativas) parecem estender esse limite e tendem a constituir uma **teoria linguística da frase**, sem, no entanto, sair do sistema da língua [...]. (PÊCHEUX, 1997, p. 72, grifo do autor)

A partir dessa recolocação da fala que justifica a abordagem linguística em um nível sintático – instância das “coerções universais” –, Pêcheux (1997) consegue operar o que ele chama de mudança de terreno, ou seja, esse procedimento permite pensar a frase como unidade para a apreensão do discursivo e, posteriormente, o discurso como um processo de produção relacionado linguisticamente ao contexto e à situação.

Feitas essas considerações teóricas, Pêcheux parte para a crítica da noção saussuriana de instituição. Ao comparar a língua com as outras instituições, Saussure a define como a única que não foi estabelecida como meio para um fim, em contraposição às outras instituições. Embora não reprove Saussure por isso, Pêcheux (1997) afirma que o genebrino teria ignorado a definição que sociólogos do seu tempo teriam proposto: “[...] as normas dos comportamentos sociais não são mais transparentes a seus autores do que as normas da língua o são para o locutor [...]” (PÊCHEUX, 1997, p. 76)

Isso significa que a instituição é um fator impositivo – como nas regras da língua – do qual é possível descrever o funcionamento. Em certa medida, essa reflexão a respeito da não transparência da instituição remete à noção de condições de produção, pois leva a considerar as consequências para a produção do discurso na medida em que, a cada processo discursivo, existem fatores institucionais condicionantes não controláveis, ou seja, a liberdade do locutor entra em choque também com o funcionamento da própria instituição e não apenas com as regras da língua. A cada manifestação de discurso, o sujeito insere-se em determinado lugar institucional e ideológico. Nesse lugar (partido político, por exemplo) são atualizados jogos de forças a partir dos quais se constroem os sentidos.

Além disso, o discurso está fundamentado no que Pêcheux denomina “discurso prévio”, ou seja, existe uma matéria-prima discursiva sobre a qual é possível atualizar o sentido e evocar certos acontecimentos:

[...] o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando **evoca** tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era

alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido. (PÊCHEUX, 1997, p. 77, grifo do autor)

A partir da discussão em torno da Semiologia saussuriana, podemos refletir sobre o conceito de condições de produção. Isto se dá pela crítica à ideia de que as instituições diferentes da língua teriam uma função para um determinado fim. Nesse sentido, ao pensar na inserção do sujeito e na produção do discurso em determinada instituição, é possível colocar um sistema de regras para a produção discursiva, pois todo discurso obedece às suas condições de produção.

É importante destacar que esse conceito ganha uma natureza operacional. Courtine (2009) mostra-nos uma tripla origem: a análise de conteúdo – “A noção de CP origina-se inicialmente da **análise de conteúdo** [...]” (COURTINE, 2009, p. 45, grifo do autor) –, a sociolinguística – “[...] a respeito da qual convém acrescentar que seu papel é o de uma origem indireta” (COURTINE, 2009, p. 46) – e Harris – “É no texto de Harris (1952), *Discourse Analysis*, que se situa a terceira origem da noção de CP do discurso.” (COURTINE, 2009, p. 46).

Não pretendemos delinear aqui todas as origens do conceito de **condições de produção**, mas mostrar que ele emergiu em meio a lutas e assimilações de diversas naturezas. Contudo, o ponto unificador dessa noção é que ela funciona como categoria operacionalizável – vai funcionar na constituição dos enunciados verbais a serem analisados – e, nesse sentido, serve como ponte entre o linguístico e o histórico.

A teoria do discurso que se configura no Brasil dos anos 1960/70 com os trabalhos de Escobar postula que

Os discursos são linguagens e ordens que produzem-reproduzem a história mobilizando meios de trabalho linguístico-semiológicos – eles mesmos histórico-ideológicos – e força de trabalho intelectual. A análise interna dos discursos é a análise de um processo de trabalho discursivo e, portanto, análise externa que se abre às dimensões do inconsciente histórico, dos meios de trabalho semiológico, dos discursos jurídico-políticos na EE (estrutura elaborada), etc. O processo de trabalho discursivo-ideológico, como meio por onde se analisam os discursos, não tem nada a ver com a análise interna propugnada pelo estruturalismo linguístico. (ESCOBAR, 1975d, p. 9)

Como já dissemos, por um lado, a discussão que se desenvolve no Brasil em torno da Semiologia tem uma amplitude maior do que em Pêcheux e a sistematização/operacionalização do conceito de condições de produção em torno de

uma abordagem sintática dos processos discursivos não se configura. A grande diferença é que, enquanto Pêcheux pouco se detém sobre a questão da Semiologia naquele momento⁵⁶ – valendo-se dela em poucas páginas de *AAD-69* – Escobar aprofunda-se ao máximo nessa questão. Isso se materializa, em Pêcheux, pelas poucas menções à Semiologia saussuriana; em Escobar, pela leitura quase exegética do *Cours* a partir de *Fontes manuscritas* e dos *Anagramas*:

São os trabalhos críticos e explanatórios de Robert Godel, Tullio de Mauro e, recentemente, J. Starobinski que problematizam melhor este conteúdo e esta forma expositória dos cursos ministrados por Saussure de 1907 a 1911. [...] A relação de importância entre o conteúdo dos 3 cursos registrados nos cadernos dos alunos (L. Caille, L. Gautier, Paul Regard, A. Sechehayé, George Dégallier, Francis Joseph e A. Riedlinger) e o pensamento maduro de Saussure não são, segundo achamos, aspectos que coincidam. (ESCOBAR, 1973a, p. 19)

A citação acima reflete a preocupação althusseriana em diferenciar um autor maduro dos escritos de sua juventude. Althusser faz esse trabalho na obra de Marx e Escobar, na esteira de seu “mentor”, o faz na obra de Saussure. A divisão entre o jovem Saussure e o Saussure maduro renderá grandes avanços na teoria do discurso escobariana. No entanto, essa preocupação exegética voltada para a re-colocação epistemológica do pensamento saussuriano é a tônica da teoria marxista do discurso brasileira nesse momento. Essa diferença, no entanto, não impossibilitará a Escobar (1975d, p. 10) dizer que

[...] isso não deve aparentar uma dispersão e multiplicação desnecessária do trabalho teórico, pois se trata de todo um corpo teórico novo que a análise dos discursos subentende. A tudo isso chamamos condições de produção do discurso, como o fazem na França M. Pêcheux e Regine Robin.

Nesse sentido, embora não operacionalizado, o conceito de condições de produção do discurso, bem como sua relação filial ao pensamento de Pêcheux, são reconhecidos no Brasil já nos anos 1960/70. A diferença, em suma, é a forma como os dois autores chegam a esses conceitos: Pêcheux pela constituição de um método

⁵⁶ Voltaremos a isso posteriormente quando formos discutir a relação de Pêcheux com a Semiologia a partir das fontes manuscritas investigadas no IMEC.

automatizado a partir da Linguística via marxismo; Escobar pela constituição de uma teoria do discurso a partir da leitura sintomal/exegética do *CLG*.

Sob essa ótica, procuramos mostrar, nesta subseção, que Escobar, além de leitor assíduo e informado dos trabalhos exegéticos a respeito da obra de Saussure, é também um adepto do pensamento pecheutiano e de sua teoria do discurso. Seus postulados estão em consonância com os trabalhos que se desenvolviam na França e isso pode ser comprovado pela retomada dos conceitos mais caros a Pêcheux naquele momento: sujeito, discurso, condições de produção e formação discursiva. Embora, em *AAD-69*, Pêcheux ainda não formule o conceito de FD, Escobar afirma que seu projeto é “Constituir os elementos teóricos de uma **teoria geral** capaz de fornecer as condições para a análise das ‘formações discursivas’”. (ESCOBAR, 1972b, p.38, grifo do autor); “[...] como explicam epistemólogos do porte de um Gaston Bachelard, G. Canguilhem, F. Renault, **M. Pêcheux**, etc.” (ESCOBAR, 1972b, p. 59, grifo nosso)

2.3.1 Escobar, leitor de Foucault

O marxismo não é apenas uma teoria histórica para explicar a composição da estrutura social e as determinações da base econômica e dos processos materiais de trabalho (infraestrutura) sobre as superestruturas. A ciência marxista – tal como a propõe Althusser – toma como central para uma análise efetiva das formações sociais o estudo dos discursos. A problemática discursiva conduz o marxismo ao conhecimento científico da estrutura social além de permitir a avaliação da cientificidade das ciências que podem ajudar a compreender o processo de instauração psíquica da identidade ideológica e a materialização sígnica dessa constituição.

Por esse viés, os empreendimentos científicos das ciências humanas ganham validade após passarem pelo crivo de uma leitura prático-teórica que tem a função de “separar o joio do trigo”, ou seja, a ideologia da ciência. A problemática da leitura em Althusser leva a um exercício de singularização/especificação ao nível dos discursos e é por essa grade interpretativa que Escobar (1971, 1996) vai receber, em um primeiro momento, a obra de Michel Foucault. A partir da ideia de que Foucault não tem uma teoria dos discursos ideológicos, ele não pode enxergar, na obra de Marx e Freud, os elementos que os diferenciam de Nietzsche e do discurso puramente filosófico.

A re-leitura da Psicanálise e da Linguística reside na retomada do projeto filosófico pecheutiano no sentido de agregar, ao tronco central da história, ciências que fornecem conceitos essenciais à compreensão da própria historicidade. A leitura é uma questão que se coloca à ciência na medida em que ela deve tomar o texto como conjunto de sintomas de uma “problemática invisível”. O resultado dessa atividade é a compreensão da História, da Linguística e da Psicanálise como ciências.

O processo engloba uma atitude seletiva em relação às obras de Marx, Saussure e Freud no sentido de avaliar quais textos (na integralidade ou parcialmente) atenderiam às exigências de uma fundação científica. No caso de Saussure, que nos interessa mais de perto, apreendemos, primeiramente, uma operação de destituição da autoridade dos editores do *CLG* – e, conseqüentemente do próprio *CLG* – em correlação com uma operação comparativa a outros textos reconhecendo que, devido ao caráter inovador das ideias de Saussure e da impossibilidade de o genebrino encontrar interlocutores, é aceitável que vários pontos de seu trabalho sejam marcados por imprecisões. Nesse sentido, a partir de uma tripla operação seletiva (Saussure ele mesmo, totalidade da obra, hesitações de Saussure), busca-se o preenchimento das lacunas deixadas discursivamente no *Curso*. É justamente esse processo interpretativo que leva Escobar (1971, 1996) a se aproximar da crítica filosófica que Pêcheux e o Círculo de Epistemologia dirigem a Foucault.

Um dos pontos controversos anotado por Escobar concerne à noção de comentário. Embora Foucault mostre que o conhecimento dos discursos só se dá no efetivo das retomadas – o que pressupõe a existência de uma materialidade discursiva que possibilita a re-construção de significados não percebidos anteriormente – esse ato de retomar um discurso via comentário não se desenvolve até o nível de uma leitura diferencial. Esse não desenvolvimento se deve, justamente, à ausência da categoria de ideologia em Foucault e, devido a isso, o autor desenvolveria uma concepção idealista da história na medida em que não diferencia o que é ideológico do que é científico. Embora Foucault tenha um interesse particular por determinados discursos (o da clínica e o da loucura, por exemplo), ele não pode conferir um estatuto (científico/não científico) a eles, o que culmina em uma “[...] oscilação idealista do acabamento formal absoluto e da pluralidade dos materiais disponíveis [...]” (ESCOBAR, 1996, p. 68).

Essa acusação de que os trabalhos foucaultianos seriam idealistas é atribuída a seu caráter estrutural. Ao retomarmos o contexto dessa ideia, vale ressaltar que estava

em voga, nos anos 1960/70, a interpretação estruturalista do *CLG* como uma aventura que visava a instituir um eixo comum para as ciências humanas. No entanto, a questão do estruturalismo linguístico como uma possibilidade para a descrição da pluralidade empírica das línguas é vista como um equívoco interpretativo do *Curso*. Isto significa que não é o caráter heteróclito do objeto (as línguas) – e tampouco o descritivismo desse objeto – que faz da Linguística uma ciência, mas a formulação de um conceito que abstrai a essa realidade empírica: a *langue*. Sob a ótica dessa ideia de transposição epistemológica, Escobar afirma que o posicionamento empirista de Foucault a respeito da história vem, indiretamente, de uma má interpretação do *CLG*:

Ora, Saussure (in “*Introduction*”, “*Objet de la linguistique*”, *ibid.*) não está fazendo uma leitura empírica dos fundamentos possíveis de uma linguística, mas procurando pensar a sua epistemologia, que em sendo científica se ocupa em distinguir seu objeto (objeto de conhecimento) das linguísticas ideológicas que trabalham com os fatos da língua. (ESCOBAR, 1996, p. 68)

Se o discurso da loucura encontra-se sempre subordinado ao normal, então é preciso uma ciência da ideologia (uma Ciência dos Discursos Ideológicos) para dar conta dessa subordinação exercida de um discurso sobre outro. Assim, de todas as questões que os trabalhos de Foucault levantam: “[...] escolheremos a sua recusa do corte epistemológico (bachelardiano-marxista) e a forma pela qual esta recusa se acha presente em sua obra”. (ESCOBAR, 1996, p. 74)

O negligenciamento da ideia de corte epistemológico faz com que Escobar discorde da forma com que o autor francês considera a importância de Marx, Saussure e Freud. Essa discordância encontra apoio justamente na figura de Thomas Herbert que, segundo o autor brasileiro, faz com que a ideia de corte epistemológico funcione no sentido de denunciar a pseudo-cientificidade do discurso das ciências humanas a partir da formulação de um conceito de discurso vinculado a uma teoria da ideologia.

Ao invés disso, Foucault relacionaria os discursos não a eles mesmos ou ao trabalho teórico fundacional, mas às séries de enunciados consideradas pertinentes vinculadas a essa ou aquela *episteme*: “Um discurso é discurso porque desce raízes às *epistemes* estanques e por isso mesmo parece ser para Foucault algo mais que ‘ideologia’ e algo menos que ‘ciência’”. (ESCOBAR, 1996, p. 78) A partir daí, o método arqueológico foucaultiano é uma forma “grosseira” de abordar a discursividade

na medida em que, por mais que o autor tente traçar o que ele entende por discurso e discursividade, ele não chega ao “cerne da questão” que é justamente a construção de uma teoria capaz de compreender o funcionamento da ideologia dominante no interior mesmo das ciências humanas.

A crítica à problemática da leitura em Foucault caminha juntamente com a crítica a uma certa concepção de signo que se situaria, segundo Escobar (1971), no nível da problemática da existência autônoma entre o significante e o significado: “[...] ganhando cada um deles, em seu isolamento, o estigma de um lugar cheio de significações virtuais.” (ESCOBAR, 1971, p. 125) Essa crítica é pouco clara e feita de forma muito sumária. Diante disso, é difícil recompor, em Escobar, o que seria essa concepção de signo em Foucault. Isso na medida em que o que o subcapítulo que o filósofo dedica ao signo em *Naissance de la clinique* não é propriamente a construção de uma teoria foucaultiana do signo, mas uma retomada histórico-epistemológica do pano de fundo sobre o qual a clínica ganhou existência no século XVIII.

O filósofo francês propõe que a constituição de um método clínico está ligado à emergência do olhar médico como elemento identificador dos signos e sintomas. Nesse sentido, existiriam dois aspectos independentes, mas intrinsecamente ligados: por um lado, o signo e o sintoma enquanto tais, independentes de uma significação; por outro lado, existe o signo e o sintoma como significantes da doença. Esse deslocamento do sintoma como fenômeno natural para significante da doença está vinculado ao desenvolvimento de determinados campos de saber aos quais a clínica passa a se vincular no século XVIII.

Primeiramente, as questões levantadas por Condillac em relação à linguagem e aos signos. Com efeito, o trabalho do filósofo, preocupado, dentre outras coisas, com a compreensão de como se constitui o conhecimento humano a partir de ideias simples – trabalho de inspiração lockeana – visa à construção de “línguas bem feitas” – verdadeiras instituições humanas – que permitem a construção da significação mais próxima das ideias simples. A partir daí, pode-se reconhecer um dos fundamentos da clínica: a filosofia e o método analítico proposto por Condillac:

O sintoma se torna, então, signo sob um olhar sensível à diferença, à simultaneidade ou à sucessão e à frequência. Operação espontaneamente diferencial, voltada à totalidade e à memória, esta também calculadora; ato que junta, por consequência, em um único movimento, o elemento e a ligação dos elementos entre eles. O que é,

no fundo, a Análise de Condillac aplicada pela percepção médica⁵⁷. (FOUCAULT, 2009, p. 93. Tradução nossa)

Ainda com relação ao desenvolvimento de determinados saberes no século XVIII, é preciso retomar também o desenvolvimento da matemática (as equações diferenciais constitutivas do cálculo infinitesimal e o cálculo das probabilidades) como instrumental para comprovação de praticamente todos os resultados ditos científicos. Com relação a isso, é central a figura de Laplace, à qual Foucault faz uma rápida referência. A importância deste último reside na expansão da metodologia matemática para o campo das ciências naturais: “[...] atraído pelos problemas da filosofia natural, ele via a análise matemática como um meio, e não como um fim⁵⁸,” (ANDOYER *et. al.*, 1924, p.72. Tradução nossa). Dentre os desenvolvimentos advindos dos trabalhos de Laplace, destaca-se o cálculo probabilístico do qual o texto *Théorie analytique des probabilités* é um importante representante.

No entanto, é preciso reconhecer que, nessa época, a estrutura hospitalar não favorecia a aplicação do instrumental matemático. Vai ser necessária a reestruturação dos hospitais no século XX e o fim dos hospitais gerais – que tinham mais uma função filantrópica que propriamente médica – para que as questões matemáticas entrem com todo seu vigor no campo da medicina. Nesse sentido, embora haja toda essa fomentação por uma matematização do olhar médico, estão fortemente presentes, no procedimento clínico, as leis filosóficas: “Percepção discursiva e refletida do médico, e reflexão discursiva do filósofo sobre a percepção vêm se juntar em uma exata superposição, pois, **o mundo é para eles o analogon da linguagem**⁵⁹”. (FOUCAULT, 2009, p. 96, grifo do autor). (Tradução Nossa)

Nesses termos, a configuração do fim do século XVII descrita por Foucault é considerada uma transição na medida em que, pela adoção da visada matemática, não se trata mais, única e exclusivamente, da configuração precedente que tomava em conta apenas a relação signo-linguagem. Em contrapartida, as limitações impostas pela

⁵⁷ *Le symptôme devient donc signe sous un regard sensible à la différence, à la simultanéité ou à la succession, et à la fréquence. Opération spontanément différentielle, vouée à la totalité et à la mémoire, calculatrice aussi ; acte par conséquent qui joint, en un seul mouvement, l'élément et la liaison des éléments entre eux. En quoi il n'est, au fond, que l'Analyse de Condillac mise en pratique dans la perception médicale.*

⁵⁸ *[...] attiré par les problèmes de la philosophie [naturelle, il regardait l'analyse mathématique comme un moyen, et non comme une fin ;*

⁵⁹ *Perception discursive et réfléchie du médecin, et réflexion discursive du philosophe sur la perception viennent se rejoindre en une exacte superposition, puisque le monde est pour eux l'analogon du langage.*

estrutura hospitalar não permitia uma organização serial exata, tornando pouco eficiente a contribuição do método probabilístico.

Em um outro momento, essa questão do signo é retomada em correlação com a problemática da interpretação: trata-se do texto sobre Marx, Freud e Nietzsche (FOUCAULT, 2008b). Os signos são interpretações, o que nos leva a pensar que não existem signos, mas sempre interpretações que tentam se legitimar criando um efeito de sentido próprio a um signo. Para Escobar, isso faz com que Foucault mergulhe novamente na hermenêutica:

[...] porque Foucault nos diz que o último caráter da hermenêutica é o de obrigar a interpretação a se interpretar a si mesma infinitamente [...], e enfim de que a interpretação não interpreta isso que se encontra no significado, mas o que o sujeito colocou na interpretação. (ESCOBAR, 1971, p. 140)

A ideia de que a interpretação é infinita e se dá no nível da refutação de outras interpretações culmina na concepção de que a hermenêutica é um campo em que se interpretam as leituras colocadas por sujeitos e não os signos. Nesse sentido, Escobar situa-se contra outro aspecto do posicionamento foucaultiano: a opção por um tipo de “hermenêutica subjetiva” em detrimento de uma semiologia⁶⁰ que negaria a busca de um sentido além da superfície mas também além da proposição interpretativa de um sujeito⁶¹: “E Foucault nos diz com isto, ainda que para criticar, que a semiologia é o lugar da ciência da ideologia. (ESCOBAR, 1971, p. 141)

Essa hermenêutica foucaultiana, por fundar-se nas interpretações e, por extensão, nos sujeitos, opõe-se à semiologia, que se centra nos jogos estabelecidos pelas relações entre os elementos do sistema. É nesse ponto que a concepção de leitura – hermenêutica em Foucault e semiológica (sintomal) em Escobar – distancia essas duas teorias do discurso nesse momento de recusa.

O comentário cria, então, uma relação complexa entre significante, significado e o conceito de sujeito aí implicado. A quase aproximação de Foucault com a problemática da leitura sintomal althusseriana tem seu limite no fato de que Foucault

⁶⁰ Aqui, entendemos semiologia como um campo interpretativo que daria conta da relação lógica entre os significantes despreocupada, portanto, com a questão de um sentido latente e levando às últimas consequências a ideia do assujeitamento ou da história como processo sem sujeito.

⁶¹ A esse respeito, vinculamos, novamente, essa crítica à tese althusseriana de que a história é um processo sem sujeito.

não expõe uma reflexão crítica à ideologia. Mais particularmente, uma problematização dos discursos ideológicos em contraposição aos discursos científicos.

Essa falta leva Foucault, no VII Colóquio Filosófico Internacional (Royamount, 1964), a afirmar que “[...] Marx, Nietzsche e Freud nos colocaram em presença de uma nova possibilidade de interpretação, eles fundaram de novo a possibilidade de uma hermenêutica⁶²”. (FOUCAULT, apud ESCOBAR, 1971, p. 127)

O ponto criticado é justamente a forma como Foucault interpreta Marx. Para Escobar, no que concerne ao pensamento marxista, as reflexões foucaultianas vivem um momento de crise na medida em que suas convicções oscilam quando se trata de atribuir um lugar a Marx. Essa oscilação deve-se à ausência de uma teoria da ciência – ou uma teoria que diferencie os discursos. Em *As palavras e as coisas* a obra de Marx é vista como

[...] uma forma de expressão inteiramente situada e delimitada no século XIX, entre outras expressões igualmente situadas e delimitadas, isto é, na *episteme* provisória e mortal de regras estritas de um saber, isso significa negar a Marx a ciência da história [...]. (ESCOBAR, 1971, p. 128)

A noção de *episteme* – que o próprio Foucault reconhecerá, mais tarde, como problemática devido ao seu caráter totalizante – encerra o problema da não cientificidade na medida em que não se situa ao nível de uma epistemologia válida para a análise de uma ciência.

A contrapartida desse lugar atribuído a Marx em *As palavras e as coisas* – fator que indica oscilação – é o que se enuncia em *A arqueologia do saber* quando Foucault assume a noção de corte epistemológico e postula o rompimento operado por Marx. Essa delimitação coloca Marx na perspectiva de fundador da ciência da história. Nesse sentido, Foucault oscila entre uma CDI, que tomaria a originalidade científica de Marx, e uma história empírico-especulativa:

⁶² Tomamos essa citação em Escobar para mostrar que, de fato, ele não apenas dialogou/duelou – para retomar a expressão utilizada por Gregolin (2007) – com Althusser e Pêcheux, mas também com Foucault. Este trecho citado encontra-se traduzido, originariamente, na página 42 de “Nietzsche, Freud e Marx” (2008b).

[...] ele se debate entre as vantagens aparentes dos instrumentos linguísticos, dos enfoques estruturalistas, das sugestões de uma envolvente filosofia da história, sem se decidir a responder de frente às questões da cientificidade ou não do discurso da ciência da história, e a sua diferença dos discursos ideológicos. (ESCOBAR, 1971, p. 129)

O trabalho de Foucault, por não se situar ao nível da CDI, ignora a diferença entre Nietzsche, por um lado, e Marx e Freud – e por que não dizer Saussure? – por outro. Se os últimos fundaram ciências, o primeiro não o fez. Em Nietzsche, pode-se apreender mais uma espécie de crítica filosófica aos valores ocidentais do que a formulação de uma ciência.

A aproximação funda-se na colocação indiferenciada, em um mesmo todo, dos conceitos de estrutura marxista, de estrutura freudiana e de totalidade nietzscheana. Isso se dá em prol da defesa da convicção de que os três autores permitem, a partir do século XIX, que a interpretação situe-se ao infinito.

O inacabamento da interpretação se dá pela presença, em Marx, Nietzsche e Freud, da recusa do começo. Os três autores polemizam a problemática da origem ou do “ponto de partida absoluto”:

Recusa, diz ele, em Marx da “robinsonada”, e em Freud, no caráter sempre inacabado do esforço regressivo analítico. Mas logo em seguida ele confessa que é sobretudo em Nietzsche e em Freud, – e num menor grau em Marx – que se vê desenhar esta **experiência**, que ele admite como particularmente importante para a hermenêutica moderna. (ESCOBAR, 1971, p. 131, grifo do autor)

O descompasso entre Marx e os demais representa, para Foucault, uma região de perigo, na medida em que “[...] não apenas a interpretação vai encontrar o seu ponto de retorno, mas onde ela também vai desaparecer como interpretação, trazendo talvez a desaparecimento do intérprete enquanto tal” (FOUCAULT, apud ESCOBAR, 1971, p. 131).

Para Escobar, não é cabível discutir, no nível de produção do discurso científico, o lugar e o estatuto do intérprete e a sua relação com o campo teórico. Nesse aspecto, a leitura foucaultiana é marcadamente filosófica, portanto, não científica. Sob a ótica da desaparecimento do intérprete – e da infinitude da análise – coloca-se, em certa medida, o tema da origem interpretativa:

Pouco importa [...] a crítica de Foucault ao tema das origens (crítica que em princípio Foucault situa em Marx, Freud e Nietzsche), pois ele acaba por aceitá-lo e re-situá-lo ao nível da infinitude da análise. Digamos mesmo que Foucault, na forma de um hermeneuta convicto, despede-se do tema das origens na porta de entrada – para que todos vejam – e o introduz de volta pela porta do fundo. (ESCOBAR, 1971, p. 132)

Por aí se coloca outra crítica ao pensamento foucaultiano. Ao atribuir ao comentário o papel de preencher, pela repetição infinita da imagem do que ficou por dizer, o espaço deixado em aberto pela relação do significante com o significado Foucault, por não se assentar em uma concepção científica da leitura, se situa em uma espécie de essencialismo da interpretação que remeteria ao passado filosófico-idealista representado pela exegese e a hermenêutica. É por esse motivo que, segundo Escobar (1971), categorias como *episteme*, constituídas para pensar os saberes, não são suficientes para compreender a novidade de Marx e Freud.

Ainda com respeito a esse viés fenomenológico, Escobar – em um texto de 1984, escrito para apresentar a obra de Foucault (*Michel Foucault: o dossier*) – vai admitir a relevância da obra do filósofo francês criticando, justamente, os aspectos que levariam ao empobrecimento da sua história genealógica pela entrada de categorias idealistas individuais. Sob esse prisma, os últimos textos de Foucault, notadamente, suas *Histórias da sexualidade* encerrariam, segundo Escobar (1984), uma indecisão entre Nietzsche, Heidegger e, em alguma medida, Sartre:

Isto é, em Foucault, o rigor e o leito espesso e vigoroso das suas histórias (genealógicas) guardam uma sombra “ideal” que busca retomar-se e que reflete uma incompatibilidade não completamente assumida entre, por exemplo, Nietzsche e Heidegger. Ou ainda mais precisamente, nesta “história sexual fraudada” numa predileção estético-ética de pequenos grupos e filosofias greco-romanas se pressente uma margem nietzscheana-heideggeriana oscilante. (ESCOBAR, 1984, p. 25)

Marx e Freud são vistos no nível abstrato-filosófico, o que oblitera o rigor de suas postulações teórico-metodológico-conceituais, bem como o caráter de inacabamento inerente às obras devido à conjuntura teórica em que se inserem. Esse aparente inacabamento da obra de Marx no sentido de que ele postula uma ciência

futura se resolve em *O capital*, trabalho que configura uma teoria geral do modo de produção capitalista:

[...] Foucault não se dá conta do *corte epistemológico*, não distingue os discursos, nem os encara como práticas distintas numa história e isto o obriga a habitar e a se perder na problemática dos discursos ideológicos. (ESCOBAR, 1971, p. 137)

É justamente o inacabamento da obra de Marx que propicia a visualização de Althusser a respeito de sua fundação científica. Nesse sentido, reforçamos a ideia de que o ponto de ataque de Escobar – assim como de outros althusserianos – é a não aceitação, em Foucault, dos conceitos althusserianos, dentre os quais, o de leitura sintomal:

Mas Foucault não pensa assim, nem por respeito a Marx nem por respeito a Freud, e ele procura nos convencer da sua leitura, isto é, do inacabamento constitutivo das **interpretações** do marxismo e na psicanálise através de um testemunho inusitado. (ESCOBAR, 1971, p. 134, grifo do autor)

Sob essa perspectiva, o conceito de leitura adotado por Foucault não satisfaz à exigência de assinalar os discursos diferenciais. A problemática da leitura prático-teórica, cara aos althusserianos, ganha em Foucault o caráter de uma leitura aberta que se dispõe à interpretação infinita:

Esta *interpretatio* infinita, esse remetimento dos signos uns aos outros, equivoca a problemática dos **objetos de conhecimento**. E indica para nós toda a tendência de uma reflexão mais ou menos dependente da “linguística e sua ideologia sígnica”. (ESCOBAR, 1971, p. 138, grifo do autor)

Para Escobar, a análise do *18 Brumário*, de Marx, reflete a insuficiência da hermenêutica foucaultiana. Mais uma vez, é da ausência de uma teoria da ciência que se trata. Para Escobar, a arqueologia foucaultiana é inválida porque não permite diferenciar ciência de ideologia e, como resultado dessa indistinção, temos a homogeneização das contribuições científicas e das visões filosóficas. É devido a essa insuficiência do

método arqueológico que Foucault coloca, em um mesmo patamar, os nomes de Freud, Marx e Nietzsche:

Se Foucault une, nesta conjuntura então demarcada, os nomes de Marx e Freud com o de Nietzsche, ele o faz a partir de seu idealismo filosófico, da sua filosofia da história e enfim, da leitura hermenêutica que é também a sua leitura. (ESCOBAR, 1971, p. 146)

2.3.2 Escobar, re-leitor de Foucault

As críticas de Escobar a Foucault no início dos anos 1970 são duras. O lugar ocupado pelo autor brasileiro junto às teses althusserianas (anti-empirismo, leitura sintomal, história como processo sem sujeito), exige a recusa dos trabalhos arqueológicos de Foucault na medida em que eles não contemplam a emergência das ciências. Nesse sentido, a ideia de saber está em nível ideológico, pois não pode ser pensada no nível da formação das ciências.

Na França, Pêcheux – em um momento fortemente vinculado às teses althusserianas – também recusa os trabalhos de Foucault:

As críticas de Pêcheux às propostas de Foucault podem ser lidas em vários de seus escritos. Em *Les vérités de La Palice* (1975b, p. 208), por exemplo, ele faz remissão a Foucault, ligando-o ao conceito de **prática discursiva** e envia o leitor às críticas de Lecourt⁶³ (1970). (GREGOLIN, 2007a, p. 126, grifo da autora)

No entanto, a teoria althusseriana sofre transformações e tanto Pêcheux quanto Escobar relativizam suas opiniões em relação a Foucault. Evidentemente, não se trata de uma modificação tranquila que se dá “da noite para o dia”. As conjunturas políticas de Brasil e França eram bastante conturbadas. Por aqui, a Ditadura Militar e a rivalidade com a Linguística Estrutural. Na França, “A relação – teórica e política – entre Pêcheux e Foucault não poderia ser tranquila nesse momento de fervorosos debates: havia, entre

⁶³ Esse texto foi publicado juntamente com um texto de Escobar na coletânea *O homem e o discurso*: LECOURT, D. A arqueologia e o saber. In: FOUCAULT, M.; ROUANET, S. P.; MERQUIOR, J. G.; LECOURT, D.; ESCOBAR, C. H. O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1996. Isso denota uma relação concordatária entre as posições de Escobar em relação a Foucault e a posição do Círculo de Epistemologia.

eles, enormes diferenças na leitura da obra de Marx.” (GREGOLIN, 2007a, p. 128) A publicação de *Vigiar e punir*, por exemplo, representa uma ruptura com *Os Aparelhos Ideológicos de Estado*, de Althusser.

Após profundas modificações na epistemologia althusseriana e de acontecimentos históricos que ocorreram na França relativos a manifestações populares tidas como novas Pêcheux incorpora, via conceito foucaultiano de poder e leitura de Nietzsche, a noção de resistência⁶⁴ e abandona a noção de assujeitamento que sustenta a tese de que a história é um processo sem sujeito. O princípio de que não há poder sem resistência leva os althusserianos a repensarem o assujeitamento pela interpelação ideológica bem sucedida:

[...] para incorporar a possibilidade de os sujeitos “assujeitados” resistirem, Pêcheux propõe a abordagem do cruzamento entre ideologia e inconsciente. E aqui, novamente, ele reafirma a importância de Foucault e ao mesmo tempo sugere que se deve “retificar” suas propostas⁶⁵. (GREGOLIN, 2007a, p. 147)

No Brasil, Escobar acompanha as modificações, retificações e auto-críticas que se operaram na França em torno dos cortes na obra de Althusser. Se, inicialmente, Escobar recusa a obra de Foucault em breves considerações escritas em 1975 com o título “Algumas considerações finais”, o autor revê suas posições:

As páginas anteriores foram escritas no período de 1968 a 1970; de lá para cá se passaram cinco anos. Etapa importante no avanço das questões que Foucault procurou encarar tanto quanto na verificação concreta pelos marxistas das dificuldades que cercam todo estudo conjuntural de formações discursivas. Isto é, a rigidez da oposição e crítica marxista a Foucault se abranda na medida em que, por um lado, verifica-se a utilidade do material empírico levantado por Foucault (a loucura, a clínica, o direito penal, o discurso psiquiátrico, as ciências humanas, etc.) e por outro lado dá-se conta de que o enfoque mesmo dos marxistas persistia até então num nível excessivamente formalizante. (ESCOBAR, 1975a, p. 175)

⁶⁴ Sobre a questão da resistência e da leitura de Nietzsche voltaremos mais adiante quando discutimos os inéditos de Pêcheux.

⁶⁵ A leitura de Gregolin (2007a) vai ao encontro do que Pêcheux declara nos inéditos, aos quais voltaremos na seção 4 deste trabalho.

As páginas a que Escobar se refere foram publicadas originalmente em 1971, com o título “A leitura e a leitura prático teórica”. É nesse texto, já mencionado anteriormente, que se inscrevem as críticas mais severas em torno da leitura hermenêutica. Com efeito, as pesquisas foucaultianas ganham importância à medida que o caráter anti-empirista do althusserianismo leva ao “apagamento da história” e da luta de classes. Ainda que os *Aparelhos Ideológicos de Estado* sejam alvo de críticas vindas dos trabalhos de Foucault, essa obra representa uma reformulação do posicionamento teorístico adotado até então.

A crítica escobariana de que Foucault teria se perdido em um conceito hermenêutico de leitura que desembocava na ausência de um método eficaz para a análise das ciências, toma justamente esses trabalhos de interpretação de objetos não cientificizados como contribuição ao marxismo e à teoria do discurso. O trabalho foucaultiano representa tanto um conjunto de materiais a serem explorados pelo marxismo quanto a possibilidade de o marxismo libertar-se de um formalismo redutor (teoricismo). Com relação a isso, destaca-se o seguinte trecho:

Ora, é necessário reconhecer que os trabalhos mais recentes de Foucault, mesmo se persistindo em seu empirismo (e antiteoricismo) constituem peças válidas e imprescindíveis no corpo dos trabalhos que ora se exercem na ciência da história. As quatro conferências proferidas por Foucault na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1973, o texto inédito, traduzido e publicado pelos estudantes desta Universidade, “A Casa dos Loucos”, e, enfim, o debate de Foucault com os militantes maoístas a respeito do Tribunal Popular já constituem toda uma abertura nova de reflexões ousadas a respeito da instituição jurídica e psiquiátrica. (ESCOBAR, 1975a, p. 176)

Ainda considerando essa mudança de posição em relação a Foucault, merece destaque o texto escrito por Escobar (1984) em que ele faz um balanço da importância histórica e conceptual da arqueologia foucaultiana. A retificação se inicia pelo reconhecimento de que a relação Marx/Lênin/política se transformou e que seria necessário pensá-la para além das noções marcadas de esquerda ou direita para colocá-la em termos novos, tanto para o marxismo quanto para as questões que começavam a ser levantadas a partir de Nietzsche.

A genealogia se apresenta como uma forma de política que permitiria assinalar as diferenças em contrapartida ao aspecto generalizante da história positivista

representativa de uma razão universal centrada nos fatos. Dessa maneira, no que concerne às relações entre os saberes e os poderes a noção de resistência mostra que tanto a esquerda quanto a direita se retro-alimentam ideologicamente uma na outra e, nesse sentido, não basta atacar, via marxismo radical, a burguesia por meio do trabalho de denúncia via escrita de uma “história da burguesia e dos seus mecanismos de dominação”.

A partir de Foucault, a história perde seu caráter unificado, linear e contínuo para dar lugar à reflexão em torno das conjunturas regionais, particulares e descontínuas. O método arqueogenealógico no processo de constituição das unidades pertinentes para reflexão do historiador leva em conta o que a razão generalizante da história positivista ignora:

E tudo isso porque seus comentadores não ousam restituir para as nossas reflexões a política trágica de fundo, por onde não só sua **história** (à diferença da “história” dos historiadores) mas também outras possibilidades do seu pensar, se somam e se potencializam politicamente, e não de outra maneira. (ESCOBAR, 1984, p. 13, grifo do autor)

Dessa forma, a obra do filósofo francês apresenta-se como uma nova política centrada na descontinuidade histórica que relativiza os começos absolutos e a generalidade de uma história universal. Nesse aspecto, Foucault se diferencia de grande parte da intelectualidade francesa frequentemente trabalhada pelas apropriações burguesas:

E sendo a obra de Foucault, entre outras coisas também malditas, um bem **galaxial** cabe salvar Foucault das identificações do nome (Foucault) e do grupo (intelectuais franceses), enfim, das apropriações burguesas já encaminhadas e persistentes. (ESCOBAR, 1984, p. 15)

Para finalizar, Escobar (1984) reafirma a importância do caráter político do método foucaultiano:

A **história** de Foucault não serve à história dos historiadores, tanto quanto seu pensamento é uma ação política na história reativa – ação subversiva e desmascaradora – e jamais à reprodução dos filósofos e das filosofias. Nietzsche não é um filósofo, as aves não são filosofia, Artaud não é um filósofo nem um literato e Foucault inventa para si um lutar politicamente incompatível com as práticas intelectuais autorizadas. (ESCOBAR, 1984, p. 16-17)

3. DIÁLOGOS COM SAUSSURE

As discussões anteriores, direcionadas a mostrar de que forma a obra de Escobar pode ser pensada como uma recepção da obra de Pêcheux no Brasil e sua fundamentação nos trabalhos de Althusser remetem-nos à problemática da retomada dos conceitos saussurianos no seio de uma concepção marxista do discurso nos anos 1960/70. A esse respeito, vale ressaltar que a leitura do *CLG* feita na França nesse momento dá origem à virada linguística a partir da qual se torna possível pensar na cientificização das ciências humanas baseada na Linguística Estrutural. Esse movimento massivo inaugurado na Antropologia por Lèvi-Strauss está na base da semiologia barthesiana, da análise do discurso francesa, da semiótica greimasiana, da sociologia de Bourdieu e de uma série de estudos dos mais diversos campos do conhecimento.

É na re-leitura do *Curso de linguística geral* que se inaugura a aventura estrutural francesa que se espalhará por vários lugares do mundo. No entanto, o lugar das ideias de Saussure nem sempre é ponto pacífico. Já nesse momento e paralelamente às mais variadas utilizações que eram feitas do *CLG*, surgiam os estudos exegéticos – os de Godel em 1957 e, um pouco depois, de Starobinski em 1971 – da obra saussuriana que problematizavam o papel dos editores na elaboração do *Curso*. Essas pesquisas ganham importância quando colocadas em paralelo com a leitura estruturalista feita do *CLG* na medida em que conferem espaço, nas re-leituras sobre Saussure, para a entrada do sujeito, da história e do discurso ainda que, no contexto francês, essa abordagem crítica da *démarche* saussuriana não tenha entrado nas propostas teóricas em voga, em especial, na Análise do Discurso pecheutiana.

Enquanto Pêcheux lê em Saussure o que se denominam as “exclusões saussurianas”, Escobar retoma os estudos exegéticos para evidenciar justamente as lacunas presentes na edição de Bally e Sechehaye, bem como a leitura formalizante feita pelas linguísticas formais. A partir dos textos exegéticos configura-se uma recusa ao *CLG* na medida em que os editores teriam negligenciado a problemática dos discursos ideológicos renunciada – mas não formalizada – por Saussure. No entanto, em que pese a crítica ao estruturalismo linguístico-formal que se justificava no *CLG*, a crítica de Escobar terá como pano de fundo o mesmo ideal de cientificidade engendrado pelo movimento estruturalista na medida em que, fundamentado na leitura sintomal althusseriana, ele procurará distinguir o jovem Saussure – ideológico (pré-corte

epistemológico) e ligado aos equívocos dos editores do *Cours* – do Saussure maduro – científico (o Saussure do corte epistemológico) e fundador da verdadeira Linguística inserida como ciência dos meios de trabalho da produção dos discursos ideológicos de classe na ciência da História.

Nesse sentido, destacamos dois aspectos das contribuições teóricas de Escobar fundamentadas na crítica à edição do *CLG*: a tentativa de constituição de um dispositivo analítico para compreender a história via produção/circulação dos discursos (CDI) e o desenvolvimento de uma leitura marxista da Semiologia saussuriana que se denominou Semiologia Materialista. Elas resultam da aplicação do marxismo althusseriano na leitura das teses linguísticas do *Cours*, mais precisamente, nas lacunas desse texto:

Eis, então, porque dizemos – o que não contraria o **Saussure do corte**, senão mesmo o realiza – que a linguística, até então “ideal” e universalizante, deve ser situada na ciência dos discursos ideológicos (isto é, na **ciência da história**) como uma ciência regional do discurso ideológico de “língua”, dos processos de trabalho dos discursos de língua, mesmo se nos distanciamos, aparentemente, de Saussure. Mas isto analisaremos no *CLG* de Saussure nas partes que seguem este trabalho. (ESCOBAR, 1973b, p. 39, grifo do autor)

3.1 A leitura de Saussure e a constituição da Semiologia Materialista

A Linguística tem – no momento de sua instauração nos cursos superiores no Brasil (década de 1960, mais precisamente no ano de 1962) – dificuldade em dialogar com a História. O campo, pautado inicialmente nos trabalhos de Mattoso Câmara, é marcado pelo estruturalismo norte-americano e, ainda que se recorra ao termo **discurso** nesse momento, é como materialização interna à frase que esse conceito se desenvolve e a história, no que concerne à concepção então em voga de discurso, era mais próxima da noção de situação comunicacional.

O papel fundacional de Mattoso Câmara na Linguística brasileira é de extrema importância e a natureza do seu trabalho impõe certos “incômodos” à perspectiva discursiva, notadamente, aquela fundamentada no materialismo histórico althussero-marxista. No que concerne propriamente à ciência linguística, é do estruturalismo que se desenvolveu nos Estados Unidos – no Círculo Linguístico de Nova Iorque – que vem a herança inaugural.

Nos anos 1940, Jakobson apresentava seus seminários em Nova Iorque na então *École Libre* – instituição composta principalmente por pesquisadores belgas e franceses refugiados de guerra – que contava com o apoio da *New School for Social Research*. Foi nesses seminários que Lévi-Strauss e Mattoso Câmara se encontraram com o estruturalismo. A esse respeito, é importante notar que a relação de Mattoso com a Linguística Estrutural fica, de certo modo, obliterada pelo lugar ocupado por Lévi-Strauss no panorama intelectual mundial.

Assistir às aulas de Jakobson levou Mattoso a aderir à análise sincrônica com a qual tinha tomado contato anteriormente pela leitura do *Cours de linguistique générale* (1916) atribuído a Saussure, da *Langage* (1921) de Sapir e o *Die phonologischen vokalsysteme* de Trubetzkoy, constantemente citados em suas aulas – que posteriormente foram objeto de um livro – no Rio de Janeiro. A partir da reunião de uma série de textos publicados na *Revista Cultura*, é publicado um livro intitulado *Princípios de Linguística geral como fundamento para os estudos superiores da Língua Portuguesa*, considerado o primeiro manual de Linguística Moderna no Brasil.

É sabido que Mattoso visitou, quando esteve nos Estados Unidos, grandes nomes da velha guarda linguística, tais como: Leonard Bloomfield, Edgar H. Sturtevant e Franklin Edgerton em Yale; Zellig S. Harris na Pennsylvania, entre outros:

Seja como for, parte das atividades de Mattoso Câmara nos Estados Unidos, notadamente os cursos que seguiu na *École libre* e em Colúmbia, foram disciplinadamente registrados por ele em um caderno, conservado hoje na Universidade Católica de Petrópolis. Suas anotações atestam não somente quão profundamente ele absorveu a concepção de estrutura linguística de Jakobson, mas também o quanto a vida intelectual americana dos anos 1940 o influenciou. (ALTMAN, 2004, p. 132)

Com respeito à ida de Mattoso a Nova Iorque, é importante mencionar ainda a questão da reforma universitária promovida por Getúlio Vargas em 1949 que, dentre outras medidas, fechou a Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro e abriu em seu lugar uma instituição mais conservadora que excluiu a Linguística da grade curricular.

Ainda no que concerne à *démarche* inaugural da Linguística brasileira fundada nos trabalhos de Mattoso, é preciso considerar que

Para Mattoso Câmara, neste momento, a tarefa principal da linguística estática era o estudo do sistema fonético das línguas, incluindo o

estudo dos órgãos da fonação, suas unidades indivisíveis que ela chama fonemas, e sua combinatória; e alguns traços fonatórios que ele considera essenciais, como a quantidade, a intensidade e a altura. A este estudo de natureza fonética, Mattoso opôs o estudo da atividade linguística propriamente dita, entendida por ele como o estudo do sistema morfológico e o estudo da frase. (ALTMAN, 2004, p. 143)

O posicionamento de Mattoso também tinha que se deparar com certas tendências no estudo das línguas que dominavam naquela época, notadamente, os estudos sobre as diferenças entre o português europeu e o brasileiro, a tradição filológica portuguesa, a história da gramática do português, a edição crítica de textos antigos, a etimologia, a dialetologia e a gramática normativo-pedagógica.

No que concerne a Escobar, não era linguista de ofício. Ele lecionava Semiologia, Epistemologia da Comunicação e Fundamentos Científicos da Comunicação. Além disso, era ensaísta e poeta. Há, então, uma relação tensa entre uma ciência linguística voltada para procedimentos descritivos e um semiólogo marxista que se propõe a discutir teoria linguística à luz do marxismo. Essa teoria do discurso é, como em Pêcheux, sustentada pelo viés marxista derivado dos trabalhos de Althusser e, para Escobar (1973b), é na re-leitura da obra de Saussure – mais precisamente nas lacunas do *CLG* – à luz da leitura sintomal que se pode apreender uma teoria dos discursos. Devido a essa perspectiva mais extensa⁶⁶ – uma vez que o autor brasileiro não se detém apenas no *CLG* –, Escobar pode pensar no primado do Semiológico em Saussure e, a partir daí, constituir uma teoria do discurso que permite, ao menos do ponto de vista epistemológico, pensar a pertinência de uma análise discursiva da materialidade não verbal.

A leitura sintomal empreendida por Escobar a propósito do *CLG* tem dois pontos importantes: por um lado, trabalho teórico de re-leitura do *CLG* sob a ótica da tentativa de proposição de um dispositivo voltado à compreensão da História via materialidade discursiva (CDI); por outro, o trabalho político de denúncia de certas interpretações vistas como errôneas da obra de Saussure: “Trabalho este realizado pelas interpretações historicistas (etc.) no marxismo, pelos culturalistas (etc.) na psicanálise e pelos estruturalistas (etc.) na linguística do **corte epistemológico** de Ferdinand Saussure” (ESCOBAR, 1973b, p.75, grifo do autor).

⁶⁶ Adiantamos aqui que, embora Pêcheux não esteja alheio à problemática semiológica, ele não procura em uma espécie de crítica das fontes do *CLG* as bases para essa reflexão. Voltaremos à relação de Pêcheux com a Semiologia na seção 4 deste trabalho.

No início de um de seus principais textos, dedicado à re-leitura da obra de Saussure, o autor cita o estudo feito por Robert Godel – marco dos estudos exegéticos da obra de Saussure em 1957. A citação está em francês – Godel citado diretamente da fonte – e, dentre outras questões, atualiza-se na/pela letra de Godel a incompletude que o *Cours de linguistique générale* apresenta em relação ao pensamento do genebrino.

A retomada do estudo de Godel mostra o descontentamento de Escobar em relação ao trabalho dos autores/editores do *CLG* e toda a discussão gira em torno da possibilidade de preenchimento das lacunas presentes no *Cours* a partir das *Sources manuscrites*. Por meio dessas fontes, que permitiam completar o que faltava dizer no *CLG*, Saussure teria produzido o esboço de uma teoria do discurso que só poderia ser compreendida sob a égide do marxismo:

O que quer dizer, a nosso ver, que daqui por diante os trabalhos psicanalíticos, linguísticos, semiológicos, enfim todo empreendimento científico válido se farão a partir do Marxismo, ou pelo menos deverão subentender necessariamente esta ciência. (ESCOBAR, 1971, p. 88)

Essa expansão a todos os domínios da visada marxista deriva da coexistência das preocupações do marxismo anti-empirista de Althusser a propósito da História com o fenômeno de generalização do estruturalismo nos anos 1960. Nesse momento, quase toda pesquisa que se desenvolvia na França nas ciências humanas tinha como fundamento a questão da linguagem e o marxismo althusseriano une-se a uma espécie de vontade de generalização advinda da crença na existência de um modelo científico para as ciências humanas.

O marxismo generalizado, constitutivo dessa teoria discursiva apreensível em Saussure, tem como função mostrar que, embora Saussure fale de uma circulação dos signos no seio da vida social, isso não significa recorrer à realidade empírica. Sob esse prisma, basear-se em Althusser para ler o *CLG* é uma forma de retomar a distinção feita a partir da teoria da ciência bachelardiana entre o objeto real e o objeto de conhecimento. Essa diferença abre espaço para a proposição de um jovem Saussure, ligado ao empirismo típico da gramática comparada e à linguística de seu tempo, e de um Saussure maduro, fundador da linguística científica que, através do conceito de *langue*, permite o exercício teórico.

Saussure preocupa-se, em seus escritos, em afirmar sua pretensão científica e isso se faz pela via de dizeres sobre a diferenciação da sua ciência em relação a qualquer outro tipo de discurso. A esse respeito, dois pontos são importantes: o primeiro é que os conceitos de sua Linguística encontram-se em abertura crítica, pois, devido às contingências histórico-epistemológicas e ao estado em que se encontrava a Linguística do tempo de Saussure, ele não conseguiu formular “sem ambiguidade” uma série de questões; o segundo é que o seu objeto não é real, mas categoria resultante de um processo de exercício da racionalidade científica.

Na visão de Escobar – e ele retoma uma passagem já citada por Jean Starobinski em *Le texte dans le texte: extraits inédits des Cahiers d’anagrammes de Ferdinand de Saussure*⁶⁷ – a abertura crítica dos conceitos saussurianos é comprovada pela fluidez em que se encontram as posições teóricas da Linguística do seu tempo: “[...] não existe um único termo nesta ciência que tenha sequer uma vez repousado sobre uma ideia clara.” (SAUSSURE, apud ESCOBAR, 1973b, p. 12)

Saussure remete para fora da própria Linguística, como se suas verdadeiras questões fossem produzidas por uma visada discursiva e, em certo sentido, histórica. Sob essa perspectiva, a Linguística científica e a Semiologia Materialista representam os limites e o alcance da Linguística saussuriana. Os limites consistem no fato mesmo de essa Linguística do CLG não formular uma relação teórica explícita com a História. O alcance é justamente a porta de entrada deixada pela Semiologia para se pensar uma teoria do discurso. No entanto, as ambiguidades encontradas no *Cours* mostram-se como obstáculos a serem superados à luz de outras fontes do pensamento do genebrino que deixam entrever a presença da ausência do discurso em Saussure.

É importante ressaltar que Escobar, ao afirmar que a Linguística é central para a análise dos meios de trabalho dos discursos de língua, não propõe uma Linguística enquanto procedimento descritivo. Antes, é de uma Linguística como teoria que se trata. O caráter teórico dessa Linguística resulta de um aprofundamento ao nível da problemática saussuriana – a diferenciação de sua ciência em relação às correntes pré-saussurianas – não evidenciada pelos procedimentos descritivos das correntes estruturalistas. Trata-se, efetivamente, de uma Linguística científica assentada no

⁶⁷ Texto publicado em 1969 por Jean Starobinsk, Pierre Rottenberg e Julia Kristeva.

posicionamento anti-empirista derivado da reflexão althusseriana a respeito da diferença entre o objeto de conhecimento – *langue* – e o objeto real – língua ou línguas.

Nessa re-leitura, o conceito de *langue* é visto em três níveis diferentes: o nível da ciência linguística (a *langue* abstrata constituída por diferenças lógico-formais), um nível semiológico (*langue* vista como conceito infra-estrutural dos discursos ideológicos manifestados em suas mais variadas formas) e o nível da CDI (*langue* inserida em relações disciplinares distintas, ou seja, a *langue* como instância que participa de uma empreitada superior à própria linguística na medida em que se apresenta como conceito fundamental para a apreensão do discurso em campos teóricos distintos como a psicologia social, etc.). Esses níveis variam de acordo com o acento que Saussure imprime à autonomia ou dependência de seu objeto em relação à História.

Esse triplo nivelamento do conceito de *langue* – possibilitado pela lente althusseriana de leitura – situa o conceito linguístico no campo da história e, por extensão, situa a própria Linguística científica – implicada no continente maior da História – na contramão das propostas gerativa e estrutural. Nem estática, nem criatividade não subjetiva, a *langue* é um constructo teórico implicado na ciência da História. É nesse sentido que a Linguística está sempre obrigada a sair de si mesma, pois sua problemática toca nas questões da Semiologia (os diferentes meios pelos quais os discursos se materializam) e da CDI (a articulação teórica da psicanálise, da linguística e da história). A abstração dos conceitos da Linguística saussuriana a nível puramente científico, bem como a concepção de ciência subjacente a esse exercício particular de leitura do *CLG*, pode ser elucidada pela citação que se segue:

As relações sujeito/objeto ou de uma ‘harmonia pré-estabelecida’ (numa mesma problemática empirista) por onde se tem lido os conceitos de *langue/parole*, *significante/significado*, *sincronia/diacronia*, *sintagma/paradigma* etc. são recusadas no primado epistemológico da teoria [...]. (ESCOBAR, 1973b, p. 16)

Esse primado epistemológico da teoria é a discursivização da concepção althusseriana segundo a qual há um procedimento discursivo adotado textualmente em que Marx, por uma estratégia meta-enunciativa, procura evidenciar que o que ele faz é ciência em contraposição a qualquer outra forma de conhecimento. Nessa *episteme* anti-empirista, entretanto, não há uma recusa total dos “materiais” trabalhados pela

Linguística. Nesse sentido, compreende-se que a fonologia, a morfologia e a sintaxe devem ser pensadas no funcionamento discursivo:

Nossos conceitos de processo de trabalho dos discursos da língua vão muito além e não correm o risco de ficar entre a “criatividade subjetiva” (na frase) e a “universalidade” das estruturas de língua. Eles prometem se aprimorar nos conceitos de trabalho sintagmático (nos processos de trabalho da **estrutura** responsável pelos discursos de estatuto semiológico) e de comutação paradigmática com os processos de trabalho já-dados – formações discursivas maduras – da Estrutura Elaborada. (ESCOBAR, 1973b, p. 17, grifo do autor)

A citação acima acentua dois conceitos importantes derivados da interpretação em nível discursivo de categorias propostas por Saussure no nível da *langue*. Courtine (2009) vale-se dessa forma de trabalhar, no interior da AD, quando faz funcionar o conceito de enunciado foucaultiano. Trata-se da aplicação discursiva dos conceitos saussurianos de paradigma e sintagma pensados para a *langue* e que, em *Análise do Discurso político* ganham os nomes de relação horizontal e relação vertical. É interessante, a esse respeito, retomar a leitura feita por Courtine (2009, p. 90, grifo do autor) com relação à noção de enunciado em Foucault:

Observemos, em primeiro lugar, que o enunciado se encontra situado, de um lado, em uma **relação horizontal** com outras formulações no interior do intradiscurso de uma sequência discursiva; e de outro, em uma **relação vertical** com formulações determináveis noutras sequências discursivas no interdiscurso de uma FD: a definição do enunciado novamente acentua a indissociabilidade dos dois modos de existência do discurso como objeto.

Ao compararmos a citação acima, retirada do trabalho de Courtine, com a citação precedente, retirada do trabalho de Escobar, é possível estabelecer a relação entre os sintagmas conceituais trabalho sintagmático x relação horizontal e comutação paradigmática x relação vertical. Se estendermos um pouco o olhar comparativo, poderíamos associar também a questão do intra e do interdiscurso. Assim, derivado da Linguística saussuriana, o discurso, esse novo objeto, emerge da percepção de que a língua funciona no interior de um campo de forças dividido pelos combates ideológicos (semânticos), ou seja, da percepção de que a luta de classes ideológicas (e é enquanto matéria semântico-formal que se compreende a ideologia) determina o funcionamento da língua.

Reafirmamos que esses deslocamentos, que procuram estender o alcance da Linguística, são feitos a partir da comparação do *CLG* com outros textos do genebrino. Escobar (1973b), no capítulo II (“Considerações sobre Saussure e a história da Linguística”), demonstra um profundo conhecimento do trabalho exegético sobre as ideias saussurianas e a importância de tal conhecimento para a fundamentação da teoria do discurso. Ele se baseia nas *Sources manuscrites*, nos *Inéditos* e na edição crítica de Tullio de Mauro.

Fato histórico interessante é que, até o momento de publicação do livro de Escobar (1973b), essas eram as únicas descobertas existentes a respeito da epistemologia saussuriana o que nos levaria a pensar também no trabalho do autor como um marco possível das investigações a respeito do saussurismo no Brasil. A edição crítica com novos manuscritos, escrita por Rudolf Engler será publicada em 1974 e, por último, em 1996, descobrem-se os *Escritos* – hoje depositados na Biblioteca pública e universitária de Genebra – na estufa do hotel da família de Saussure em Genebra.

Escobar, já em 1973, compartilha – ainda que não tenha tido contato com ele – do posicionamento de Simon Bouquet que afirma, em uma entrevista de 1997 ao jornal *Le nouveau quotidien*:

Ainda que Bally e Sechehaye não tenham assistido às aulas de linguística geral, pressentiam que alguma coisa importante havia se passado. Que essas aulas tinham inaugurado uma nova forma de pensar a ciência da linguagem e projetar o futuro dessa ciência. Ao mesmo tempo, pareceu, provavelmente, que a novidade – a própria genialidade – do pensamento de Saussure refletia-se apenas imperfeitamente nas notas dos estudantes que constituíam então o único traço deste acontecimento do pensamento (com algumas raras fontes manuscritas)⁶⁸. (Trad. Nossa)

Isto é, o pensamento maduro de Saussure e o conteúdo das anotações dos três cursos dos alunos não coincidem integralmente. Saussure mantinha certo segredo em relação a suas posições tanto pelo caráter nebuloso de suas reflexões para ele mesmo, mas também pela impossibilidade de encontrar, naquele momento, interlocutor à altura

⁶⁸ [...] Bally et Sechehaye bien qu'ils n'aient pas assisté à ces leçons de linguistique générale, avaient le pressentiment que quelque chose d'important s'y était passé. Qu'elles avaient inauguré une nouvelle façon de penser la science du langage et de projeter l'avenir de cette science. En même temps il a probablement semblé que la nouveauté – le génie propre – de la pensée de Saussure ne se reflétait qu'imparfaitement dans les notes d'étudiants qui constituaient alors la seule trace de cet événement de pensée (avec quelques rares autographes). (BOUQUET, 1997, p. 1)

de seus postulados. Além disso, a estrutura dos cursos, a inserção deles no corpo de um programa universitário tradicional e as dificuldades de compreensão enfrentadas pelos alunos contribuíram para uma espécie de solidão teórica saussuriana. Com efeito, Bally e Sechehaye não chegaram a utilizar todas as anotações feitas pelos alunos que assistiam aos cursos dados por Saussure: “[...] seu pensamento evolui em todas as direções sem por isso se colocar em contradição consigo mesmo.” (BALLY e SECHEHAYE, apud ESCOBAR, 1973b, p. 20⁶⁹)

Com relação a essa incompreensão, Escobar mostra que, na edição do *CLG*, o pensamento saussuriano não evolui em todas as direções porque estabelece um objeto de conhecimento – a *langue* – que representa, em si mesma, um encaminhamento preciso de uma problemática científica. As questões deixadas em aberto levam, relidas sob a ótica do estruturalismo especulativo fundado em Althusser, à CDI e à ciência da História. No entanto, falta a Saussure a clareza do lugar da Linguística, ou seja, da relação que a ciência da linguagem tem com a CDI: “Chegar ao objeto de conhecimento da linguística – pelo menos aproximativamente – é armar um quadro conceitual que surpreende o lado ideológico e histórico dos discursos de língua articulada.” (ESCOBAR, 1973b, p. 22)

No terceiro curso, ao falar do conceito de *langue*, Saussure reflete sobre a geografia linguística, a escrita, a fonética e as famílias de línguas a partir de categorias tradicionais da gramática histórico-comparada. Contudo, essas categorias são pensadas em relação ao contexto discursivo e ideológico. Havia duas preocupações: por um lado, distinguir a Linguística como um campo do conhecimento; por outro lado, pensá-la como discurso científico em detrimento do discurso ideológico. Saussure realiza, portanto, uma dupla tarefa, que Escobar interpreta à luz da CDI fundamentada em Althusser: formula uma epistemologia da Linguística e, ao mesmo tempo, a diferencia dos discursos ideológicos. Isso reforça a tese de que Saussure só poderia concretizar suas reflexões e realizar seu empreendimento se formulasse a CDI, duplamente assentada em uma teoria do discurso e uma teoria da ideologia.

Trabalho de contrapartida ao do linguista estrutural, representante maior da Linguística brasileira na época, que procurava pensar as articulações das partes constitutivas das línguas nos níveis fonético, sintático e semântico e propor, a partir daí,

⁶⁹ Escobar retoma aqui um trecho do prefácio escrito por Bally e Sechehaye à primeira edição do *CLG*.

modelos descritivos. Nessas preocupações está fora de questão pensar a filosofia e a história das ciências, ou seja, teorizar sobre a diferença entre o Saussure de *Memória sobre o sistema primitivo das vogais nas línguas indo-européias* (1878) e o Saussure dos cursos – ou o Saussure da Linguística Geral. Com efeito, o trabalho de 1878 tem cunho empírico-descritivo (estuda o *a* indo-europeu e, por extensão, o sistema vocálico dessa língua em seu conjunto). Este trabalho amplia – e revoluciona – a Linguística comparada e é este critério descritivo-comparativo que, em certa medida, faz de Saussure o linguista rigoroso com o qual se identifica o estruturalismo linguístico.

A posição descritivista adotada por Saussure em *Mémoire* é retomada posteriormente por Benvenise, a quem Escobar dirige algumas críticas ao mesmo tempo em que divide a obra de Saussure em dois a partir da ideia do corte epistemológico. Para entender a crítica feita por Escobar a Benveniste, retomamos aqui o trecho que Benveniste utiliza – retirado do *Mémoire* – para justificar a pertinência do descritivismo que procura apreender os dados elementares:

Se, no entanto, nós nos aventuramos nisso, bem convencidos de antemão que nossa inexperiência desembocará muitas vezes no labirinto, é que para quem quer que seja que se ocupe desses estudos, atacar tais questões não é uma temeridade, como se diz frequentemente: é uma necessidade, é a primeira escola pela qual é preciso passar; pois trata-se aqui, não de especulações de uma ordem transcendental, mas da pesquisa de dados elementares, sem os quais tudo flutua, tudo é arbitrário e incerto⁷⁰. (Tradução nossa)

A partir deste trecho do *Mémoire* [...], Benveniste (1995, p. 36) propõe uma leitura que atribui à busca pelos dados elementares (as categorias linguísticas que permitiriam a descrição das línguas) a grande inovação de Saussure:

Estas últimas linhas poderiam servir de epígrafe a toda a sua obra. Contêm o programa da sua pesquisa futura, pressagiam a sua orientação e o seu objetivo. Até o fim da sua vida, e cada vez mais insistentemente, dolorosamente se poderia dizer, à medida que se adianta na sua reflexão, vai à procura dos “dados elementares”, que constituem a linguagem, desviando-se pouco a pouco da ciência do seu tempo, em que não vê senão “arbitrariedade e incerteza”, numa

⁷⁰ *Si néanmoins nous nous y aventurons, bien convaincu d'avance que notre inexpérience s'égèra mainte fois dans le dédale, c'est que pour quiconque s'occupe de ces études, attaquer à de telles questions n'est pas une témérité, comme on le dit souvent: c'est une nécessité, c'est la première école où il faut passer; car il s'agit ici, non de spéculations d'un ordre transcendant, mais de la recherche de données élémentaires, sans lesquels tout flotte, tout est arbitraire et incertitude. (SAUSSURE, 1878, p. 1)*

época em que a linguística indo-européia, segura dos seus métodos, procurava atingir, com crescente sucesso, o método comparativo.

Sintoma da recepção estruturalista de Saussure na França, para Escobar, o descritivismo lógico-empírico-formal não é a Linguística produzida por Saussure e isso justifica, como já pontuamos anteriormente, a necessidade de se distinguir dois Saussures: o jovem Saussure e o Saussure maduro. Isto é, a concepção de ciência subjacente à corrente histórico-epistemológica francesa – Bachelard, Canguilhem e Althusser – leva à crítica ao empirismo representado pela busca de dados elementares destacada por Benveniste. Tais dados elementares são aqueles utilizados para constituir os modelos descritivos das línguas, ou seja, a formalização modelar resultante de uma concepção, ao mesmo tempo, empirista e “lógico-matematizada” de ciência. O processo de descrição dessas relações a partir de seus dados elementares é o “[...] Saussure incorporado ‘sem dificuldade.’” (ESCOBAR, 1973b, p. 25)

A descrição de dados elementares não representa, à luz do primado da teoria, uma contribuição revolucionária à Linguística do tempo de Saussure, na medida em que descrição não coincide com teoria linguística. No entanto, importa destacar que o trabalho descritivo presente em *Mémoire* significa um aprimoramento substancial da análise empírica das línguas indo-européias. Escobar deixa claro que seu trabalho não desconsidera a relevância das análises empíricas (seu valor como material linguístico, antropológico, sociológico, seu poder estatístico). Não podemos perder de vista a concepção de ciência subjacente à leitura que o leva a recusar a Linguística empírica como ciência.

O caráter inovador das proposições saussurianas o leva a viver momentos de solidão teórica. Ele se distancia de sua época na medida em que é o único que pode compreender e refletir sobre suas próprias ideias sobre a linguagem. Assim como “Pêcheux considera que Saussure **pôs-se a pensar contra seu tempo** ao buscar o **próprio da língua**, realizando o corte epistemológico que fundou a ciência Linguística” (GREGOLIN, 2003, p. 1, grifo da autora), para Escobar (1973b, p. 27),

Aquilo que verificamos nos estudos de Marx e de Freud e que Althusser chama (in ‘Freud e Lacan’) de “*solidão teórica*” tem a forma de um sofrimento radicalmente profundo, onde a crucificação (nada cristã) deveria ser pensada em seus efeitos, nas práticas sociais destes pensadores.

Sob essa perspectiva, o paralelo entre Saussure, Marx e Freud remete à fundação de três ciências humanas do século XIX e que serão fundamentais – a tríplice entente – para aos trabalhos de Pêcheux:

[...] e nós poderíamos, como já dissemos, situá-lo junto a Marx e Freud, ao nível da importância de seu trabalho teórico e dos efeitos desse trabalho no clima intelectual de seu tempo, marcado fortemente por resistências ideológicas. (ESCOBAR, 1973a, p. 28)

Assim como a Psicanálise, depois de Freud, foi constantemente encarada como uma técnica – a clínica – ou uma filosofia, a Linguística foi, por vezes, confundida com a técnica descritiva. Nesse sentido, é preciso reconhecer que a descrição não é um fenômeno único desta ciência, assim como a terapêutica psicanalítica e sua utilidade prático-social não é o fundamento da Psicanálise. A prática analítica e a técnica são vistos, a partir do primado do teórico, como subordinadas à teoria. Nesse sentido, a análise estrutural não é, em si, a revolução saussuriana, mas “[...] um aspecto (uma leitura) da estrutura da ciência produzida por Saussure.” (ESCOBAR, 1973b, p. 30)

A leitura da obra de Saussure complexifica-se pelo seu inacabamento e Escobar ressalta sempre esse fato:

Saussure, por exemplo, não apenas não escreveu sua “Dialética” como não produziu, ao menos efetivamente, o seu *O capital* (da linguística). E até mesmo, em certo nível, o *Die Traumdeutung* – (1900), por exemplo, de Freud, tem epistemologicamente vantagens, para os estudiosos, sobre o *Cours de linguistique générale*, de Saussure. (ESCOBAR, 1973a, p. 30-31)

É preciso, então, proteger Saussure contra ele mesmo, na medida em que seus conceitos contêm ambiguidades, e dos redatores dos cursos e seus discípulos seguidores, dentre eles, Benveniste, um de seus leitores mais respeitados. Benveniste diz que o processo de abstração é uma espécie de inconsciência de operações lógicas realizadas sobre os dados linguísticos. Nesse sentido, o objeto da Linguística seria algo contido em nós e do qual é preciso tomar consciência: “Isto é, **consciência desse objeto real em nós** – a lógica estrutural da linguagem.” (ESCOBAR, 1973b, p. 33, grifo do autor) No entanto, “Todo mundo sabe que os textos de Marx, Freud (e de Saussure) permitem estes testemunhos de um empirismo ameaçando dividir e comprometer a novidade essencial de suas obras.” (ESCOBAR, 1973b, p. 33)

O empirismo e o esforço por formalizar lógico-matematicamente a língua são vertentes de um idealismo linguístico que produzem efeitos como o de a Linguística tomar os níveis fonológico, morfológico ou sintático em desconexão com a História, ficando, por isso, no nível puramente descritivo das operações que se dão nesses diferentes níveis. É preciso confrontar essas questões não para descartar seu lugar de relevância, mas para produzir o estatuto da Linguística no interior da História para, a partir daí, compreender as formas de dominação de uma classe sobre a outra. A transformação da Linguística do corte em procedimento prático-técnico é uma estratégia da “ideologia dominante”, representada pela análise estrutural. Contudo, o metodologismo – representante do “imperialismo linguístico” – não significou uma adesão total a essas ideologias dominantes.

As expressões “ideologia dominante” e “imperialismo linguístico” remetem a uma fraseologia que, hoje, nos soa de forma estranha, antiquada. No entanto, elas foram retomadas justamente para dar alguma ideia da forma com que o marxismo influenciava a instauração da militância política no interior da teoria. Essas expressões reforçam o caráter contestatário desse momento de recepção de Althusser e Pêcheux. É importante não perder de vista o caráter militante da filosofia pecheutiana que encontra eco na tese althusseriana da filosofia como arma da revolução. A prática teórica funciona como dispositivo de higienização na medida em que se arma em leitura sintomal:

A higiene (senão a **leitura sintomal**) epistemológica do *Cours de linguistique générale* implica, num primeiro momento, uma apurada crítica ideológica das deformações impostas à linguística de **Saussure** pela linguística estrutural, de que também não excluimos a gramática gerativa na forma, digamos assim, de uma oposição relativa. (ESCOBAR, 1973a, p. 34, grifo do autor)⁷¹

A leitura sintomal tem o papel político e teórico de afrontar as ideologias ao nível das relações sociais de produção e superar os obstáculos que essas ideologias impõem aos objetos de conhecimento. Nesse sentido, liberar Saussure das impurezas

⁷¹ As críticas de Escobar são aos leitores de Saussure (a “linguística estrutural”). Com efeito, ele vivia no terreno de Mattoso Câmara, no contexto carioca dos anos 1960. Além disso, ressaltamos a não aceitação da perspectiva althusseriana – utilizada por Escobar para a interpretação de Saussure – em muitos círculos intelectuais da época: “[...] tanto o marxismo acadêmico, predominantemente na USP e CEBRAP, como os intelectuais militantes do PCB e inspirados em Lukács opuseram-se à perspectiva althusseriana, seja no aspecto teórico (na defesa da interpretação humanistas e/ou historicistas da obra de Marx) como no político, haja vista a posição de defesa da perspectiva revolucionária presente nos textos de Althusser e de seu grupo no cenário político dos anos 1960/1970;” (MOTTA, 2011, p. 111)

ideológicas é, ao mesmo tempo, postular a Linguística científica e “[...] de maneira nada indireta, a *ciência dos discursos ideológicos*.” (ESCOBAR, 1973a, p. 35)

Esse trabalho de re-leitura é uma volta ao Saussure maduro – e não à origem da Linguística – e à natureza da não-ciência – matéria-prima ideológica – a partir da qual se opera o corte constitutivo de uma ciência. Nesse ponto, a volta é a retomada da ciência dos discursos de língua produzida em seus começos, como forma de crítica ao estruturalismo. Sob essa ótica, a estrutura é pensada na História e, nesse ponto fundamental, Escobar justifica sua estratégia de leitura marxista da obra saussuriana:

Para os “estruturalistas” os elementos da estrutura são fixos e a reflexão estrutural se faz como “combinatória”. Já no marxismo, os elementos mudam sua “natureza” na *combinação*, conceito este fundamental para se pensar a estrutura como produção. (ESCOBAR, 1973a, p. 35)

O materialismo histórico permite apreender a estrutura linguística sob a ótica da produção e dessa forma coloca-se o objeto de conhecimento saussuriano em relação com a estrutura de produção marxista, o que significa posicionar-se criticamente face ao funcionalismo, ao estruturalismo das descrições sincrônicas, à glossemática hjelmsleviana e ao gerativismo de Chomsky. Esses modelos estão igualmente fundamentados no empirismo. As divergências entre gerativismo e estruturalismo enraízam-se no empirismo e na especulação, já presentes nas conjunturas pré-corte saussuriano (neogramáticos, gramática de Port-Royal, etc.). Trata-se, para Escobar, de construir uma história da Linguística em descontinuidade com esses ideais empírico-especulativos:

Quanto a nós, os esforços de opor e mesmo de articular Saussure com seu tempo (e os tempos imediatos que o cercam) constituem os trabalhos preliminares de caracterização das **demarcações da conjuntura ideológica pré-corte linguístico**. (ESCOBAR, 1973a, p. 45, grifo do autor)

Isso significa reavaliar a história da cientificidade da Linguística constantemente associada à Linguística histórica, mais precisamente, à gramática comparada européia (estudo do parentesco das línguas européias, das leis fonéticas e suas regras de transformação) ou então à Linguística estrutural, na forma de uma Linguística Geral (filosófica) e de um descritivismo empírico-taxionômico:

É preciso romper com tudo isto e restaurar a problemática da cientificidade da linguística, que só é possível (conforme mostraremos) no espaço da **ciência da história** (e da ciência da linguística) enquanto região da ideologia e segundo os pressupostos de uma teoria da ciência materialista. (ESCOBAR, 1973a, p. 46, grifo do autor)

O procedimento de segmentação (com a ideia do contínuo do enunciado e a sua de-composição em partes menores) e o distribucionalismo (a ideia de que os elementos combinam entre si para formar unidades superiores) são ideias fundantes do paradigma estrutural⁷² em Linguística que carecem de abertura para algo que remeta para fora do instrumental lógico-formal. Curiosamente, direta ou indiretamente, Lèvi-Strauss tomou contato com tudo isso quando de sua estadia nos EUA, pois Harris e outros linguistas importantes que compartilhavam dessa perspectiva na época viveram nesse momento em que o antropólogo francês esteve exilado.

No entanto, Lèvi-Strauss tem o papel de não tomar esse formalismo como um fim em si. A maior importância da utilização formal que origina o movimento de massificação estrutural na França deve-se à Escola de Praga, notadamente, no que concerne aos avanços no estudo da fonologia a partir dos quais Lèvi-Strauss, após voltar dos EUA, insere o procedimento de descrição fonológica na Antropologia. Trata-se de um primeiro movimento de abertura da linguística para fora de si mesma. Segundo Dosse (1993, p. 75),

O êxito do estruturalismo na França é, entre outros fatores, o resultado de um encontro particularmente fecundo em 1942, em Nova York, entre Claude Lévi-Strauss e Roman Jakobson. Nascida com base num mal-entendido, essa amizade vai produzir seu máximo brilho na unidade de suas obras respectivas, as quais pertencem ao mesmo movimento de pensamento e de método. Se Jakobson se deixa enganar quando vê em Lévi-Strauss aquele com quem vai poder beber a noite inteira, em contrapartida, a cumplicidade de ambos nunca será desmentida. No entardecer da vida, Roman Jakobson envia uma separata de um artigo ao seu amigo com a dedicatória: “A meu irmão Claude”. Por um lado, Lévi-Strauss adota o modelo fonológico em que Jakobson o iniciou; por outro, Jakobson abre a linguística para a antropologia.

⁷² Com relação a esse paradigma, importante mencionar o livro *Princípios de Linguística Geral como Fundamento para os Estudos Superiores da Língua Portuguesa*, escrito por Mattoso Câmara em 1941. Esse manual foi bastante adotado na formação dos linguistas brasileiros.

Ainda com relação às críticas de Escobar à Linguística Estrutural, tanto o empirismo da visada historicista (a língua é um fato observável na sociedade) quanto o formalismo das correntes logicistas, são incompatíveis com o propósito de abertura para uma perspectiva histórica da obra de Saussure: “O que falamos, e estamos repetindo sempre, é que Saussure, para ter fundado uma ciência deveria ter-se colocado fora desse objetivo empírico comum, tanto do estruturalismo empírico descritivo quanto do historicismo.” (ESCOBAR, 1973a, p. 50) Assim, nem o estruturalismo norte-americano (Bloomfield, Sapir e, no Brasil, Mattoso Câmara Jr.) nem o europeu (dinamarquês, o funcionalismo francês, a Escola de Praga, etc.) compreenderam a autenticidade do pensamento saussuriano na medida em que não abordaram a problemática do corte epistemológico e a suas consequências, que culminam na ideia de que a ciência tem como ponto de partida ela mesma, ou seja, a partir da crítica/produção de seu objeto de conhecimento:

A langue da ciência de Saussure não são as “sincronias empíricas”, as “descrições”, as “histórias” neogramáticas ou os “universais” metafísicos da linguística recente, mas um núcleo conceitual e suas leis dialéticas. Saussure é o trabalho e o rigor de cientista na produção de um discurso específico (discurso científico), ele é o contrário do filósofo e suas aulas e trabalhos nos obrigam a outra coisa que um proveito geral e relativo de pensamento e juízos. (ESCOBAR, 1973b, p. 54)

O panorama traçado por Pêcheux (apud GREGOLIN, 2003), também problematiza, por meio da retomada das diásporas e reunificações que envolveram o lugar ocupado por Saussure na história da Linguística, as interpretações empiristas, logicistas e psicologistas que foram feitas da obra do genebrino. Dos anos 1920, até os anos 1960, ou seja, dos Círculos de Praga, Viena e Copenhague, até o domínio da gramática gerativo-transformacional chomskyana, o pensamento de Saussure é alvo de várias interpretações que têm, como eixo problemático, uma espécie de visão empirista da *langue* saussuriana a partir da qual se estabelece, nos anos 1950, um efeito de unidade para a Linguística:

Essa aparente unificação da Linguística coincide com a retomada do desenvolvimento industrial do pós-guerra e o consequente desenvolvimento e difusão de novas tecnologias (na produção, na formação profissional, na educação, na saúde). A “teoria da informação”, a psicologia behaviorista, a cibernética, a computação, a

tradução automática, a inteligência artificial fizeram a Linguística “matematizar-se”, buscando na lógica a natureza da linguagem (GREGOLIN, 2003, p. 2).

Nos anos, 1960, contudo, esse efeito vai desmoronar à luz das diferentes leituras que vão ser feitas da obra saussuriana: por um lado a interpretação lógico-cognitivista de Chomsky e, por outro, a corrente que surge na França e que vai propor uma leitura diferencial não apenas de Saussure, mas também de Marx e Freud:

Ocorre, nesse período (que vai de **1960 a 1975**) uma reestruturação global da rede de afinidades disciplinares em torno da Linguística. Essa reestruturação foi obra do estruturalismo, que marcou o fim da hegemonia filosófica da fenomenologia e do existencialismo, com o aparecimento da antropologia estrutural, a renovação da epistemologia e da história das ciências, a psicanálise anti-psicologista, novas formas de experimentação na escrita literária, a retomada da teoria marxista. (GREGOLIN, 2003, p. 3)

Esse novo momento no qual Escobar se insere pensará a história da linguística considerando o momento inaugural em que se constata a operação do corte epistemológico saussuriano. Sob essa ótica, a história de uma ciência não se confunde com uma historiografia ao nível da noção de disciplinas ou fatos. Mesma estratégia de leitura adotada por Althusser ao ler a obra de Marx. Assim como em Saussure é necessário uma leitura que liberte sua obra do seu passado empirista com relação à linguagem, em Marx o conceito de modo de produção distingue-se do passado teórico empirista imediato (economistas ingleses, pensadores políticos e historiadores franceses). Isso significa que Marx não descobriu a existência da luta de classes na sociedade moderna. Esse conceito já existia em estado prático e sua tarefa foi teorizar o que já ocorria nesse estado prático, ou seja, pensar a luta de classes, a partir do processo de racionalização científica que transforma a matéria-prima ideológica em conceitos.

Os métodos empiristas são o precedente da ciência saussuriana e a matéria-prima a ser transformada a partir das três generalidades⁷³ constitutivas do fazer científico. O trabalho de Marx/Saussure é produzir, a partir da multiplicidade heteróclita das concepções precedentes (matéria-prima ideológica), o objeto de sua teoria. Nem Marx, nem Saussure escreveram um tratado referente à crítica ao empirismo frente à construção do seu objeto ou da sua ciência. O que percebemos é que o filósofo alemão

⁷³ Falamos desse procedimento em 2.1.

crítica seu passado e o genebrino critica os dados, a verdade dos dados. Ambos, portanto, contrapõem-se ao historicismo empirista e ao mito da origem. Além disso, postulam a sincronia teórica na análise das relações entre as formas, o que leva à produção de um objeto descontínuo com as experiências, as evidências e as percepções imediatas.

Esse autores postulam, cada um a seu modo, o materialismo que, bem entendido, não significa negar a existência da realidade empírica, mas considerar que há uma independência entre o objeto real que sobrevive fora do pensamento e o objeto teórico: “[...] é a problemática das práticas na base das questões concernentes à Teoria.” (ESCOBAR, 1973b, p.67) Não se deve confundir materialismo enquanto apropriação do real com o materialismo destas ciências que nada mais fazem do que empreender um processo de produção conceitual que determina o surgimento do objeto científico.

Nesse processo de produção conceitual, é preciso evitar algumas falsas questões que levariam ao mascaramento do trabalho da racionalidade científica. Dentre essas falsas questões, destaca-se, em Marx e Saussure, a problemática da inversão. Com efeito, em *Em favor de Marx*, Althusser⁷⁴ mostra como a ideia de que Marx inverteu Hegel é falaciosa. Em Saussure, a crítica escobariana – assim como na questão do corte – é da mesma natureza que a feita por Althusser. Ao se contrapor ao historicismo e ao factual, Saussure não funda o estruturalismo formalista. Ele não faz uma inversão das concepções anteriores, mas opera uma mudança de terreno das categorias imediatas à produção do objeto científico *langue* que servirá como unidade de abertura para o campo da História e da CDI.

Escobar (1973b) afirma que, em Saussure, já se encontram as bases de uma Ciência dos Discursos Ideológicos sob a forma de uma problemática: “Esta problemática se abre (...) aos conceitos de **produção**, de **processo de trabalho**, de **estrutura ideológica** e de **subestruturas** (de **Instauração e Elaborada**), de **discurso de língua, etc...**” (ESCOBAR, 1973b, p. 73, grifo do autor)

A citação acima anuncia o que será aprofundado em outros dois textos de Escobar que foram publicados na revista *Tempo Brasileiro* sob os títulos: “Leitura de Saussure: proposições semiológicas” (1972a) e “Uma filosofia dos discursos: uma ciência dos discursos ideológicos” (1972b). Esses textos desenvolvem a filosofia dos

⁷⁴ Discutimos isso na seção 2 “Escobar, leitor de Althusser”.

quatro discursos fundamentais no sentido de categorizá-los a partir da matéria histórico-discursiva sobre a qual eles trabalham no interior da Estrutura Elaborada. A constituição dessa pequena tipologia discursiva faz-se no entrecruzamento das ciências de Marx, Saussure e Freud:

A ciência, isto é, a **ciência da história** e suas razões, tem em Marx, Freud e Saussure os seus desbravadores e, como tais, aqueles mesmos cientistas que foram detectados pelo poder político imediato como ameaças à estabilidade dos valores ideológicos impostos. É esta uma das razões pelas quais, de um lado, proibiu-se nas Universidades a Marx e a Freud, e, por outro lado, procurou-se desvincular Saussure tanto do seu rigor quanto do seu esforço (vide *Inéditos*) por unir a linguística a uma **ciência dos discursos ideológicos** em geral. (ESCOBAR, 1973a, p. 75, grifo do autor)

Essa CDI faz par com a Semiologia saussuriana que, pelas dificuldades do *CLG*, encontra-se em estado prático, ou seja, vinculada à epistemologia empírico-especulativa. Nesse sentido, a reflexão sobre o funcionamento discursivo dos signos ganha, na leitura de Escobar, um estatuto científico anti-empirista. O caráter de estado prático significa que a Semiologia é confundida com as práticas reais. Sob essa ótica, o ato de parar diante de um sinal vermelho não deve coincidir com um estudo semiológico do sistema de sinais de trânsito.

A focalização na Semiologia saussuriana representa uma preocupação distinta daquela de Pêcheux. Inicialmente, em que pese a não circulação, no Brasil, dos manuscritos de Pêcheux nos quais fica claro o interesse do autor pela Semiologia de seu tempo⁷⁵, a re-leitura da Semiologia saussuriana no Brasil do final dos anos 1960 procura dar conta, por exemplo, do discurso artístico enquanto, na França, Pêcheux – e seu grupo – centrava-se no desenvolvimento de teorias sintáticas (distribucionalismo harrisiano) e na análise automática:

[...] ela quis, com efeito, cumprir absolutamente ao mesmo tempo, uma função política e crítica e uma função científica e “positiva”; quis sustentar o conjunto, cimentar a aliança entre uma teoria marxista do discurso, uma leitura engajada dos textos, por um lado, e uma análise automática do discurso, por outro; análise concebida como um dispositivo neutro de reconhecimento das frases, uma espécie de “máquina de leitura”, da qual se esperava a produção de uma “leitura (informaticamente) dessubjetivada”. (COURTINE, 2006, p. 55)

⁷⁵ Voltaremos a isso na seção 4 deste trabalho.

Ideal de ciência, portanto, que buscava unir o procedimento lógico-matemático-informatizado a uma teoria de interpretação não subjetiva vinculada à concepção althussero-marxista da história. Em que pesem essas diferenças não negligenciáveis, a perspectiva cientificista encontra-se presente tanto em Pêcheux quanto em Escobar. No entanto, a opção do autor brasileiro é pela Semiologia Materialista. Essa Semiologia não-empírica, por sua vez, denuncia o empobrecimento das inserções empiricistas no campo científico: “Atrás desse furioso empobrecimento estão os ideólogos – direta ou indiretamente culpados – da burguesia, a ignorância habitual dos ‘professores de letras’, o medo da **ciência da história**, onde conscientemente Saussure trabalhou.” (ESCOBAR, 1973a, p. 78-79, grifo do autor)

Chama a atenção a ideia vinculada pelo termo **conscientemente** que ressalta a apresentação de Saussure como vítima dos movimentos posteriores. Se antes havia hesitação a propósito da “intenção” saussuriana em produzir as questões da ciência da história, nesse momento mais tenso das proposições escobarianas as dúvidas parecem se dissipar na medida em que ele critica não apenas a posição científica de certos acadêmicos brasileiros, mas também sua postura política.

As semiologias daquele momento eram objeto de vários exercícios filosóficos⁷⁶. Em uma entrevista a nós concedida, Escobar (2011) pronuncia-se da seguinte forma:

Não acredito muito em “semiologias” – esse artesanato que chega a alturas poéticas em Barthes – falta nelas qualquer coisa ousada, inesperada e heróica que existe, por exemplo, na arquitetura. As semiologias retardam a “loucura” que a supressão da origem implica e que nas estéticas (irresponsáveis) devem formular sentidos sem fechos. Mas estas questões de fundo ficam para uma outra vez. (ESCOBAR, apud KOGAWA, 2011)

Dessa crítica⁷⁷ resulta uma aplicabilidade radical da perspectiva anti-empirista althusseriana para propor uma Semiologia como ciência nos moldes do primado da teoria que resulta na CDI: “[...] o conceito mesmo de Semiologia, e o seu compromisso com as noções de signo, símbolo e noções congêneres obrigam-nos a falar em Saussure

⁷⁶ A esse respeito, remeto o leitor à Revista *Tempo Brasileiro* 29 em que se apresentam, além do texto “Leitura de Saussure: proposições semiológicas”, de Escobar, uma série de textos relacionados à semiótica russa. Dentre os nomes aí presentes, destacamos o de Lottman, com um texto intitulado: “O problema de uma tipologia da cultura”.

⁷⁷ O fato de a citação ter sido feita em um momento posterior aos textos que analisamos diretamente, ela nos ajuda a esclarecer porque razão Escobar mantinha certa distância das propostas de Barthes.

– potencialmente – de uma **ciência dos discursos ideológicos** e não em outra coisa.” (ESCOBAR, 1973b, p. 80)

Essa citação mostra a radicalidade com que Escobar se colocava e nos dá uma ideia do contexto em que as ideias de Pêcheux emergem e do seu lugar como teoria que intervém na luta de classes. E Escobar (1973b, p. 79, grifo do autor) prossegue:

A explicação (nova) da verdadeira problemática onde Saussure trabalha e deixa começada uma **linguística científica** está apenas nos seus começos, mas ela serve para fazer-nos compreender a ingenuidade de alguns linguistas brasileiros, que, se referindo aos estudiosos de Saussure, dizem: “eles ainda não são saussurianos; em seguida, completam dizendo “quanto a nós, somos chomskyanos. Neste clima de ignorância entre os linguistas, prepara-se uma **releitura** de significações teóricas incomensuráveis de F. de Saussure, que traduzirá, por certo, aos olhos menos vigilantes, o alcance das posições teóricas deste autor.

É difícil não se perguntar, embora os posicionamentos teóricos acima criticados sejam de fácil recuperação (gerativistas e estruturalistas), quais os nomes desses linguistas denominados ingênuos, ignorantes habituais, aos quais Escobar se refere. Com efeito, o momento político dos anos 1960/70, tanto na França quanto no Brasil, era crítico e a vida dos intelectuais, notadamente a dos marxistas, estava bastante conturbada. Escobar (2011) contou-nos, por exemplo, que até os 15 anos de idade havia sido preso e torturado quatro vezes. Vivia fugindo e vivendo da caridade de outras pessoas. Morava em abrigos e comia quando e se podia. Outro ponto crítico é que, o lugar de Escobar era marginal no Partido Comunista, apesar de ter sido, segundo ele próprio, um dos fundadores do PC no Rio de Janeiro. Sob essa ótica, seu posicionamento político marxista-leninista de orientação maoísta – tal como Althusser na França – o levou à marginalização e à não aceitação de suas ideias no contexto político em que se inseria. Isto é, como Althusser, ele não era aceito nem pela direita nem pela esquerda comunista. Motta (2011), em um texto que elucida as tensões entre o althusserianismo de Escobar e as vertentes político-filosóficas contrárias a essa perspectiva, também reafirma essa relação intranquila entre Escobar e a intelectualidade de sua época:

Nessa conjuntura, Althusser, juntamente com Gramsci, foi o filósofo marxista mais publicado no Brasil, além de ter sido o principal alvo de

diversas análises contrárias, ou não, à sua teoria. O artigo de Escobar demarca explicitamente sobre quem e quais foram as instituições que se opuseram a obra de Althusser desde o início de sua inserção ao cenário intelectual brasileiro. Essa oposição encontrava-se tanto nos intelectuais vinculados ao PCB de matriz teórica lukacsiana, como Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, e também parte da intelectualidade paulista vinculada ao eixo USP-CEBRAP, especialmente nos trabalhos Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Giannotti, ambos citados no texto de Escobar. (MOTTA, 2011, p.105)

Como pensar então a leitura de Pêcheux na tormenta dos anos 1960/70, no Brasil? É preciso problematizar o lugar de leitura e produção teórica pecheutiana que se deu após a abertura política para re-descobrir esse prisma de recepção. Essa teoria militante, em crise constante – porque não aceita nada que seja já-dado –, representante do que poderíamos chamar de uma esquerda intelectual, teve como condição política de emergência o pano de fundo ditatorial. Escobar (apud KOGAWA, 2011) afirma: “Quase toda a hostilidade do PCB está no nosso esforço em editar, debater e ensinar o Althusser. Para você é isso que importa”.

Para retomarmos a interpretação althusseriana de Saussure, a leitura de suas oposições deve quebrar com certa estaticidade. Não se trata de opor sincronia/diacronia, *langue/parole*, mas pensar esse conceitos na prática teórica saussuriana. A *parole* não tem uma acepção individualista e psicológica, mas representa a conjuntura linguística que precisa da *langue* como objeto de conhecimento no primado do teórico para se constituir. Saussure fala que a língua é um sistema estabelecido e uma evolução e o faz para mostrar o caráter heteróclito do objeto empírico da linguagem⁷⁸. Tanto a busca pela origem da língua quanto por aquilo que não muda nela são um círculo fechado do qual não se pode escapar a menos que se saia da problemática empirista, ou seja, tanto a crítica à busca pela gênese (origem da língua) quanto ao puro descritivismo (tentativa de apreender as invariâncias) são alvo das críticas de Saussure: “[...] é uma ideia bastante falsa crer que em matéria de linguagem o problema das origens difira do das condições permanentes; não se sairá mais do círculo vicioso, então.” (SAUSSURE, 19[??], p. 16)

⁷⁸ A apreensão dessa não empiricidade no próprio CLG não é tranquila. Com efeito, o próprio CLG oscila em relação à empiricidade da Linguística.

Para escapar à problemática empirista, só há uma solução: “[...] **é preciso colocar-se inicialmente sobre o terreno da ‘langue’⁷⁹ e tomá-la por norma de todas as outras manifestações da linguagem**” (SAUSSURE, apud ESCOBAR, 1973a, p. 87, grifo do autor)

A re-leitura da Linguística e da Semiologia saussurianas à luz da problemática permite a constituição de uma teoria das ideologias. Essa teoria do ideológico sustenta-se por uma teoria marxista do discurso que possibilita o diagnóstico das estratégias de inserção da ideologia dominante nas ciências humanas. O lugar central para essa crítica é justamente as ciências sociais, notadamente, a Psicologia Social⁸⁰ que, para Escobar, é o ponto de inserção do discurso ideológico burguês nas ciências humanas. A partir daí, o autor propõe o que desenvolveremos agora, ou seja, uma Ciência dos Discursos Ideológicos.

3.2 Por uma Ciência dos Discursos Ideológicos

O trabalho de Escobar tem como um de seus objetivos empreender uma leitura materialista da linguística saussuriana para desvinculá-la da apropriação estruturalista que dela se fez (e se fazia naquele momento histórico). A importância desse projeto consiste no fato de que a Linguística é um campo estratégico para compreensão da ideologia na medida em que a materialidade linguística é uma das formas de sua veiculação. Escobar (1973b, p.16) afirma:

A leitura que propomos, na medida em que está em descontinuidade com a leitura de tipo estruturalista, redescobre nos conceitos da linguística saussuriana os termos da produção, da articulação dos discursos de língua com a história, dos níveis enfim pelos quais os discursos de língua são concebidos por conceitos e se armam em torno das questões de sua produção.

⁷⁹ Na edição do *CLG* utilizada por nós, o termo *langue* é traduzido por língua. Escobar mantém o termo em francês para denotar que se trata de uma categoria de pensamento não empírica.

⁸⁰ Campo de preocupação de Pêcheux na medida em que, também para o autor francês, essa era a porta de entrada da ideologia burguesa nas ciências humanas. Isso é discutido em seu texto “*Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales et, spécialement, de la Psychologie Sociale*” em que ele mostra a relação entre a prática técnica empregada pelas ciências sociais – a Psicologia Social em particular com suas “terapias de grupo” – e a ideologia de readaptação do indivíduo ao grupo sob a égide de um ideário de unidade da estrutura social.

O trecho acima retoma o ponto central da concepção não-empírica da ciência para anunciar uma descontinuidade em relação aos trabalhos de cunho descritivo em Linguística. Tal concepção da racionalidade científica recusa o procedimento de análise linguística fundamentado no já-dado, ou seja, o procedimento que descreve a língua como se ela fosse um conjunto de fatos sistemáticos neutros apreensíveis na realidade empírica. A partir desse posicionamento, Escobar (1973b) procura constituir uma Teoria Geral capaz de compreender as relações de forças entre os discursos que compõem as diferentes formações discursivas no interior da história de uma sociedade. Na esteira de Althusser, uma sociedade é um todo complexo com dominante⁸¹ constituído por ideologias cuja compreensão se dá por meio da elaboração de uma teoria dos discursos.

A esse respeito, a objetividade reivindicada pela linguística estrutural não leva em consideração que a língua não é neutra, mas o suporte da ideologia. Ao olhar para a língua dessa maneira produz-se no interior mesmo das pesquisas linguísticas um novo encaminhamento a determinadas questões. O passo primordial é considerar a objetividade/neutralidade da língua – e dos outros meios de materialização da ideologia – como uma falsa evidência para, em seguida, operar-se um esboço de algumas formações discursivas.

Para a elaboração de sua análise do discurso⁸², Escobar propõe a teoria dos quatro discursos fundamentais [Discursos Ideológicos “Razoáveis⁸³” (DIR), Discursos Ideológicos da “Loucura” (DIL), Discurso Científico (DC) e Discurso Artístico (DA)] e seus dois planos (Plano Ideológico e Plano do Corte). Cabe observar que essa nomenclatura e essa tipologia dos discursos não é muito conhecida e, por isso, nos deteremos um pouco na explicitação das categorias operadas para expormos a proporção de sua teoria.

Os quatro discursos fundamentais são divididos em dois grupos, de acordo com suas funções em uma Estrutura de Produção Histórica (EPH). Do lado dos Discursos

⁸¹ Como mostramos em 2.1.

⁸² Faremos uma espécie de glosa da proposta de arquitetura conceitual de Escobar a título de ilustrar de que maneira ele pensava uma forma de aplicação – que não chega a se concretizar – das suas proposições.

⁸³ Utilizaremos letras maiúsculas quando se tratar de categorias específicas trabalhadas pela teoria dos discursos de Escobar.

Ideológicos, encontram-se duas modalidades: os DIR e os DIL. Do lado dos Discursos do Corte, encontram-se os DC e os DA⁸⁴.

De início, é preciso ter em mente que todo o trabalho tem como pano de fundo a categoria de Estrutura de Produção Histórica que se manifesta sempre em diferentes Processos de Trabalho (PT). A EPH funciona como forma de conhecer as práticas sociais. Cada prática social pressupõe uma forma de produção e nesse sentido, os processos de trabalho, que sempre atualizam a EPH (re) produzindo-a, são de dois tipos: Processos de Trabalho Psíquico (PTP) e Processos de Trabalho Material (PTM).

Os DIR são os discursos ideológicos que cumprem a função de reproduzir as determinações estruturais já-dadas historicamente em oposição aos DIL, que denotam uma contrariedade às normas estabelecidas socialmente (desvio psicótico de comportamento). Os DIR são constituídos socialmente a partir de duas subestruturas da EPH: a Estrutura de Instauração (E de I) e a Estrutura Elaborada (EE).

A E de I é responsável pela produção e reprodução das identidades ideológicas nos sujeitos. A EE é responsável pela reprodução e formas de exigência dos DIR já elaborados. Escobar pensa a instauração da identidade a partir da psicanálise freudiana re-lida. É importante ressaltar que a E de I é subordinada à Estrutura Social Adulta (ESA). Essa noção de Estrutura Social Adulta deriva de Lèvi-Strauss, para quem toda sociedade já está estruturada para receber os novos agentes sociais. Para Escobar, essa ESA tem como centro controlador o Estado. Ater-nos-emos à E de I no momento para posteriormente nos determos sobre a questão da EE.

Para Escobar, o inconsciente deve ser pensado em uma perspectiva histórica. Ele é constituído por mitos, discursos ideológicos dominantes e instituições. Esse inconsciente encontra-se estruturado em Fantasmas do Desejo e Fantasmas Interditores. O jogo entre desejo e proibição – constitutivo do Édipo – que forma o inconsciente histórico se atualiza em uma E de I responsável pela constituição da criança como sujeito ideológico. Sob essa ótica, o inconsciente atualiza-se em uma linguagem que se arma em cenas ou “visões do coito parental”, “sedução”, “vida intra-uterina”. Os Meios de Trabalho (MT) são partes ou aspectos dos fantasmas constitutivos dessa Matéria-Prima (MP) fantasmal deslocada.

⁸⁴ Chama atenção a aplicação da noção de corte epistemológico aos discursos artísticos, mas, de acordo com Escobar, essa modalidade está em descontinuidade com a ideologia tanto quanto a ciência e, por isso, cabe a noção de corte também às artes.

A motivação do sujeito pelo desejo é trabalhada na E de I no sentido de constituir o engajamento. Ao nascer, o indivíduo não porta ainda nem os valores histórico-sociais responsáveis pela negação da morte nem o domínio dos meios materiais de manutenção da vida. É preciso que se produza no indivíduo o desejo pela vida, pela produção, pelo trabalho e pela riqueza.

Durante o processo de educação, constitui-se aos poucos uma identidade ideológica no sujeito. Esse processo inicia-se na superação do complexo de Édipo em que a mãe é o objeto do desejo e o pai o portador das regras sociais. O teatro obrigatório da educação (constituição da identidade ideológica) funciona como uma forma de configurar papéis para o homem e para a mulher.

Essa E de I é responsável por duas funções: em um primeiro momento, ela é o meio de superação do Édipo e de inserção do sujeito na história; em um segundo momento, ela dita, desde o princípio da vida, o papel social a ser ocupado pelo sujeito para que ele produza/reproduza dentro da sociedade. As duas questões remetem ao significado do *falus* e da castração.

Escobar interpreta o *falus* e a castração freudianos à luz de uma leitura marxicizada. O *falus* representa, na leitura condizente com a teoria dos discursos ideológicos, os meios de trabalho – o trabalho e a riqueza – e a castração metaforiza a ausência ou deficiência da posse desses meios – a pobreza. A E de I instaura pelo desejo (sexual inicialmente) as noções de auto-conservação (respirar, comer, etc.) e insere o sujeito nas disputas em que ele aprende a deslocar energias para funções mais civilizatórias. Isso significa que a E de I é o momento de politização do inconsciente.

O desejo pela mãe interdito pelo pai é deslocado para outro plano. O exercício de superação do Édipo exige que o sujeito aprenda a sublimar seus desejos e essa habilidade de deslocamento e de substituição é um meio de exercício da política constitutivo da história.

A E de I não funciona sozinha, mas depende da EE, que é constituída por todas as formas institucionais/institucionalizadas de uma sociedade, ou seja, pelo conjunto dos aparelhos ideológicos e repressivos do Estado. A EE é o lugar de produção/circulação dos discursos em uma sociedade e funciona na manutenção da identidade reproduzindo os valores e discursos a serem trabalhados no processo de educação. A E de I toma da EE o material a ser utilizado, ou seja, o que pode/deve ser

ensinado encontra-se em circulação nos meios institucionais socializados, ou nos AIE/ARE.

É no interior da EE que se encontram os discursos razoáveis já-constituídos. Esses discursos ideológicos da EE são dominantes na medida em que defendem a propriedade em prol da reprodução da ESA. Há um duplo aspecto a ser considerado no processo de reprodução dos determinantes estruturais de uma formação social. Esses determinantes ampliam sua eficácia por uma formalização crescente de sua matéria-prima ideológica na forma de meios de trabalho materiais – técnicas produtivas – ou discursos de estatuto semiológico. Além disso, os discursos ideológicos razoáveis, em seu acabamento formal, traduzem um controle crescente do desejo originário.

A esse respeito, retemos duas questões atuais importantes: a sofisticação e a elaboração de técnicas para (re) produção da ideologia e os processos de subjetivação que a ideologia imprime ao sujeito por meio dessa transformação. A título de exemplificação poderíamos apontar, atualmente, as divulgações midiáticas e digitais como formas de sofisticação das técnicas produtivas.

Além dos DIR, existem os DIL. Para pensar esses Discursos da Loucura, ele procede a uma redefinição, nos moldes da teoria marxista, da neurose e da psicose. Após feita essa interpretação, Escobar considera que são pertinentes os discursos psicóticos e a Psicanálise seria o lugar de tratamento dos discursos neuróticos que são discursos razoáveis perturbados. Quando os discursos razoáveis fracassam na integração dos desejos e proibições, temos a neurose.

Freud e a Psicanálise, de acordo com Escobar, não têm a psicose como objeto. Para isso, é preciso pensar na discussão sobre o perigo de morte. Existe uma recusa original que é recalcada antes de ser elaborada, ou seja, a identidade subjetiva é constituída antes que sua tendência à morte seja concretizada. A partir do momento em que se constitui uma identidade ideológica no sujeito, a morte não pode ser reivindicada. Essa tendência natural à morte é concebida como onipotência originária (escolha da morte/negação da história e dos valores sociais). No entanto, em determinado momento da vida, essa vontade recalcada de morrer ressurgiu para estabelecer um compromisso de conhecimento da morte.

Os DIL representam uma forma de conhecimento da onipotência originária recalcada e, nesse sentido, comportam um paradoxo. Ao mesmo tempo em que estão em contrariedade com os valores ideológicos dominantes, não funcionam como

reprodutores, mas como contraventores. Porém, embora perturbem a ordem social, como discursos ideológicos, eles não têm a capacidade de elaborar como conhecimento a onipotência reprimida. Esses discursos psicóticos representam um ponto de fuga no interior mesmo do espaço ideológico e sua não aceitação histórica denuncia as arbitrariedades político-econômicas.

Cada tipo de discurso ideológico porta uma frustração em seu projeto. Essa frustração nada mais é do que a impossibilidade de produção de algum tipo de conhecimento a respeito de determinado objeto. Do lado dos DIR (jurídico-políticos, militares, esportivos, etc.), embora sejam constituídos no interior de uma estrutura, eles não produzem conhecimento algum de uma estrutura dada. Do lado dos DIL (psicóticos), embora representem alguma individualidade no interior de uma estrutura, não produzem conhecimento da individualidade concreta produzida em uma estrutura de relações.

As duas formas ideológicas (DIR e DIL) vão servir de matéria-prima para a constituição de duas outras modalidades discursivas, quais sejam, a dos Discursos do Corte (DC). As ciências vão ser responsáveis pela constituição de saberes a respeito de uma estrutura dada e as artes pela materialização de um saber sobre a individualidade em uma estrutura de relações.

Os discursos científicos impactam as ideologias da cultura pré-corte e instauram uma ruptura em relação a elas. A força de trabalho científica é uma atividade intelectual que se organiza em um espaço de questões diferente dos discursos ideológicos. As ciências correspondem à intenção intelectual da 1ª vertente intelectual, qual seja, a que se interessa pela produção de conhecimento sobre uma estrutura dada.

A segunda vertente refere-se ao conhecimento da individualidade de uma estrutura de relações, frustrado nos DIL. As artes constroem uma matéria enriquecida e constituem seus objetos a partir de uma estratégia de fechamento. Elas se fazem a partir desse fechamento e na plenitude de um aqui e um agora. Não se pode falar em história das artes ou história de uma arte particular. Cada produto artístico é absoluto em si mesmo e constitui um discurso de conhecimento específico. Ainda que os valores histórico-ideológicos mudem, isso não compromete a contemplação ativa, pois ela se processa em outro terreno, que não o da ideologia:

A atualidade dos produtos artísticos se sobrepõe ao tempo histórico real e se afirma no corpo daquele envolvimento trabalhado onde a

individualidade de uma estrutura dada de relações se deixa habitar pela contemplação ativa (ESCOBAR, 1973b, p. 63)

Os DI estão essencialmente dirigidos a fazer a história durar e se reproduzir. Os DC têm uma função terapêutica na saúde política e ideológica de uma sociedade. Eles funcionam como elaboradores da onipotência originária – desejo de morte – trabalhando-a no indivíduo.

Se o desejo e o Édipo são a linguagem arbitrária por onde se instauram as novas forças de trabalho material e intelectual, a morte representa um não-sentido ao qual a história e suas práticas estão destinadas a preencher por meio da produção de uma identidade. Esse conceito de morte não remete à morte física da história e seus agentes – o que nos encaminharia a um biologismo/naturalismo – e sim na morte como implantação do real na história, como repressões e medos no nível simbólico. Ela é o que falta e o projeto ideológico (como um conhecimento que incorpora, digere, gratifica, etc) ilude e engaja os sujeitos. A ideologia, ao inserir os sujeitos na ordem, suprime a onipotência originária (negação natural da história) e a partir daí, a morte existe no sujeito como uma falta, a supressão da ausência:

A morte que falta só falta como um **todo preenchido** (como o todo contingente em suas malhas estreitadas) como uma onipotência originária, mas sua presença na forma de uma falta que persiste durar no simulacro das atividades históricas de todas as ordens – e todas basicamente ideológicas – e não se destina senão a ser elaborada no cruzamento terapêutico dos discursos do corte nas práticas ideológicas (ESCOBAR, 1973b, p. 75, grifo do autor)

Os discursos científicos e os discursos artísticos elaboram a morte fora do círculo ideológico. Eles denunciam a realidade como naturalização da história e não como produção/condicionamento para que os sujeitos se submetam livremente. Além disso, os DC permitem que a morte não seja encarada nem pelo lado da onipotência (contradição com a história) nem pelo lado do simulacro dos DI (que reprimem a morte quando fingem o aqui/agora).

No interior dessa arquitetura conceitual, a Semiologia Materialista constitui-se como lugar para se pensar os meios de trabalho que fundamentam a produção dos discursos ideológicos. As bases para a proposição dessa Semiologia, como já dissemos anteriormente, são encontradas no *Curso de linguística geral* a partir dos argumentos críticos a respeito da ambiguidade dos conceitos da Linguística saussuriana:

Pode-se então conceber uma **ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social**; ela constituiria uma parte da Psicologia Social e, por conseguinte, da Psicologia geral; chamá-la-emos de **Semiologia** (do grego *semeïon*, “signo”). Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem. Como tal ciência não existe ainda, não se pode dizer o que será; ela tem direito, porém, à existência; seu lugar está determinado de antemão. (SAUSSURE, 19[??], p.24, grifo do autor)

Como trabalhar essa Semiologia deixada em aberto no *CLG*? Para Escobar, a partir dela, é possível pensar a língua como discurso, ou seja, como produto histórico-ideológico. Nesse sentido, *langue*, como constructo teórico e objeto da Linguística, vai além de um objeto já-dado que serve à descrição do linguista e deve ser vista no interior de uma CDI. A possibilidade de pensar o discurso representa a presença de uma ausência constante em Saussure e é justamente esse viés não desenvolvido pela linguística estruturalista que a CDI vai seguir.

Sob essa ótica embora a reflexão sobre o discurso esteja presente no *CLG* a apreensão dessa problemática passa pela compreensão do **visto do não visto** marcado pelo prisma de recepção estruturalista. Essa vertente, segundo Escobar, não problematiza o discurso, pois não visualiza a Linguística no interior da ciência que a engloba (Ciência da História). Essa distanciação da Linguística em relação à História leva à não percepção de que “Saussure não os consegue articular ‘suficientemente’ numa ciência dos discursos que ele chamará de psicologia ‘geral’, ‘social’ e menos imprecisamente de **semiologia**” (ESCOBAR, 1973, p.12, grifo do autor).

A problematização de Escobar a respeito de Saussure vai ao encontro dos trabalhos de Pêcheux na França, ou seja, a diferença entre ciência e ideologia:

A **abertura crítica** dos seus conceitos – em que pese o rebaixamento e o estreitamento estrutural destes conceitos pelos herdeiros de Saussure – e a distinção do objeto de conhecimento da linguística dos objetos reais (já-dados), alimenta permanentemente a **problemática** saussuriana desse propósito, agora nosso, de recolher a linguística à sua verdade no corpo da **ciência da história** (ESCOBAR, 1973b, p.12, grifo do autor).

O primeiro passo para a constituição de uma ciência é a delimitação de seu objeto. Esse objeto – que obedece a um conjunto de regras mais gerais que se aplicam a outras modalidades de sistemas: sistema de sinais dos surdo-mudos, sinais de trânsito,

entre outras – é a *langue*. A *langue* é o conceito abstrato que serve de pano de fundo para a interpretação de vários sistemas de signos convencionados para manutenção de uma determinada estrutura. Devido a uma espécie de recobrimento dessa arbitrariedade, “Para certas pessoas, a língua, reduzida a seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas.” (SAUSSURE, 19[??], p.79)

Retomamos o argumento segundo o qual o retorno a Saussure – e o distanciamento dele – encontra-se na base da discussão em torno da cientificidade das ciências humanas que fundamenta o trabalho de Michel Pêcheux. Nega-se que a Linguística saussuriana sirva à descrição do vivido, à teorização da experiência de língua e do saber gramatical. Ao deslocar a linguística para o campo científico (não-empírico), Escobar (1973b) retoma Pêcheux: “Ora, o deslocamento conceitual introduzido por Saussure consiste precisamente em romper esta homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem” (PÊCHEUX, 1997, p. 62).

Tal como em Pêcheux, a proposta de Escobar é entrelaçar a problemática da ideologia e da história. A Linguística enraíza-se na ciência dos discursos ideológicos, ou seja, é parte de um campo maior, englobante em relação aos demais. Há uma espécie de contiguidade em que a Linguística estaria inserida na Semiologia que, por sua vez, insere-se na ciência dos discursos ideológicos que, por sua vez, integra-se à ciência da História e é para representar essa relação que toda a arquitetura conceito-nomeclatural (ESCOBAR, 1972a, 1972b) esboçada mais acima é elaborada.

Escobar retoma um texto inédito de Saussure, citado por Starobinski, para quem a linguística é uma região num outro espaço de questões, ou seja, a linguística em si mesma é uma dificuldade insuperável. O modelo proposto por Escobar (1973b, p.197, grifo do autor) é bem localizado no interior da ciência da História:

Ao se propor – ainda que apenas em esboço – uma **linguística científica**, conseqüente com a **ciência da história** e a **ciência dos discursos ideológicos**, somos obrigados a situar esta relação, se assim podemos dizer, de **dependência teórica**. A **linguística científica**, a **semiologia materialista**, a **psicanálise materialista** e a **ciência dos discursos ideológicos**, possuem um objeto de conhecimento na medida em que ele depende teoricamente do tronco conceitual do continente histórico.

O objeto da Linguística obedece a um conjunto de regras mais gerais que auxiliam na compreensão de outras modalidades de sistemas: sistema de sinais dos surdos-mudos, sinais de trânsito, entre outras. A língua é apenas o sistema privilegiado de signos devido à formalização científica dada por Saussure. Devido ao recobrimento da arbitrariedade como princípio que norteia a possibilidade de uma leitura histórico-social da língua, “Para certas pessoas, a língua, reduzida a seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas” (SAUSSURE, 19[??], p.79).

Uma das grandes contribuições de Saussure foi pensar a língua como instituição social, o que faz dela uma convenção. A Linguística é, então, a ciência privilegiada no interior de uma ciência mais geral, na medida em que seu objeto destaca-se pelo grau de internalização⁸⁵ – derivado de uma não formalização teórica da questão da arbitrariedade – que aparenta ter: “A Linguística não é senão uma parte dessa ciência geral; as leis que a Semiologia descobrir serão aplicáveis à Linguística e esta se achará dessarte vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos (SAUSSURE, 19[??], p.24)”.

A ideia de que a língua é uma realidade a ser descrita em si mesma, problematizada indiretamente por Saussure na medida em que ele postula a arbitrariedade é, portanto, o ponto cego da teoria estruturalista, à qual Escobar se contrapõe. Para ele, ao perceber que o signo é arbitrário, Saussure concebe a língua como produto histórico-social não-autônomo. A língua é produto e, nesse sentido, suas leis podem ser extensivas a outros sistemas como o de trânsito, da moda, das regras de cortesia, das regras de etiqueta⁸⁶, etc.

A língua, lugar privilegiado para a concepção do discurso, é o principal meio de trabalho por meio do qual a estrutura complexa com dominante é estabelecida. Nesse sentido, é possível assemelhar o funcionamento de um semáforo – produto de um

⁸⁵ Discutimos isso na subseção 1.3 do trabalho. Com efeito, Simon Bouquet (2000) afirma que a teorização da língua como sistema de signos arbitrários dá-se a partir da comparação deste sistema com outros sistemas sócicos. Para Bouquet o que está demasiadamente internalizado pelo sujeito costuma passar despercebido e, nesse sentido, comparar sistemas diferentes ajuda a teorização.

⁸⁶ Importante observar que, embora Escobar pense uma Semiologia, ele não adota a postura de Barthes, por exemplo. Para ele, os trabalhos da semiologia barthesiana resultam de uma leitura empirista do *CLG*.

processo histórico-social e industrial que organiza a estrutura do trânsito – à língua, que também tem a função de re-produzir e regular a estrutura social⁸⁷ (Estrutura Elaborada).

Assim, Escobar propõe, na esteira dos trabalhos de Althusser, Pêcheux e, de maneira crítica, Foucault, uma Ciência dos Discursos Ideológicos que, por meio da análise das formações discursivas, chega à compreensão da história da produção dos sujeitos em uma sociedade.

A CDI toma, a partir da re-leitura de Saussure, dois campos inter-relacionados para apreender o discurso. A Linguística, como ciência que compreende o meio de produção (*langue*), e a Semiologia saussuriana em suas bases incompletas, que, por representar a CDI em estado prático, permite pensar a língua como uma – entre várias materialidades existentes na sociedade – modalidade privilegiada para compreender a contituição dos indivíduos em sujeitos.

A CDI tem como escopo a produção/circulação dos discursos no meio social. Como postula Althusser nesse momento, Escobar procura compreender o caráter reprodutor de identidades e lugares sociais por meio da diferenciação de discursos ideológicos e discursos do corte. Essa visada – permitida discursivamente pela recorrência ao projeto semiológico saussuriano, bem como pela sua teoria linguística – leva Escobar a postular os dois tipos de estrutura, mencionados acima, que constituem o acontecimento discursivo: a Estrutura de Instauração (E de I) e a Estrutura Elaborada (E.E.).

A primeira, pensada a partir da Psicanálise Materialista – re-leitura de Freud em uma perspectiva marxista –, é o espaço de produção da identidade. Esse processo é entendido como processo de trabalho psíquico (PTP), por meio do qual o sujeito é levado, pelo desejo, a se engajar na história. O PTP produz a vontade de viver como sujeito que produz, ou seja, que reproduz a estrutura social. Importante ressaltar que essa ideia da Psicanálise está mais ou menos apontada no próprio *CLG*, quando Saussure afirma que a Semiologia seria responsabilidade da Psicologia social e, por conseguinte, da Psicologia geral.

⁸⁷ É preciso ter em mente que, no momento de formulação da AD, Escobar não pensa essa relação em termos práticos, mas sim em termos teóricos. É como epistemologia dos sistemas de signos que as categorias semiológicas são pensadas e não como formas de apreensão das realidades empíricas. Posteriormente, com a aceitação dos trabalhos de Foucault, ele vai problematizar esse anti-empirismo radical. Faremos menção a isso mais adiante.

A Semiologia possibilita, no projeto escobariano, a relação entre Linguística e marxismo na medida em que o princípio da arbitrariedade linguística – do qual resulta que os signos têm uma existência social e material – justifica a abordagem marxista do signo como produto sócio-histórico e, portanto, como resultado da luta de classes.

Se a *langue* é composta por signos e os signos são arbitrários, portanto, produto histórico, faz-se necessário pensar a Linguística no interior da História. Se a *langue* é o meio de produção, o produto é o discurso ideológico. A história só pode ser compreendida por meio de uma ciência que tenha como objeto a produção circulação dos discursos – produto conseguido a partir das materialidades semiológicas.

A E.E. é o conceito que permite visualizar a estrutura institucional na qual os discursos ideológicos são re-produzidos e fundamenta-se na concepção althusseriana dos Aparelhos Ideológicos e Repressivos de Estado. Sob essa ótica, enquanto a E de I encarrega-se de instaurar as normas sociais no sujeito, a E.E. se encarrega de garantir que essa inserção funcione e se perpetue.

A Linguística permite olhar para o discurso como produto do meio de trabalho, ou seja, a língua. Dessa forma, a importância do linguístico consiste na concepção do discurso como materialidade manifesta na/pela língua – e, por extensão, outras formas de materialidade –, meio de produção privilegiado para produzir a ideologia. A aparente neutralidade da língua garante a aparência de neutralidade da ideologia.

Vemos, a partir das discussões anteriores, o quanto era complicada a realidade teórico-institucional de Escobar, tendo em vista sua marginalidade. Isto é, não era aceito pelo marxismo dominante do PC; da mesma forma, suas ideias estavam em total desconsonância com a Linguística Estrutural vigente nos cursos superiores; por último, o contexto político era de perseguições e impedimentos de diversas ordens. Vale ressaltar também que, devido à sua não aceitação política, sua obra literária também foi “impedida” de circular. Retomamos, nesse aspecto, a entrevista de Escobar (apud KOGAWA, 2011):

Nesta época, durante uma década, eu por todos os anos ganhava o prêmio de dramaturgia do “Serviço Nacional de Teatro”. Porém, eram eles, os estalinistas, os diretores deste órgão cultural no Brasil. Tiveram que me editar dez peças e não as distribuíram (e elas estão podres e húmidas nos porões da Funarte). Vim a saber isso agora pois um meu amigo e ator da minha 1-ª peça (*Antígone América*) se tornou até recentemente diretor da Funarte (Sérgio Mamberti). Nem os textos

sobre Althusser nem meu teatro eles deixaram existir – e eu não me dava conta do que se passava.

O projeto desencadeado por Escobar – assim como aconteceu na França com as ideias de Althusser e Pêcheux – ficou inacabado e em suspenso até o momento da abertura política. Durante a ditadura ele foi preso, torturado e impedido de dar aulas. Sua anistia vem apenas em 1986, durante o governo Sarney, quando o professor volta à UFRJ e à UFF e recebe, pela UFRJ, o título de notório saber. Durante esse período de abertura, lecionou em várias Universidades privadas do Rio de Janeiro e viajou por todo o Brasil dando cursos e conferências. Em 1992 recebe o título de doutor na Escola de Comunicação da UFRJ, defendendo a tese “O Marxismo Trágico”. Foi também, durante cinco anos, professor do Instituto de Psiquiatria da UFRJ e editou mais de dez livros de Filosofia e vários ensaios. No final de 2000, Escobar foi viver em Portugal, onde participa de congressos e ministra conferências⁸⁸.

Assim, esse momento conturbado – em que emerge a preocupação de inter-relacionamento entre a Linguística, a Psicanálise e a História como campos profícuos a uma concepção de história fundamentada na teoria da ideologia e do discurso via releitura de Saussure, Marx e Freud – faz com que fique em suspenso algo que ressurgirá, a partir dos anos 1980, com outra roupagem, com outras preocupações e sob a égide de novas/outras pressões institucionais. Em certo sentido, passa-se da tragicidade característica da ligação tensa e direta da teoria com a política, o PC e a Ditadura Militar, à luta pela disciplinarização, pela construção de um domínio universitário.

⁸⁸ Essas últimas informações podem ser encontradas no blog *Todas as letras*, disponível em: <http://showdeletras.blogspot.com/2004/12/um-pas-absolutamente-sem-carater.html>

4. ANÁLISE DO DISCURSO E SEMIOLOGIA

O retorno à recepção de Michel Pêcheux no Brasil nos anos 1960/70 leva-nos a constituir uma história conceitual em dois movimentos: a) retrazendo as leituras de Althusser e Pêcheux (e, assim, de Saussure, Marx, Freud) como um percurso em dois tempos descontínuos (1960/70; 1980); b) pensando o lugar de Pêcheux na atualidade, particularmente a partir de uma leitura conjunta com a obra de Foucault em torno da questão semiológica. Esses dois movimentos visam a compreender não apenas a relação entre Escobar, Pêcheux e Foucault, mas também os diálogos que eles estabeleciam com a Semiologia de base saussuriana que se desenvolvia na França nos anos 1960.

Escobar vincula-se à problemática teoria do discurso x Semiologia via re-leitura do *CLG* a partir das *Fontes manuscritas* e do Saussure dos *Anagramas*. É no traçado contrastivo entre o que dizem os editores e o que pensaria Saussure que o autor brasileiro visualiza a preeminência da Semiologia em relação à Linguística para, a partir daí, inserir a lente althussero-marxista na re-interpretação do *CLG*.

A relação de Pêcheux com a questão semiológica pode ser apreendida a partir das fontes manuscritas arquivadas no IMEC e do seu texto “O papel da memória”, em que o autor finaliza questionando seu lugar em relação a Barthes. Nesse sentido, sua teoria do discurso, enquanto posicionamento epistemológico aberto e crítico, abre espaço para fazermos dialogar a Semiologia barthesiana e a teoria do discurso pecheutiana em direção à problematização das novas materialidades discursivas.

Foucault insere-se nesse quadro tanto pelas discussões constantes em torno da relação do verbal com o não verbal – ainda que isso não signifique uma tomada de posição sem ressalvas pela semiologia, mas uma abertura possível para a reflexão em torno da natureza semiológica do conceito de enunciado – e pela indicação de Barthes ao *Collège*. No que concerne à relação palavra x imagem, temos um conjunto de reflexões em *História da loucura* e em “As palavras e as imagens”. No que concerne à sua ligação com Barthes, o texto de indicação do semiólogo à cadeira no *Collège* realça ainda mais a interferência da Semiologia no pensamento foucaultiano não apenas pela ligação pessoal com Barthes, mas também pela conceitualização e reconhecimento do papel da Semiologia no campo das ciências humanas.

Ainda a esse respeito, torna-se imprescindível retomar o papel central dos trabalhos atuais de Courtine na medida em que eles empreendem essa articulação entre

uma revisão da obra de Barthes⁸⁹, a crítica à noção de discurso da AD pecheutiana e a adoção da arqueogenealogia foucaultiana e da micro-história ginzburguiana como caminho possível para sustentar sua antropologia histórica. É a partir desse lugar que tentamos, atualmente, tecer relações entre a Análise do Discurso e uma Semiologia Histórica – re-leitura da antropologia de Courtine. Isto é, trata-se de uma leitura crítica por meio da qual se objetiva construir um lugar de reflexão – interno ao dispositivo teórico-metodológico da AD – para as materialidades não-verbais.

Assim, esta seção constrói o percurso de uma problemática que se mantém no contexto brasileiro, ou seja, ela se inicia no final dos anos 1960 com a Semiologia Materialista de Escobar e encontra, hoje, encaminhamentos bem definidos no campo disciplinar da Análise do Discurso. Trata-se, efetivamente, da relação entre uma teoria do discurso de base marxista e a semiologia linguística e da forma como isso se deslocou – se considerarmos os trabalhos de Escobar e alguns pontos dos trabalhos do próprio Pêcheux⁹⁰ – de um campo de saber (a CDI) para um campo disciplinar (ADF).

Escobar, Pêcheux⁹¹, Foucault, Courtine e alguns grupos da AD brasileira estão unidos na/por essa problemática comum. Nesse sentido, apresentamos aqui uma espécie de cartografia construída no presente mas que se dá após o delineamento de um passado possível para a AD no Brasil vinculado aos trabalhos de Carlos Henrique de Escobar:

[...] o enfoque histórico sobre certo aspecto da constituição da AD no Brasil justifica-se, na medida em que possibilita i) o reconhecimento do que fora feito, com vistas a identificarmos o que ainda há por fazer; ii) a lembrança de nossas filiações, no intuito de não cedermos à sedução das supostas novidades e aos perigos da lassidão; (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, p. 25)

A problemática epistemológica da relação com a Semiologia apresenta-nos novos encaminhamentos teóricos com vistas a uma reflexão sobre possíveis

⁸⁹ Trata-se, com efeito, de uma leitura feita concomitantemente ao que se desenvolve no Brasil no GEADA, GEF, LABEDISCO, LABOR, LEDIF. Ressaltamos que Courtine não tem um texto de desenvolvimento dessas reflexões e, nesse sentido, tratam-se de reflexões que fazemos a partir dos cursos que assistimos na Sorbonne por ocasião de nosso doutorado sandwish. É durante essas aulas/cursos que Courtine opera essa revisão.

⁹⁰ Importante reiterar a vastidão dos interesses de Michel Pêcheux em detrimento do lugar quase exclusivo concedido a ele por nós, brasileiros, no interior da AD. Sem descartar a importância desse aspecto, cabe evidenciar a ligação do autor com os sindicatos, com a militância política bem como o caráter refactório de suas posições já apontado por Gregolin (2007).

⁹¹ No caso de Pêcheux, isso realça a importância de nos voltarmos para seu texto “O papel da memória” e para as fontes manuscritas do IMEC, em que ele dá mostras de que não se fechava no dispositivo da Análise do Discurso, mas buscava diálogos com outros campos teóricos.

empréstimos tomados da Semiologia Histórica, visualizada através dos estudos de Courtine, para adequações ao tronco conceitual da teoria do discurso. Os trabalhos de Courtine, embora adotem um viés antropológico fundamentado na micro-história de Ginzburg e na arqueogenealogia foucaultiana, partem de uma revisão da semiologia saussuriana⁹². Dessa forma, a semiologia linguística, notadamente, aquela protagonizada por Roland Barthes e já problematizada por Escobar nos anos 1960/70, nos oferece um caminho genealógico para pensarmos a relação entre o verbal e o não-verbal no interior dos estudos de Courtine.

Antes de mais nada, é preciso deixar claro que esse traçado visa à reflexão em torno da possibilidade de trabalhar com uma noção de discurso mais ampla, ou seja, é preciso, em primeiro lugar, problematizar o conceito de discurso – problemático não só no Brasil como na França na medida em que esteve sempre vinculado historicamente à materialidade verbal – como uma sequência verbal⁹³ falada ou escrita. Esse questionamento, em contrapartida, não deve levar à homogeneização entre texto e imagem.

Destacamos ainda que não se trata apenas de tomar materialidades não-verbais para a análise, mas de problematizar essas materialidades em consonância com questionamentos direcionados à própria epistemologia da Análise do Discurso. Isto é, o princípio da não transparência fundamental aplicada à língua, nem sempre tem o mesmo estatuto no que concerne à imagem, o que culmina com “descrições de cena” – aqui vemos isso ou aquilo – como se o que se mostra fosse uma evidência visual em detrimento da disposição em redes de memória imagéticas e dos ancestrais históricos das imagens em foco.

Buscamos, então, problematizar a base epistemológica que sustenta a teoria marxista do discurso face à análise de objetos não verbais. Isso nos leva a conferir especial enfoque à menção que Pêcheux faz a Barthes em “O papel da memória”. A esse

⁹² Destacamos, a esse respeito, que essa revisão foi feita, notadamente, nos seus dois seminários oferecidos na Sorbonne Nouvelle (Paris III) no ano letivo 2010/2011. É a partir das anotações dos dois cursos (*Anthropologie historique des images e Histoire du corps*), que seguimos por ocasião de nosso doutorado sandwich, que partiremos para construir esse percurso crítico de Barthes/Saussure à Foucault/Ginzburg.

⁹³ Essa concepção de discurso é constantemente reiterada por Courtine nos cursos mencionados na nota anterior e também bastante corrente entre outros grupos de AD na França, dentre os quais, destacamos o CEDISCOR, coordenado pela Profa. Sophie Moirand, na Sorbonne Nouvelle (Paris III). Importante destacar que não se trata de melhor ou pior, mas de esclarecer uma mudança de perspectiva teórico-metodológica.

respeito, nossa leitura reforça-se nas fontes manuscritas encontradas no IMEC, que completam os dizeres de Pêcheux no texto que acabamos de mencionar e encontra um encaminhamento nos trabalhos de Courtine – crítico constante e responsável por mutações importantes no campo da AD desde sua tese sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos.

4.1 Foucault, Pêcheux e a questão da materialidade

É conhecida a multiplicidade dos textos e das preocupações filosóficas de M. Pêcheux. Da militância política em sindicatos à elaboração de um dispositivo linguístico-informatizado para interpretação de textos políticos, Pêcheux possuía a virtude de não ter medo de se deslocar para os mais diversos lugares do conhecimento e da prática política. Podemos ter a exata medida disso ao visualizarmos a vasta lista de títulos do fundo M. Pêcheux arquivada no LABEURB (www.labeurb.unicamp.br).

Essa variedade de títulos, revistas e lugares de publicação mostra que o pensamento do filósofo era verdadeiramente itinerante. Algumas proposições pecheutianas denotam um caráter bastante aberto de sua obra em relação aos trabalhos de Foucault e da Semiologia. Parte do que propomos aqui resulta de uma pesquisa pessoal realizada no IMEC (*Institut Mémoire de l'Édition Contemporaine – Abbaye d'Ardenne*), em Caen, mais particularmente, o recolhimento que fiz das informações documentadas no fundo Michel Pêcheux⁹⁴.

Os arquivos do fundo encontram-se divididos em quatro grandes eixos : 1) *Œuvres, créations, productions (Textes : articles et monographies ; Cours, conférences, discours, colloques)* ; 2) *Documentation (Documentation se rapportant à l'œuvre : dossiers documentaires, notes de lecture et notes de travail ; Documentation se rapportant à d'autres activités universitaires, activités politiques et militantisme)* ; 3) *Gestion de l'œuvre par l'auteur : éditions* ; 4) *L'œuvre et sa réception – dossier critique : dossier de presse*. Cada grande eixo descrito anteriormente, bem como os sub-eixos que os integram, estão dispostos em várias pastas e cada uma delas contém inúmeras páginas dos mais variados suportes (jornais, envelopes rasgados com

⁹⁴ A esse título, é importante mencionar os recentes trabalhos de Carlos Piovezani e Vanice Sargentini bem como os inéditos de Pêcheux organizados por Eni Orlandi citados nas Referências.

anotações de Pêcheux, textos de amigos que foram publicados em jornais de Paris, rabiscos, correspondências pessoais, enfim, uma série de arquivos que produz, em quem os consulta, uma sensação de inquietude diante da vastidão e complexidade).

Trata-se, portanto, de uma heterogeneidade de arquivos – vários inéditos –, dentre os quais nos importam, mais de perto, as fontes manuscritas contidas no *dossier Sémiologie*, a conferência de Berlim (datilografada sob a forma de tópicos) e o desenvolvimento dela em um artigo (“*L’idéologie : citadelle ou espace paradoxal ?*”⁹⁵) e um texto dirigido à prática sindical dos pesquisadores (“*E pericoloso sporgersi*”). Não se tratam de questões definitivas e acabadas, mas de esboços desenhados por Pêcheux no interior da sua vasta produção. Destacam-se, a esse título, os *dossiers* 1 (PCH 1) e 17 (PCH 17), em que constam os manuscritos sobre Semiologia e a referida conferência de 1982, em Berlim, quando o autor começa a colocar a questão dos novos movimentos populistas e das mudanças teóricas que a filosofia marxista deveria adotar para compreendê-los. Dentre esses movimentos o autor tece, por exemplo, um comentário sobre a política varguista brasileira:

Esta recuperação histórica do anarquismo pela forma política do populismo estatal se ilustra bem, em todo caso, em procesos como o do Varguismo brasileiro, em que se combinam a posição do pai provedor (alimentar e pedagógico) e aquela do supremo benfeitor da Nação e do Povo (Eu me apoiei aqui nos trabalhos inéditos de M-E Torres Lima, « Do anarquismo ao populismo brasileiro » e « A figura enigmática de Getúlio Vargas »⁹⁶. (Tradução nossa)

Deter-nos-emos, portanto, primeiramente, no aspecto vasto e engajado do trabalho de Pêcheux mostrando, a partir do texto dedicado ao movimento sindical, aspectos bastante pragmáticos de seu trabalho. Difícil não se espantar com o pragmatismo de um texto conclamando a classe intelectual a se unir em prol de uma causa comum. Mais interessante ainda é ver o autor de *AAD69* comparar o efeito da greve da SNCF – empresa de transportes coletivos francesa – aos efeitos que causariam uma greve dos intelectuais e concluir que a greve: “[...] em nosso setor, ela constitui ao

⁹⁵ Este texto encontra-se traduzido nos inéditos de Pêcheux publicados por Eni Orlandi (2011).

⁹⁶ *Cette récupération historique de l’anarchisme par la forme politique du populisme d’État s’illustre bien, en tout cas, dans des processus comme celui du Varguisme brésilien, où se combinent la position père nourricier (alimentaire et pédagogique) et celle du suprême bienfaiteur de la Nation et du Peuple (Je m’appuyé ici sur les travaux inédits de M-E Torres Lima, « De l’anarchisme au populisme brésilien » et « La figure énigmatique de Getúlio Vargas »).* (PÊCHEUX, 19[??], p. 9)

mesmo tempo a causa e a condição prática de um ajuntamento dos trabalhadores da pesquisa⁹⁷.” (Tradução nossa) As considerações iniciam-se em torno do lugar dos pesquisadores no interior do conjunto dos trabalhadores: “(O que ‘representam’ (...) os pesquisadores em relação ao conjunto dos trabalhadores? Uma gota d’água no mar, comparados às ondas que explodiram o 13 de maio de 1968). Desespero do isolamento⁹⁸ ...” (Tradução nossa)

O texto escrito em 1969 – mesmo ano de *AAD69*, portanto – tem como objetivo discutir em torno de qual federação pertenceria o sindicato para, a partir daí, produzir um novo panorama político-econômico socialista. Isso se daria pelo posicionamento anti-capitalista de negação da dominação burguesa que compartilhava dos ideais imperialistas norte-americanos e pela afirmação do nacionalismo⁹⁹ dos sindicatos que culminaria com a recusa da influência dos EUA na constituição da economia e da política francesas:

Muitos pesquisadores não estão prontos ainda para reconhecer **de que maneira** esta questão lhes concerne : depois de ter acreditado por um momento nos ideólogos que queriam demonstrar que os pesquisadores formavam a “nova classe operária”, investida de uma missão histórica esmagadora, alguns chegam hoje a quase se considerar como objetos puramente decorativos, recusando ver a ligação necessária que o modo de produção capitalista mantém com as ciências, ligação que **a passagem a um modo de produção socialista não apaga¹⁰⁰, mas transforma¹⁰¹**. (Tradução nossa, grifo do autor)

⁹⁷ “[...] dans notre secteur, elle constitue à la fois la cause et la condition pratique d’un rassemblement des travailleurs de la recherche.” (LAVALLARD; PÊCHEUX; PLON, 1969, p. 8)

⁹⁸ “(Que ‘représentent’ (...) les chercheurs par rapport à l’ensemble des travailleurs? Une goutte d’eau dans la mer, comparée aux vagues qui déferlèrent le 13 mai 1968). Désespoir de l’isolement... ». (LAVALLARD ; PÊCHEUX ; PLON, 1969, p. 1)

⁹⁹ Não é objetivo deste trabalho analisar a obra cinematográfica, mas curiosamente, foi lançado, em 1969, no mesmo ano do texto de Lavallard, Pêcheux e Plon, um filme dirigido por Nae Caranfil cujo título é homônimo ao título do artigo escrito pelos autores: *E pericoloso sporgersi*. Trata-se de um filme romeno que retrata a ideologia de proteção nacional veiculada na Romênia contra o imperialismo norte americano.

¹⁰⁰ Isso responde a certas críticas advindas de outras vertentes de Análise do Discurso que se colocam como distintas das proposições de Pêcheux por estarem vinculadas a formas de intervenção social.

¹⁰¹ *Beaucoup de chercheurs ne sont pas encore prêts à reconnaître de quelle manière ils sont concernés par cette question : après avoir cru à un moment les idéologues qui voulaient démontrer que les chercheurs formaient la ‘nouvelle classe ouvrière’, investie d’une mission historique écrasante, certains en viennent presque aujourd’hui à se considérer comme des objets purement décoratifs, en refusant de voir le lien nécessaire que le mode de production capitaliste entretient avec les sciences, lien que le passage à un mode de production socialiste ne supprime pas, mais transforme.* (PÊCHEUX, 1969, p. 6-7)

A problemática da “independência nacional” é colocada justamente na medida em que ela está no seio das questões a respeito do estado dos pesquisadores na França, conseqüentemente, do estado das pesquisas – nos mais diferentes campos – no território francês. A partir daí, cogita-se uma união entre os diferentes sindicatos das diferentes áreas do trabalho e do conhecimento no sentido de reformular e instaurar um modelo socialista :

Conseqüentemente, no que nos concerne, a aproximação dos sindicatos da F.E.N. e da Função Pública com as centrais operárias é uma peça essencial do **dispositivo de luta** na medida em que ela condiciona a eficácia deste dispositivo. Nossa inserção nesse dispositivo supõe que sejam levantados certos obstáculos, e notadamente os concernentes à questão das nacionalizações e da independência nacional¹⁰². (Tradução nossa, grifo do autor)

Nesse sentido, era urgente pensar três questões que vamos, a título de ilustrar a heterogeneidade dos interesses de Pêcheux, apenas apontar aqui. A pauta da reunião da qual resulta o texto traz os seguintes elementos referentes à situação do trabalho de pesquisa na França : 1) A instauração de uma circulação de pesquisadores que transitam entre o setor privado e o público que suporia o fim do setor público na pesquisa; 2) A integração da pesquisa pública no capitalismo monopolista do Estado com orientação tecnocrática em direção às “utilidades” imediatas; 3) A transformação da pesquisa pública em zona de pilhagem intelectual vinculada à dependência do capitalismo Americano: “Claramente, isso significa que, no que concerne ao setor da pesquisa, o fenômeno dominante é a tentativa de expansão do capitalismo americano na Europa, e especialmente na França¹⁰³.” (Tradução nossa)

Pêcheux preocupa-se, a esse respeito, com os efeitos dessa expansão capitalista Americana. Essa relação, que poderia parecer banal, afetava diretamente o desenvolvimento do saber na França na medida em que as fontes de financiamento, a definição dos programas e das orientações, as modalidades de recrutamento e, o mais importante, a definição de quais áreas seriam mais ou menos financiadas, estaria vinculado aos interesses dos financiadores. Questão da diferença entre as áreas e da

¹⁰² *Ceci a pour conséquence qu'en ce qui nous concerne, le rapprochement des syndicats de la F.E.N. et de la Fonction Publique avec les centrales ouvrières est une pièce essentielle du dispositif de lutte dans la mesure où elle conditionne l'efficacité de ce dispositif. Notre insertion dans ce dispositif suppose que soient levés certains obstacles, et notamment ceux concernant la question des nationalisations et celle de l'indépendance nationale. (PÊCHEUX, 1969, p. 10)*

¹⁰³ « *En clair, cela signifie que, en ce qui concerne le secteur de la recherche, le phénomène dominant est la tentative d'expansion du capitalisme américain en Europe, et spécialement en France* ». (PÊCHEUX, 1969, p. 5)

forma como elas organizam pesquisa, aplicação e ensino. É preciso intervir nessa categorização elaborada sob um pano de fundo eminentemente político:

[...] os pesquisadores já as descobriram através de certas questões (questão das fontes e modalidades de financiamento, questão da definição dos programas e das orientações, questão das modalidades de recrutamento, questão das relações com a universidade e a indústria, etc (...))¹⁰⁴. (Trad. Nossa)

Face a essa questão da nacionalização frente à abertura ao imperialismo capitalista norte-americano, atualiza-se a ideia de revolução. Mais precisamente, Pêcheux desconstrói alguns idealismos em torno de duas hipóteses frequentemente levantadas a respeito do que poderia levar ao estado revolucionário. O primeiro desses pensamentos falaciosos é a ideia de uma revolução mundial contra o imperialismo – todos unidos contra a dominação capitalista norte-americana; o segundo é o de que as contradições do capitalismo permitiriam o aparecimento de conjunturas revolucionárias em países submetidos à pressão dos EUA.

Em relação à primeira, ele afirma não ter existido até o momento nem mesmo uma fagulha do que se pensava ser “[...] a revolução socialista mundial¹⁰⁵.” (Trad. Nossa) Para a segunda, a crítica se volta para a ideia de espera:

[...] ela exige que sejam consideradas desde agora as *condições* da tomada do poder na França antes da destruição do capitalismo norte-americano, e, portanto, levando em conta as pressões que o imperialismo tentará exercer de diversas formas (econômicas, político-militares e ideológicas)¹⁰⁶. (Trad. Nossa)

É importante pensarmos aqui que toda essa discussão aparentemente dotada de um exagerado pragmatismo é, na verdade, a demonstração da concepção teórica althussero-pecheutiana segundo a qual a ciência não existe separadamente da política. Isso se mostrava concretamente para esses autores do contexto francês. Eles são levados

¹⁰⁴ [...] les chercheurs les ont déjà découverts à travers des *questions* (question des sources et modalités de financement, question de la définition des programmes et des orientations, question des modalités de recrutement, question des relations avec l’université et l’industrie, etc (...)). (PÊCHEUX, 1969, p. 5)

¹⁰⁵ “[...] la révolution socialiste mondiale.” (PÊCHEUX, 1969, p. 6)

¹⁰⁶ “[...] elle exige que soient envisagées dès maintenant les *conditions* de la prise du pouvoir en France avant la destruction du capitalisme U.S., et donc compte tenu des pressions que l’impérialisme tentera d’exercer sous diverses formes (économiques, politico-militaires et idéologiques) ». (PÊCHEUX, 1969, p. 6)

a considerar os impactos que uma interrupção do trabalho dos pesquisadores poderia ter no plano nacional e a considerar de que forma uma greve contaria com o apoio da opinião pública – que era um fator não negligenciável no recalque dos pesquisadores em empreender greves. Sob essa ótica, uma coisa é se conformar com a ideia de que não temos argumentos diante da opinião pública. Outra é entender isso como uma noção criada justamente para impedir a ação:

E alguns a esperar o dia em que, na sequência de alguma ação explosiva (« nós » teremos ocupado a primeira página dos cotidianos), as muralhas da incompreensão pública sucumbirão. (Combate das pessoas (« nós ») e (« vocês ») contra o pronome indefinido (« on ») (« Nós vos declaramos » « enganam-se ») – estranha imprecisão de pronomes)¹⁰⁷. (Trad. Nossa)

E o autor finaliza o texto colocando algo que nos remete ao pano de fundo que sustenta a Análise do Discurso, qual seja, a questão da leitura ou, mais precisamente, do saber ler: “Inicialmente, a proposição enunciada supõe uma exigência penosa: a de saber-ler, - entendam: de saber reconhecer as características do dispositivo em uma conjuntura dada [...]”¹⁰⁸.” (Trad. Nossa)

Além do caráter heterogêneo das preocupações de Pêcheux que se desenrolam, em maior ou menor grau, sobre o pano de fundo da relação entre ciência e política, os escritos arquivados no Fundo nos permitem retomar o fato de ele não ser dogmático enquanto pensador. Não que isso já não tenha sido apresentado ao público brasileiro, mas nesse caso consideramos interessante retomar as palavras do próprio Pêcheux a propósito da sua vinculação aos trabalhos de Foucault – reconhecendo ter tomado de empréstimo à arqueologia o conceito de formação discursiva, da relativização de sua fase althusseriana, notadamente, do conceito de assujeitamento e por último do reconhecimento da possibilidade e da urgência de se refletir sobre diferentes objetos se se quer compreender as mudanças conjunturais ocasionadas pelas novas formas de resistência.

¹⁰⁷ *Et certains d’espérer que le jour où, à la suite de quelque action d’éclat (« nous » aurons obtenu la première page des quotidiens), les murailles de l’incompréhension publique s’écrouleront. (Combat des personnes (« nous ») et (« vous ») contre le pronom indéfini (« on ») (« nous vous déclarons » « on vous trompe ») – étrange imprécision des pronoms). (PÊCHEUX, 1969, p. 9)*

¹⁰⁸ *« Tout d’abord, la proposition énoncée suppose une exigence pénible: celle de savoir-lire, – entendez: de savoir reconnaître les caractéristiques du dispositif dans une conjoncture donnée [...]».* (PÊCHEUX, 1969, p. 11)

O texto que atualiza essas questões foi escrito para ser pronunciado por Pêcheux em Berlim em janeiro de 1982. Nos arquivos, está datilografado e construído sob a forma de questões enumeradas de 1 a 11. Este texto dialoga com um outro: *L'idéologie : citadelle ou espace paradoxal ? Colloque International 1883-1983 : L'œuvre de Marx un siècle après*, publicado em dois números da revista alemã *Das argument* quais sejam, o número especial 84, em que o texto foi publicado em inglês, e o número 134, cujo título aparece em alemão: “*Ideologie – Festung oder paradoxer Raum*”.

A primeira dessas considerações que achamos importante elucidar é o caráter refactório do pensamento pecheutiano:

5/ Eu tentei à minha maneira (*Les vérités de la palice*, 1975) tirar daí algumas consequências a respeito da concepção de ideologia dominante na luta de classes como processo de reprodução/transformação das formações ideológicas, tentando construir a ligação com o que Michel Foucault designava de seu lado pelo termo « formação discursiva », e propondo algumas descrições de fenômenos linguístico-discursivos da interpelação e do assujeitamento¹⁰⁹. (Trad. Nossa)

Destaca-se aqui a reformulação da ideia de reprodução no sentido de considerá-la ao lado da transformação das ideologias. É interessante observarmos que Pêcheux reavalia a ideia de ideologia como reprodução e, se pensarmos que, para o autor, a ideologia se materializa discursivamente, o discurso deixa, automaticamente, de ser visto como algo apenas da ordem da reprodução. Outro ponto importante é que o autor reconhece ter utilizado à sua maneira o conceito foucaultiano de formação discursiva. Esse « à sua maneira » pode ser compreendido na medida em que ele utiliza o conceito de FD para pensar fenômenos linguístico-discursivos da interpelação e do assujeitamento. Ora, Foucault não fala em assujeitamento no mesmo sentido que Althusser bem como não trabalha com o conceito de FD na perspectiva de um procedimento linguístico-discursivo, mas como conceito operatório na compreensão da produção dos saberes no interior da história: « Falando de assujeitamento dos

¹⁰⁹ 5/ J'ai essayé à ma façon (*Vérités de la palice*, 1975) d'en tirer quelques conséquences sur la conception de l'idéologie dominante dans la lutte des classes comme processus de reproduction/transformation des formations idéologiques, en tentant de construire le lien avec ce que Michel Foucault désignait de son côté par le terme de « formation discursive », et en proposant quelques descriptions de phénomènes linguistique-discursifs d'interpellation et d'assujettissement. (PÊCHEUX, 1982, p. 1)

indivíduos, eu pressuponho a referência aos trabalhos de Althusser e de Foucault, questionando a preexistência do sujeito como evidência antropológica fundamental¹¹⁰. »
(Trad. Nossa)

Pêcheux continua com suas considerações e, na sétima delas, ele vai desdobrar o que disse na quinta consideração a propósito do caráter duplamente reprodutor/transformador das ideologias. Nesse momento, ele incorpora a noção de resistência no que concerne à relação dominante/dominado :

7/ O texto “*Zu rebellieren und au denken wagen*”¹¹¹ (1978) reproduzido nos documentos do colóquio, tenta se desvencilhar desta ilusão “teoricista”, procurando conceber a resistência, a revolta e a tendência revolucionária na ideologia como rupturas **internas** ao assujeitamento e à interpelação. A ideia principal é que a ideologia dominante nunca domina sem contradição, que não existe ritual ideológico sem falhas, e que estas múltiplas falhas são de fato o lugar de constituição das **ideologias dominadas**: nem um puro reflexo da ideologia dominante nas classes dominadas, nem um germe independente, *sui generis*, as ideologias dominadas aparecem assim como tomadas no paradoxo de uma ambiguidade que não cessa de as deslocar por des-regionalização ; o efeito “des-identificador” de uma tendência das massas ao “não-estado”¹¹². (Trad. Nossa)

E a décima primeira consideração reafirma essa ideia da resistência ao Estado que se desenrola cotidianamente apelando para a importância da leitura das obras de Nietzsche, Freud, Wittgenstein e Foucault :

11/ Acrescento apenas desse ponto de vista que a relação fundamental do Estado com o cotidiano reenvia, a meu ver, à questão da ideologia como espaço de reproduções e de resistências multiformes, atravessadas por estas “lutas ideológicas de movimento” que trabalham os novos populismos de nossa época. Marxistas ou não, somos todos inevitavelmente confrontados com as questões que fazem eco às interrogações de Nietzsche, de Freud, de Wittgenstein ou de

¹¹⁰ « *En parlant d'assujettissement des individus, je présume la référence aux travaux d'Althusser et de Foucault, mettant en question la préexistence du sujet comme évidence anthropologique fondamentale.* » (PÊCHEUX, 19[??], p. 2)

¹¹¹ Texto publicado na revista alemã *KultuRRévolution* em 1984. O título completo é “*Zu rebellieren und zu denken wagen : Ideologien, Widerstände, Klassenkampf*”.

¹¹² 7/ Le texte « *Zu rebellieren und au denken wagen* » (1978) reproduit dans les documents du colloque, tente de prendre congé de cette illusion « théoriciste », en cherchant à concevoir la résistance, la révolte et la tendance révolutionnaire dans l'idéologie comme de ruptures internes à l'assujettissement et à l'interpellation. L'idée principale est que l'idéologie dominante ne domine jamais sans contradiction, qu'il n'y a jamais de rituel idéologique sans failles, et que ces multiples failles sont en fait le lieu de constitution d'idéologies dominées : ni un pur reflet de l'idéologie dominante dans les classes dominées, ni un germe indépendant, *sui generis*, les idéologies dominées apparaissent ainsi comme prises dans le paradoxe d'une ambigüité qui ne cesse de les déplacer par dé-régionalisation ; l'effet « des-identificateur » d'une tendance des masses au non-état. » (1982, p. 2)

Michel Foucault, para citar apenas alguns daqueles que, como Althusser também tentou a seu modo, afrontaram o sonambulismo de nossa modernidade¹¹³. (Trad. Nossa)

Todas essas considerações, refacções e filiações que permitem a Pêcheux reformular sua concepção do que seria o assujeitamento o levam também a pensar de que maneira, a partir de que relações e de que materialidades isso poderia se desenvolver. Nesse sentido, o autor propõe que se considere as práticas languageiras, cognitivas e corporais, ou seja, essa nova forma de concepção do assujeitamento atravessada pelas leituras de Nietzsche, Foucault, Freud e Wittgenstein, se dá por meio da relação homem/língua, homem/pensamento e homem/corpo :

4/ Esta divisão nas formas históricas do assujeitamento ideológico é crucial para meu propósito : ela pode se esquematizar através de uma série de oposições concernentes a diferentes práticas nas relações dos sujeitos com seu corpo, com sua língua e com seu pensamento¹¹⁴. (Trad. Nossa)

Para finalizar as retomadas de leitura e, em alguma medida, os novos encaminhamentos que o pensamento pecheutiano tomaria a partir dos anos 1980, cito um último trecho em que Pêcheux retoma mais uma vez a importância de Nietzsche, Freud, Wittgenstein e Foucault :

E em particular de correr o risco de se confrontar ao que, de Nietzsche a Freud, de Wittgenstein a Foucault, começou a transformar as estruturas ideológicas da racionalidade, interrogando esta fragilidade móvel do pensamento, que não sobrevivem apenas “do alto”, nas certezas das “elites intelectuais” que acreditam dispor do privilégio da enunciação (conceitual, clara e distinta), mas tanto quanto e bem mais de baixo, através de uma miríade de balbucios equívocos construindo sua via (e sua voz) nos interstícios¹¹⁵... (Trad. Nossa)

¹¹³ 11/ J'ajoute seulement de ce point de vue que le rapport fondamental de l'État au quotidien renvoie, à mon avis, à la question de l'idéologie comme espace de reproductions et de résistances multiformes, traversées par ces « luttes idéologiques de mouvement » qui travaillent les populismes nouveaux de notre époque. Marxistes ou non, nous sommes tous inévitablement confrontés à des questions qui font écho aux interrogations de Nietzsche, de Freud, de Wittgenstein ou de Michel Foucault, pour ne citer que quelques-uns de ceux qui, comme Althusser l'a aussi tenté de son côté, se sont affrontés au somnambulisme de notre modernité. » (PÊCHEUX, 1982, p. 3)

¹¹⁴ 4/ Cette division dans les formes historiques d'assujettissement idéologique est cruciale pour mon propos : elle peut se schématiser à travers une série d'oppositions touchant à des différences pratiques dans les rapports des sujets à leur corps, à leur langue et à leur pensée [...]. (PÊCHEUX, 19[??], p. 3)

¹¹⁵ Et en particulier de prendre le risque de se confronter à ce qui, de Nietzsche à Freud, de Wittgenstein à Foucault, a commencé de transformer les structures idéologiques de la rationalité, en interrogeant cette fragilité mobile de la pensée, qui ne survient pas seulement « d'en haut », dans les certitudes d'« élites intellectuelles », croyant disposer du privilège de l'énonciation (conceptuelle, claire et

Esse aspecto mais amplo da reflexão filosófica de Pêcheux – assim como a reflexão de Escobar nos anos 1960/70 – ficou ofuscado quando se atribuiu a ele, nos anos 1980, no Brasil, o lugar de pai fundador da Análise do Discurso. Sob essa ótica, o Pêcheux da AD é associado, no campo do diálogo filosófico, à filiação althusseriana e, em menor grau, à sua ligação com a teoria da ciência francesa, notadamente, Bachelard. Se retomarmos os trabalhos de Escobar, encontramos a mesma abertura crítico-filosófica que havia de Pêcheux, notadamente, se consideramos a mutação que sofre, em ambas as obras, o lugar da obra de Foucault. Com efeito, assim como Pêcheux parte de uma posição inicial de recusa das teses foucaultianas para uma posição final de aceitação dessas mesmas teses (GREGOLIN, 2007a), o pensamento de Escobar passará pela mesma transformação¹¹⁶.

Em relação à Semiologia o pensamento de Pêcheux presente nas fontes manuscritas do *dossier Sémiologie* é mais obscura. Não há um texto desenvolvido a respeito, mas apenas anotações esquemáticas e, por vezes, de difícil legibilidade. Em uma dessas anotações, lê-se:

Sémiologie et O du geste

Liaison / O de représentations
O politique

R. Barthes

Há ainda, no interior do mesmo dossier *Sémiologie*, outro caderno interessante com o título **ARTICUL**. Nele Pêcheux faz um *Selected rightings* onde figuram autores lidos e a serem lidos. Destaco os nomes de Bally, Barthes (Mitologias, Sistema da moda e A mensagem fotográfica), Buysens, Hjelmslev, Lèvi-Strauss, Vendryes, etc. A difícil legibilidade dos materiais e o pouco desenvolvimento das ideias contidas ali não nos permitem resgatar muito das preocupações em torno da semiologia. No entanto, é possível, ao menos, ter alguma medida de que Pêcheux não estava alheio a essas questões seja pela consideração de uma heterogeneidade de objetos (língua,

distincte), mais tout autant et bien davantage d'en bas, à travers une myriade de balbutiements équivoques, se frayant leur voie (et leur voix) dans les interstices... (PÊCHEUX, 19[??]p. 11)

¹¹⁶ Cf. a esse respeito as discussões que tecemos em 2.3.1 e 2.3.2.

pensamento, corpo) seja pelas anotações limitadas citando importantes nomes da semiologia francesa.

Ressaltamos que, em 1983, é publicado o texto curto – resultado de uma fala em uma mesa redonda realizada na ENS – em que o autor de *AAD-69* comenta as apresentações que foram feitas anteriormente na mesa redonda *Linguagem e sociedade*¹¹⁷. Ele destaca a relação de suas reflexões atuais com a obra de Barthes, o que reforça a ideia de uma possibilidade de correlação entre suas reflexões e a Semiologia.

Ao problematizar a memória, Pêcheux depara-se com a complexidade da inscrição de um acontecimento histórico em uma materialidade discursiva – “[...] sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador.” (PÊCHEUX, 2007a, p. 50) – constitutiva de uma coerência interna. Nesse sentido, ao pensar na memória como algo estruturado discursivamente, é necessário considerar duas formas de inscrição que antes, pareciam sem contato: as palavras e as imagens: “Corríamos o risco então de ter discussões agradavelmente paralelas, sem ponto de contato: por exemplo, uma sobre os textos e os discursos, e outra sobre a imagem.” (PÊCHEUX, 2007, p. 49) Fica patente, então, que Pêcheux considera a importância dos trabalhos de Foucault para o seu plano filosófico. Nas passagens que vimos acima, o autor de *A arqueologia do saber* figura ao lado do nome de Althusser, um dos poucos filósofos associado a Pêcheux no Brasil.

4.2 Por uma semiologia histórica

A problemática das diferentes materialidades abre a possibilidade de uma genealogia da relação imagem e discurso na Análise do Discurso a partir dos trabalhos de Foucault¹¹⁸. Isso porque, como bem mostram Courtine (2009) e Gregolin (2007a) – e Pêcheux o faz a partir dos inéditos e também na medida em que atesta o trabalho de Courtine (2009) com o texto “O estranho espelho da análise do discurso” (2009) –, a presença de Foucault é de extrema importância para as proposições de Michel Pêcheux.

¹¹⁷ Esses dados a respeito do texto de Pêcheux são informados pelo tradutor José Horta Nunes na introdução de *Papel da memória*. O título do livro, traduzido para o português coincide com o título da fala de Pêcheux, por isso, ao nos referirmos ao texto do autor francês, o título da fala vem entre aspas.

¹¹⁸ O próprio Pêcheux começa a pensar essas questões em um momento em que cita a obra foucaultiana e barthesiana.

Por que, então, não retomar o filósofo francês como ponto de partida para as reflexões em torno da relação discurso e imagem? Para isso, e devido aos limites deste trabalho, percorremos alguns textos de Foucault para, a partir daí, chegar às proposições de Courtine. Esse trajeto pela obra de Foucault suscita o diálogo de Courtine (2009) – que realiza seus trabalhos a partir de Foucault – com Barthes e Ginzburg.

No que concerne a Foucault, suas proposições a respeito da imagem começam já em *História da loucura*. Nesse livro há um pequeno grupo de páginas dedicado à reflexão sobre a imagem, mais particularmente, à questão das obras de arte e das retomadas de determinadas figuras por elas. A nosso ver, começa aí, ainda que embrionariamente, uma reflexão sobre o que Courtine formalizará, mais tarde, com o nome de **intericonicidade**, ou seja, o fato de que as imagens funcionam como o discurso no sentido de que só são possíveis a partir de uma memória sócio-individual que as repete e transforma.

Foucault reconhece, então, que há, de um lado, os discursos que são retomados e uma longa série de imagens que agem no mesmo sentido, relacionando-se com os dizeres loucos. Na pintura, remonta a Bosch, passando por Brueghel e tais artistas tornam imagem aquilo que a literatura e o teatro representavam de outra forma, ou seja, o que antes era “imagem a partir do verbal” passa a ser uma memória coletiva das imagens que funciona a partir do século XV:

Diante de todos esses propósitos, de sua dialética infatigável, diante de todos esses discursos indefinidamente retomados e revirados, uma longa dinastia de imagens, desde Jerônimo Bosch com *A cura da loucura* e *A nau dos loucos*, até Brueghel e sua *Dulle Grete*; e a gravura transcreve aquilo que o teatro e a literatura já usaram: os temas sobrepostos da Festa e da Dança dos Loucos. Tanto isso é verdade que a partir do século XV a face da loucura assombrou a imaginação do homem ocidental. (FOUCAULT, 2007, p. 15)

E Foucault se questiona respeito da relação que a *A nau dos loucos* (*Nef des fous*) – quadro pintado por Bosch – mantém com o *Narrenchiff* – narrativa de Brant. Não seria uma espécie de tradução em imagem do que estava posto em palavras? Ora, é difícil ver uma formalização rigorosa dessas considerações já em *Histoire de la folie*, mas é difícil não reconhecer aí o germe de uma problemática: “Chegou-se mesmo a supor que o quadro de Bosch fazia parte de toda uma série de pinturas ilustrando os principais cantos do poema de Brant” (FOUCAULT, 2007, p. 17).

A pergunta de Foucault marca uma problemática: embora a imagem passe uma mensagem; ainda que possa haver, para o verbal e para o visual, uma significação comum, as duas formas de existência não são coincidentes. Há, evidentemente, questões de ordem histórico-institucional no sentido de que imagem e palavra não circulam necessariamente nos mesmos meios sociais e da mesma forma, mas há também questões de ordem psíquica e cognitiva. Não entraremos nessas questões, mas é preciso reconhecer que essas diferenças existem para, a partir daí, pensar em dispositivos analíticos para materialidades distintas que podem remeter a significações distintas.

Em um texto publicado em 1967, Foucault faz breves considerações a respeito do trabalho de Erwin Panofsky, historiador da arte alemão do século XX que propunha novas formas de abordagem para a análise de obras de arte. A esse respeito, destacam-se dois textos de Panofsky: um sobre a Renascença, em que se discute a metodologia iconográfica e outro sobre a Idade Média gótica. A novidade metodológica panofskyana consiste em pensar as relações entre o discurso e o visível, mas de um ponto de vista que deixa em suspenso o privilégio do discurso sobre os elementos plásticos. Evidentemente, isso se faz não para negar a importância do discursivo, mas para instaurar um equilíbrio na balança de forma a que o discurso fosse compreendido em relação de igualdade com a imagem e não como aquilo que determinaria de antemão o que se pode apreender diante da manifestação imagética: “[...] entrecruzamento, isomorfismo, transformação, tradução, em suma, toda essa franja do visível e do dizível que caracteriza uma cultura em um momento de sua história” (FOUCAULT, 2008d, p. 79).

Foucault fala, então, a partir dos procedimentos adotados por Panofsky, de uma sintomatologia cultural, ou seja, um procedimento de reconhecimento de formas rituais muitas vezes minimamente representadas nas imagens e nos discursos que permitem diagnosticar as sensibilidades e o sistema de valores de uma determinada época. A nosso ver, não é outra, ainda que seja necessário fazer ressalvas, a empreitada atual de Courtine que parte da ideia de paradigma indiciário proposta por Ginzburg. Apenas para adiantar uma questão fundamental que se repetirá em Ginzburg, tanto nesse texto de Foucault quanto no deste último, tratam-se de proposições advindas da observação de procedimentos adotados por estudiosos de obras de arte em direção à visada médica.

No que concerne à relação discurso/imagem, nas palavras de Foucault (2008d, p. 80): “O discurso e a figura têm, cada um, seu modo de ser; mas eles mantêm entre si

relações complexas e embaralhadas. É seu funcionamento recíproco que se trata de descrever.”

Sob essa ótica, às vezes o discurso que se prolonga através de textos, traduções e manuscritos recopiados é produzido a partir de motivos plásticos; de outra forma, a imagem também abriga e toma uma série de temas variados que advêm da circulação dos discursos. Aqui, cabe entender discurso como forma verbal e imagem como forma não verbal. Só assim podemos entender a seguinte afirmação de Foucault (2008d, p. 79): “O discurso e a forma se movimentam um em direção ao outro. Mas eles não são absolutamente independentes [...]” que culmina com a seguinte conclusão: “Ocorre, finalmente, que o discurso e a plástica sejam ambos submetidos, como por um único movimento, a uma única disposição de conjunto.” (FOUCAULT, 2008d, p. 79)

Face às questões levantadas sobre a relação entre discurso e imagem, estaríamos autorizados, apenas por isso, a cogitar um vínculo possível de Foucault com a Semiologia que se desenvolvia sob a égide do estruturalismo na França? Ao olharmos para os caminhos adotados para pensar o discurso e a imagem no panorama teórico francês é imprescindível retomar as questões em torno da Semiologia. Não que as considerações acima não sejam suficientes para visualizar esse atravessamento, mas acreditamos que explorar isso a partir de um texto em que Foucault apresenta Barthes como candidato à cadeira de Semiologia Literária no *Collège de France*, consolida ainda mais essa possibilidade de leitura.

Eribon (1994) mostra-nos que havia uma forte ligação de amizade entre Foucault e Roland Barthes. Não é sem razão que ele faz uma declaração aos membros do *Collège de France* em homenagem ao autor de *Mitologias* quando da ocasião de sua morte:

O destino quis que a violência besta das coisas – a única realidade que ele era capaz de odiar – pusesse um fim a tudo isso, e na entrada desta Casa em que eu tinha pedido para que o deixassem entrar. A amargura seria insuportável se eu não soubesse que ele tinha sido feliz por estar aqui, e se eu não me sentisse no direito de demonstrar a vocês, através da tristeza, o signo, um pouco sorridente, da amizade¹¹⁹. (Trad. Nossa)

¹¹⁹ *Le destin a voulu que la violence bête des choses – la seule réalité qu’il était capable de haïr – mette un terme à tout cela, et sur le seuil de cette Maison où je vous avais demandé de le faire entrer. L’amertume serait insupportable, si je ne savais qu’il avait été heureux d’être ici, et si je ne me sentais en droit de porter de lui à vous, à travers le chagrin, le signe, un peu souriant, de l’amitié. (FOUCAULT, 1979-80, p. 62)*

No entanto, não é apenas a nível pessoal que Foucault fala de Barthes. Ao consultarmos os arquivos do Fundo Michel Foucault no IMEC, encontramos o texto apresentado pelo filósofo indicando o nome de Barthes para ocupar a cadeira de Semiologia Literária. Mais que indicar, Foucault faz uma série de considerações a propósito do projeto semiológico, sua pertinência para as ciências humanas e suas possíveis projeções futuras :

Caçula das ciências da linguagem ? A mais abstrata, a mais vazia, a mais inútil ? A semiologia não é isso. Ela está, com suas incertezas mesmo, suas imperfeições ou os brancos que ficaram por serem preenchidos, profundamente enraizada nas exigências e possibilidades do saber de nossa época¹²⁰. (Trad. Nossa)

Nem caçula das ciências da linguagem nem tampouco abstrata, vazia e inútil. Para Foucault a Semiologia, com suas incertezas e imperfeições, enquadrava-se no rol de disciplinas pertinentes a responder as demandas do saber moderno. Por detrás, desse rótulo, no entanto, há que se reconhecer as distinções e os diferentes campos de interesse do campo semiológico. Foucault cita dois : de um lado, a semiologia da comunicação, com um aspecto mais formalizante e ligado à tecnologia das mensagens e às ciências como a bioquímica e a zoologia. Nesse aspecto essa seria mais a função do semioticista ; por outro lado, seria representado pela semiologia das significações, fortemente ligada às disciplinas que descrevem e analisam obras da linguagem humana. Foucault (1975) denomina esse aspecto da semiologia de o “seu papel languageiro”.

Dentro dessa segunda perspectiva, a literatura apresenta-se como objeto privilegiado de manifestação da linguagem humana e, portanto, objeto privilegiado da semiologia da significação :

A literatura é um domínio singularmente privilegiado para uma semiologia preocupada não com a comunicação, mas com o discurso, a retórica e a interlocução. Ela é como que o precipitado de todos os fatos da linguagem e seu crescimento sistemático¹²¹.

¹²⁰ *Dernière née des sciences du langage ? La plus abstraite, la plus vide, la plus inutile ? La sémiologie n'est pas cela. Elle est, avec ces incertitudes même, ses imperfections ou les blancs qui lui restaient à remplir, profondément enracinée dans les exigences et les possibilités du savoir de notre époque. (FOUCAULT, 1975, p. 3)*

¹²¹ *La littérature est donc un domaine singulièrement privilégiée pour une sémiologie préoccupée non de la communication, mais du discours, de la rhétorique et de l'interlocution. Elle est comme le précipité de tous ces faits du langage et leur grossissement systématique. (FOUCAULT, 1975, p. 5)*

É, então, tomando a literatura como objeto que Barthes é indicado à cadeira do *Collège*. A partir daí, desenvolvem-se dois programas de trabalho concernentes às preocupações da ciência nascente: por um lado, o programa de uma Semiologia Geral que se coloca o problema da significação, do discurso e da interlocução, ou seja, uma Semiologia que toma a literatura como objeto primordial ; por outro lado, e de certa forma complementarmente a isso, uma visada analítico literária que permite materializar uma das preocupações centrais do estruturalismo vigente, qual seja, a de se produzir um modelo de análise voltado, não para o autor, mas para a obra, o texto e a instituição mesma da literatura. Com relação a Barthes : “Parece-me que ele se situa no ponto onde se cruzam uma das perspectivas essenciais da semiologia, e os desenvolvimentos mais recentes da análise literária¹²².” (Trad. Nossa)

A partir dessa espécie de diagnóstico do lugar da Semiologia em seu tempo, Foucault consegue alargar suas proposições no sentido de pensar as possibilidades futuras que o campo de investigação da Semiologia poderia abrir e também problematizar sua importância. No que concerne à importância das investigações empreendidas por Barthes, encontram-se o alargamento do estudo das formas e técnicas da retórica a partir do inventário das figuras de estilo em direção à análise dos tipos de discurso bem como a relação disso com o par locutor X interlocutor:

Estudo das formas e técnicas da retórica. Mas este estudo a partir do inventário clássico das figuras e formas de estilo se alargará em uma análise dos tipos de discurso e à relação recíproca que o locutor entretém continuamente com seu interlocutor. Enfim, um estudo mais de interlocução que da enunciação¹²³. (Trad. Nossa)

O trabalho de Roland Barthes é reconhecidamente fundador no sentido de se pensar uma Semiologia advinda da Linguística Estrutural. A novidade dessa empreitada estava no fato de abordar o texto a partir de uma perspectiva não psicológica e fenomenológica :

¹²² « Il me semble qu'il se situe au point où se croisent une des perspectives essentielles de la sémiologie, et les développements les plus récents de l'analyse littéraire ». (FOUCAULT, 1975, p. 6-7)

¹²³ *Étude des formes et techniques de la rhétorique. Mais cette étude, à partir de l'inventaire classique des figures de style s'élargira à l'analyse des types de discours et au rapport réciproque qu'y entretiennent continuellement le locuteur et son interlocuteur. Bref une étude plus d'interlocution que de l'énonciation.* (FOUCAULT, 1975, p. 7)

Nessa época, a análise literária estava dominada pela fenomenologia e pela psicanálise, que se atribuíam, apesar de suas diferenças, um mesmo domínio de investigação: o espírito imaginário do escritor e as metáforas que traduziam seus fantasmas. Ora, Barthes foi “um dos primeiros na França a retomar métodos que haviam sido testados no primeiro terço do século na Rússia e na Europa central: o uso do formalismo como instrumento de análise textual. E Barthes os retomou devido a um problema ao mesmo tempo simples e central: o que faz com que um discurso seja literário? Como um discurso se atribui os signos da literatura¹²⁴? (Trad. Nossa)

Ainda assim, era complicada a relação da Semiologia com o modelo de ciência almejado pelo *Collège de France*. Foucault tem que justificar não apenas a importância do trabalho de Barthes, mas também o fato de a Semiologia não se apresentar como um modelo de ciência normal característico das ambições formalistas. A esse título, e no intuito de problematizar esse conceito de ciência aplicado de forma unívoca às ciências humanas, Foucault lança a seguinte questão: “Não nos arriscamos a ficar daqui há poucos anos, com a simples lembrança de um modo tagarela, que não terá deixado para trás apenas a poeira de suas pretensões?¹²⁵” (Trad. Nossa)

É justamente essa pretensão à cientificidade positiva – presente desde o século XIX – que Foucault critica para justificar a pertinência e a importância do trabalho semiológico. Essa estratégia visa à problematização do funcionamento da categoria de cientificidade como uma pretensão equivocada de poder que pretende controlar o que pode e o que não pode ser produzido em matéria de saber :

Inicialmente, uma resposta geral. Desde o século XIX a pretensão sempre decepcionada da cientificidade foi o modo de funcionamento permanente de toda uma série de saberes que denominamos as ciências humanas. O fracasso dessa presunção não impediu que eles se inscrevessem fortemente na história de nossa cultura até mesmo na trama de nossa existência. A vã pretensão de cientificidade reenvia talvez menos à impotência desses saberes que aos efeitos de poder

¹²⁴ *A cette époque, l'analyse littéraire était dominée par la phénoménologie et la psychanalyse, qui toutes deux se donnaient, malgré leurs différences, un même domaine d'investigation : l'esprit imaginaire de l'écrivain et les métaphores traduisant ses fantasmes. Or, Barthes a été « un des premiers en France à reprendre des méthodes qui avaient été éprouvées dans le premier tiers du siècle en Russie et en Europe centrale : l'usage du formalisme comme instrument d'analyse des textes. Et Barthes les a reprises à propos du problème à la fois simple et central : qu'est-ce qui fait qu'un discours littéraire est littéraire ? Comment un discours se donne-t-il lui-même les signes de la littérature ?* (ERIBON, 1994, p. 228)

¹²⁵ « Ne risque-t-on pas de rester d'ici bien peu d'années, avec le simple souvenir d'une mode bavarde, qui n'aura laissé derrière elle que poussière de ses prétentions ? » (FOUCAULT, 1975, p. 8)

singulares que nossa civilização confere ao discurso científico¹²⁶.
(Trad. Nossa)

É importante retomar o fato de que, no contexto francês da época e, notadamente, no *Collège de France*, havia uma forte tendência, com as possibilidades abertas pela Linguística Estrutural, a se estabelecer uma espécie de « norma de cientificidade » para as disciplinas universitárias. Essa pretensão à cientificidade é um problema para a Semiologia naquele momento e também para a indicação de Roland Barthes à cadeira no *Collège*, pois, trata-se de um campo que causava desconfiança em relação a um certo padrão científico na medida em que se apresentava como disciplina interpretativa. A situação se agravava ainda mais devido ao fato de que a cadeira a ser substituída era a do helenista Louis Robert, estudioso bastante prestigiado na instituição que se dedicava ao estudo da epigrafia e da antiguidade grega :

[...] trata-se de designar um candidato que sucederá o helenista Louis Robert, homem que gozava de grande prestígio. Ora, sua cadeira era consagrada à epigrafia e à antiguidade grega, e numerosos professores estimavam a manutenção desses ensinamentos no *Collège*.
(Trad.Nossa)¹²⁷

O procedimento de seleção do candidato é decidido após uma sequência de ações institucionais¹²⁸. Primeiramente, seleciona-se a cadeira que será proposta e, alguns meses após, o titular da cadeira em questão, ainda que todos os envolvidos no julgamento posterior já saibam qual nome está por trás da cadeira proposta. Em seguida, são selecionados aqueles que defenderam essa cadeira sob a forma de uma argumentação pública a partir da qual os julgadores elegem um candidato. É por isso

¹²⁶ *Une réponse générale d'abord. Depuis le XIXe siècle la prétention toujours déçue de la scientificité a été le mode de fonctionnement permanent de toute une série de savoirs qu'on appelle les sciences humaines. L'échec de cette présomption n'a pas empêché qu'ils se soient inscrits et fortement dans l'histoire de notre culture et jusque dans la trame même de notre existence. La prétention vaine à la scientificité renvoie peut-être moins à l'impuissance de ces savoirs qu'aux effets de pouvoir singuliers que notre civilisation prête au discours scientifique. (FOUCAULT, 1975, p. 8)*

¹²⁷ [...] il s'agit de désigner un candidat qui succédera à l'helléniste Louis Robert, homme qui jouissait d'un grand prestige. Or, sa chaire était consacrée à l'épigraphie et aux antiquités grecques, et nombreux sont les professeurs que estiment qu'il faut maintenir cet enseignement au Collège. (ERIBON, 1994, p. 218)

¹²⁸ Na ocasião da seleção, Barthes concorreu com Vuillemin, outro amigo antigo de Foucault que, inclusive, o apoiou quando da ocasião da sua candidatura. Nesse sentido, « *Pour Foucault, la réconciliation avec Barthes marquait donc la fin de son amitié avec Vuillemin.* (ERIBON, 1994, p. 220)

que, no texto redigido por Foucault com as justificativas em favor da cadeira de Semiologia, ele não toca no nome de Barthes, mas faz uma longa exposição teórica sobre ciência, Linguística e Semiologia: “Foucault, em seu relatório, fala apenas da história da linguística e da semiologia, sem nomear Barthes, mesmo se, descumprindo a regra estabelecida, ele evoca a personalidade do candidato no final da proposta¹²⁹.” (Trad. Nossa)

Vemos, então, que a simpatia de Foucault para com Barthes vai além da relação pessoal que se estabeleceu entre os dois. Existe também uma espécie de aposta em torno da pesquisa barthesiana e, se não temos aqui uma discussão explícita em torno da materialidade dos objetos de investigação, o consentimento de Foucault materializado na indicação de Barthes à ocupação da cadeira denota mais que uma afinidade às proposições do autor de *Mitologias*.

Contudo, embora Foucault tenha tomado como dever a causa de Barthes no *Collège*, isso não significa que o processo tenha sido tranquilo tanto do ponto de vista pessoal quanto teórico. Ainda que haja controvérsias a respeito da indisposição de Foucault em relação a Barthes, é fato que, depois da proximidade que houve entre os dois nos anos 1960, eles acabaram por se distanciar e o contato praticamente inexistia quando Foucault se dispôs a indicar o amigo.

Eribon (1994) cita uma declaração de Foucault feita pouco tempo antes da seleção para o *Collège* em que o filósofo diz: “Estou muito incomodado, tenho que encontrar Barthes que quer se apresentar ao *Collège de France*. Não o vejo há muito tempo. Você poderia me acompanhar¹³⁰?” (Trad. Nossa) Eribon retoma outra versão da história para mostrar a controvérsia que marcou não apenas esse momento inicial da seleção de Barthes, mas também todo o processo subsequente. Trata-se de uma declaração dada por François Wahl: “Tenho uma lembrança muito precisa de Roland Barthes me dizendo: Michel Foucault quer que eu me apresente ao *Collège de France*¹³¹”. (Trad. Nossa)

¹²⁹ “[...] Foucault, dans son rapport ne parle que d’histoire de la linguistique et de sémiologie, sans nommer Barthes, même si, malmenant la règle établie, il évoque à la fin de son propos la personnalité du candidat”. (ERIBON, 1994, p. 218-219)

¹³⁰ « Je suis très embêté, je dois voir Barthes qui veut se présenter au Collège de France. Je ne l’ai pas vu depuis longtemps. Est-ce que vous pouvez m’accompagner ? (FOUCAULT, apud ERIBON, 1994, p. 217)

¹³¹ J’ai un souvenir très précis de Roland me disant : Michel Foucault veut que je me présente au Collège. (FRANÇOIS WAHL apud ERIBON, 1994, p. 217)

É importante mencionar ainda que esse diálogo entre Foucault e a Semiologia não significa que o filósofo partilhe totalmente das convicções de Barthes e de seu projeto. Segundo Eribon, “Foucault tomará muito nitidamente, e publicamente, suas reservas face à semiologia¹³².” (Trad. Nossa) na medida em que “[...] a ‘semiologia’ é uma maneira de desviar o caráter violento, sangrento, mortal da história sob a dupla forma apaziguada e platônica da linguagem e do diálogo¹³³.” (Trad. Nossa)

4.3 Semiologia Histórica e Semiologia Materialista

A pertinência da ligação aqui defendida entre a teoria marxista do discurso althussero-pecheutiana presente em Escobar e a Semiologia saussuriana reverbera nas preocupações atuais da Análise do Discurso no que tange ao estabelecimento de laços entre a teoria do discurso pecheutiana/foucaultiana e os trabalhos de Courtine – inspirados em Foucault e Ginzburg. Essa estratégia de leitura leva, por uma via crítica, à proposição de uma Semiologia Histórica. A esse respeito, surge a seguinte questão: de que maneira o projeto histórico-antropológico courtiniano – condição de existência para uma Semiologia Histórica – se diferencia do que ficou conhecido, na França, como paradigma semiológico? Em contrapartida, de que maneira, e na contramão de Courtine, o projeto de Escobar vem, justamente, se vincular a esse paradigma semiológico francês dos anos 1960/70?

Sob esse prisma, traçamos aqui um quadro comparativo entre uma *démarche* que se enquadrava, à sua maneira, no modelo semiológico francês que tem como marca a reivindicação da figura de Saussure como fonte inspiradora (a Semiologia Materialista) e a proposta de Courtine que se faz dialeticamente pela revisão interessada e pela negação radical das propostas que se desenvolveram nesse momento de fomentação e reinvidicação Linguística no campo das ciências humanas. Se, no que concerne à Semiologia Materialista notamos certo enquadramento no que Puech (2011) denomina paradigma semiótico (semiológico), em Courtine esse pertencimento se dá de forma

¹³² «Foucault prendra même très nettement, et publiquement, ses distances vis-à-vis de la sémiologie.» (ERIBON, 1994, p. 230)

¹³³ « [...] la ‘sémiologie’ est une manière d’en esquiver le caractère violent, sanglant, mortel, en la rabattant sur la forme apaisée et platonicienne du langage et du dialogue ». (FOUCAULT, apud, ERIBON, 1994, p. 230)

ambígua. Afinal, não seria o paradigma indiciário – como próprio autor o mostra em seus cursos – uma faceta do que Barthes operacionaliza por meio do *punctum*? Ao mesmo tempo, Barthes não seria um exemplo do que não se deve fazer em matéria de análise das imagens?

Sem querer enquadrar o trabalho de Courtine, é preciso reconhecer que, embora de maneira às vezes retórica e por motivos histórico-epistemológico-institucionais – ele agora é antropólogo e aderiu, como a maior parte dos intelectuais dos anos 1960/70, a uma atitude crítica e negativa ao que se fazia na época –, ele negue certa filiação a Saussure, é do genebrino que ele parte e é dele que o autor faz uso em inúmeros momentos de elucidação de questões concernentes ao domínio da imagem. Com efeito, Courtine não assume Saussure, mas o toma como ponto de partida¹³⁴.

Com relação a Escobar, é interessante observar que ele não apenas representa certa originalidade na recepção brasileira de Althusser e Pêcheux como também – como Greimas (apud PUECH, 2011) o faz ao publicar seu texto sobre o saussurismo em 1956 – é um ponto não negligenciável para a compreensão do saussurismo no Brasil. A esse respeito, vale retomar o fato de que ele não parte, como Pêcheux, apenas do *CLG*, mas de praticamente toda a crítica das fontes e de todo o arsenal disponível na época sobre os estudos exegéticos de Saussure. Destacamos isso porque, nesse momento, no Brasil, isso não era praticado e difundido como hoje e os trabalhos exegéticos não eram questão mesmo para o próprio Pêcheux. A nosso ver, é essa particularidade que vai possibilitar a construção de uma Semiologia Materialista na medida em que, no “verdadeiro Saussure”, a semiologia precede a linguística. Para complementar e justificar ainda mais essa perspectiva, a semiologia deve se construir sobre uma concepção materialista do signo inserido e compreendido historicamente nas bases de uma concepção marxista de história:

É esse materialismo do **signo** ou do **significante** que, sob formas variadas, constitui o horizonte filosófico de uma parte da geração estruturalista (todas as disciplinas, indistintamente) e o conceito de **modelo** “emprestado” das ciências formais, que desempenham então o papel de um operador de passagem entre os diferentes campos do saber. (PUECH, 2011, p. 47)

¹³⁴ Ressaltamos que Courtine não tem um texto que desenvolve essas questões. Nós é que fazemos, a partir das anotações de seus cursos, esse balanço. Destacamos, novamente, o trabalho de re-leitura que vem sendo desenvolvido, concomitantemente, pelos grupos GEADA, GEF, LABEDISCO, LABOR, LEDIF.

Puech nos mostra que o que constitui esse paradigma semiótico/semiológico francês não é tanto a utilização dessa semiótica como ferramenta, mas como possibilidade projetiva e crítica sempre renovada e renovável. O autor admite ainda que esse paradigma não se restringe ao quadro estritamente francês, mas, de forma mais geral, ao quadro francófono de reflexão semiológica. A esse respeito, não apenas Priéto ou Buysens são passíveis de figurar ao lado de Greimas e Barthes, mas também, o trabalho de Escobar¹³⁵:

Mas, podemos arriscar que o que constituiu a especificidade da semiótica francesa (ou francófona, se incluirmos os trabalhos de E. Buysens e J. Priéto ao lado dos de R. Barthes e de A. J. Greimas), é seus desdobramentos mais especulativos, sua extensão a uma reflexão principal, na qual ela aparece menos como domínio circunscrito e balizado do conhecimento, do que como “projeção”, “idealização”, cuja validade deve ser, incessantemente, reavaliada e questionada. Nesse contexto, as noções de “signo”, de “símbolo”, de “estrutura” e de “sistema”, de “significante”, mesmo os de “semiologia” e de “semiótica”, emprestados, de fato, das leituras de Saussure, ou, mais frequentemente, das **leituras de leituras** de Saussure (Jakobson, Hjelmslev, Martinet...) aparecem menos como ferramentas conceituais, cujo valor é fixado, de uma vez por todas, do que como tentativas e objetos de reapropriações conflitantes e concorrentes. (PUECH, 2011, p. 25, grifo do autor)

Guardadas as devidas proporções – não se trata das mesmas **leituras de leituras** de Saussure em Escobar, em Barthes ou Greimas, etc. – é a partir de uma concepção materialista das categorias de signo, estrutura, sistema, significante, *langue*, etc. que Escobar arma seu dispositivo Semiológico e é essa leitura marxicizada dos conceitos saussurianos via Althusser que justifica o sintagma conceito-dominial **Semiologia Materialista**. Ainda de acordo com Puech (2011, p. 29),

[...] o conjunto de conceitos saussurianos vai se tornar a aposta de múltiplas projeções que desenham um ideal científico e especulativo ao mesmo tempo em que a linguística estrutural se interessa, ao menos, tanto pelas descrições linguísticas que ela mesma propõe, quanto pelas linhas de fuga que ela esboça em direção a novos campos de saber.

¹³⁵ Não queremos dizer que Puech (2011) não considerou o trabalho do brasileiro. Antes, nos valemos do seu trabalho para pensar a posição de Escobar no interior desse quadro generalizado da semiologia francesa na medida em que a caracterização feita pelo autor francês confirma a correlação epistemológica entre Escobar – e, portanto, de sua Semiologia Materialista – e o movimento francês.

É exatamente esse caráter projetivo que permitirá a Escobar construir, via re-interpretação marxista dos conceitos saussurianos, um novo campo de saber denominado Ciência dos Discursos Ideológicos que encontra na Semiologia Materialista a arquitetônica teórica responsável por pensar os meios de trabalho materiais (signos) dos discursos (ideológicos e científicos). Ainda segundo Puech (2011, p. 32, grifo do autor)

[...] o principal mérito atribuído aqui a Saussure apóia-se, ao menos, tanto sobre essa sua “concepção de mundo”, quanto sobre sua atitude de **convertê-la** em objeto e em **método científico**. O que, por um lado, confirmará que a promoção do saussurismo no fim dos anos 50 na França equivale, em função dos diferentes anacronismos da situação francesa, a uma verdadeira **conversão**, e que, por outro lado dá ao paradigma semiótico-estrutural francês uma outra de suas orientações fundamentais ulteriores: a atenção dada à dimensão epistemológica dos saberes, ilustrada, ao menos por um tempo, por G. Bachelard, por G. Canguilhem, no contexto do marxismo por L. Althusser e, resolutamente, afirmado na pesquisa histórico-epistemológica de M. Foucault.

Dimensão essa retomada e re-interpretada por Escobar no Brasil dos anos 1960/70. Dentre as questões que inquietavam Escobar estava a proposição saussuriana de uma ciência da produção e circulação dos signos no meio social. Como já afirmamos anteriormente, essa visada semiológica era atravessada por uma leitura marxista do signo no sentido de pensá-lo não do ponto de vista de uma “ciência objetivo-descritiva”, mas do marxismo, que compreendia o signo como entidade resultante de processos de produção históricos.

O signo é considerado como uma unidade mínima material que, como produto histórico-social, atualiza a diferença e a luta de classes. Ao considerarmos esse aspecto da estratégia de leitura da obra de Saussure, entendemos que a Semiologia – e nesse aspecto há um interesse comum com a AD – é um campo voltado para a análise das formas de dominação de uma classe sobre a outra. O que é o trabalho de Barthes em *Mitologias* senão uma investigação em torno das formas de dominação burguesas? O que é o trabalho de Thomas Herbert/Pêcheux, senão uma procura por compreender as formas de dominação burguesa no seio das ciências humanas?

No que concerne à Semiologia, sua ligação com o marxismo tem um lugar não negligenciável nos trabalhos de Roland Barthes. Apesar do aspecto formal adotado em

seus trabalhos, não podemos ignorar que *Mitologias* tem a filosofia marxista como pano de fundo:

A recepção do estruturalismo e do paradigma semiológico inscreve-se, para R. Barthes, nessa dupla perspectiva. Sua unidade constitui um tipo de “crítica da significação” na qual estão implicadas, ao mesmo tempo, uma regeneração do marxismo (o mito das **mitologias** não é um equivalente da noção marxista de **ideologia**?) e as teorizações de Greimas em relação ao saussurismo, campo delineado, como vimos, desde 1956. (PUECH, 2011, p. 42)

Essa fundamentação, bem como o interesse e a preparação do terreno para a compreensão estrutural da imagem, leva Courtine – em que pese a negação do autor com respeito ao pertencimento a esse paradigma fundamentado na obra saussuriana – a revisar a obra do semiólogo para propor uma análise histórico-antropológica das imagens¹³⁶.

Essa revisão vai justamente no sentido de recusar a apropriação dos métodos da Linguística como meio de se analisar os objetos de outros domínios das ciências humanas. Isso acontecia na Psicanálise com Lacan, com a análise semiológica estrutural barthesiana e com a Antropologia lévi-straussiana:

Nessa perspectiva, o saussurismo e suas promessas vão (muito) facilmente incluir a entrada das ciências humanas na via real da ciência: tanto na ótica de uma aproximação das humanidades das ciências “duras”, quanto naquela de uma cientificidade específica, à procura de seus próprios procedimentos de validação. (PUECH, 2011, p. 47)

Essa reavaliação do momento da virada linguística no sentido de relativizar a aplicação do método linguístico em outros domínios, notadamente, no domínio da imagem, possibilita a problematização das formas de manifestação do discurso tal qual concebido inicialmente por Pêcheux. A partir daí, desenha-se um paradigma para a análise das imagens que não coincide com a maneira sintaticista de apreensão do discurso, nem tampouco com o levantamento de sequências discursivas. O trabalho de Courtine leva-nos ao desprendimento da ideia de que o discurso é uma categoria que se

¹³⁶ Revisão que levará Courtine a criticar o Barthes mais próximo das teses estruturalistas e do modelo linguístico – *Elementos de semiologia* e *O sistema da moda*, por exemplo – e a considerar o Barthes mais próximo da Psicanálise, notadamente, o que se apresenta em *A câmara clara*.

manifesta apenas por uma sequência verbal e isso implica uma reavaliação tanto nas bases epistemológicas da Análise do Discurso quanto de sua metodologia.

No que concerne às bases epistemológicas, é preciso reavaliar a exclusividade conferida ao Pêcheux analista do discurso e pensar os diálogos que ele estabeleceu – ou pensava em estabelecer – com a semiologia francesa e com a arqueologia foucaultiana. Do ponto de vista metodológico, isso implica que a constituição do *corpus* de análise implica outro olhar quando se tratar de imagens, assim como a forma de análise dos efeitos de sentido que derivam delas.

O discurso como material histórico não se dá a apreender da mesma forma quando se trata de sequência verbal e quando se trata de imagens. Isso modifica a natureza do objeto na medida em que uma sequência verbal não é da mesma natureza que uma imagem, fato que Barthes, por exemplo, ignora ao adotar procedimentos ligados à materialidade verbal para analisar as imagens.

O olhar para o discurso, quando se tratar da imagem, exige, ao mesmo tempo, a adoção do paradigma indiciário – que pode ser vinculado ao conceito de *punctum* barthesiano – na constituição do *corpus* e a genealogia foucautiana como operação que permite relacionar historicamente uma imagem a outras imagens que a precedem e de onde os efeitos de sentido que emanam dela tiram sua força. Isto é, a partir de um conjunto repetível de ícones, gestos, de micro-estruturas imagéticas que remetem a outras – daí a ideia da **intericonicidade** – constrói-se o *corpus* que será analisado a partir da construção, em perspectiva de longa ou média duração histórica, de uma rede de imagens que constituem uma memória imagética. A partir daí, é preciso reconhecer que olhar para a estrutura de um gesto não é da mesma ordem que olhar para a estrutura de uma frase relativa ou determinativa e é o reconhecimento dessa diferença que leva Courtine tanto a reavaliar a semiologia barthesiana quanto a criticar a Análise do Discurso praticada na França.

A Semiologia barthesiana passa então por uma re-leitura vinda da relação de Courtine com a arqueologia foucaultiana que vai permitir colocar o discurso não do lado da Linguística mas na ordem das preocupações históricas. Do trabalho sobre o *Discurso comunista endereçado aos cristãos* (1981) à *História do corpo* (2005) – intervalo que compreende mais de duas décadas – modificam-se tantos os métodos quanto os objetos de interesse e isso se deve a uma mudança de posição em relação ao lugar da Linguística no interior das ciências humanas.

O autor diagnostica a insuficiência do dispositivo analítico da AD e da Semiologia barthesiana em seus cursos¹³⁷ para suprir algumas ausências por meio da retomada da arqueologia foucaultiana e do paradigma indiciário anunciado por Ginzburg (2003). O trabalho de Courtine é justamente fazer funcionar a arqueologia foucaultiana que o leva, dentre outras categorias, à **intericonicidade**: “A questão posta aqui é a das formas materiais de uma cultura visual de massa.” (COURTINE, 2008, p.280)

Essa ideia da intericonicidade foi introduzida no Brasil a partir dos trabalhos de Nilton Milanez (MILANEZ, 2006a, 2006b) e é também trabalhada em um livro que se intitula *Diplopie: L'image photographique à l'ère des médias globalisés. Essai sur le 11 septembre 2001*, escrito por Clément Chéroux. O livro analisa a representação do 11 de setembro a partir das primeiras páginas de jornais de vários lugares do mundo para mostrar a recorrência de determinadas figuras tais como a nuvem de fumaça e a bola de fogo causada pela explosão dos tanques de combustível dos aviões.

Assim como Courtine, que se vale do paradigma indiciário como pano de fundo para constituição da rede de unidades imagéticas pertinentes para constituição de uma rede significativa, Chéroux trabalha em uma perspectiva de constituição de *corpus* que leva à noção de intericonicidade. Importante destacar que não se trata da mesma forma de trabalhar e conceber a intericonicidade e tampouco, quando da formulação desse conceito, um autor tinha conhecimento da obra do outro. A diferença entre os dois é que Chéroux fundamenta-se na perspectiva de uma linguística textual enquanto Courtine se baseia na perspectiva discursiva proposta por Foucault em *A arqueologia do saber*.

Qual poderia ser o interesse, para Courtine, de um historiador da fotografia como Chéroux? A reflexão sobre as imagens do 11 de setembro, especificamente as imagens das torres pegando fogo que circularam após o desastre, sofreram uma espécie de mundialização, de uma globalização intensiva. Chéroux observa, primeiramente, que as imagens são constantemente divulgadas em várias capas de jornais e, ao mesmo tempo, há uma rarificação, ou seja, são sempre as mesmas que aparecem. Contraditoriamente estamos diante da questão de uma multiplicação de formas de circulação das imagens ao mesmo tempo que de uma rarificação das

¹³⁷ Conforme mencionamos, tratam-se de reflexões que o autor desenvolveu em suas aulas na Sorbonne Nouvelle (Paris III) durante o ano letivo 2010/2011.

mesmas. O número de imagens publicadas pelos jornais impressos não passa de uma dezena. Provavelmente em torno de trinta. Tratam-se de **imagens-tipo**: a explosão, a nuvem de fumaça, o avião que se aproxima, as ruínas, o pânico das pessoas, a bandeira americana que balança sobre as ruínas, constituem uma sequência narrativa significativa.

A propósito dessas imagens, merece destaque aquela tirada por Thomas Franklin que representa os bombeiros içando a bandeira americana sobre as ruínas do *World Trade Center*. Essa imagem foi re-produzida de várias maneiras: selos, xícaras, quebra-cabeças, etc. Isso se deu, justamente, porque ela estabelece uma relação de intericonicidade com uma outra foto, tirada por Joe Rosental, que representa a tomada de Iwo Jima pelos marinheiros americanos em 1945.

Nesse sentido, a imagem dos bombeiros içando a bandeira americana retoma a memória do triunfo norte-americano sobre as tropas japonesas durante o final da II Guerra Mundial. Constrói-se um espaço narrativo já conhecido pelo imaginário coletivo americano: a repetição do ataque a Pearl Harbor.

A questão de Chéroux nesse texto e a de Courtine em seus cursos a propósito das imagens é a mesma: quais são os efeitos da globalização sobre as imagens e de que maneira o olhar sobre uma repetição indiciária determina a construção de redes pertinentes de formas visuais? Além disso, de que maneira uma tal abordagem leva à crítica – função política da teoria presente nos trabalhos de Courtine desde seu pertencimento ao grupo de Pêcheux – das formas de dominação na contemporaneidade? Dessa forma, o trabalho interpretativo dos autores visa à compreensão das formas de dominação da indústria midiática em torno da circulação das imagens. A repetição diagnosticada por Chéroux significa o domínio massivo de poucas indústrias – a maior parte delas inseridas no imperialismo norte-americano – sobre a circulação das fotografias. A recorrência das mesmas imagens cria o efeito de sentido de manutenção e controle informativo que remete à dominação norte-americana no campo da circulação dos produtos culturais e, indiretamente, nos “ensina” quem pode e quem não pode fazer circular as imagens, ou seja, a repetição das capas de jornais denuncia uma **ditadura** no campo imagético.

Por que razão se repete, por exemplo, a forma da nuvem nas capas de jornais do mundo inteiro que retrataram o atentado? Efetivamente, sua força representativa

enquanto imagem fixa, mas também sua potencialidade intericônica, criam tanto o espaço da indefinição em relação ao que se passa no interior – mascarando o caráter chocante das cenas de mutilação – quanto permitem relacionar esse acontecimento ao ataque a *Pearl Harbor* e à tomada de Iwo Jima pelos fuzileiros navais norte-americanos. Analisar as imagens na era da globalização é compreender que, mais que uma multiplicação de imagens há uma estandartização e uma rarificação iconográfica.

O 11 de setembro pode ser considerado o acontecimento mais fotografado do fotojornalismo. É, no entanto, aquele cujo tratamento midiático parece ser o menos diversificado. Com efeito, a divulgação das imagens leva em conta o que Courtine chama no curso de **penibilidade visual**¹³⁸. Isto é, as mais chocantes são suspendidas pelos agentes de imprensa de acordo com o impacto causado pelo seu nível de violência. No nível da máxima penibilidade temos os corpos humanos destruídos no chão, os *jumpers* que se jogavam das torres, entre outros acontecimentos que ficam pressupostos pelo acontecimento, mas não elucidados visualmente. Em um segundo nível, estão os feridos, menos chocantes e, portanto, mostrados; por último, os aviões, a explosão e a nuvem, os menos comprometedores com uma espécie de empatia extrema, mas interessantes do ponto de vista da operação de retomada de uma memória bélica.

Assim, o jogo entre remissão/esquecimento, é constituído não apenas pela linguagem verbal, mas também por imagens e não é importando conceitos da Linguística que se vai dar conta dessa complexidade. Nesse sentido, a ideia de que **tudo é língua**, devido à codificação das imagens em enunciados verbais, precisa ser dissolvida para que o dispositivo analítico seja remodelado. É nessa perspectiva que se coloca o conceito de intericonicidade:

[...] a intericonicidade supõe as relações das imagens exteriores ao sujeito como quando uma imagem pode ser inscrita em uma série de imagens, uma genealogia como o enunciado em uma rede de formulação, segundo Foucault. Mas isso supõe também levar em consideração todos os catálogos de memória da imagem do indivíduo. De todas as memórias. Podem até ser os sonhos [...] (COURTINE apud MILANEZ, 2006, p. 168)

¹³⁸ Imagens dignas de produzir um olhar de empatia extrema são suprimidas em benefício daquelas menos chocantes.

A partir da leitura de Foucault (2004), portanto, Courtine propõe uma análise que não privilegia apenas o linguístico, mas que pensa também as séries de enunciados no nível das práticas sócio-culturais. Ele adota esse procedimento porque percebe uma insuficiência do dispositivo analítico para pensar as materialidades verbo-visuais do discurso político moderno:

Isso acarreta uma consequência importante para as práticas das análises. A mensagem política não é mais unicamente linguística, mas uma colagem de imagens e uma performatividade do discurso, que deixou de ser prioritariamente verbal. Essa é a razão pela qual para compreendermos e analisarmos essas mensagens complexas – e também para sermos capazes de lê-las e saber como resistir a elas – de agora em diante é insuficiente se referir somente a métodos de análise linguística. A mutação dos modos de comunicação política exige a renovação de uma semiologia da mensagem política que permitirá sua apreensão global. (COURTINE, 2006, p. 85)

Re-leitura de Foucault, mas não apenas isso. Trata-se, para Courtine, de nos inserirmos em um paradigma indiciário derivado não da centralidade da Linguística, mas da medicina. Essa centralidade do paradigma médico expande-se, no final do século XIX, para os mais variados campos. A partir de Ginzburg (2003), podemos ter alguma medida de como se torna um paradigma esse ponto de vista que leva em conta o detalhe: da constatação da originalidade de uma obra de arte (Morelli), passando pelos romances policiais de Conan Doyle até chegar ao inconsciente freudiano, temos o lugar do médico que observa o detalhe.

Em “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, Ginzburg mostra como Giovanni Morelli, crítico de arte, adotava uma morfologia dos quadros para provar quais eram originais e quais eram falsos. Do lóbulo da orelha às pontas dos dedos, a tarefa clínica do semiólogo é desvendar o detalhe, a menor unidade significativa, aquilo que passa despercebido ao olhar: “[...] é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés.” (GINZBURG, 2003, p. 144)

Morelli representa uma atitude médica diante da obra de arte. Se antes, a obra era vista como estilo global – como o conjunto da obra – a perspectiva se reconfigura. Mais que isso, a atitude de Morelli diante das obras é vista e lida por Freud. Para Ginzburg, em alguma medida, a atenção dada ao residual e aos dados marginais como

reveladores enraíza-se na prática de Morelli: “[...] esses dados marginais, para Morelli, eram reveladores porque constituíam os momentos em que o controle do artista, ligado à tradição cultural, distendia-se para dar lugar a traços puramente individuais, “que lhe escapam sem que ele se dê conta”. (GINZBURG, 2003, p. 150)

As ciências humanas atualizam um novo paradigma – o indiciário – a partir do final do século XIX fundamentado na Semiologia médica. Isto é, a crítica à semiologia barthesiana leva à substituição desse modelo para um modelo fundamentado na semiologia médica derivado da leitura que Courtine faz da obra de Ginzburg. Não se trata mais da Linguística, mas da Medicina como ciência piloto e como pano de fundo para a constituição das redes imagéticas.

Assim como o diagnóstico médico, a análise deve levar em conta também o que é particular a cada caso, ou seja, um pequeno espaço não reproduzível que margeia as unidades pertinentes de análise do imagético e que instauram a incerteza e a não vinculação da proposta médico-semiológica ao ideário científico da semiologia linguística. Isso nos faz reavaliar totalmente as perspectivas advindas do movimento estruturalista dos anos 1960, que visavam instituir nas ciências humanas o paradigma da ciência normal. Nesse sentido, pensar na perspectiva do índice, é reconhecer que entra, em todo empreendimento interpretativo, a intuição do analista para perceber o que é da ordem da estrutura, mas também o que é da ordem do acontecimento. Isto é, apreender o que se repete, mas o que se atualiza como novidade:

[...] era inevitável reconhecer que a própria eficácia dos procedimentos da medicina era indemonstrável. Em conclusão, a impossibilidade de a medicina alcançar o rigor próprio das ciências da natureza derivava da impossibilidade da quantificação, a não ser em funções puramente auxiliares; a impossibilidade da quantificação derivava da presença ineliminável do qualitativo, do individual; e a presença do individual, do fato de que o olho humano é mais sensível às diferenças (talvez marginais) entre os seres humanos do que às diferenças entre as pedras ou as folhas. Nas discussões sobre a “incerteza” da medicina, já estavam formulados os futuros nós epistemológicos das ciências humanas. (GINZBURG, 2003, p. 166)

Citação interessante e que, de certa forma, força-nos a pôr em paralelo esse modelo ao modelo semiológico fundado por Barthes sob a égide do movimento estruturalista que pregava, notadamente, a possibilidade científica de interpretação a partir da crença no instrumental linguístico. Ponto de vista que se aplica também ao momento inicial da análise do discurso que se pretendia uma prótese objetiva de leitura

(COURTINE, 2006) que descartaria a “interpretação subjetiva”. E, importante ressaltar, visada constitutiva da concepção althusseriana de história como processo sem sujeito.

Na contramão dessa *episteme*, Courtine vai re-avaliar esse momento e se inserir no paradigma indiciário. Isso significa assumir o caráter histórico da intuição interpretativa e da singularidade caracterizada pelo lugar do analista. Isto é, em ciências humanas, por mais que se tenha um modelo teórico bem estruturado e um percurso metodológico constituído, o caráter individual do analista vai sempre interferir desde a constituição do *corpus* até o resultado das análises.

Deriva daí que todo trabalho que pense o discurso na história vai negar uma história generalizante para assumir – a partir de Foucault – que são possíveis várias histórias. Uma história da loucura, das prisões, da medicina, do corpo, da virilidade, só é possível a partir da negação da concepção de uma história geral que leva à aceitação de que o papel do historiador, ao operar com a descontinuidade, é recortar e parcializar a realidade histórica.

Essas reflexões denotam uma preocupação bastante atual no interior da AD no Brasil que começa a repensar o campo pelo viés dos diálogos com a Semiologia. Isso nos coloca a questão: em que medida revolver – tal como propõe Foucault – as reflexões de Escobar nos anos 1960/70 é redescobrir algo que nos ajuda a pensar “Quem somos nós teoricamente hoje”? A esse respeito, importante ressaltar o lugar que a obra de Foucault vai ocupar, gradativamente, nos trabalhos de Courtine e a mudança do posicionamento de Escobar e de Pêcheux (GREGOLIN, 2007a) em relação ao filósofo francês:

As páginas anteriores foram escritas no período de 1968 a 1970; de lá para cá se passaram cinco anos. Etapa importante no avanço das questões que Foucault procurou encarar tanto quanto na verificação concreta pelos marxistas das dificuldades que cercam todo estudo conjuntural de formações discursivas. Isto é, a rigidez da oposição crítica marxista a Foucault se abranda na medida em que, por um lado, verifica-se a utilidade do material empírico levantado por Foucault (a loucura, a clínica, o direito penal, o discurso psiquiátrico, as ciências humanas, etc.) e por outro lado dá-se conta de que o enfoque mesmo dos marxistas persistia até então num nível excessivamente formalizante. (ESCOBAR, 1975d, p. 175)

É sintomática a menção ao fato de que o enfoque dos marxistas persistia em um nível “excessivamente” formalizante. Isso reforça a tese de que os estudos nas ciências humanas, notadamente no que concerne à história, começavam a considerar que o

ideário normativista de ciência deveria ceder lugar à genealogia, aos riscos do recorte e à concepção de que a história é, em certa medida, resultado da interpretação do historiador. Reconhecer isso significa aceitar que, para que se obtenham resultados qualitativamente mais interessantes é preciso lidar com a riqueza da imprecisão interpretativa.

É dessa maneira que Courtine desloca-se do movimento estruturalista e do formalismo linguístico que marca a AD nos anos 1960/70 – percurso que Pêcheux começava a adotar – para o interior da Antropologia Histórica, do paradigma indiciário e da genealogia foucaultiana. Essas questões estão na ordem do dia e nos levam a retomar os trabalhos de Escobar – e as transformações pelas quais eles passam mostradas anteriormente¹³⁹ – como um passado não tão distante do passado retomado e criticado por Courtine. Essa efervescência epistemológica caminha para a proposição de “[...] um trabalho teoricamente novo, diretamente preocupado em fundar ‘sua’ *semiologia* que não é para nós senão os postulados teóricos de uma ciência na região dos discursos ideológicos.” (ESCOBAR, 1973a, p. 81).

Ao nos fundamentarmos no trabalho de Puech (2011) para compreender as questões comuns presentes no trabalho de Escobar em torno de uma Semiologia Materialista e o paradigma semiótico/semiológico francês, reforçamos a tese de que o autor brasileiro é bastante representativo das bases epistemológicas da Análise do Discurso de linha francesa. Mais que isso a retomada histórica dessas questões fundamentais nos levam a associar essas preocupações que serviam de pano de fundo para a AD da época e as atuais pesquisas que se desenvolvem no Brasil em torno de Courtine. A re-tomada pela negativa empreendida por este último nos incita a pensar que, embora distintas, essas duas perspectivas semiológicas podem se elucidar e, além disso, elucidar o que se tem feito hoje em alguns setores de desenvolvimento da teoria do discurso no Brasil. Para finalizar, retomamos Puech (2011, p. 57-58):

Frequentemente, acreditamos ter dito muito sobre este efêmero paradigma semiótico dos anos 60/70, denunciando seu caráter ilusório e “utópico”. Esquecemos, então, que as utopias (e as utopias intelectuais como as utopias políticas) emergem de situações imóveis que elas próprias revelam, mesmo que o façam por meio de soluções imaginárias. O efêmero paradigma semiótico francês não foge à regra. Podemos lamentar que ele não tenha tido a mesma preocupação de se

¹³⁹ Remeto, a esse respeito, às partes 2.3.1 e 2.3.2 deste trabalho.

situar historicamente no longo prazo, quanto teve a de se fundar imediata e radicalmente, acreditando no mito de um início absoluto e extraordinário, acompanhado de uma retórica ilusória do “fim” (da metafísica, da filosofia). Tentando escapar dos tenazes julgamentos de valor incisivos, pretendemos aqui sugerir que é, antes, nos fios da continuidade histórica que se deveria constituir uma ideia plausível do que realmente aconteceu.

ENTRE A MULTIPLICIDADE E A RECORRÊNCIA DE UMA PROBLEMÁTICA

Questionar a verdade: esse é um dos objetivos da arqueologia foucaultiana e as reflexões do autor em torno da formação dos campos de saber nortearam, efetivamente, nossa investigação sobre a recepção da obra de Pêcheux no Brasil. Nesse sentido, fomos levados a ultrapassar a cortina de fumaça representada pela Análise do Discurso para retomar, para além dessa disciplina universitarizada, outros aspectos da obra de Pêcheux que eram debatidos nos anos 1960/70, no Brasil.

É preciso ter em mente, então, e nisso o papel das reflexões foucaultianas é fundamental, que a disciplinarização/universitarização não apaga as marcas que um saber deixou e, dessa forma, cabe ao arqueólogo resgatar, na superfície de uma configuração teórica, as marcas de algo que ainda fala.

A partir dos anos 1980, no Brasil, a disciplinarização da AD como campo no interior da Linguística produz um lugar importante de recepção da obra de Pêcheux mas que apaga um outro momento. A partir de textos publicados, organizados e traduzidos por Carlos Henrique de Escobar nos anos 1960/70, é possível outra demarcação da recepção de Pêcheux. Esse nome de autor, pouco conhecido na atualidade, vinculou-se às ideias althusserianas e ocupou-se da re-leitura de Marx, Saussure e Freud no sentido de propor uma Ciência dos Discursos Ideológicos responsável pela crítica às formas de dominação burguesa no campo das ciências humanas. Mais do que isso, portador de um ponto de vista que toma a Linguística como campo inserido dentro de algo maior, ele tinha como objetivo entender a História como campo apreensível por meio dos discursos produzidos por sujeitos em uma estrutura social.

No entanto, não foi para resgatar a genialidade de um autor que empreendemos esse percurso pela história da recepção da filosofia althussero-pecheutiana no Brasil. Antes, importa compreender, a partir de reflexões em torno de um campo de saber, o funcionamento de determinadas regras de formação que permitem inter-relações entre conceitos formulados por Pêcheux na França e por Escobar no Brasil. É por meio da retomada desses conceitos que podemos falar em recepção de um pelo outro.

Esse jogo de inter-relações é possível tanto por razões teóricas quanto histórico-políticas. Do ponto de vista teórico, Pêcheux e Escobar se inseriam no quadro do movimento estruturalista dos anos 1960; eles valiam-se da mesma fonte teórica: o

marxismo althusseriano; a filiação althusseriana os vinculava à epistemologia francesa, notadamente, aos trabalhos de Canguilhem e Bachelard; as suas preocupações em torno da problemática do discurso nas ciências humanas os fez empreender um trabalho de integração entre a Psicanálise (re-leitura de Freud), a Linguística (re-leitura de Saussure) e a História (re-leitura de Marx); ambos preocupavam-se em diferenciar, a partir da categoria de corte epistemológico, o discurso científico do discurso ideológico; unia-os a vontade de construir um dispositivo teórico que interviesse na luta de classes e a constante colocação de questões vindas do marxismo para a Linguística; e a marca maior dos dois: ambos vivenciavam, ainda que vinculados às suas próprias posições, a liberdade de pensamento, o não fechamento teórico e a capacidade de mudar sempre face aos desafios colocados pela história à teoria. As obras de Pêcheux, Althusser e Escobar são marcadas por refações, autocríticas e polêmicas. Um exemplo disso é a atenuação às críticas dirigidas à Foucault e a aceitação de suas teses em suas próprias obras.

Do ponto de vista histórico-político, ambos militaram no Partido Comunista. Escobar, homem de origem pobre que aprendeu a ler na Juventude Comunista e que, aos quinze anos, já tinha sido preso político quatro vezes; tanto um quanto o outro não tinham suas posições teórico-políticas aceitas – e aqui, no que concerne a Pêcheux, penso mais fortemente em Althusser, seu professor, e na sua derrota, dentro do PCF, para as posições de Garaudy – nem pelo Partido Comunista de seus países nem pela direita, ou seja, trata-se de dois pensamentos fora do lugar; ambos viveram uma vida marcada por tragédias: Pêcheux suicidou-se e Escobar, hoje em Aveiro, Portugal, foi preso, torturado, afastado da universidade e proibido de lecionar.

No entanto, a reconstituição arqueológica do saber não nos leva à homogeneização das duas obras nem à concluir que se trata de uma recepção passiva de Pêcheux por Escobar. Importante observar que a relação de Pêcheux e Escobar com a Linguística saussuriana difere bastante e nos leva a concluir que ambos buscaram, no mesmo autor e na mesma obra, o mesmo objeto – o discurso – a partir de um procedimento comum: a filosofia marxista e a leitura sintomal. O resultado é a reflexão em torno de uma mesma problemática, a saber, a interferência da ideologia na ciência que só pode ser diagnosticada e sanada por meio da teoria do discurso em consoância com a teoria da ideologia.

Contudo, Pêcheux, amante das máquinas e dos computadores, deu maior lugar à proposição de um método¹⁴⁰; Escobar, mais preocupado em seguir à risca o procedimento althusseriano de higienização do *CLG* adotou um ponto de vista exegetico em direção a um projeto semiológico. Toda a leitura de Escobar sobre Saussure nos remete a uma questão bastante atual que concerne aos estudos sobre o saussurismo¹⁴¹. Sob esse prisma, a estratégia do autor brasileiro no sentido de “higienizar” o *CLG*, aproxima-o de posições recentes como a de Simon Bouquet que, criticando o *CLG* a partir de *Sources manuscrites*, dos *Inéditos*, da edição crítica de Engler e dos *Anagramas*, busca o verdadeiro Saussure. E, diríamos, é difícil não ver nas preocupações de Bouquet¹⁴², algo próximo da leitura sintomal proposta outrora por Althusser.

Outro ponto interessante de aproximação é que a leitura de Bouquet também admite a ideia de que uma Linguística do discurso já estava presente em Saussure se olhássemos para os originais. Com efeito, a leitura da obra do genebrino passou por profundas transformações e Escobar preconizava, no Brasil dos anos 1960/70, uma leitura em direção a um saussurismo marxicizado. A problemática gira em torno da existência, em Saussure, de uma Semiologia que possibilita a construção de um campo maior e interdisciplinar (Psicanálise, Linguística e História) para a compreensão da produção/circulação dos discursos. A proposta de Escobar ecoa, portanto, nas proposições de Bouquet (2000), para quem, na obra saussuriana, a Semiologia precede a Linguística.

Dessa forma, a leitura de Saussure vai no sentido de completar algumas lacunas deixadas pelos editores do *Cours*, por onde se pode constituir uma Semiologia Materialista e uma Ciência dos Discursos Ideológicos: “[...] podemos falar de uma semiologia – e **consequentemente** de uma linguística – na forma de discursos específicos.” (ESCOBAR, 1972b, p. 66, grifo nosso) E o autor prossegue:

¹⁴⁰ Gostaria de deixar claro que me refiro ao método lógico-matemático-informatizado e não à Análise do Discurso que vem depois, como uma derivação dessas questões.

¹⁴¹ Cf. a esse respeito, Colombat; Fournier; Puech (2010); Puech (2011); Cruz (2006, 2009); Bouquet (2000). Nesse sentido, assinalamos que Escobar está mais próximo da leitura de Bouquet, para quem o *CLG* deve ser problematizado e, por vezes, recusado, em relação a outras fontes do pensamento saussuriano. Para Colombat, Fournier, Puech e Cruz, a questão volta-se mais para a compreensão dos prismas de recepção do pensamento saussuriano e da forma como o *Curso* foi utilizado.

¹⁴² Como discutimos em 1.2.

Os processos de trabalho dos discursos ideológicos [...] subentendem também nestes *princípios* os discursos completamente codificados [...] da língua, dos sinais, das imagens, dos estereótipos dos desenhos, das cores, da escrita, etc. (ESCOBAR, 1972b, p. 67, grifo do autor)

A forma particular de leitura da obra de Saussure mostra que, embora vinculado à problemática althussero-pecheutiana dos discursos ideológicos e da teoria da ciência, Escobar não recebe passivamente o produto teórico final produzido na França. Isso reforça nossa opção teórica pelo conceito de recepção vinculado às proposições de Colombat; Fournier; Puech (2010) para quem recepção é, ao mesmo tempo, leitura e apropriação da perspectiva em função de uma problemática que pode variar em relação à posição de origem. Isto é, mais do que reproduzir ou descrever a *démarche* francesa, Escobar faz funcionar essa perspectiva em função de uma teoria do discurso que lhe é própria.

Uma das características fundamentais dessa singularidade em relação à produção francesa é a opção pela semiologia em detrimento da linguística sintático-formal. Dentre outras questões, isso permite – ainda que não se concretize em uma metodologia de análise – estender o terreno dos objetos pertinentes de análise para o campo do não-verbal. Com efeito, esse é um problema colocado pela CDI à Linguística e que já encontramos, no que tange ao campo próprio da Linguística, em Hjelmslev (1991). Para fazer menção ao caráter sistemático de todo sistema de signos, independente de serem verbais ou não, ele se vale do termo **língua** para pensar o verbal e o não verbal enquanto instâncias distintas materialmente, mas unidas sistematicamente:

É a língua linguística que constitui o domínio de nossa revista. Não se sabe em que medida essa restrição imposta pela tradição corresponde a uma realidade; é possível, mas não necessário *a priori*, que a língua linguística constitua um tipo específico na hierarquia semiológica; por outro lado, é certo que cabe à linguística estrutural o dever de responder a essa questão. Portanto, a linguística estrutural não dispensa as línguas não-linguísticas. (HJELMSLEV, 1991, p. 33)

Não postulamos parentesco direto entre a CDI, a AAD e a Linguística de Hjelmslev. No entanto, é possível perceber algo que Bouquet aponta no que concerne à precedência do semiológico em relação ao linguístico, ainda que, para Hjelmslev, o papel de esclarecer o caráter restritivo imposto à análise do não linguístico caiba à Linguística. Além disso, isso nos permite compreender que, em alguma medida, esses

três pontos de vista comungam de um mesmo paradigma, das mesmas fontes, respondem a regras de utilização comuns, quais sejam, aquelas que, em maior ou menor grau, vão estender os domínios da linguística a outros campos de interesse¹⁴³.

Ressaltamos que não nos referimos aqui apenas à tomada ou não do não verbal como objeto. Podemos trabalhar com sistemas sígnicos não verbais sem explicitar um método para apreensão dessa materialidade. Atualmente, no Brasil, em consonância com os trabalhos de Courtine (2006), alguns grupos¹⁴⁴ no interior da Linguística discutem a possibilidade de inserção da Semiologia no dispositivo da AD. Essa modificação tem, como antepassado arqueológico, não apenas os trabalhos de Courtine, mas também o movimento ocorrido no Brasil nos anos 1960/70 que fala através dessas preocupações atuais. Assim, pensar a Semiologia no seio da Ciência dos Discursos participa de uma problemática pertinente aos estudos discursivos desde a época da ditadura militar:

[...] não são novos objetos, novos conceitos, novas modalidades enunciativas que se somam linearmente aos antigos; mas objetos de outro nível (mais geral ou mais particular), conceitos que têm outra estrutura e outro campo de aplicação, enunciações de outro tipo, sem que, entretanto, as regras de formação sejam modificadas. (FOUCAULT, 2004, p. 175)

Nesse sentido, vemos funcionar, na história da Análise do Discurso, a categoria de descontinuidade, tal como propõe Foucault (2004, p. 9):

[...] a noção de descontinuidade toma um lugar importante nas disciplinas históricas. [...] A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história. Ela se tornou, agora, [...] uma operação deliberada do historiador [...]. É também o resultado de sua descrição [...]. Ela é, enfim, o conceito que o trabalho não deixa de especificar [...].

No Brasil, é no deslocamento em direção aos anos 1960/70 que se pode fazer funcionar a descontinuidade na análise histórico-epistemológica da recepção do pensamento pecheutiano. Isso nos possibilita compreender um pouco mais os lugares

¹⁴³ No caso de Hjelmslev, isso se dá por meio do desdobramento feito por ele do binômio saussuriano forma/conteúdo que será retomado por Greimas posteriormente e que dará origem à Semiótica Francesa.

¹⁴⁴ Destacamos, a esse respeito: GEADA (Araraquara), LABOR (São Carlos), GRUDIOCORPO (Vitória da Conquista), LEDIF (Uberlândia), GEF (Maringá).

que Pêcheux ocupa e/ou ocupou no pensamento brasileiro. Ao olharmos para esse movimento anterior, apreendemos uma *démarche* que, mesmo fundamentada nos primeiros textos pecheutianos publicados na França, se mostra bastante original em relação à re-leitura de Saussure e à inserção da Semiologia saussuriana no interior de uma teoria marxista do discurso. Afinal, “[...] não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos.” (FOUCAULT, 2004, p. 6)

A questão da obliteração do lugar de Escobar como receptor da obra de Pêcheux se dá justamente na medida em que o Pêcheux que conhecemos no Brasil é, quase unicamente, aquele responsável pela fundação da disciplina AD. Nesse sentido, é importante, para esta nossa investigação histórico-epistemológica, problematizar o lugar disciplinar. Acima de tudo, Pêcheux e Escobar são filósofos e a disciplinarização da AD nos anos 1960/70 – ainda que em estado germinal naquele momento – não era uma preocupação maior. Isso vale inclusive para o próprio Pêcheux, quando de seus primeiros trabalhos. Segundo Courtine (apud KOGAWA, 2011)

[...] no que ainda resta de Pêcheux, isso vale para a França mas provavelmente para o Brasil também, sua atividade de analista do discurso esmagou, de alguma forma, o resto de sua bibliografia. Assim, fico impressionado com a utilização extensiva e intensiva feita no Brasil de todos os textos que tratam da AD muito mais do que do próprio trabalho filosófico. Ora, Pêcheux era filósofo e é disso que precisamos nos lembrar.

Quanto a Escobar, em e-mail trocado conosco, cabe também o estranhamento dos caminhos que as questões dos anos 1960/70 tomaram:

Para os franceses e para nós houve muitas mudanças. Conte-me porque você trabalha na origem destas questões e não nas reflexões atuais. Não porque este teu projeto deixe de ser fundamental para nós brasileiros (e franceses). Tenho dificuldades em lhe responder literalmente porque tudo isso é parte (ou me faz lembrar) de minha vida. Fizem disto tudo uma disciplina e há varias Universidades com esta matéria¹⁴⁵. (ESCOBAR, e-mail de 17/01/2011, apud KOGAWA, 2011)

¹⁴⁵ O autor fala aqui, justamente, da disciplinarização da AD a partir das questões que ele discutia nos anos 1960/70 em torno da filosofia de Pêcheux e Althusser.

Assim, o trabalho de Carlos Henrique de Escobar representa um momento fundamental de recepção de Pêcheux no Brasil. Época da Ditadura Militar e a teoria pecheutiana funcionava como lugar de problematização e crítica das ciências humanas à luz do marxismo althusseriano. Não se desenvolvem, nesse momento, trabalhos de constituição de *corpus* para aplicação do instrumental operacional. Esse lugar de recepção acompanhou de perto as modificações que se deram na França nesse mesmo período de 1960/70 e, nesse sentido, tanto do ponto de vista político – a desilusão com o PC e com a derrocada do marxismo estruturalista – quanto teórico – as constantes reformulações e retratações teóricas que levam, do althusserianismo radical – a tese do assujeitamento e da história como processo sem sujeito – à aceitação das teses foucaultianas – as investigações a propósito da clínica e a concepção de poder que leva em conta sempre as resistências.

Depois desse período, o nome de Escobar desaparece devido às várias perseguições, dentre elas, a interdição do direito de lecionar. Ele só será anistiado nos anos 1980, durante o governo Sarney, quando recebe, pela UFRJ, o título de notório saber. Entra em cena, no Brasil, a era da disciplinarização. A partir da abertura política – início dos anos 1980 – instaura-se um paradigma de leitura e produção teórica do lugar pelo qual Pêcheux é mais conhecido, ou seja, o de pai fundador da Análise do Discurso¹⁴⁶. Emergem aí os trabalhos de constituição de *corpus* a partir das regularidades discursivas.

Há ainda a leitura que se faz da obra de Courtine a partir de o discurso comunista endereçado aos cristãos e do conceito de enunciado dividido. Em sua tese de doutorado, Gregolin (1988) lê o trabalho de Courtine observando a forma como o autor faz funcionar a epistemologia foucaultiana no interior da Análise do Discurso. A partir daí problematiza-se a questão das mudanças na epistemologia althussero-pecheutiana na França que remetem à crítica da noção de assujeitamento e da história como processo sem sujeito tal como Escobar faz nos anos 1960/70. Toda essa discussão encontra-se formulada em *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso* que representa uma espécie de “síntese” do trabalho iniciado pela autora no começo dos anos 1990. Importante ressaltar ainda que é a partir das discussões a respeito da história da Análise do Discurso

¹⁴⁶ Cf. a esse respeito, a apresentação que a Wikipedia faz de M. Pêcheux: http://pt.wikipedia.org/wiki/Michel_P%C3%A0cheux

no Brasil propostas pela autora que se tornou possível traçar o caminho dos prismas de recepção da obra de Pêcheux no Brasil que esboçamos nesta tese. Essa fundação dos estudos histórico-epistemológicos da AD no Brasil inscreve-se em Gregolin (2007b).

Atualmente alguns grupos procuram estabelecer os diálogos e duelos com os postulados foucaultianos e, nesse sentido, acompanham as propostas de Courtine na França. A re-leitura crítica da arqueologia foucaultiana e dos trabalhos desenvolvidos por Courtine leva a diálogos e duelos entre a Análise do Discurso e a Semiologia, ou seja, nos incita a discutir a possibilidade de inserção de um dispositivo teórico para se pensar não apenas os discursos verbais mas também os não-verbais.

Essa problemática deu origem a diferentes trabalhos. Com efeito, se tomarmos como referência os grupos que, direta ou indiretamente, estão ligados ao GEADA – como mostramos mais acima –, vemos funcionar, novamente, a descontinuidade característica do funcionamento da Análise do Discurso na história da Linguística brasileira. Novos objetos, novas problemáticas, novas soluções metodológicas são buscadas por esses grupos ligados atualmente à problemática da relação Semiologia Histórica x Análise do Discurso no Brasil e que trazem à baila objetos como o corpo, a voz e as imagens sem, no entanto, perderem a relação com o núcleo central representado pela influência de Pêcheux e da tríplice aliança.

Sob essa perspectiva, nosso trabalho traz uma reflexão histórico-epistemológica em torno das descontinuidades constitutivas da Análise do Discurso por meio da retomada da relação teoria do discurso marxista x semiologia. Isso nos faz re-pensar o lugar atribuído a Pêcheux no Brasil, ou seja, a reconsiderar outros espaços para o pensamento do autor que, quase sempre, é associado apenas ao papel de fundador da AD. Sob essa ótica, as reflexões aqui desenvolvidas, por adotarem o ponto de vista da recepção althussero-pecheutiana no Brasil, nos levam a considerar outras alianças feitas por ele e também a pensar outros prismas de recepção da sua obra. Ao nos voltarmos para os trabalhos de Escobar, deparamo-nos com uma teoria do discurso que, se pensada à luz das preocupações mais largas do pensamento pecheutiano, pode dialogar com a semiologia para, a partir daí, revisar suas bases epistemológicas na medida em que as novas materialidades do discurso na contemporaneidade demandam.

Por fim, esse percurso de uma problemática que se inicia nos anos 1960/70 ecoa nos atuais trabalhos voltados para a relação AD x Semiologia. Essas problematizações nos levaram a pensar as bases que sustentam a Semiologia Histórica de Courtine no

sentido de mostrar que, embora ele recuse as problemáticas concernentes à fase estruturalista de Barthes e da Análise do Discurso, é a partir da revisão dessas teses que ele vai chegar à arqueologia foucaultiana e à micro-história de Ginzburg. Para concluir, compreender o prisma de recepção da obra althussero-pecheutiana que se deu por meio dos trabalhos de Escobar no Brasil é um aspecto de extrema importância para a história da disciplina. Esse passado é importante não apenas como retrato estático, que nos levaria a lembrar de uma “antiguidade ultrapassada”, mas como movimento epistemológico que fala hoje através da AD e que nos ajuda a lançar luz sobre problemáticas bastante atuais: a revisão do pensamento de Saussure, a preeminência da Semiologia em relação à Linguística e o diálogo possível entre uma teoria marxista do discurso com a Semiologia.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Trad. bras. Alfredo Bosi *et. al.* 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALTHUSSER, L. Apresentação. Trad. bras. Luiz Otávio F. Barreto Leite. In: MACHEREY, P. “A filosofia da ciência de Georges Canguilhem”. In: CANGUILHEM, G. **O Normal e o Patológico**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. Pg. 257-263.
- _____. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. **A favor de Marx**. Trad. bras. Dirceu Lindoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- _____. Freud e Lacan. In: _____. **Posições**. Trad. port. João Paisano. Lisboa: Horizonte Universitário, 1975.
- ALTMAN, C. “A conexão americana: Mattoso Câmara e o Círculo Linguístico de Nova Iorque. **DELTA 20**. São Paulo, 2004. P. 129-158. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502004000300010
- ANDOYER, H. *et. al.* **Histoire de la nation française. Tome XIV**. Paris : Plon-Nourrit, 1924.
- AUROUX, S. **A filosofia da linguagem**. Trad. bras. José Horta Nunes. Campinas: Unicamp, 1998.
- BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Trad. bras. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARTHES, R. **Elementos de Semiologia**. Trad. bras. Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, [19??].
- BENVENISTE, E. Saussure após meio século. In: _____. **Problemas de linguística geral I**. Trad. bras. Maria Glória Novak e Luiza Neri. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995. p. 34-49.
- BOUQUET, S. **Introdução à leitura de Saussure**. Trad. bras. Carlos A. L. Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2000.
- _____. La sémiologie linguistique de Saussure: une théorie paradoxale de la référence? In: PUESCH, C. (Org.) **Langages 107**: Sémiologie et histoire des théories du langage. Paris: Larousse, 1992. p. 84-95
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Trad. bras. Maria Thereza de Carvalho Barrocas. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. bras. Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHÉROUX, C. **Diplopie**: *L'image photographique à l'ère des médias globalisés. Essai sur le 11 septembre 2001*. Paris: Le point, 2009.

CHISS, J.-L.; PUESCH, C. Signe et langue: idée, projet, point de vue sémiologiques. In: PUESCH, C. (Org.) **Langages 107**: Sémiologie et histoire des théories du langage. Paris: Larousse, 1992. p. 6-27.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, J.-M.; PUECH, C. **Histoire des idées sur le langage et les langues**. Paris: Klincksieck, 2010.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. bras. Christina de Campos Velho Birck *et. al.* São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

_____. O corpo anormal: história e antropologia culturais da deformidade. In: COURTINE, J. J. *et. al.* **História do Corpo vol. III**. Trad. bras. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. Trad. bras. Carlos Piovezani e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006.

COURTINE, J. J.; HAROCHE, C. **Histoire du visage**: exprimer et taire ses émotions. Paris: Payot, 2007.

CRUZ, M. A. **O Saussurismo e a escola francesa de Análise do Discurso: ruptura ou continuidade?** 207f. Tese (Doutorado em Linguística)– Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

_____. A filologia saussuriana: debates contemporâneos. **ALFA 53**. Araraquara, 2009. p. 107-126. Disponível em:
<http://seer.fclar.unesp.br/index.php/alfa/article/view/1680>

DOSSE, F. **História do estruturalismo I**: o campo do signo. Trad. bras. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio, 1993.

ESCOBAR, C. H. **Epistemologia das ciências hoje**. Rio de Janeiro: Pallas, 1975a.

_____. **Discursos, instituições e história**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1975b.

_____. **As ciências e a filosofia**. Rio de Janeiro: Imago, 1975c.

_____. Introdução. In: ESCOBAR, C. H. (Org.). **Semiologia e linguística hoje**. Rio de Janeiro: Pallas, 1975d. p. 1-15.

_____. Do estatuto dos discursos no inconsciente e na história. In: **Revista Tempo Brasileiro 36/37**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1974. p. 3-7.

_____. Categorias gerais para um enfoque dos discursos ideológicos. In: **Revista Tempo Brasileiro 32**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1973a. p. 64-75.

_____. **Proposições para uma semiologia e uma linguística**: uma nova leitura de F. de Saussure. Rio de Janeiro: Rio, 1973b.

_____. Leitura de Saussure: proposições semiológicas. In: **Revista Tempo Brasileiro 29**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1972a. p. 45-68. (Verificar cruzamento com citação da página 5)

_____. Uma filosofia dos discursos: uma ciência dos discursos ideológicos. In: **Revista Tempo Brasileiro 30/31**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1972b. p. 37-78.

_____. As leituras e a leitura prático-teórica. In: BAETA NEVES, L. F. (Org.). **Epistemologia e teoria da ciência**. Petrópolis: Vozes, 1971. p. 87-160.

FOUCAULT, M. *Naissance de la clinique*. Paris : PUF, 2009.

_____. Linguística e Ciências Sociais. In: **Ditos e escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Organização e seleção dos textos: Manoel Barros da Mota. Trad. bras. Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008a. p. 160-181.

_____. Nietzsche, Freud, Marx. In: **Ditos e escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Organização e seleção dos textos: Manoel Barros da Mota. Trad. bras. Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008b. p. 40-55.

_____. O que são as luzes? In: **Ditos e escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Organização e seleção dos textos: Manoel Barros da Mota. Trad. bras. Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008c. p. 335-351.

_____. As palavras e as imagens. In: **Ditos e escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Organização e seleção dos textos: Manoel Barros da Mota. Trad. bras. Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008d. p. 78-81.

_____. Nietzsche, a genealogia, a história. In: **Ditos e escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Organização e seleção dos textos: Manoel Barros da Mota. Trad. bras. Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008e. p. 260-281.

_____. **História da loucura na idade clássica**. Trad. bras. José Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. bras. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. « *Les mots et les images* ». In : _____. *Dits et écrits I*. Paris : Gallimard, 2001. p. 648-651.

_____. **A ordem do discurso**. Trad. bras. Laura de Almeida Sampaio. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. bras. Salma Tanus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. “*Roland Barthes (12 novembre 1915 – 26 mars 1980)*”. *Allocution prononcée par Michel Foucault au Collège de France. Annuaire du Collège de France 1979-1980. Résumé des cours et travaux. 80^e année*. Paris. p. 61-62

_____. *Proposition de création d’une chaire intitulée Sémiologie littéraire (destinée a Roland Barthes)*. p. 1-9. Collège de France. Cabinet de l’Administration. 30 /11/1975.

FUCHS, C.; HAROCHE, C.; HENRY, P.; LÉON, J.; PÊCHEUX, M.; *Premiers éléments d’un analyseur morphosyntaxique du français*, CNRS ; EPHE Paris 7, 1973.

GINZBURG, C. **Sinais**: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e História. Trad. Frederico Carotti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GADET, F. e HAK, T. (org.) **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Eni Orlandi *et. al.* Campinas: Unicamp, 1997.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2007a.

_____. **Tempos Brasileiros**: percursos da análise do discurso nos desvãos da História do Brasil. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (org) **Percursos da Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007b

_____. “Michel Pêcheux e a história epistemológica da Linguística”. **Anais do I SEAD**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 1-8. Disponível em: http://www.discurso.ufrgs.br/anaisdosead/1SEAD/Paineis/MariaDoRosarioValenciseGregolin_2.pdf

_____. **E as fadas tinham ideias**: estratégias discursivas e produção de sentidos, 1988. 1 vol. Tese de doutorado em linguística. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Araraquara, 1988.

HELMSLEV, L. **Ensaio linguísticos**. Trad. bras. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Perspectiva, 1991.

HERBERT, T. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: **Revista Tempo Brasileiro 30/31**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1972. p. 3-36.

LAVALLARD, P.; PÊCHEUX, M.; PLON, M. *E pericoloso sporgersi*. Ronéo SNCS, 1969. p. 1-12.

LYONS, J. **As ideias de Chomsky**. Trad. bras. Octanny Silveira da Mota e Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1974.

MACHEREY, P. A filosofia da ciência de Georges Canguilhem. Trad. bras. Luiz Otávio F. Barreto Leite. In: CANGUILHEM, G. **O Normal e o Patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 263-293.

MATTOSO CÂMARA Jr., J. O estruturalismo linguístico. **Tempo Brasileiro 15/16**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 19[??].

MILANEZ, N. O corpo é um arquipélago. Memória, intericonicidade e identidade”. In: NAVARRO, P. (org.) **Estudos do Texto e do Discurso**. Mapeando conceitos e métodos. São Carlos, Claraluz, 2006a, p. 153-179.

_____. As aventuras do corpo: dos modos de subjetivação à memória de si em revista impressa, 2006. 1 vol. Tese de doutorado em linguística. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Araraquara, 2006b.

MOTTA, L. E. Sobre “Quem tem medo de Louis Althusser?” de Carlos Henrique de Escobar. **Achegas 44**. Rio de Janeiro. p. 105-120. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/44/luiz_eduardo_motta_44.pdf

OSAKABE, H. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Kairós, 1979.

ORLANDI, E. P. (Org.) **Análise do discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, M. O estranho espelho da análise do discurso. Trad. bras. Christina de Campos Velho Birck *et. al.* In: COURTINE, J. J. **Análise do Discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EDUFSCAR, 2009. p. 21-26.

_____. “*Remontons de Foucault à Spinoza*”. In: MALDIDIER, D. **L’Inquietude du Discours**. France: Éditions des Cendres, 1990. p. 245-260.

_____. Texto pronunciado por Pêcheux em Berlim. Datilografado. Berlim, janeiro de 1982.

_____. L’idéologie : citadelle ou espace paradoxal ? Colloque International 1883-1983 : L’œuvre de Marx un siècle après, 19[??].

PIOVEZANI, C. PACHI FILHO, F. “As ideias fora do lugar” *une histoire des enjeux du développement de l’analyse du discours (française) au Brésil*. **SEMEN 29**. Paris: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2010. p. 53-66

PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011.

PUESCH, C. A emergência do paradigma semiótico-estrutural na França. Trad. Bras. Luzmara Curcino e Luciana Camona Garcia. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 19-65.

_____. *L'émergence de la notion de "discours" en France et les destins du Saussurisme*. **Langages 159**. Paris, 2005. p. 93-110. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-langages-2005->

_____. *La vie sémiologique*. In: PUESCH, C. (Org.) **Langages 107: Sémiologie et histoire des théories du langage**. Paris: Larousse, 1992. p. 5

SAUSSURE, F. de **Escritos de linguística geral**. Trad. bras. Carlos Salum e Ana Lúcia Franco. BOUQUET, S.; ENGLER, R. (Org.). São Paulo: Cultrix, 2004.

_____. **Curso de linguística geral**. BALLY, C. SECHEHAYE, A. (Org.). Trad. bras. A. Chelini *et. al.* São Paulo: Cultrix, [19??].

STAROBINSKI, J. **As palavras sob as palavras**: os anagramas de F. de Saussure. Trad. bras. Carlos Vogt. São Paulo: Perspectiva, 1974.

TEMPO BRASILEIRO 28. A verdade da ciência. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1972.